

# DIAGNÓSTICO SOCIAL<sup>22</sup>

Golegã, um Município mais Social

## Edição e Propriedade

Conselho Local de Ação Social da Golegã (CLASG)

Edifício Equuspolis - Câmara Municipal da Golegã

Rua Dom João IV

2150 Golegã

---

| 2

rede.social@cm-golega.pt

<http://www.cm-golega.pt>

## Redação

Elsa Lourenço (Coordenadora da Rede Social)

José Duque

## Capa:

Feliciano Cunha

---

## Presidente do CLASG

Manuela Veiga

## Núcleo Executivo

Câmara Municipal – Elsa Lourenço

Segurança Social – Marlene Meireles

Santa Casa da Misericórdia Golegã – José Martins Lopes

Santa Casa da Misericórdia Azinhaga – Ricardo Santos

UUC Chamusca/Golegã – M<sup>a</sup> do Rosário Martins

Junta de Freguesia da Golegã – Carlos Santana

Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho – Maria João Pedro

Casa do Povo do Pombalinho – Sónia Marcos

Outubro 2022

# ÍNDICE

Índice de figuras	6
Índice de gráficos	7
Índice de quadros	10
Introdução	15
Metodologia	18
Rede territorial e urbana	21
Dinâmica demográfica	23
Problemáticas identificadas	29
<b>1. Intervenção social</b>	32
1.1. Falta de vagas para alojamento de idosos	33
1.2. Solidão dos idosos e isolamento da população sénior	40
1.3. Necessidade de uma intervenção social mais humana e mais próxima dos contextos de vida das pessoas	59
1.4. Desemprego – população mais jovem e necessidades de requalificação/formação profissional de adultos	70
1.5. Falta de levantamento/diagnóstico das minorias étnicas no concelho e falta de ações de apoio na integração de migrantes na comunidade	78
1.6. Violência doméstica	83
1.7. Dependência dos apoios sociais por parte de algumas famílias e falta de acompanhamento dos beneficiários de apoios sociais	88
1.8. Entidades/instituições trabalham numa lógica fechada e/ou falta de colaboração	101
<b>2. Infraestruturas e acessibilidade</b>	103
2.1. Degradação das infraestruturas escolares	105
2.2. Falta de habitação para arrendamento	116
2.3. Falta de resposta na área da habitação social	119
2.4. Necessidade de reabilitação/modernização de equipamentos desportivos adaptados a várias modalidades	121
2.5. Vias pouco adaptadas às necessidades do concelho	126
2.6. Difícil travessia Golegã/Chamusca	129
2.7. Pouca oferta de transportes que permitam estudar e trabalhar fora do concelho	131
2.8. Pouca eficiência energética dos edifícios	134
2.9. Parque automóvel envelhecido das instituições do concelho – falta de mobilidade verde	136
2.10. Infraestruturas das instituições degradadas e/ou devolutas	138

2.11.	Falta de acessibilidade (na via pública e edifícios)	148
2.12.	Falta de condições para pessoas em trabalho à distância poderem residir no concelho e trabalhar em espaços de co-working	151
2.13.	Falta de infraestruturas ao nível de áreas de espetáculos (teatro, música, dança...)	153
2.14.	Poluição da Vala das Braquenizes	154
2.15.	Falta da reutilização das águas residuais vindas da ETAR para uso recreativo ou simplesmente para rega	155
2.16.	Fraca ligação entre os vários cursos de água do concelho e uma melhor gestão dos recursos hídricos	157
2.17.	Crescente desaparecimento de sebes	159
2.18.	A proliferação do jacinto de água	160
2.19.	Requalificação das linhas de água	162
2.20.	Sistema de captação, reserva e adução de água com deficiências	164
<b>3.</b>	<b>Educação juventude – cultura</b>	<b>166</b>
3.1.	Falta de colaboração dos encarregados de educação	167
3.2.	Dependências na adolescência (álcool, drogas, jogo...)	169
3.3.	Ofertas de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens	171
3.4.	Crianças, jovens e famílias acomodados	177
3.5.	Falta de resposta na valência de creche	184
3.6.	Violência no espaço escolar	187
3.7.	Dificuldade de fixação de jovens adultos no concelho	194
3.8.	Oferta curricular pouco diversificada e necessidade de otimizar oferta de ensino profissional	196
3.9.	Necessidade de competências digitais (alunos e professores)	200
3.10.	Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens, no âmbito da cultura e turismo	207
3.11.	Dificuldade de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural	208
3.12.	Falta de programação nas áreas do teatro, música, dança e cinema	211
3.13.	Carência de profissionais capacitados e/ou especializados em áreas da produção artística, gestão cultural ou museológica	215
<b>4.</b>	<b>Saúde</b>	<b>216</b>
4.1.	Ausência de respostas na área da saúde mental	217
4.2.	Ausência de vigilância/ acompanhamento das pessoas com demência	224
4.3.	Falta de recursos humanos na área da saúde (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional)	227

4.4. Investimento reduzido na reabilitação sócio ocupacional da pessoa com doença mental	229
4.5. Apoio específico para cuidadores informais e formais (formação) na área da saúde mental	231
4.6. Baixa literacia em saúde mental	234
4.7. Identificação tardia das dependências dos idosos	236
4.8. Dependências (álcool, drogas...)	244
4.9. Déficit de médicos de família	247
<b>5. Referências bibliográficas</b>	<b>252</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figuras 1 e 2</b> - Workshop de Diagnóstico Social	19
<b>Figura 3</b> - Enquadramento Geográfico do Concelho da Golegã	21
<b>Figura 4</b> - Indivíduos residente no concelho da Golegã 2011-2021 (n.º)	24
<b>Figura 5</b> - Densidade Populacional 2021	25
<b>Figura 6</b> - Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas Idosas, no concelho, em 2021	34
<b>Figura 7</b> - Candidaturas por freguesias do concelho da Golegã 2022	37
<b>Figura 8</b> - Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no concelho, em 2021	83
<b>Figura 9</b> - Distribuição da rede de equipamentos escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021, por freguesia	105
<b>Figura 10</b> - Vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias abrangentes ao município da Golegã. Elaboração em ArcMap	132
<b>Figura 11</b> - Diagnóstico de Circulação Automóvel da Freguesia de Golegã	149

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da População no Concelho da Golegã (1950-2021)	23
Gráfico 2 - Pirâmide Etária do Concelho da Golegã	28
Gráfico 3 - Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI, em 2021 (N.º)	35
Gráfico 4 - Utesentes das ERPI, por grupo etário	36
Gráfico 5 - Lista de Espera ERPI	36
Gráfico 6 - Seniores em ação 2021-2022	43
Gráfico 7- A felicidade não envelhece	45
Gráfico 8 - Acompanhamento telefónico, 2020	45
Gráfico 9 - Nós vamos por Si! Não saia de casa! –Seniores	46
Gráfico 10 - A Felicidade Não Envelhece à Porta, 2021-2022	47
Gráfico 11 - Clube de Vizinh@s	48
Gráfico 12 - Capacidade máxima e utentes dos centros de convívio, em 2021 (N.º)	49
Gráfico 13 - Utesentes dos Centros de Convívio entre 2019 e 2021 (N.º)	50
Gráfico 14 - Utesentes dos centros de convívio por sexo e grupo etário (N.º)	51
Gráfico 15 - Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia, em 2021 (N.º)	52
Gráfico 16 - Utesentes dos centros de dia, por grupo etário (%)	53
Gráfico 17 - Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD, em 2021 (N.º)	55
Gráfico 18 - Utesentes dos SAD em 2019, 2020 e 2021 (N.º)	56
Gráfico 19 - Utesentes dos SAD, por grupo etário	56
Gráfico 20 - Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2020, Golegã	60
Gráfico 21 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã	60
Gráfico 22 - Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), concelho de Golegã	63
Gráfico 23 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Grupo etário, em Golegã, 2020 (%)	66
Gráfico 24 - Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por sexo, em Golegã, 2015-2020	67
Gráfico 25 - Desempregados Inscritos no IEFP, por grupo etário. 1997/2021 Média anual	74
Gráfico 26 - Taxa Bruta de Escolarização 2019/2020 (%)	76
Gráfico 27 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021	79
Gráfico 28 - População estrangeira residente no Concelho 2015 – 2021	81
Gráfico 29 - Vítimas de violência doméstica, por sexo (APAV)	85
Gráfico 30 - Vítimas de violência doméstica, por faixa etária (APAV)	85
Gráfico 31 - Utesentes Apoiados/as 2020 no âmbito da violência doméstica	85
Gráfico 32 - Utesentes Apoiados/as 2021 no âmbito da violência doméstica	85

<b>Gráfico 33</b> - Vítimas de violência doméstica, por sexo (GNR)	86
<b>Gráfico 34</b> - Vítimas de violência doméstica, por freguesia de origem (GNR)	86
<b>Gráfico 35</b> - Número de Denúncias de Violência Doméstica no Concelho da Golegã	86
<b>Gráfico 36</b> - Taxa de Risco de Pobreza segundo a Composição do Agregado Familiar, 2020 (%)	90
<b>Gráfico 37</b> - Evolução do Número de Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã	92
<b>Gráfico 38</b> - Utentes do Refeitório/Cantina Social, em 2019, 2020 e 2021 (N.º)	93
<b>Gráfico 39</b> - Utentes Beneficiários do POAPMC no Concelho da Golegã	95
<b>Gráfico 40</b> - Municípios apoiados no âmbito do Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos pela CMG	96
<b>Gráfico 41</b> - Agregados familiares apoiados no âmbito do Apoio Financeiro ao Arrendamento pela CMG	97
<b>Gráfico 42</b> - Utentes do Centro Comunitário, em 2019, 2020 e 2021 (N.º)	99
<b>Gráfico 43</b> - Edifícios Habitacionais existentes, de acordo com ano de construção	117
<b>Gráfico 44</b> - Construção de Edifícios total 1995-2021	117
<b>Gráfico 45</b> - Construção de Edifícios total 1995-2021, novas habitações e Ampliações, Alterações e reconstruções	118
<b>Gráfico 46</b> - Evolução do Número Total de Vítimas de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã	126
<b>Gráfico 47</b> - Evolução do Número Total de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã	127
<b>Gráfico 48</b> - Acidentes de Viação por Tipologia, no Concelho da Golegã, 2020	127
<b>Gráfico 49</b> - Número de Acidentes por Via no Concelho da Golegã	128
<b>Gráfico 50</b> - Número de Acidentes na EN243 Golegã-Ponte da Chamusca	129
<b>Gráfico 51</b> - Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício, em 2021 (N.º)	138
<b>Gráfico 52</b> - Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento, em 2021 (N.º)	139
<b>Gráfico 53</b> - Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada, em 2021 (N.º)	141
<b>Gráfico 54</b> - Condições de acesso ao edifício, em 2021 (N.º)	142
<b>Gráfico 55</b> - Funcionalidades dos equipamentos, em 2021 (N.º)	143
<b>Gráfico 56</b> - Estado de Conservação dos equipamentos, em 2021 (N.º)	144
<b>Gráfico 57</b> - Problemáticas identificadas Droga/Álcool, 2020-2021	169
<b>Gráfico 58</b> - Capacidade máxima e utentes do CATL, em 2021 (N.º)	172
<b>Gráfico 59</b> - Utentes dos CATL por grupo etário (n.º), 2021	172
<b>Gráfico 60</b> - Utentes do OTL Verão 2019 - 2020	173
<b>Gráfico 61</b> - Semear o Futuro 2020-2021	175



<b>Gráfico 62</b> - Sábados Radicais 13-21 anos – 2020-2021	180
<b>Gráfico 63</b> - Futurar 13-18 anos – 2020-2021	180
<b>Gráfico 64</b> - Férias ORIGAMI 13 -18 anos – 2021	181
<b>Gráfico 65</b> - Casa das Artes Verão 2017-2022	182
<b>Gráfico 66</b> - Capacidade máxima e utentes da creche do CSP da Golegã, em 2018/2019 a 2020/2021 (N.º)	185
<b>Gráfico 67</b> - Utentes da creche, por sexo e grupo etário (N.º), 2021	186
<b>Gráfico 68</b> - Violência no Namoro, Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022	189
<b>Gráficos 69</b> - Bullying - Agrupamento de Escolas, Golegã, Azinhaga e Pombalinho 2016-2021	191
<b>Gráficos 70</b> - Problemáticas identificadas na CPCJ, 2020-2021	192
<b>Gráfico 71</b> - Alunos Matriculados Golegã – Por oferta formativa (ensino regular)	199
<b>Gráfico 72</b> - Alunos Matriculados Golegã – Por oferta formativa (ensino profissional)	199
<b>Gráfico 73</b> - Participantes Diagnóstico – Selfie – Dirigentes	201
<b>Gráfico 74</b> - Participantes Diagnóstico – Selfie – Professores	201
<b>Gráfico 75</b> - Participantes Diagnóstico – Selfie – Alunos	201
<b>Gráfico 76</b> - Top 3 das doenças mais importantes no futuro	218
<b>Gráfico 77</b> - Índice de Dependência, set 2022	237
<b>Gráfico 78</b> - Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2020, Golegã	238
<b>Gráfico 79</b> - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã	239
<b>Gráfico 80</b> - Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), concelho de Golegã, 2016-2020	241
<b>Gráficos 81</b> - Médicos/1000 habitante (nº)	247
<b>Gráfico 82</b> - Indicadores de Morbilidade ACES Lezíria a dezembro de 2022 (%)	248

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Evolução recente da População no Concelho da Golegã e Densidade Populacional	24
<b>Quadro 2</b> - Taxas de Natalidade e Mortalidade (%)	26
<b>Quadro 3</b> - Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)	26
<b>Quadro 4</b> - Evolução dos Índices Demográficos (%)	27
<b>Quadro 5</b> - Síntese da oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas idosas, no concelho, em 2021	33
<b>Quadro 6</b> - Candidaturas ERPI 2022	38
<b>Quadro 7</b> - Candidaturas para admissão em ERPI (género, prioridade e estado da inscrição)	38
<b>Quadro 8</b> - Número de Seniores a Residir Sozinhos no Concelho da Golegã	42
<b>Quadro 9</b> - Número de Seniores a usufruir de Teleassistência no Concelho da Golegã	57
<b>Quadro 10</b> - Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020	59
<b>Quadro 11</b> - Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2015-2020	61
<b>Quadro 12</b> - Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020	61
<b>Quadro 13</b> - Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2020	61
<b>Quadro 14</b> - Valor médio anual das pensões da segurança social (€/N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020	62
<b>Quadro 15</b> - População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã	64
<b>Quadro 16</b> - Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão, da Segurança Social (N.º), 2019 e 2020	64
<b>Quadro 17</b> - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2014-2019	65
<b>Quadro 18</b> - Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção (n.º e % da população residente com 15 ou mais anos), 2016-2020	65
<b>Quadro 19</b> - Valor processado de subsídios de desemprego da segurança social (milhares€), 2014- 2020	66
<b>Quadro 20</b> - Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por Grupo etário, 2020	67
<b>Quadro 21</b> - Desempregados registado, segundo grupo etário, agosto 2022	70
<b>Quadro 22</b> - Desempregados registados no concelho, segundo Níveis de Escolaridade, agosto 2022	71
<b>Quadro 23</b> - Desempregados registados no concelho, segundo o género, o tempo de Inscrição e a situação face à procura, agosto 2022	71
<b>Quadro 24</b> - Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)	71

<b>Quadro 25</b> - Evolução da população desempregada	72
<b>Quadro 26</b> - Evolução da estrutura da população ativa (%)	72
<b>Quadro 27</b> - Estrutura da População Ativa em 2011, por freguesia (%)	73
<b>Quadro 28</b> - Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)	75
<b>Quadro 29</b> - Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)	75
<b>Quadro 30</b> - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) 2001, 2011 e 2021	79
<b>Quadro 31</b> - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021	80
<b>Quadro 32</b> - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2016-2021	89
<b>Quadro 33</b> - Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (%)	89
<b>Quadro 34</b> - Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã	91
<b>Quadro 35</b> - Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã	93
<b>Quadro 36</b> - Agregados Beneficiários do POAPMC no Concelho da Golegã	95
<b>Quadro 37</b> - Tipologia dos estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano letivo 2020/2021, por freguesia	106
<b>Quadro 38</b> - Caracterização Geral do Jardim de Infância de Golegã	107
<b>Quadro 39</b> - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente do Jardim de Infância de Golegã	107
<b>Quadro 40</b> - Caracterização Geral do Jardim de Infância de Azinhaga	108
<b>Quadro 41</b> - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente do Jardim de Infância de Azinhaga	108
<b>Quadro 42</b> - Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar	109
<b>Quadro 43</b> - Ano de construção, nº de edifícios e tipo de construção nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021	110
<b>Quadro 44</b> - Caracterização Geral EB 1 da Golegã	110
<b>Quadro 45</b> - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente da EB1 da Golegã	111
<b>Quadro 46</b> - Caracterização Geral EB 1 da Azinhaga	111
<b>Quadro 47</b> - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente da EB1 da Azinhaga	112
<b>Quadro 48</b> - Total de salas e de salas ocupadas com turma (n.º) nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021	112
<b>Quadro 49</b> - Caracterização Geral EB2,3/ S da Golegã	113
<b>Quadro 50</b> - Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolvente da EB2,3/ S da Golegã	114
<b>Quadro 51</b> - Alojamentos (1960-2021)	116
<b>Quadro 52</b> - Edifícios segundo os Censos: total, por época de construção, em 2021	116
<b>Quadro 53</b> - Agregados Familiares Realojados em Habitação Social pela CMG	119

<b>Quadro 54</b> - Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG	120
<b>Quadro 55</b> - Tipologia de Habitação Adequada aos Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG	120
<b>Quadro 56</b> - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos I	122
<b>Quadro 57</b> - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos II	122
<b>Quadro 58</b> - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos III	123
<b>Quadro 59</b> - Caracterização Geral Equipamentos Desportivos IV	124
<b>Quadro 60</b> - Vítimas de Acidentes de Viação	126
<b>Quadro 61</b> - Acidentes de Viação por Tipologia, Via, Localidade e resultado no Concelho da Golegã	127
<b>Quadro 62</b> - Parque de Viaturas das Instituições do Concelho	136
<b>Quadro 63</b> - Principais Necessidades por Instituição	144
<b>Quadro 64</b> - Caraterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho	145
<b>Quadro 65</b> - Caraterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho (Continuação)	146
<b>Quadro 66</b> - Férias (Cria) Ativas Júnior e Juvenil concelho Golegã 2015-2021	174
<b>Quadro 67</b> - Alunos que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021 AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho	174
<b>Quadro 68</b> - Viver as Emoções – Programa de Educação Emocional 2020-2021	175
<b>Quadro 69</b> - Bolsas de Estudo Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG	178
<b>Quadro 70</b> - Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CM	178
<b>Quadro 71</b> - Candidaturas Universidade Júnior	179
<b>Quadro 72</b> - EmpCriança – Programa de Empreendedorismo – 2020-2021	179
<b>Quadro 73</b> - Número de alunos, Docentes e Funcionários no Projeto (2021-2022)	183
<b>Quadro 74</b> - Número de Famílias beneficiárias de Incentivo à Natalidade pela CMG	195
<b>Quadro 75</b> - Oferta Formativa 2015-2021 NO AEGAP	198
<b>Quadro 76</b> - Infraestruturas e Equipamentos (Dados SELPHIE) 1	201
<b>Quadro 77</b> - Disponibilidade de acesso a equipamentos dos alunos em casa	202
<b>Quadro 78</b> - Serviços Digitais	202
<b>Quadro 79</b> - História Digital da Escola: Dimensão Pedagógica	202
<b>Quadro 80</b> - História Digital da Escola: Dimensão Organizacional	203
<b>Quadro 81</b> - Competências Digitais da Comunidade Educativa	203
<b>Quadro 82</b> - Estágios de Verão	207
<b>Quadro 83</b> - PeR 2021	212
<b>Quadro 84</b> - PeR 2022	213

<b>Quadro 85</b> - Proporção da população com 16 ou mais anos com saúde mental afetada negativamente devido à crise pandémica COVID-19, Portugal 2021 (%)	220
<b>Quadro 86</b> - Equipa UCC (Golegã/Chamusca), 2022	228
<b>Quadro 87</b> - Escalão de tempo gasto semanalmente na prestação de cuidados informais; por sexo, Quinquenal, 2019	232
<b>Quadro 88</b> - Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2016 e 2021	237
<b>Quadro 89</b> - Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020	237
<b>Quadro 90</b> - Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2014-2020	239
<b>Quadro 91</b> - Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020	240
<b>Quadro 92</b> - Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2020	240
<b>Quadro 93</b> - Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020	240
<b>Quadro 94</b> - População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã	242
<b>Quadro 95</b> - Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º), 2019 e 2020	242
<b>Quadro 96</b> - Estimativas da mortalidade atribuível ao tabaco por principais doenças e mortalidade proporcional por causa de morte (N.º e %)  Portugal 2019	245
<b>Quadro 97</b> - N.º de Utentes com abuso de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos Golegã, 2022	246
<b>Quadro 98</b> - Utentes Inscritos com e sem médico família, set 2022	248
<b>Quadro 99</b> - Distribuição de Inscrições de 2022, no Centro Saúde Golegã	249

## “conhecer para atuar”

*Se pudéssemos primeiro saber onde estamos e para onde nos dirigimos, podíamos avaliar melhor o que fazer e como fazê-lo.*

Abraham Lincoln

# INTRODUÇÃO

O presente documento – Diagnóstico Social do Concelho da Golegã – surge no âmbito do Programa Rede Social que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro, concretiza uma estratégia de abordagem da intervenção social que procura trazer uma maior eficácia à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social. De uma maneira geral, a Resolução de Conselho de Ministros supracitada perspetiva a Rede Social enquanto uma estratégia de abordagem da intervenção social baseada num trabalho planeado realizado em parceria, visando sobretudo racionalizar e trazer maior eficácia à ação das entidades públicas e privadas que atuam num determinado território.

O Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho vem acrescentar que a Rede Social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território.

Com a adoção deste programa pretende-se, por um lado, fomentar a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais locais e, por outro, contribuir para a ativação dos meios/agentes de resposta e para a otimização possível dos meios de ação locais. O local passa a ser o meio privilegiado de ação, pois só atuando próximo das populações e com as populações será possível criar condições efetivas de desenvolvimento. Ao invés de se adotar uma postura “*top-down*”, ou seja, das estruturas centrais para o local, procura-se uma intervenção do tipo “*bottom-up*”, onde se privilegia a intervenção no local.

A Rede Social surge com a intenção de conjugar as políticas de diversos setores: Saúde, Emprego, Educação, Formação Profissional, Habitação, Ação Social e outros, pois a constatação da multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social salientou a necessidade de serem encontradas respostas diversificadas para problemas também diversificados e concretos em várias áreas. Para combater estes problemas, há que compatibilizar e articular todas as políticas setoriais ao nível local, regional e nacional, sendo que se pretende rentabilizar os meios materiais e humanos existentes no terreno através de uma conjugação de esforços.

O desafio da Rede Social reside assim na capacidade de integrar políticas, medidas e ações dispersas e avulsas e na capacidade de promover ações concertadas, coerentes e participadas de desenvolvimento local e de combate à exclusão social. Este desafio traduz o reconhecimento da impossibilidade, perante a vastidão e complexidade dos problemas sociais, de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, sobretudo, não participada, e do desperdício de esforços, recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem

ações isoladas. Ambiciona-se, acima de tudo, fomentar o trabalho em parceria, de forma a poder-se alcançar resultados rápidos e eficientes.

Efetivamente, as autarquias têm vindo, nos últimos tempos, a ganhar um papel cada vez mais importante e decisivo no desencadear e na coordenação dos processos de desenvolvimento local e regional, deixando de ser entendidas como meros executores de administração de assuntos locais, e passando a ser vistas como elementos fundamentais de um processo que em muito ultrapassa as fronteiras concelhias. Encontram-se assim numa posição privilegiada para liderar processos de desenvolvimento, quer económicos, quer sociais, das zonas geográficas que representam, pois, estando mais próximas das populações, existe um conhecimento mais profundo dos seus problemas, das suas necessidades e das suas expectativas.

Nos dias de hoje, cada vez mais os Municípios são chamados a intervir na resolução dos mais diversos problemas que afetam os Municípios, e para a sua resolução torna-se necessário um conhecimento profundo da realidade sobre a qual se pretende atuar. Não obstante o facto de o Concelho da Golegã ser um Concelho pequeno onde a maior parte dos atores sociais conhece suficientemente bem os problemas que afetam este território nas suas mais diversas áreas, instrumentos como o Diagnóstico Social tornam-se cada vez mais importantes em termos de intervenção social na medida em que constituem retratos reais das necessidades das populações e das potencialidades existentes para o desenvolvimento do Concelho.

De acordo com a definição de Santos e Santos (1999), o Diagnóstico Social consiste na *“análise da realidade social de um determinado contexto social, temporal e espacial, respeitante a uma ou a várias situações problemáticas. Proporciona dados e informações acerca da realidade sobre a qual se visa intervir e se quer transformar”*. No âmbito do Programa Rede Social, o Diagnóstico Social constitui um processo de consciencialização e reivindicação que pretende incrementar a intervenção dos cidadãos, dos profissionais e dos agentes que detêm capacidade de decisão institucional e política.

Genericamente pode-se definir Diagnóstico Social como sendo *“um instrumento dinâmico que permite uma compreensão da realidade social, inclui a identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento”* (Núcleo da Rede Social, 2003). Pode ser um instrumento resultante da participação dos diversos parceiros, é facilitador da interação e da comunicação entre eles e parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu sucesso.

Assim sendo, todos os atores que desenvolvem a sua atividade a nível do Concelho deverão contribuir para a identificação das necessidades concelhias e para a delimitação de prioridades que orientem a intervenção prevista. O diagnóstico implica um processo de investigação-ação participado e dinâmico, onde os atores sociais fornecem um importante contributo através do conhecimento que possuem da realidade. A participação dos atores é deste modo indispensável, entendendo-se por atores todos aqueles que, direta ou indiretamente, possuem um papel nos processos de mudança. Pretende-se que todo o processo de intervenção social seja elaborado de forma a que o cidadão possa participar na definição dos problemas e na sua resolução, entendendo-se por intervenção social o



processo metodológico de atuação sobre a realidade social que tem como finalidade, desenvolver, transformar ou melhorar situações coletivas ou individuais de pessoas que vivem determinados problemas, para facilitar a sua inclusão social e/ou participação ativa no sistema social, a nível individual, económico-profissional, político e cultural (Secretaria de Estado do Emprego e Formação, 1999).

Deste modo, o Diagnóstico Social é um instrumento que pretende essencialmente:

- Descrever, analisar e interpretar os problemas sociais existentes na unidade territorial definida (neste caso, o Concelho da Golegã);
- Elencar as respostas sociais, recursos humanos e materiais existentes;
- Avaliar a adequação dos recursos disponíveis aos problemas existentes;
- Apontar pistas para uma planificação futura, nomeadamente através da definição de prioridades de intervenção social, da adequação dos recursos existentes às necessidades identificadas e da rentabilização das dinâmicas e potencialidades locais.

Em suma, o documento aqui apresentado – Diagnóstico Social do Concelho da Golegã – pretende contribuir para a identificação de problemas e problemáticas e constitui uma base de trabalho para a construção do Plano de Desenvolvimento Social. Com efeito, trata-se de uma investigação que não constitui um fim em si mesma, mas antes um instrumento de planeamento inteiramente vocacionado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho. Nesta etapa verifica-se a passagem de um nível de conhecimento para um nível de decisão, no qual são tomadas opções, definidos os objetivos e as estratégias de intervenção, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social. Constitui uma fase mais operativa do Programa, em que se pretende *“não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações”* (Núcleo da Rede Social, 2003).

O Diagnóstico Social é, portanto, o primeiro instrumento de um bom Plano de Desenvolvimento Social, ao permitir uma compreensão da realidade social de um determinado território. Contudo, mais do que apresentar um retrato nítido do meio social do Concelho da Golegã, o processo de construção do diagnóstico deve conquistar capacidade para orientar a escolha dos decisores relativamente às intervenções necessárias.

Salientamos ainda que outra característica deste Diagnóstico Social é o facto de este ser um “instrumento aberto”. Como a realidade em que vivemos é dinâmica, este é naturalmente um processo que carece de atualização permanente, e ao qual não pode ser alheio a participação de todos aqueles que detêm as competências e a obrigação de resolução dos problemas identificados, bem como, a responsabilidade na definição de políticas que promovam o desenvolvimento social do Concelho. O Diagnóstico Social deve permitir, sempre que se justifique, a integração de novos dados e informações, e ajustes derivados das relações e interdependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

# METODOLOGIA

O Diagnóstico Social do Concelho da Golegã pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado e cientificamente fundamentado da realidade social desta unidade territorial, permitir a circulação sistemática da informação recolhida e a difusão dos conhecimentos produzidos a todas as entidades do CLAS da Golegã. Pretende ainda ser uma base para a planificação e constituir um ponto de apoio estratégico para a tomada de decisões das entidades com responsabilidades na área social no Concelho e contribuir para a consolidação deste CLAS, na medida em que constitui um importante fator de mobilização do conjunto de parceiros que participam na sua elaboração. Neste contexto, constitui-se como uma forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável.

Assim, a proposta metodológica subjacente ao trabalho da Rede Social da Golegã assenta numa estratégia participada de planeamento estratégico e integrado, assente em lógicas de investigação-ação que procuram racionalizar e conferir maior eficácia tanto à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projetos e programas de combate à pobreza e exclusão social, como à promoção do desenvolvimento social.

Em termos metodológicos, o Diagnóstico Social da Golegã foi construído tendo em linha de conta os pressupostos do planeamento estratégico e o princípio da investigação-ação, procurando sistematizar e analisar toda a informação recolhida. Na recolha de informação foram adotadas técnicas documentais e técnicas não documentais. As documentais incluíram a recolha de bibliografia e a análise de documentos relevantes; no que respeita às não documentais destacamos a realização de um *workshop* participativo e a construção de Grupos de Trabalho.

Para avançar na construção do Diagnóstico Social, a Rede Social de Golegã realizou um *workshop* de Diagnóstico Social que teve como principal objetivo identificar os principais problemas do Concelho de Golegã agrupando-os em grandes problemáticas. Este *workshop* realizou-se a 23 de fevereiro de 2022, de acordo com a metodologia de trabalho METAPLAN<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Metodologia que surgiu nos anos 70, na Alemanha, tendo sido desenvolvida por Eberhard Schnelle e pela "equipa Quickborn", e que consiste, fundamentalmente, num conjunto de ferramentas desenvolvidas com o objetivo de facilitar eventos de grupo, auxiliando na gestão da dinâmica de grupo.

Figuras 1 e 2 – Workshop de Diagnóstico Social



Neste sentido, foi convidado um grupo representativo de parceiros de diferentes áreas de intervenção para participar neste momento de trabalho, que marcou o arranque do processo de construção do Diagnóstico Social. Pretendeu-se constituir um grupo multissetorial, o mais diverso possível, composto por técnicos/as e decisores/as com conhecimento da realidade social do Concelho e, ainda, por outras pessoas que a título individual contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos ou da sua intervenção comunitária.

O grupo integrou os seguintes elementos:

Entidade	Participante
Agrupamento de Escolas GAP	Maria João Pedro
Agrupamento de Escolas GAP	Lina Simão
Alzheimer Portugal – Núcleo do Ribatejo	Filipa Gomes
ANTE – Associação Nacional de Turismo Equestre	Telma Caixinha
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Marta Godinho
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas GAP	Vanda Pardal
Associação Saúde Mental do Médio Tejo	Rute Cabral
Associação Saúde Mental do Médio Tejo	Catarina Poças
Câmara Municipal da Golegã	António Camilo
Câmara Municipal da Golegã	Diogo Rosa
Câmara Municipal da Golegã	Manuela Veiga
Câmara Municipal da Golegã	Elsa Lourenço
Câmara Municipal da Golegã	José Carlos Duque
Câmara Municipal da Golegã	Ana Mota
Câmara Municipal da Golegã	Sónia Valadares
Casa do Povo do Pombalinho	Sónia Marcos

CLDS-4G Academia Origami	Marta Vargas
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Golegã	Cristina Rodrigues
CRIT – Centro de Reabilitação e Integração Torrejano	Liliana Felício
GNR – Guarda Nacional Republicana	Nuno Sousa
Graal – Associação Social e Cultural	Teresinha Tavares
Junta Freguesia da Golegã	Carlos Santana
Junta Freguesia de Azinhaga	Vítor Guia
Mendes Gonçalves, S.A.	Gabriela Rodrigues
Movimento Fé e Luz	Isabel Bonacho
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Ana Raquel Garcia
Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	Ricardo Santos
SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce	Catarina Teixeira
Sociedade de São Vicente de Paulo – Conferência Nossa Senhora da Conceição	Aurora Luz
Sociedade Filarmónica Goleganense 1.º de Janeiro	Lurdes Leal
Tejo d'Honra	João Pedro Santos
Unidade de Cuidados na Comunidade Chamusca/Golegã	Maria do Rosário Martins
Unidade de Cuidados na Comunidade Chamusca/Golegã	Catarina Alves
<b>Facilitadora</b>	Fabiana Freire

Nesta sessão de trabalho, pediu-se aos/às participantes que identificassem os principais problemas do Concelho e que os pontuassem de acordo com a importância relativa de cada um, para que os/as mesmos/as fossem agrupados/as em grandes problemáticas. Esta construção teve como objetivo romper com a habitual lógica de abordagem sectorial na intervenção social, ou seja, por áreas temáticas.

Após este primeiro momento, no qual foram elencadas as grandes problemáticas a aprofundar, foram promovidos grupos de trabalho temáticos (Educação, Juventude e Cultura, Intervenção Social, Infraestruturas e Acessibilidades e, Saúde), com vista a encontrar, de forma conjunta e negociada, as prioridades, os recursos, as potencialidades e constrangimentos presentes na realidade do Concelho.

Posteriormente, a equipa técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Social em termos metodológicos pretendeu sistematizar a informação recolhida, fazer as conexões necessárias, através de uma análise interpretativa dos problemas que permitiu encontrar as causas, e proceder à identificação e hierarquização de prioridades.

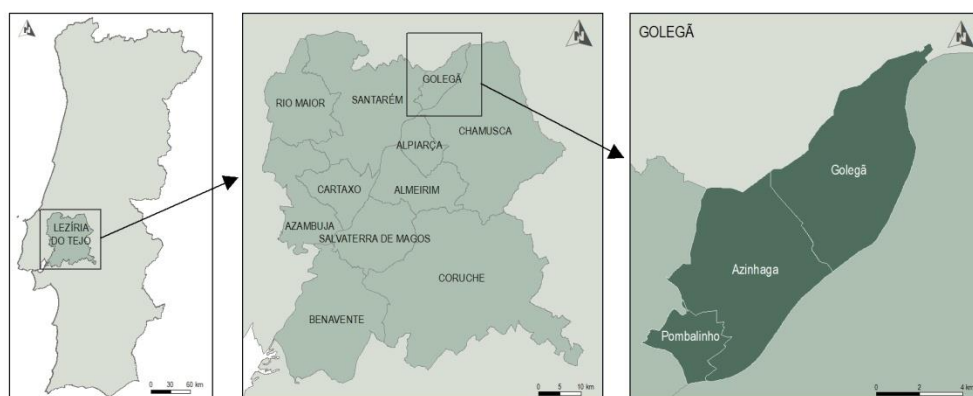
Espera-se assim que a presente investigação cumpra os seus propósitos e constitua uma mais-valia para as entidades que trabalham em prol do desenvolvimento social integrado do Concelho da Golegã, tornando-o mais qualificado essencialmente para quem nele reside.

# REDE TERRITORIAL E URBANA

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km<sup>2</sup> e com cerca de 247 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, enquanto as restantes sedes de concelho constituem o nível seguinte.

O Concelho da Golegã está situado na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto por três freguesias (Golegã, Azinhaga e, desde 2013, Pombalinho), este Concelho é limitado a Norte pelos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; e, a Sul e a Este, pelos Concelhos de Santarém e da Chamusca.

**Figura 3** – Enquadramento Geográfico do Concelho da Golegã



Fonte: Carta Social, 2021

O Concelho da Golegã constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo, nomeadamente, uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e, simultaneamente, entre a margem norte e a margem sul do Tejo.

A nível do enquadramento do Concelho no Distrito de Santarém, o Concelho da Golegã ocupa um lugar central, desenvolvendo forte articulação com o eixo urbano Torres Novas/Entroncamento.

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinamismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

Relativamente ao primeiro aspeto, a vila da Golegã constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços raros, fundamentalmente, nos Municípios vizinhos de Torres Novas e do Entroncamento. No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha/Golegã, cuja dinâmica está, em grande medida, associada ao processo de terciarização e industrialização do eixo Torres Novas/Entroncamento.

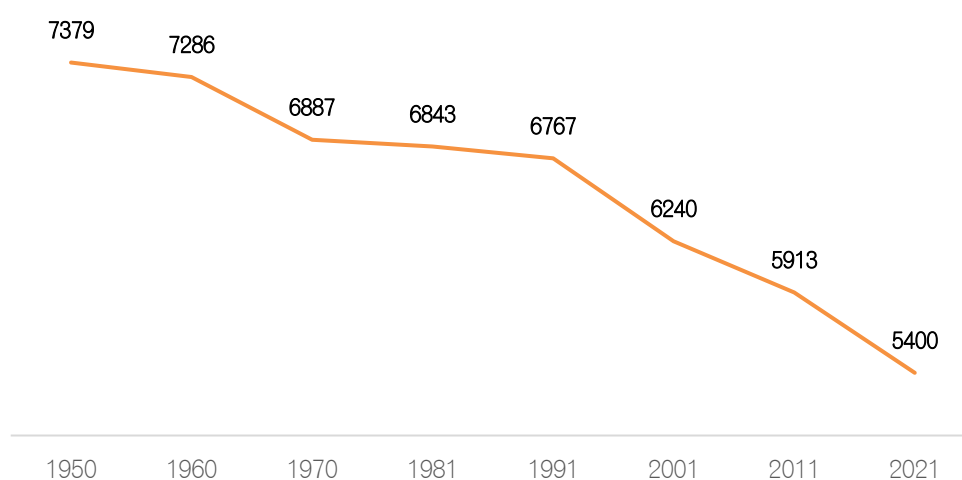
O Concelho da Golegã, com 84,3 Km<sup>2</sup>, é um dos de menor área na região. A sua dimensão demográfica é também reduzida, com apenas cerca de 5.400 habitantes distribuídos por 3 freguesias (Golegã, Azinhaga e Pombalinho), sendo, portanto, a dispersão populacional relativamente fraca.

# DINÂMICA DEMOGRÁFICA

## EVOLUÇÃO POPULACIONAL

Do decorrer das últimas décadas a tendência demográfica concelhia tem sido globalmente recessiva, tendo passado de 7379 habitantes em 1950 para 5400 habitantes em 2021. O período de maior quebra populacional ocorreu precisamente na última década.

Gráfico 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã (1950-2021)



Fonte: INE (2021 resultados provisórios)

Em consequência deste padrão de evolução, o peso demográfico do Concelho da Golegã na sub-região da Lezíria do Tejo tem vindo a diminuir, situando-se atualmente nos 2,3%, no ano de 2021.

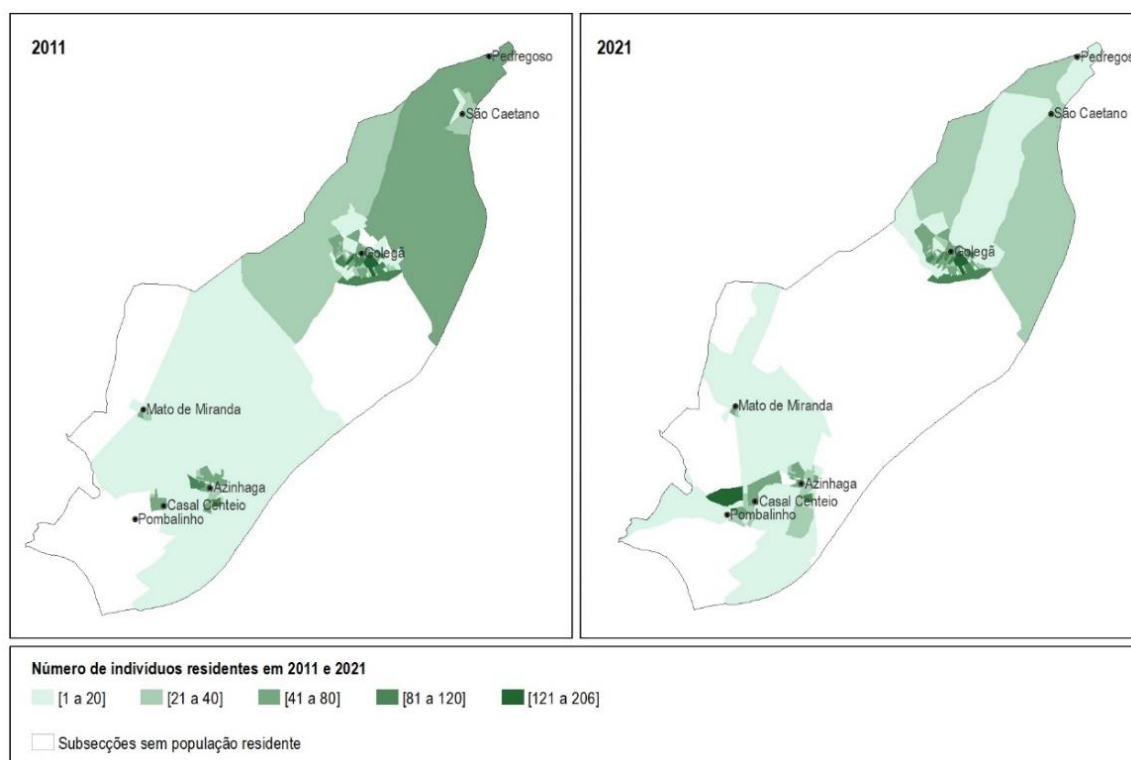
Uma análise demográfica desagregada por freguesia para 2001 e 2021 permite verificar que no último período intercensitário (2011-2021), a freguesia sede de concelho teve uma descida na ordem dos 6,6% da população, sendo que as freguesias de Azinhaga e Pombalinho continuam numa dinâmica de evolução populacional negativa, basicamente o dobro.

**Quadro 1** – Evolução recente da população no Concelho da Golegã e densidade populacional

Localização Geográfica Golegã	População (2011)	População (2021)	Varição 2011-2021 (%)	Área Km <sup>2</sup> (2011)	Densidade Populacional (2011)	Densidade Populacional (2021)
Golegã	3.845	3.591	-6,6	38,4	100,1	93,5
Azinhaga	1.620	1.415	-12,7	38,2	42,4	37,0
Pombalinho	530	394	-12,1	7,7	58,2	51,2
<b>CC: Concelho</b>	5995	5.400	-8,7	84,3	70,1	64,1
Lezíria do Tejo	247.453	236.132	4,6	4.275,0	57,9	55,2
Continente	10.047.620	9.860.175	1,9	89.088,9	112,8	110,7

Fonte: INE - Recenseamentos da População, 2011 e 2021 (resultados preliminares)

**Figura 4** – Indivíduos residente no concelho da Golegã 2011-2021 (n.º)



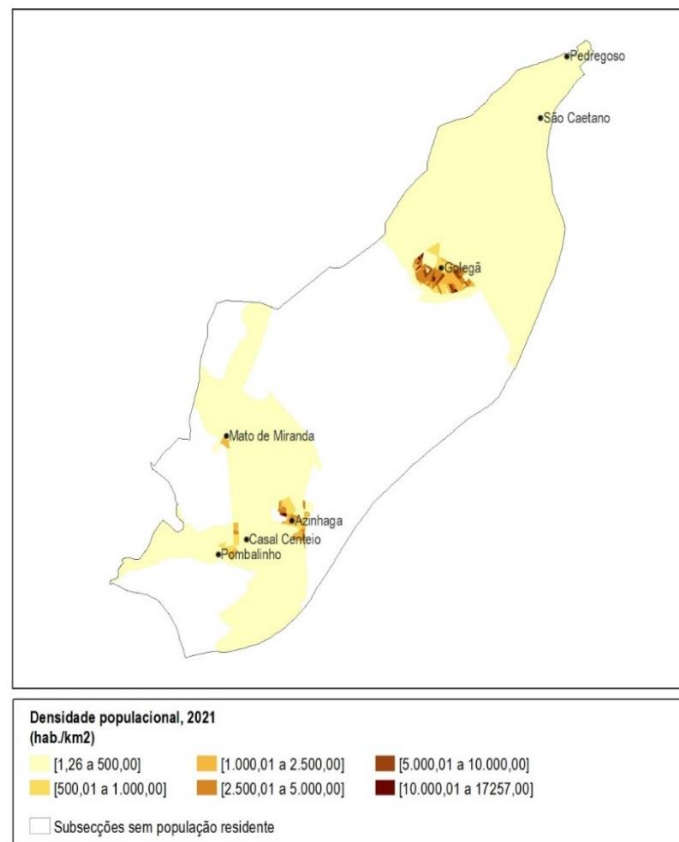
Fonte: INE - Recenseamentos da População, 2011 e 2021 (resultados preliminares)



Os mais recentes dados resultantes do recenseamento populacional de 2021 espelham o decréscimo populacional na generalidade do concelho e o aumento da concentração da população, nomeadamente na sede de concelho e nos lugares de charneira entre Pombalinho e Azinhaga. No restante território acentua-se o esvaziamento populacional.

A densidade populacional do Concelho (64 habitantes por Km<sup>2</sup>) situa-se entre a média sub-regional e nacional. Todavia, constata-se que existe uma grande diferença entre os níveis de ocupação do território na freguesia sede de Concelho, onde a densidade populacional se aproxima da média nacional, e as freguesias de Azinhaga e Pombalinho, onde a densidade populacional é mais baixa do que a da Lezíria do Tejo.

**Figura 5 – Densidade Populacional 2021**



**Fonte:** INE - Recenseamentos da População, 2021 (resultados preliminares)

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No Concelho da Golegã, a taxa de natalidade<sup>2</sup> diminuiu de 8,1% em 2011 para 7,9% em 2021, valor idêntico à média da Lezíria do Tejo, mantendo a tendência de decréscimo, mas inferior à média nacional. A taxa de mortalidade<sup>3</sup>, após um período de incremento em períodos anteriores (consequência do aumento da proporção de idosos na população total), registou no Município da Golegã um decréscimo considerável, situando-se, em 2011, em 13%, no entanto, em 2021, voltou a dar-se uma subida elevada, dado os óbitos resultantes do contexto Pandémico Mundial – COVID-19.

**Quadro 2** – Taxas de Natalidade e Mortalidade (%)

Localização Geográfica	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC:Golegã	9,3	8,1	7,9	17,0	13,0	19,2
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	7,2	12,4	11,7	14,8
Continente	10,8	9,1	7,7	10,1	9,8	12,1

**Fonte:** INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

A quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise verifica-se que a percentagem de idosos aumentou consideravelmente. De facto, no Concelho da Golegã, a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou de 23,3% em 2001 para 26,2% em 2011, e, 26,9% em 2019, sendo esta percentagem mais acentuada na freguesia do Pombalinho. Em sentido contrário, deteta-se a evolução da percentagem dos mais jovens, que no mesmo período diminuiu de 13,9% para 13,1% e 11,5% no Concelho da Golegã.

**Quadro 3** – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2019			
	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65
FR: Golegã	13,8	12,8	50,8	22,6	13,7	9,4	51,7	25,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Azinhaga	15,3	12,3	50,5	22,0	12,8	11,3	50,6	25,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Pombalinho*	10,0	9,6	47,5	32,8	8,9	7,8	44,6	38,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>CC: Golegã</b>	13,9	12,4	50,4	23,3	13,1	9,8	50,8	26,2	11,5	9,9	51,7	26,9
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0	12,8	10,6	52,3	24,2
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	13,5	10,5	53,5	22,5

**Fonte:** INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2019)

<sup>2</sup> Taxa de Natalidade – Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

<sup>3</sup> Taxa de Mortalidade – Número de óbitos ocorridos durante um certo período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem vai assistir-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento<sup>4</sup> que, no Concelho da Golegã, passou de 200,3% em 2011 para 232,8% em 2021, valor acima da média da sub-região da Lezíria do Tejo (189%) e do Continente (165,9%). Na freguesia do Pombalinho o índice de envelhecimento é bastante elevado, constatando-se que o número de idosos mais do que quadruplica o número de jovens.

O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência total<sup>5</sup> e o índice de dependência de idosos<sup>6</sup> aumentasse de 2001 para 2011. Já o índice de dependência de jovens<sup>7</sup> apresenta comportamentos diferenciados de acordo com a freguesia.

**Quadro 4 – Evolução dos Índices Demográficos (%)**

Unidade Territorial	2001				2011				2019			
	I.E. <sup>8</sup>	I.D.T <sup>9</sup>	I.D.J <sup>10</sup>	I.D.I <sup>11</sup>	I.E.	I.D.T	I.D.J	I.D.I	I.E.	I.D.T.	I.D.J	I.D.I
FR: Golegã	163,9	57,2	21,7	35,5	183,9	63,7	22,4	41,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Azinhaga	143,5	59,4	24,4	35,0	197,1	61,7	20,8	40,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FR: Pombalinho*	328,3	74,9	17,5	57,4	432,5	90,6	17,0	73,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>CC: Golegã</b>	167,4	59,2	22,1	37,1	200,3	64,9	21,6	43,3	232,8	62,3	18,7	43,6
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8	189	58,8	20,4	38,5
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2	165,9	56,2	21,1	35,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2019)

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do Concelho da Golegã no ano de 2019. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida<sup>12</sup>).

<sup>4</sup> Índice de Envelhecimento – Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

<sup>5</sup> Índice de Dependência Total – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

<sup>6</sup> Índice de Dependência de Idosos – Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

<sup>7</sup> Índice de Dependência de Jovens – Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

<sup>8</sup> I.E. – Índice de Envelhecimento

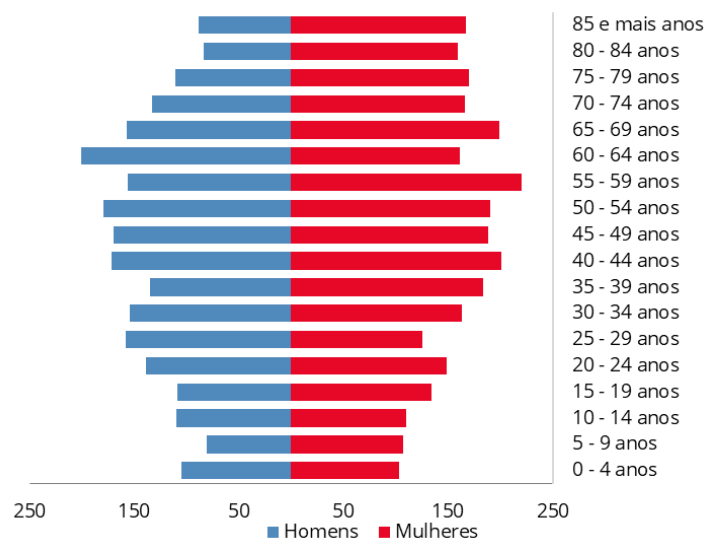
<sup>9</sup> I.D.T. – Índice de Dependência Total

<sup>10</sup> I.D.J. – Índice de Dependência de Jovens

<sup>11</sup> I.D.I. – Índice de Dependência de Idosos

<sup>12</sup> Esperança Média de Vida – Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Gráfico 2 – Pirâmide Etária do Concelho da Golegã



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2019)

# PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS

O presente capítulo pretende proceder à análise de cada uma das problemáticas identificadas no Concelho de Golegã de acordo com a compreensão da realidade social por parte dos atores locais que acederam ao desafio de colaborar nesse processo. Esta análise pretendeu contribuir para a identificação de problemas, dos recursos com vista à resolução dos problemas, das oportunidades que poderão ser aproveitadas para os solucionar/minimizar e dos fatores que poderão eventualmente dificultar a resolução dos mesmos.

Assim, para cada um dos problemas que compõem as problemáticas, é possível observar um quadro com a identificação de recursos, oportunidades e ameaças e um segundo quadro onde constam as causas que estão por detrás da persistência dos problemas, ou seja, quais os fatores que fazem com que determinado problema exista no Concelho, bem como o nível de impacto que as causas possuem nesses problemas. Nesta análise de intensidade entre o problema e a sua causa, o vermelho corresponde a uma relação forte entre a causa e o problema (o que significa que para a resolução do problema ter-se-á de intervir prioritariamente nessa causa); a cor laranja a uma relação relativamente forte entre a causa e o problema e a amarela a uma fraca relação.

Os problemas serão apresentados pela ordem segundo a qual foram priorizados pelos elementos dos diversos grupos de trabalho, de acordo com o que os parceiros julgaram ser de resolução simultaneamente mais urgente e mais importante para o Concelho.

## INTERVENÇÃO SOCIAL

- › Falta de vagas para alojamento de idosos
- › Solidão dos idosos e isolamento da população sénior/solidão
- › Necessidade de uma intervenção social mais humana e mais próxima dos contextos de vida das pessoas
- › Desemprego – Desemprego população mais jovem e necessidade de requalificação /formação profissional de adultos
- › Falta de levantamento/diagnóstico das minorias étnicas no concelho & falta de ações de apoio na integração de migrantes na comunidade
- › Violência doméstica

- › Dependência dos apoios sociais por parte de algumas famílias e falta de acompanhamento dos beneficiários de apoios sociais
- › Entidades/instituições trabalham numa lógica fechada e/ou falta de colaboração

## INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES

- › Degradação das infraestruturas escolares
- › Falta de habitação para arrendamento
- › Falta de resposta na área da habitação social
- › Necessidade de reabilitação/modernização de equipamentos desportivos adaptados a várias modalidades
- › Vias pouco adaptadas às necessidades do Concelho
- › Difícil travessia Golegã/Chamusca
- › Pouca oferta de transportes que permitam estudar e trabalhar fora do Concelho
- › Pouca eficiência energética nos edifícios
- › Parque automóvel envelhecido das instituições do Concelho/falta de mobilidade verde
- › Infraestruturas das instituições degradadas e/ou devolutas
- › Falta de acessibilidades (na via pública e dos edifícios)
- › Falta de condições para pessoas em trabalho à distância poderem residir no concelho e trabalhar em espaço de Coworking
- › Falta de infraestruturas ao nível de áreas de espetáculos (teatro, música e dança ...)
- › Poluição da Vala das Braquenizes
- › Falta de reutilização das águas residuais vindas das ETAR para uso recreativo ou simplesmente para rega
- › Fraca ligação entre os vários cursos de água do concelho e uma melhor gestão dos recursos hídricos
- › Crescente desaparecimento de sebes no Concelho prejudicando a biodiversidade
- › A proliferação do jacinto de água
- › Requalificação das linhas de água, nomeadamente as valas de drenagem existentes no concelho
- › Sistema de Captação, reserva e adução de água com deficiências no concelho Golegã

## EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CULTURA

- › Falta de colaboração dos encarregados de educação dos alunos multiproblemáticos na vida escolar dos filhos
- › Dependências na adolescência (álcool, drogas, jogo, ...)
- › Oferta de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens
- › Crianças, jovens e famílias acomodados (sonhos pouco ambiciosos e poucas perspetivas futuras)
- › Falta de respostas na valência de creche
- › Violência no espaço escolar (violência no namoro, bullying, ...)
- › Dificuldade de fixação de jovens adultos no Concelho

- › Oferta curricular pouco diversificada do Agrupamento de Escolas do Concelho
- › Necessidade de otimizar oferta de ensino profissional
- › Necessidade de Competências Digitais (alunos e professores)
- › Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens no âmbito da cultura e do turismo
- › Dificuldades de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural
- › Falta de programação nas áreas do teatro, música, dança e cinema
- › Carência de profissionais capacitados e/ou especializados em áreas da produção artística, gestão cultural ou museológica

## SAÚDE

- › Ausência de respostas na área da saúde mental
- › Ausência de vigilância/acompanhamento das pessoas com demência
- › Investimento reduzido na reabilitação ocupacional da pessoa com doença mental
- › Apoio específico para cuidadores informais e formais (formação) na área da saúde mental
- › Baixa literacia em saúde mental
- › Identificação tardia das dependências dos idosos
- › Dependências – Drogas, Álcool
- › Défice de médicos de família
- › Falta de recursos humanos na área da saúde (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional, ...)

# INTERVENÇÃO SOCIAL

## CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (SCMA)
- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã (SCMG);
- › Casa do Povo do Pombalinho (CPP);
- › Casa Mendes e Gonçalves;
- › Juntas de Freguesia de Azinhaga
- › Junta de Freguesia da Golegã;
- › Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV);
- › Instituto de Emprego Formação Profissional de Santarém (IEFP).

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- › Centro Paroquial Social da Golegã (CPS);
- › Junta de Freguesia do Pombalinho.

## PROBLEMÁTICAS

- › Falta de vagas para alojamento de idosos
- › Solidão dos idosos e isolamento da população sénior/solidão
- › Necessidade de uma intervenção social mais humana e mais próxima dos contextos de vida das pessoas
- › Desemprego – Desemprego população mais jovem e necessidade de qualificação /formação profissional de adultos
- › Falta de levantamento/diagnóstico das minorias étnicas no concelho & falta de ações de apoio na integração de migrantes na comunidade
- › Violência doméstica
- › Dependência dos apoios sociais por parte de algumas famílias e falta de acompanhamento dos beneficiários de apoios sociais
- › Entidades/instituições trabalham numa lógica fechada e/ou falta de colaboração



# FALTA DE VAGAS PARA ALOJAMENTO DE IDOSOS

O envelhecimento populacional representa uma problemática multidimensional que encerra em si mesmo, diversos desafios. Um dos mais relevantes consiste na acentuada diversificação do perfil das pessoas maiores de 65 anos, em termos de níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, em atividades sociais ou culturais diversas, em termos familiares, quer no que trata à dimensão, ao seu papel mais ou menos ativo de suporte à família, mas também em termos de condição de saúde, fatores que concorrem para níveis de autonomia, independência e isolamento social distintos e que lhes atribuem condições muito díspares.

Subsequentemente, impõe-se cada vez mais a necessidade de diversificação das respostas e serviços orientados para pessoas idosas, adequando-os à sua crescente heterogeneidade, bem como à necessidade de promover um envelhecimento ativo, reduzir o isolamento e incentivar a intergeracionalidade, com vista a uma sociedade mais inclusiva.

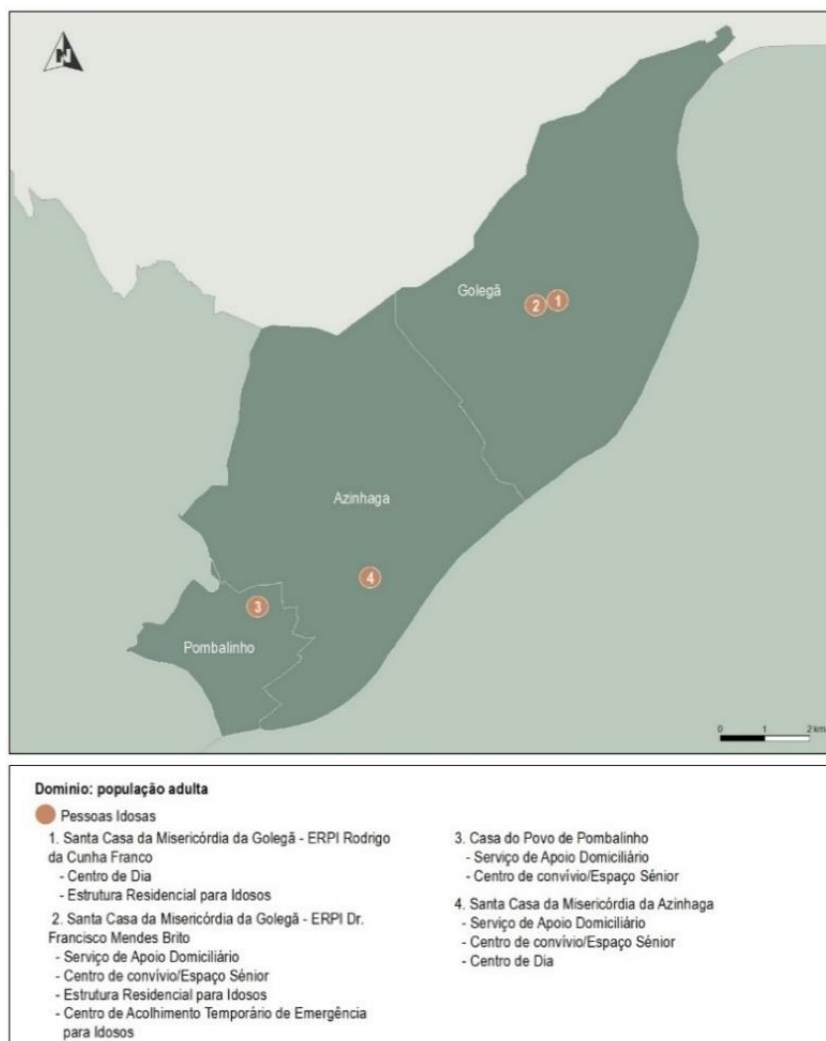
Neste domínio foram identificadas 4 tipologias de respostas sociais no concelho, especificamente orientadas para este público-alvo, o que faz deste domínio de intervenção aquele com maior densidade da oferta na atualidade.

**Quadro 5** – Síntese da oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas idosas, no concelho, em 2021

Domínios de Intervenção	Respostas e Serviços Sociais
Pessoas Idosas	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Estrutura Residencial para Idosos
	Serviço de Apoio Domiciliário

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

**Figura 6** – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção Pessoas Idosas, no concelho, em 2021



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

No que concerne à resposta social **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, que se enquadra no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento:

- a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias;
- b) Quartos;
- c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

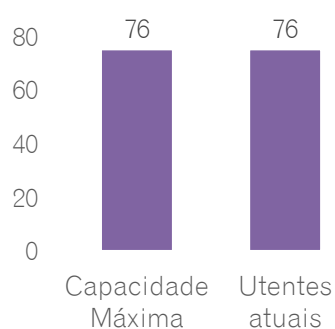
Em 2022, existem no município 2 respostas sociais de ERPI orientados para as pessoas idosas, ambas da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

A oferta de ERPI existente no município é antiga, a ERPI Rodrigo da Cunha Franco entrou em funcionamento em 1973 e a ERPI Dr. Francisco Mendes Brito no ano de 1999. Os equipamentos estão localizados na freguesia sede do concelho.

O envelhecimento demográfico da população, a par de uma perda de autonomia e deterioração das suas condições físicas e psicológicas que as impedem de permanecerem nas suas próprias residências, acentua a necessidade de continuar a investir nesta resposta social.

A capacidade instalada em 2021 nesta resposta social era de 76 lugares, e as ERPI totalizavam o mesmo número de utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 100%, estas ERPI estão a funcionar no limite da capacidade instalada.

**Gráfico 3** – Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI, em 2021 (N.º)



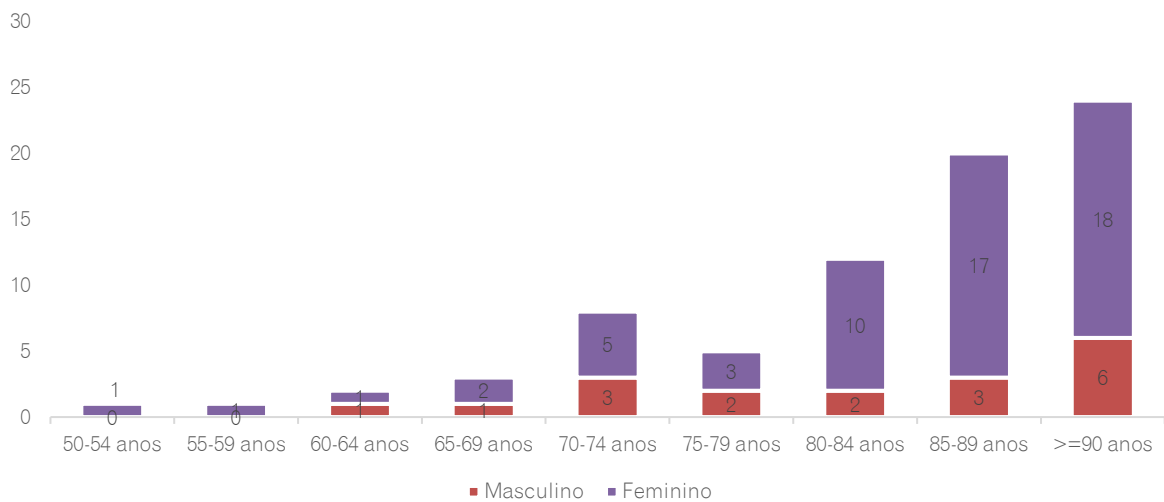
**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

De acordo com a informação fornecida pela entidade gestora/proprietária no decurso do processo de recenseamento, não se identifica qualquer situação de sobrelotação no funcionamento destas respostas sociais, contudo é referida uma lista de espera de 218 pessoas em 2021, e 166 até agosto 2022.

No triénio 2019 a 2021, as ERPI, permaneceram na sua lotação máxima, com 76 utentes (52+24 utentes).

O perfil dos utentes da presente resposta social encontra-se marcado pela preponderância dos indivíduos do sexo feminino (76%) e com 80 ou mais anos (74% do total de utentes).

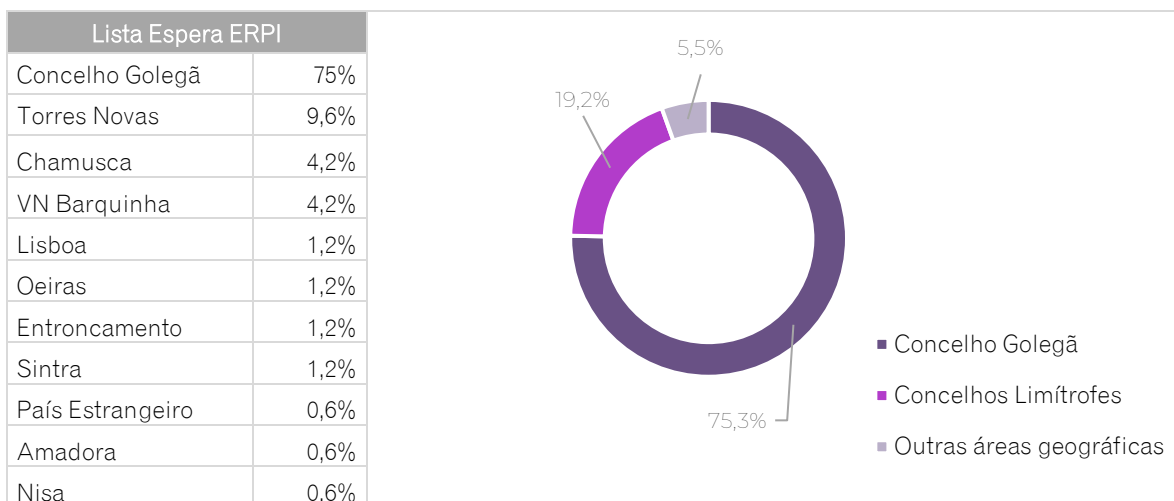
**Gráfico 4 – Utentes das ERPI, por grupo etário**



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

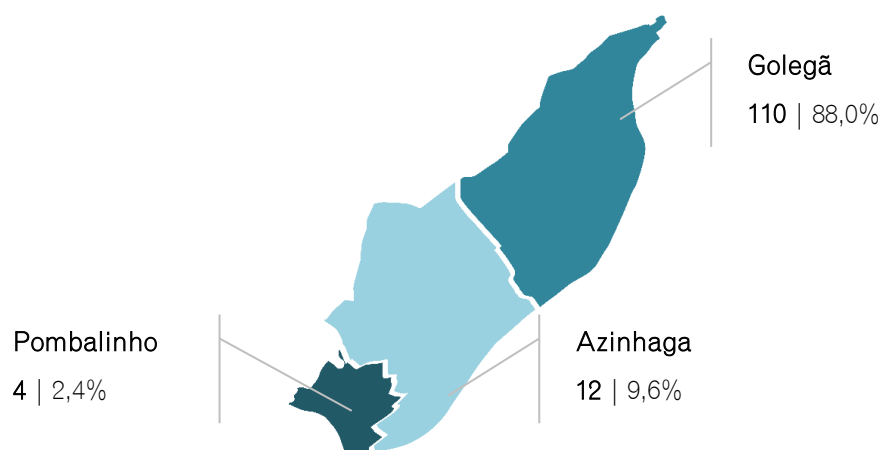
Os serviços que visam responder às necessidades básicas da população, como o serviço de refeições e os cuidados de saúde, são comuns às duas respostas sociais, tal como acontece com as atividades culturais. A **ERPI Rodrigo da Cunha Franco**, com uma capacidade maior, tem uma oferta mais alargada, oferecendo outros serviços importantes para a saúde e cuidados pessoais e ocupação dos utentes da resposta social, tais como o acompanhamento psicológico, reabilitação/fisioterapia, nutrição, atividades desportivas e musicais, pedicure, cabeleireiro, acompanhamento a serviços. A proveniência dos/as candidatos/as a ERPI, abrangidos por Acordo de cooperação Típico, dividem-se em 3 principais grupos: Concelho da Golegã (75,3%); Concelhos limítrofes (19,2%) e outras áreas geográficas (5,5%)

**Gráfico 5 – Lista de Espera ERPI**



Fonte: Guia de Respostas Sociais e serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

Figura 7 - Candidaturas por freguesias do concelho da Golegã 2022



**Fonte:** Guia de Respostas Sociais e serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

Nota-se a evidência da predominância da freguesia da Golegã – com 110 (88%) pessoas inscritas, das 125 candidaturas oriundas do nosso concelho – face às restantes, Azinhaga e Pombalinho.

Das 15 candidaturas das freguesias de Azinhaga e Pombalinho (12 + 3), apenas 4 (3 + 1) são consideradas como prioritárias pela equipa técnica social. Sobre as da freguesia da Golegã, apenas 11,2% são consideradas como prioritárias.

No total, apenas 17 candidaturas do concelho da Golegã estão consideradas como prioritárias (13,6% das inscrições locais; 10,2% das inscrições totais; 56,7% do total de inscrições prioritárias).

Importa ainda salientar que, não raras vezes e não obstante as candidaturas estarem classificadas como prioritárias, os/as candidatos/as no topo da classificação rejeitam a admissão, por se sentirem capazes de permanecer no seu ambiente.

Por fim, é ainda importante considerar que nenhum dos critérios de admissão discrimina, positiva ou negativamente, candidatos(as) em função das freguesias onde residem, mas apenas por concelho.

Isto é, qualquer candidato(a) do concelho da Golegã pontua, no critério de admissão "*f) Área de residência*" (que tem um peso na admissão de 5%), exatamente o mesmo.

## Quadro 6 - Candidaturas ERPI 2022

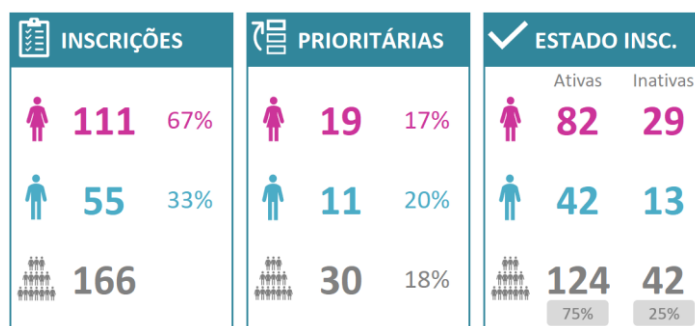
Área de residência	5%
Reside no Concelho da Golegã	5
Reside em Concelhos Limítrofes	4
Reside nos restantes Concelhos do Distrito de Santarém	3
Reside noutros Concelhos, de outros Distritos	2
Reside em país estrangeiro	1

| 38

**Fonte:** Guia de Respostas Sociais e Serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

O total de candidaturas para admissão em ERPI é a seguinte, por género, prioridade e estado da inscrição:

**Quadro 7 - Candidaturas para admissão em ERPI (género, prioridade e estado da inscrição), agosto 2022**



**Fonte:** Guia de Respostas Sociais e serviços complementares – Santa casa da Misericórdia da Golegã, agosto 2022

As candidaturas consideradas prioritárias, resultam da avaliação das técnicas superiores de serviço social, responsáveis pela realização das visitas domiciliárias e respetivo relatório, exigível sempre que entra nos serviços da SCMG um processo de inscrição. Das **166 inscrições** atualmente registadas, apenas 30 (cerca de 18%) foram consideradas prioritárias pela equipa técnica.

Para os **Acordos de Cooperação Atípicos** não existe lista de espera, considerando que as vagas são reservadas ao Centro Distrital de Segurança Social de Santarém.

As candidaturas não abrangidas por Acordo de Cooperação, contemplam apenas 3 pessoas em lista de espera, sendo que as admissões são, habitualmente, céleres.

Desde o início do ano 2022, até à presente data, foram admitidas 13 pessoas (abrangidas por Acordo de Cooperação Típico).

Paralelamente, existe a **estrutura residencial** para idosos constituída por 24 residências de tipologia T1, integrado no complexo social Campus Misericórdia XXI, o aldeamento é especialmente direcionado para pessoas com independência e autonomia na realização das suas AVD's.

Capacidade instalada: 48 pessoas (considerando que a lotação de cada residência é de 2 pessoas, apesar da maioria das residências ter apenas 1 ocupante).

Serviços prestados: de uma forma geral, são prestados serviços no domicílio aos residentes que os requerem, designadamente: alimentação, tratamento de roupas, higiene habitacional, higiene e conforto pessoal, animação e socialização.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• ERPI - Rodrigo da Cunha Franco (SCMG);</li><li>• ERPI - Dr. Francisco Mendes Brito (SCMG);</li><li>• Centro de Férias para Pessoas Idosas (SCMG);</li><li>• Aldeamento "Nossa Senhora das Misericórdias" Golegã (SCMG);</li><li>• Teleassistência (CMG/SCMA/SCMG).</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Candidaturas ao PRR/Fundos Comunitários para a criação de novas respostas sociais;</li><li>• Processo de aprovação de nova resposta no Pombalinho;</li><li>• Teleassistência;</li><li>• Apoio ao domicílio mais "criativo";</li><li>• Vagas para utentes encaminhados pela Segurança Social (17a nível distrital/utentes fora do Concelho);</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Listas de esperas longas com pessoas não prioritárias para ERPI (inscrição com antecedência por questões de segurança);</li><li>• Os utentes que frequentam resposta social devendo estar noutra resposta;</li><li>• Lares e casas de acolhimento ilegais;</li><li>• Falta de verbas/apoios financeiros.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Listas de esperas longas;</li><li>■ Falta de financiamento;</li><li>■ Admissões Precoces em ERPI;</li><li>■ Excesso Burocracia;</li></ul>

# SOLIDÃO DOS IDOSOS E ISOLAMENTO DA POPULAÇÃO SÉNIOR

A situação dos idosos reveste-se, atualmente, de características bem definidas que lhe conferem uma nova fisionomia relativamente ao passado. É de destacar o grande aumento da população idosa, consequência do progresso na medicina, da melhoria das condições de trabalho, do aumento geral do bem-estar, assim como da diminuição da natalidade.

Causados pelo défice de acompanhamento/apoio por parte das famílias, pela quebra das redes de vizinhança que se encontram diluídas, pelo apego à casa dos idosos com resistência ao apoio institucional e ou pela necessidade/vontade em contribuir para o orçamento dos/as filhos(as)/netos(as), pela falta de locais de convívio e ou pouco acessíveis e próximos, pelo povoamento disperso e pela falta de reconhecimento social provocam situações de abandono, precariedade habitacional, problemas de saúde, destacando-se os de saúde mental (depressão).

Este problema ainda é mais grave em situações de idosos com dificuldades de deslocação e de autonomia. Outra consequência diz respeito à vulnerabilidade deste grupo e à frequência com que são sujeitos a roubos e burlas por parte de terceiros. De referir ainda que os parceiros locais sinalizaram a rede de transportes públicos pouco adequada às necessidades dos idosos, nomeadamente em meio rural.

O envelhecimento social da população trouxe modificações no status do/a idoso/a e no seu relacionamento com os/as outros/as, devido a: crise de identidade, fruto da falta de papel social e que leva a uma perda da autoestima; mudanças de papéis na família, trabalho e sociedade; reforma, uma vez que restam muitos anos de vida ao indivíduo, devendo estar preparado para não cair no isolamento; perdas diversas, que vão desde a condição económica ao poder de decisão, perda de familiares e amigos, da independência e autonomia; diminuição dos contactos sociais, que se tornam reduzidos com o avançar da idade.

O envelhecimento demográfico não é em si um problema social. O que constitui o verdadeiro problema social é a ausência, insuficiência e inadequação das respostas da organização social, para enfrentar as necessidades dos/as idosos/as e a falta de articulação dessas respostas com a sociedade civil. Assiste-se, ainda, a políticas sociais centradas, quase em exclusivo, ou na reparação da perda das capacidades físicas ou na reparação da perda dos recursos económicos ligados ao trabalho (Calado, 2004).



De acordo com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), existe um estudo com mais de 1200 pessoas entre os 50 e os 101 anos que concluiu que:

- › 20,4% são mulheres e 7,3% são homens
- › as pessoas com menor escolaridade apresentam mais solidão (25,8%)
- › o sentimento de solidão aumenta com a idade: 9,9% dos 50-64 anos; 26,8% com 85 anos ou mais
- › é mais frequente nas pessoas viúvas (30,6%) e nas pessoas solteiras (15,8%) do que em pessoas casadas (9,2%)

Sendo que são vários os fatores de risco que contribuem para o isolamento social e/ou solidão:

- › **pobreza ou pressões financeiras:** podem impossibilitar a realização de atividades de convívio ou lazer;
- › **institucionalização:** a entrada de pessoas para instituições como centros de reabilitação, centros de dia ou lares de idosos pode dificultar a sua integração social;
- › **diminuição do estado de saúde:** a fraca mobilidade e acessibilidade facilitam o isolamento social;
- › **arquitetura residencial:** a organização das habitações pode levar ao isolamento físico das pessoas;
- › a **ausência do/da cônjuge**, amigos/as ou colegas: as pessoas que não têm filhos/as, se reformam, ficam viúvas/os, perdem outros familiares ou amigos/as próximos/as, ou que são abandonadas/os pelos familiares, sobretudo, se forem idosos/as, têm um risco acrescido de isolamento;
- › **episódios súbitos negativos:** por exemplo, o falecimento do/a cônjuge, mudança de casa ou desemprego ou trabalho a partir de casa podem desencadear o isolamento e solidão;
- › **violência:** pessoas que sofrem de maus-tratos têm maior risco de ficarem isoladas/os;
- › **doença mental:** a depressão, por exemplo, representa um fator de risco de isolamento e de solidão;
- › **cuidadores informais:** estão mais expostos/as a situações de isolamento, fraca saúde física e mental e distanciamento do mercado de trabalho.

Muitos adultos, com idades acima dos 65 anos passam, em média, 10 horas ou mais por dia sentados/as ou deitados/as, tornando-os/as o grupo etário mais sedentário. Esta inatividade acaba por lhes sair cara; com maiores taxas de quedas, obesidade, doenças cardíacas, etc. Por isso, conforme envelhecemos, torna-se ainda mais importante permanecermos ativos, pois os nossos corpos vão naturalmente perdendo a função. A atividade física ajuda-nos a permanecer saudáveis, com energia e autónomos/as à medida que envelhecemos.

Uma conduta inadequada ao longo da vida quanto à socialização levará o/a idoso/a ao isolamento, a doenças e frustrações. Nestes casos, procurar ajuda é essencial, pois permite que se reestruture. Para isso, é importante a sua colaboração, pois a aceitação da nova etapa da existência é relevante para compreender que as suas habilidades manuais e mentais já não são as mesmas, assim como a agilidade (Martins, 2013).

Envelhecer não significa exclusão da sociedade é, antes, a oportunidade de se renovar, fazer novos/as amigos/as, conhecer novos lugares, ter atividades que lhe dão prazer pois, além de aprender, existe a troca de experiências com indivíduos que partilham a mesma fase da vida. Oferecer ao/à idoso/a várias opções de lazer como se fosse jovem, é afastá-lo/la da consciência do envelhecimento. Portanto, quanto mais relutar em aceitar a nova fase, mais difícil se tornará o convívio familiar e social.

O prazer do/a idoso/a em se envolver em atividades que lhe tragam o bem-estar é fundamental para a sua vida. É na fase do envelhecimento que acontecem as desordens psicológicas, a perda da funcionalidade, perda do/a parceiro/a e o afastamento da família. Com a socialização, o/a idoso/a mantém-se ativo/a, por isso a importância das atividades sociais e culturais que gerem sentimentos positivos, para se evitar a depressão e a sensação de inutilidade do/a idoso/a. (Netto & Borgonovi, 2002)

De acordo com o trabalho efetuado pelo Núcleo de Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana, foi possível aferir o número de pessoas com mais de 65 anos a residir sozinhos/as, sendo este em muito maior percentagem nas freguesias de Golegã e Pombalinho.

#### Quadro 8 – Número de Seniores a Residir Sozinhos no Concelho da Golegã

Localização Geográfica	Número de Seniores		Número de Seniores Per Capita (%)	
	2015	2021	2015	2021
Golegã	78	59	2,03	1,64
Azinhaga	14	35	0,86	2,47
Pombalinho	9	4	2,01	1,01

Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2022

Deste modo, e para melhor compreendermos e analisarmos a realidade do nosso Concelho, procedemos à recolha de alguns dados nomeadamente, no que respeita ao número de atividades desenvolvidas pela Academia Origami nos últimos 2 anos, bem como as desenvolvidas pelas IPSS, quer para idosos institucionalizados, bem como para idosos/as sem suporte institucional.

#### Academia ORIGAMI – CLDS4

A Academia Origami - CLDS-4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social) do concelho da Golegã - resulta de candidatura ao Programa CLDS-4G, sendo coordenado e executado pela Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga. No seu Plano de Ação está previsto que, de forma positiva e inovadora, tendo por base a construção de relações de afeto motivadas pelo livre-arbítrio, sejam minimizadas algumas das necessidades identificadas em Diagnóstico Social 2015 e cuja resolução ou minimização está prevista nas ações definidas no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, nomeadamente nos eixos dedicados à Família e aos Seniores e Saúde.

Um percurso que não tem sido feito de forma isolada pela equipa técnica da Academia Origami, mas antes em estreita colaboração com os parceiros sociais. Promovendo o trabalho em rede, tendo desenvolvido uma estratégia integrada e participada no que diz respeito ao trabalho com as famílias mais vulneráveis a nível socioeconómico e com os/as seniores, sobretudo os/as que se encontram mais isolados/as, de forma a rentabilizar recursos humanos, materiais e físicos, potenciamento as energias de cada um/a.

Além das organizações que operam a nível local, tem sido intenção do CLDS mobilizar a comunidade em geral revitalizando as redes de vizinhança e convidando à participação cívica de todos. Num território com uma área reduzida como é o Concelho da Golegã, faz ainda mais sentido num projeto de âmbito comunitário que todos possam ter a oportunidade de participar. Nessa medida, têm sido envolvidos grupos de voluntários (Sociedade de São Vicente de Paulo; Corpo Nacional de Escutas; Movimento Fé e Luz; Liga Portuguesa Contra o Cancro, ...), IPSS/associações/coletividades (Tejo d'Honra; Centro Social Paroquial da Golegã, Rancho Folclórico da Azinhaga, ...), escolas, empresas (Mendes Gonçalves, SA; farmácias;...) e pessoas individuais.

### Objetivos:

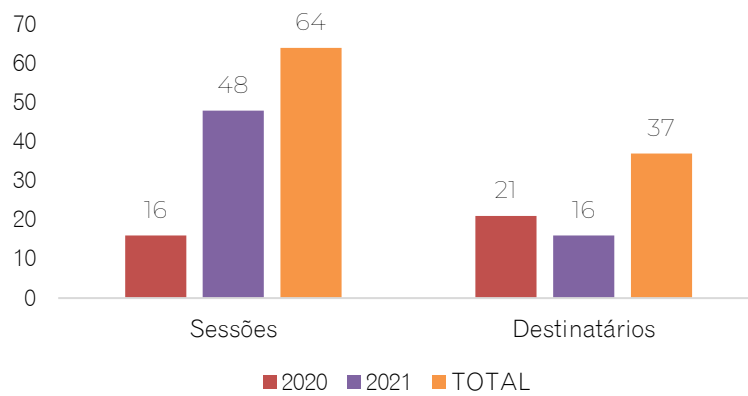
Promover a inclusão social dos públicos mais vulneráveis oferecendo-lhes ferramentas que lhes permitam ser parte ativa do seu próprio processo de mudança.

- › Objetivo estratégico Eixo 2 | Capacitar as famílias para a inclusão social, mobilizando-as para a aquisição de competências que lhes permitam inverter e/ou prevenir a sua condição socioeconómica e centrando a intervenção nos públicos mais jovens.
- › Objetivo estratégico Eixo 3 | Melhorar a qualidade de vida da população sénior e das pessoas com deficiência/incapacidade do Concelho da Golegã, assegurando os seus direitos básicos sociais e de cidadania, e mobilizando a sociedade civil.

### Ações/Atividades desenvolvidas

A atividade **Seniores em Ação** consiste num conjunto de sessões desportivas, recreativas ou outras, dirigidas a maiores de 65, pensionistas e pessoas com incapacidade igual ou superior a 60%, com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida e minimizar o isolamento e a solidão.

**Gráfico 6** - Seniores em ação 2021-2022



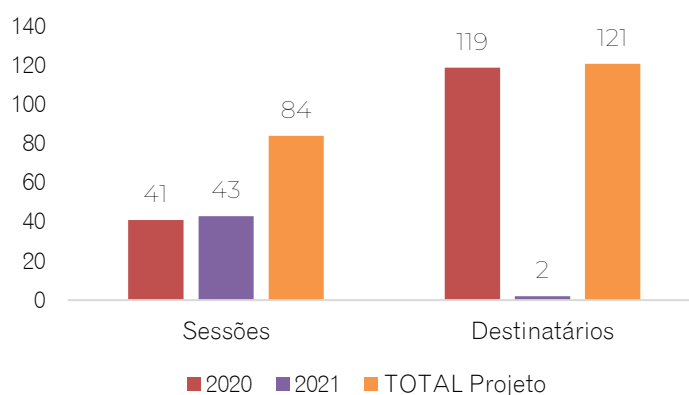
Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Esta atividade foi iniciada com sessões presenciais, em grupo, antes da pandemia, que tiveram de ser interrompidas com a implementação das medidas de confinamento e com a suspensão de atividades em grupo para idosos. Ainda assim, durante o período em que foram adotadas medidas mais restritas, procurou-se adaptar esta atividade através da dinamização de “Conversas à Janela” que surgiram assim como uma alternativa, onde foram realizadas pequenas atividades recreativas e de estimulação cognitiva com cada destinatário.

Em 2021, foi possível realizar as sessões da atividade Seniores em Ação em regime presencial. No total foram realizadas 48 sessões nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho.

**A Felicidade Não Envelhece** consiste num conjunto de ações recreativas e culturais dirigidas aos/às seniores e pessoas com deficiência e incapacidade em situação de isolamento social, bem como aos/às seus/suas cuidadores/as informais/acompanhantes, que promovam a socialização e combatam o isolamento, tais como: passeios culturais (teatro, eventos, feiras, museus,...) e atividades recreativas (festas temáticas, workshops, ...). No ano de 2020 beneficiaram 119 utentes, tendo integrado em 2020 mais 2 novos utentes.

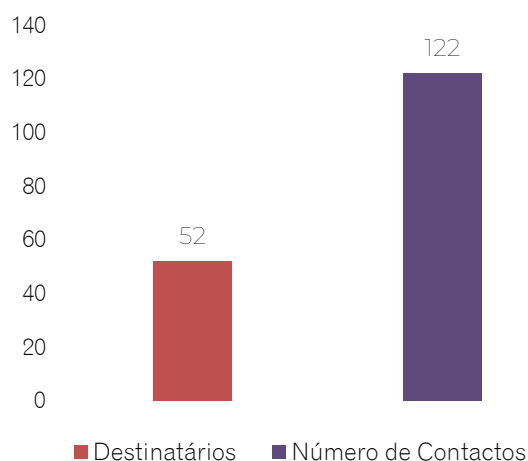
#### Gráfico 7 - A felicidade não envelhece



**Fonte:** Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

No âmbito das recomendações do Instituto de Segurança Social, no que dizia respeito à pandemia, no decorrer do ano de 2020, foi adotada no âmbito desta atividade uma estratégia de **Acompanhamento Telefónico** com os agregados familiares com idosos/as, sobretudo com aqueles/as que se encontram mais vulneráveis e sem rede de suporte.

Gráfico 8 - Acompanhamento telefónico, 2020



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

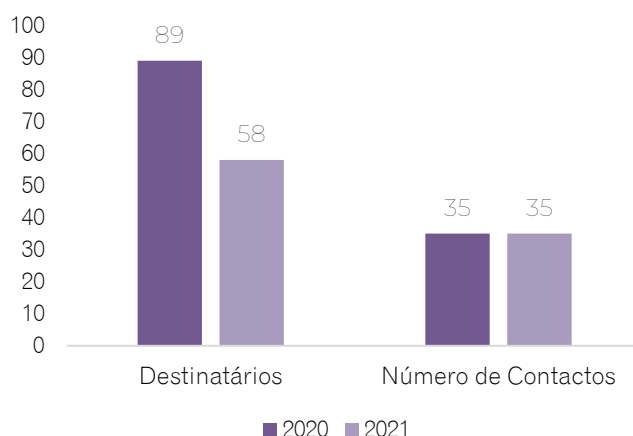
Os/as destinatários/as desta ação foram sendo sensibilizados para as seguintes questões, conforme *guidelines* do Instituto da Segurança Social (ISS):

- Explicitar o que é o COVID 19 e quais os sintomas a que se deve estar atento;
- Como se transmite o COVID 19;
- Cuidados a ter para prevenção do COVID 19 (fora e dentro de casa);
- Boas práticas durante o isolamento social de modo a manter a saúde mental;
- Como lidar com o isolamento social de toda a família;
- Explicitar que os/as Idosos/as constituem Grupo de Risco;
- Procurar saber do que necessitam;
- Estratégias para se manterem ativos/as (de acordo com a sua condição física).

Através destes contactos, foi possível ir acompanhando e apoiando as populações, de modo a diminuir a sensação de isolamento, solidão, contribuir para o seu bem-estar e sinalizar eventuais situações de risco ou perigo. Foram efetuados 122 contacto, abrangendo 52 idosos/as.

**Nós vamos por Si! Não saia de casa! – Seniores**, esta iniciativa pretendeu dar continuidade à execução das *guidelines* remetidas pelo ISS. Através da disponibilização de um número de telefone de referência divulgado junto da população, a equipa do CLDS, com o apoio da Câmara Municipal, apoiou a população na realização de compras de bens essenciais em supermercados e farmácias como medida de proteção da população mais idosa e isolada.

Gráfico 9 - Nós vamos por Si! Não saia de casa! – Seniores

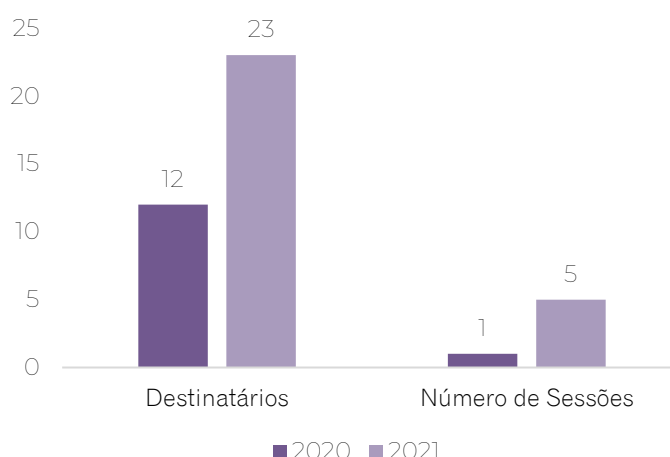


Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Esta atividade decorreu durante 35 semanas em 2020, junto de 89 destinatários/as, tendo sido relativamente menos em 2021, 58 destinatários/as. Os/as destinatários/as abrangidos/as consideraram esta iniciativa como tendo sido de uma enorme importância para as pessoas idosas e mais isoladas, sem rede de suporte.

Apesar da pandemia e dos constrangimentos causados por sucessivos confinamentos que nos impossibilitaram de realizar atividade recreativas e culturais com seniores, mesmo que ao domicílio, de janeiro a maio de 2021 realizaram-se 5 sessões da sub-atividade **A Felicidade Não Envelhece à Porta**, tendo abrangido um total de 23 destinatários/as, e em 2020, no Dia Idoso, e apesar dos constrangimentos pandémicos, foram visitados 12 idosos, numa atividade realizada ao domicílio.

Gráfico 10 - A Felicidade Não Envelhece à Porta, 2021-2022



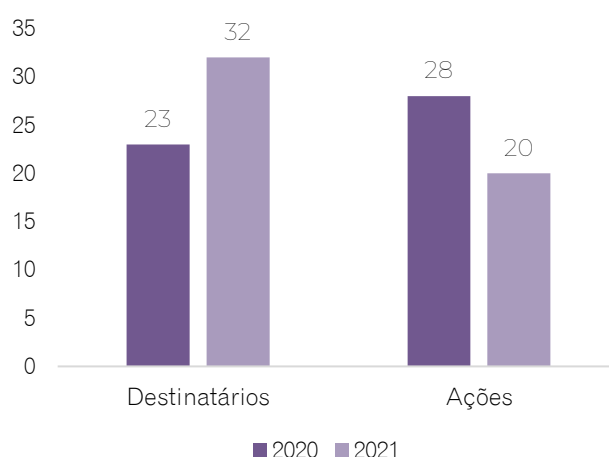
Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Em 2021, apesar das fortes restrições devido à pandemia, realizaram-se três sessões da subatividade **A Felicidade Não Envelhece**. Em maio um grupo de 9 destinatários/as visitou o Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento e passeou pelo Parque de Escultura Contemporânea Almourol em Vila Nova da Barquinha. Em setembro, visitaram a zona histórica de Tomar, realizaram um passeio de gaivota no Rio Nabão e ainda participaram num passeio de barco em Dornes com um grupo de 24 destinatários/as. Por fim, 28 destinatários/as participaram na Festa de São Martinho que se realizou nas instalações do antigo Jardim de Infância de Azinhaga.

O **Clube de Vizinh@s** consiste num grupo de voluntários/as que tem como objetivo realizar ações, ao domicílio ou em espaços da comunidade, conforme as especificidades dos destinatários/as. Além de ações de facilitação da vida quotidiana (acompanhamento nas deslocações ao comércio local, pequenos arranjos ao domicílio,...), os temas/atividades a desenvolver dependem dos interesses/aptidões dos voluntários/as e participantes e versam sobre as áreas: cultura, desporto, lazer, cultura popular, música, dinâmicas de grupo, comemoração dos aniversários,...

Pretende-se minimizar o isolamento e a solidão dos destinatários/as, bem como, levar a alegria a casa dos/as destinatários/as, incentivando à participação nas atividades a realizar nos espaços da comunidade.

**Gráfico 11** - Clube de Vizinh@s<sup>13</sup>



**Fonte:** Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

O Clube de Vizinh@s contou em 2021 com 27 voluntários/as, tendo realizado 20 ações, nos seguintes âmbitos:

- › Entrega de bens essenciais ao domicílio (alimentos, farmácia, ...);

Facilitação da vida quotidiana: pagamento de contas, envio de cartas ou encomendas, entrega de recados ou objetos, obtenção de informação sobre horários e procedimentos de acesso a serviços essenciais (finanças, segurança social, ...);

<sup>13</sup> Apenas foram contabilizados os destinatários que iniciaram esta atividade em 2021 e não aqueles que transitaram de 2020.



- › Celebração de datas festivas e dias comemorativos (Páscoa, Dia da Mulher, Dia do Idoso, Dia de São Martinho, ...).

Foram abrangidos *55 idosos em ações desenvolvidas* pelo grupo de voluntários/as, no total de 20 ações.

Existem no Concelho, um conjunto de **respostas de apoio social** para pessoas idosas, que têm como objetivos promover a autonomia, a integração social e a saúde: Centro de Convívio, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

## CENTRO DE CONVÍVIO

Em 2022, existem **3 Centros de Convívio** no concelho da Golegã geridos por entidades Sem Fins Lucrativos: Casa do Povo do Pombalinho, Santa Casa da Misericórdia da Golegã e Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga.

A distribuição territorial da oferta é homogénea, com um centro de convívio em cada uma das freguesias do concelho (Golegã, Azinhaga e Pombalinho).

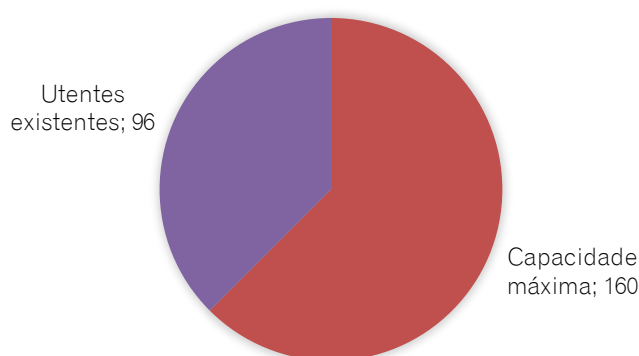
Estas respostas já existiam no anterior Diagnóstico Social e na anterior carta social, a SCM da Golegã e a SCM da Azinhaga, têm os Centros de Convívio em funcionamento desde os anos 90, enquanto o centro de convívio do Pombalinho data de 2007, por conseguinte, importa salientar a considerável experiência destas entidades nesta resposta social.

A capacidade instalada nesta resposta social é de 160 lugares, muito embora as três respostas sociais apresentem capacidades instaladas distintas, oscilando entre um número mínimo de 30 lugares (2 respostas) e um número máximo de 100 lugares (SCM da Golegã).

A distribuição da capacidade instalada era concordante com a territorialização da resposta social. Assim, a freguesia da Golegã apresenta a maior capacidade instalada (100 lugares correspondente a 62,5% da oferta global concelhia), enquanto a freguesia da Azinhaga e a Freguesia do Pombalinho têm capacidades instaladas idênticas (30 lugares, cada, o que representa 19% da oferta concelhia em cada freguesia).

O quantitativo de utentes em centro de convívio, em 2021, situava-se nos/nas 96 utentes.

**Gráfico 12** – Capacidade máxima e utentes dos centros de convívio, em 2021 (N.º)

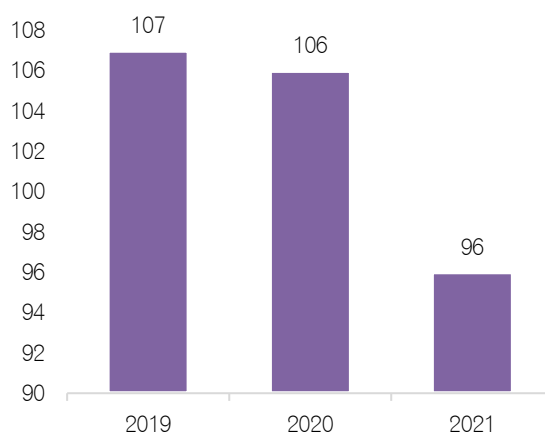


**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Considerando a capacidade máxima instalada e o número de utentes atual, verifica-se uma taxa de ocupação de 60%, encontrando-se, portanto, disponíveis 64 lugares para responder a acréscimos da procura, existindo vagas em todos os centros de convívio.

Os/as utentes diminuíram 10,3% no triénio 2019/2021, embora o ano de 2021 seja o responsável pelo maior decréscimo (9,4%), o que estará relacionado com a pandemia da doença COVID-19, e com a determinação do encerramento de algumas respostas direcionadas para idosos/as, como os centros de dia, as universidades seniores e os centros de convívio para idosos/as durante o estado de emergência.

**Gráfico 13** – Utentes dos Centros de Convívio entre 2019 e 2021 (N.º)



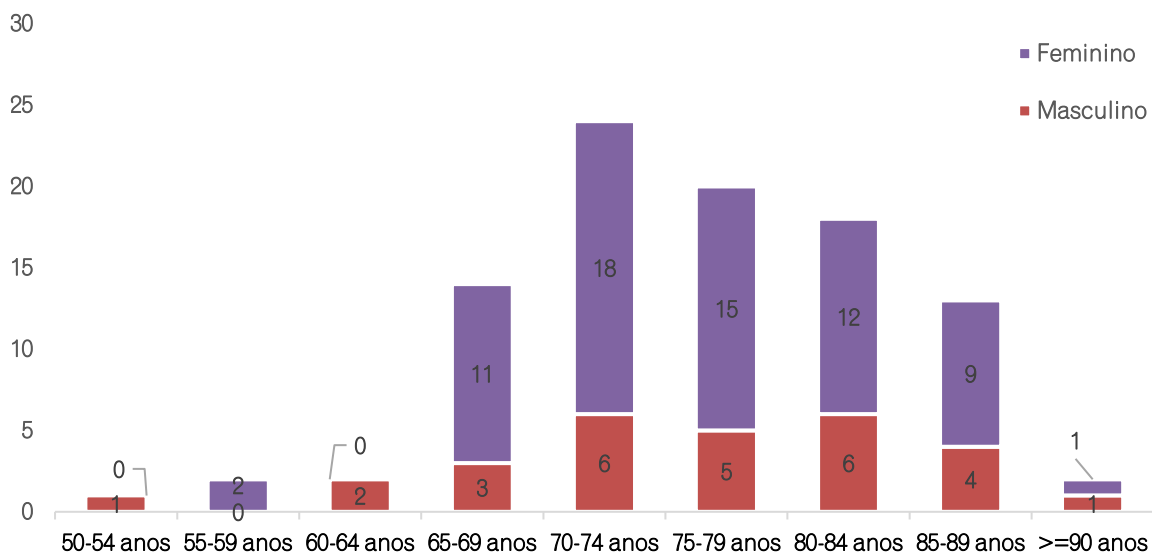
**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Os centros de convívio constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos/das utentes, de forma a assegurar que estes/as efetuam deslocações de curta distância, devido à idade avançada. Quanto ao sexo dos/as utentes, assinala-se a clara prevalência das mulheres (71%). No que trata à idade dos/as mesmos/as, cerca de 65% dos/das utentes têm idades compreendidas entre os 70 e os 84 anos. Com o avançar da idade, em geral, há uma maior dificuldade na deslocação para estes centros e menor capacidade e predisposição natural para a realização de atividades

propostas, o que motiva um decréscimo da procura desta resposta social nos estratos etários mais envelhecidos.

Os serviços complementares prestados pelos centros de convívio são diversos, as atividades desportivas e musicais são disponibilizadas nos 3 centros, constituindo-se como os serviços complementares com maior relevância, enquanto as atividades musicais são disponibilizadas em dois deles, tal como a confeção de refeições (3 entidades servem lanches e 2 entidades servem almoços). Estes centros de convívio disponibilizam serviços/ atividades adicionais, como: cabeleireiro, manualidades (ex. bordados à mão, malhas, trapologia), acesso à internet, restauro, meditação, yoga.

**Gráfico 14** – Utentes dos centros de convívio por sexo e grupo etário (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Os centros de convívio no município funcionam maioritariamente em instalações em razoável estado de conservação, tendo 2 entidades gestoras/proprietárias indicado a classificação de “razoável”, enquanto uma entidade assinalou “bom”. Estreitamente associada a esta avaliação positiva, a totalidade dos centros funciona em espaços que reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Verifica-se que apenas um dos centros funciona em espaço adaptado para as especificidades desta resposta social, e em todos eles a valência dispõe de espaços exclusivos, de acordo com as informações disponibilizadas pelos/as seus/as gestores/as.

Uma das entidades refere a existência de projetos em parceria com a Câmara Municipal da Golegã (hidroginástica) e com o Atelier Mestre Rui Fernandes (Módulo de Restauro).

## CENTRO DE DIA

---

Em 2022, existem no município 2 respostas sociais de **centro de dia**<sup>14</sup> orientados para as pessoas idosas, tratando-se de uma resposta social gerida exclusivamente por entidades sem fins lucrativos, concretamente Irmandades da Misericórdia da Golegã e da Azinhaga.

| 52

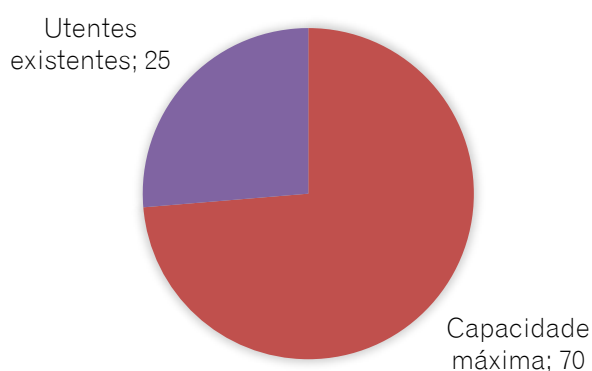
A oferta de centros de dia caracteriza-se por apresentar um importante histórico de intervenção, na medida em que os centros de dia existentes já se encontravam em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Golegã, em 2010, tendo iniciado o seu funcionamento em 1979 e 1999.

Não obstante a importância dos centros de dia para responder às necessidades de um segmento importante das pessoas idosas, a crescente heterogeneidade do perfil da população com 65 ou mais anos, a par de uma crescente diversificação de respostas e serviços sociais que têm surgido nos últimos anos, com vista a responder a procura diferenciadas, não justificou a criação de centros de dia, não existindo procura que tenha justificado a criação de mais centros.

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 70 lugares, no entanto, em 2021, os centros de dia totalizavam apenas 25 utentes, o que resulta numa taxa de ocupação de 36%. A procura é comparada nos dois centros (13 utentes na Azinhaga e 12 utentes na Golegã), embora a capacidade instalada seja diferente (40 lugares + 30 lugares), sendo de destacar que nenhuma delas se encontra a funcionar no limite da sua capacidade, dispondo, por conseguinte, de capacidade para responder a eventuais incrementos da procura.

Estes dois centros têm um horário de funcionamento compreendido entre as 8h30/9h30 da manhã e as 17h30.

**Gráfico 15** – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia, em 2021 (N.º)



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

---

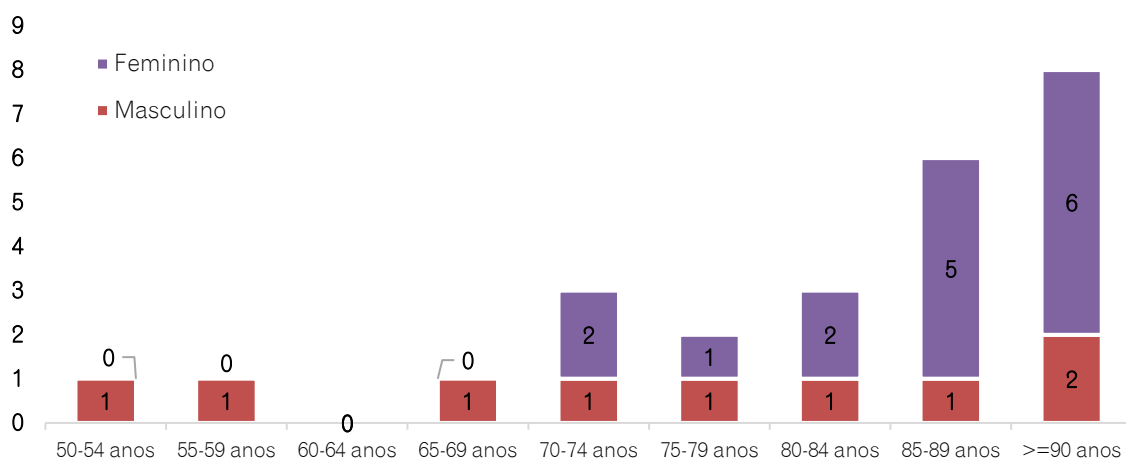
<sup>14</sup> Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Um aspeto comum aos dois centros de dia consiste no facto da maioria dos/as utentes serem provenientes da própria freguesia, onde o respetivo equipamento se localiza, ou seja, da sede de concelho reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local.

Na análise do perfil dos/as utentes da presente resposta social, destaca-se o facto de esta atender sobretudo pessoas com idades mais avançadas (> 85 anos), em resultado da perda de autonomia e do maior isolamento social associado a estas idades.

O número de utentes apresenta uma marcante assimetria em função do sexo, verificando-se que os/as utentes do sexo feminino são os/as que mais procuram este tipo de resposta social (64%).

**Gráfico 16** – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Com o propósito de assegurarem necessidades básicas dos/as utentes, assim como de garantir o seu bem-estar, os serviços complementares assegurados pelos centros de dia apresentavam-se heterogéneos. No entanto, como serviços comuns aos dois centros, destacavam-se o serviço de refeições, os cuidados de saúde e o acompanhamento psicológico.

As atividades desportivas, assim como as atividades culturais, serviço de transporte, tratamento roupas, higiene pessoal, animação, aquisição de bens e serviços são disponibilizados num dos centros, enquanto a outra resposta assegura fisioterapia e o serviço de cabeleireiro.

Os Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS) constituem a fonte de financiamento transversal à totalidade dos centros de dia, facto que reitera assim a dependência das transferências da Administração Central para se assegurar o funcionamento desta resposta social. Esta fonte de financiamento abrangia 48 de utentes.

Uma das entidades apresenta investimentos programados para o curto prazo, obras de renovação e remodelação e aquisição de equipamento, a realizar com capitais próprios.

Esta leitura é indissociável da quebra da procura que a resposta social registou, nos últimos 3 anos, e que a par do clima económico pautado por uma forte incerteza, compromete amplamente a capacidade de investimento das entidades, assim como subseqüentemente limita o investimento contínuo na qualificação da oferta.

As entidades gestoras/proprietárias dos centros de dia indicaram confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social e à semelhança do observado em outras respostas sociais, pondo em causa a sustentabilidade financeira da resposta social. Os centros de dia, na qualidade de resposta social orientada para as pessoas idosas, registaram importantes reorientações ao seu funcionamento decorrentes da crise sanitária, com vista a reduzir potenciais casos de infeção ou mesmo surtos nos seus espaços. No conjunto de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19, estas manifestaram particular impacto na redução de utentes, seja pela distância entre utentes exigida, seja pelo recurso aos serviços prestados no domicílio, seja pela crescente institucionalização de utentes, cuja saúde se deteriorou no seguimento dos constrangimentos físicos e psicológicos, entre outros.

A concertação da redução do quantitativo de utentes, a par da necessidade de cumprimento das exigências legais com a manutenção do equipamento e da resposta social, a que acresce ainda a prevalência de mensalidades reduzidas praticadas nestas respostas sociais, traduz-se num quadro de importantes constrangimentos financeiros.

A idade avançada dos/as utentes constitui outro importante constrangimento apontado, tornando mais exigentes os serviços prestados.

## SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD<sup>15</sup>

---

Em 2022, existem no município 3 respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) orientados para as pessoas idosas, geridas pelas seguintes entidades SFL: Casa do Povo de Pombalinho, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

A distribuição territorial da oferta apresenta-se homogénea, com existência de uma resposta em cada uma das freguesias do concelho.

A oferta de SAD existente no município apresenta um importante histórico de intervenção, na medida em que a totalidade destas respostas sociais já se encontrava em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Golegã, em 2010. Dos 3 SAD, dois deles datam dos

---

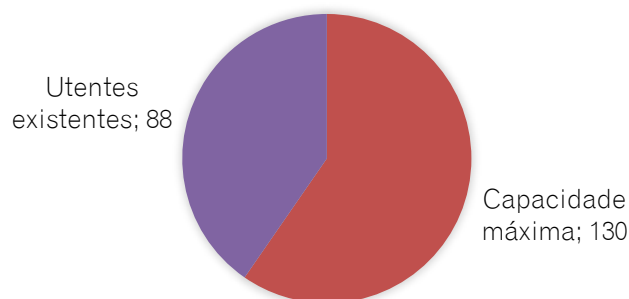
<sup>15</sup> Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária (Carta Social, MTSSS – 2021).

anos 80 do séc. XX, acompanhando assim o aumento da expressão do fenómeno do envelhecimento populacional na sociedade portuguesa. Apenas 1 SAD iniciou atividade na primeira década do século XXI (Casa do Povo do Pombalinho).

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 130 lugares, no entanto, em 2021, os SAD totalizavam 88 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 68%. Com uma disponibilidade de 40 lugares (38% da capacidade instalada) para acompanhar um eventual aumento da procura efetiva, a dotação de SAD no concelho apresenta-se satisfatória.

Nas 3 respostas identificam-se capacidades instaladas diferentes, variando entre os 30 lugares na Casa do Povo do Pombalinho e os 50 lugares nos SAD da responsabilidade das Santas Casas da Misericórdia. Contudo as taxas de ocupação não são muito diferenciadas oscilando entre os 64% e 72%, não existindo respostas a funcionar no limite da sua capacidade.

**Gráfico 17** – Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD, em 2021 (N.º)



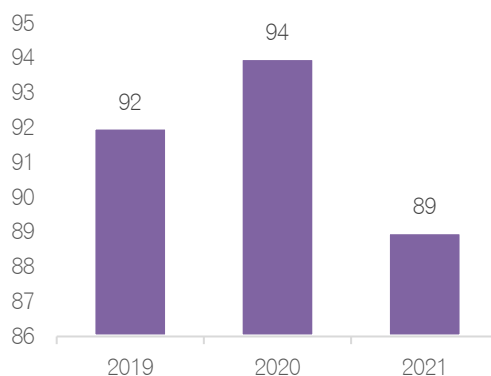
**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Entre 2019 e 2020, a procura desta resposta social teve um aumento muito ligeiro (+2 utentes), com a pandemia da COVID-19 a explicar amplamente esta variação. Na sequência das situações de confinamentos e das muitas medidas de saúde pública adotadas, a resposta SAD teve um aumento, na medida em que permitia responder às necessidades dos/as utentes no seu próprio domicílio.

Com a evolução da pandemia e paulatino regresso à normalidade e reabertura da economia e das demais respostas sociais, verifica-se que entre os anos de 2020 e 2021, os SAD tiveram uma contração da procura (-5 utentes), circunscrevendo-se aos/às 89 utentes, o que representa uma quebra face ao ano pré-pandemia.

Um aspeto comum a todos os SAD em funcionamento no concelho consiste no facto da maioria dos/as utentes serem provenientes da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local, muito embora com serviço ao domicílio.

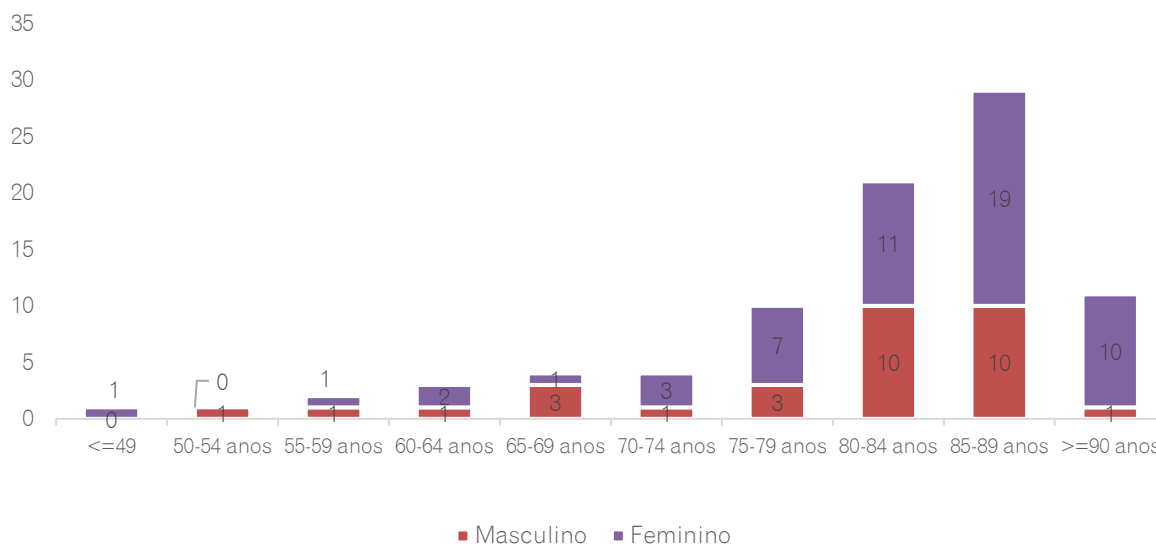
**Gráfico 18** – Utentes dos SAD em 2019, 2020 e 2021 (N.º)



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

O perfil dos/as utentes caracteriza-se por uma importante heterogeneidade de faixas etárias. Ainda que constituindo uma resposta social vocacionada para as pessoas idosas, os SAD apresentam utentes mais jovens, reiterando assim que esta não se trata de uma resposta social exclusiva dos/as mais idosos, mas que dá suporte a pessoas de todas as idades em situação de dependência temporária ou definitiva. Contudo, mais de 80% dos/as utentes de SAD são pessoas com 75 ou mais anos, evidenciando-se um aumento dos níveis da procura efetiva interdependentes do aumento da idade, decorrente da deterioração das condições físicas e psicológicas dos/as utentes, a par com o aumento de situações de isolamento social.

**Gráfico 19** – Utentes dos SAD, por grupo etário



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Entre a população idosa e/ou em situação de dependência apoiada pelos SAD, é dada prioridade a pessoas económica e socialmente desfavorecida; grau de dependência; em situação de isolamento/solidão, ausência de apoio familiar e/ou risco social; e aos utentes de outras respostas das instituições (SCMG). Os utentes apresentam uma assimetria em função do sexo, verificando-se que os/as utentes do sexo feminino são os que mais procuram este



tipo de resposta social (64%), situação que resulta da conjugação de fatores de ordem biológica, mas também de comportamentos sociais e culturais.

Os serviços complementares assegurados pelos SAD apresentavam-se heterogéneos. No entanto, destacam-se os serviços assegurados pelas três respostas:

- › Confeção, transporte e distribuição de refeições,
- › Colaboração na toma de medicação
- › Higiene pessoal
- › Higiene habitacional
- › Tratamento de roupa
- › Acompanhamento psicossocial individual e familiar
- › Acompanhamento a deslocações ao exterior

A aquisição de géneros alimentares ou outros artigos, bem como o serviço de Telealarme/Teleassistência encontra-se igualmente entre os serviços complementares mais frequentemente assegurados por esta resposta social, assegurados pelos SAD das duas Santas Casas da Misericórdia. A estes acrescem vários outros serviços complementares, Cedência de fraldas, serviço de transporte (SCM da Azinhaga) ou serviços de animação e socialização, fisioterapia, cabeleireiro e estética (SCM da Golegã).

## TELEASSISTÊNCIA

Cumulativamente os/as idosos/as do concelho, podem usufruir do Programa de Teleassistência que se traduz no apoio dado por uma central de assistência permanente, pronta a responder a qualquer situação de emergência, através de sistemas de comunicações rápidos e seguros, 24h por dia, 365 dias por ano. É, contudo, um serviço pouco usado.

**Quadro 9** – Número de Seniores a usufruir de Teleassistência no Concelho da Golegã

Teleassistência									
Processos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Municípios Apoiados	1	0	1	2	1	1	1	1	1

**Fonte:** Serviços de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Academia Origami (SCMA/CMG);</li><li>• Centro de dia (SCMA/SCMG);</li><li>• Centro de Convívio (SCMA/SCMG/PPP);</li><li>• Academia Sénior (SCMG);</li><li>• Centro Comunitário (SCMA);</li></ul>

- Grupo de Voluntários.

#### OPORTUNIDADES

- CLDS 5G
- Atividades dinamizadas junto do público que não são apoiadas pela IPSS;
- Sinalizações por parte das Juntas de Freguesia, Unidade de Saúde Familiar (USFR/UCC), Igreja, entre outros.

#### AMEAÇAS

- Resistência e/ou falta de informação por parte das pessoas;
- Luto;
- Alteração do agregado familiar perda de laços ausência de familiares próximos;
- Excesso de burocracia;
- Encerramento da extensão de saúde na freguesia da Azinhaga;
- Incompatibilidade dos transportes públicos com os horários de consultas médicas e outras situações;
- Identificação dos casos para integrar os idosos.

#### CAUSAS

- Lista de Espera Longas
- Falta de Financiamento
- Admissões precoces em ERPI
- Ausência de ERPI's
- Rede de Transportes
- Luto
- Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar
- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Encerramento da Extensão de Saúde e outros serviços
- Doenças do foro mental
- Não reconhecimento dos saberes dos mais velhos/falta de partilha entre gerações
- Excesso de Burocracia
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Relacionamentos não saudáveis
- Fatores culturais
- Isolamento
- Ausência de Partilha

# NECESSIDADE DE UMA INTERVENÇÃO SOCIAL MAIS HUMANA E MAIS PRÓXIMA DOS CONTEXTOS DE VIDA DAS PESSOAS

A Lezíria do Tejo, perdeu aproximadamente 11 mil habitantes face a 2011, apresentando uma população total de 236.132 habitantes, em 2021<sup>16</sup>. Na Golegã, deu-se uma evolução análoga, tendo sido recenseados menos 513 residentes que dez anos antes, um total de 5.400 habitantes, -8,7% de população residente. A perda de população tem consequências na evolução do número de beneficiários/as de apoios sociais, que teve uma trajetória decrescente nos últimos anos.

Os/as **pensionistas da segurança social** constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida.

Em 2020, residiam na Golegã 2.082 pensionistas da segurança social, o que equivale a 2,7% do total regional e a 39,4% da população do concelho. No mesmo ano, os/as beneficiários/as de abono de família para crianças e jovens, eram 602, o subsídio de desemprego chegava a 159 indivíduos, enquanto o Rendimento Social de Inserção era recebido por 76 pessoas.

A prestação social para a inclusão, para pessoas com deficiência/incapacidade, foi atribuída a 54 pessoas. A exigência e as carências em apoios sociais e financeiros são cada vez maiores, com o envelhecimento populacional e as alterações na estrutura familiar tradicional.

---

<sup>16</sup> Censo de 2021- Resultados preliminares

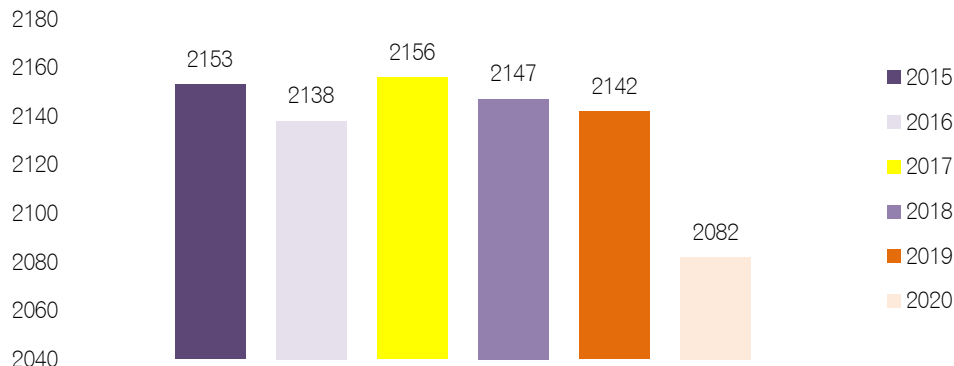
**Quadro 10** – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial		2014				2020			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
CC:Golegã	n.º	2.149	279	1.356	514	2.082	227	1.356	499
	%	100	13,0	63,1	23,9	100	10,9	65,1	24,0
Lezíria do Tejo	n.º	79.265	7.478	52.106	19.681	77.512	6.524	51.658	19.330
	%	100	9,4	65,7	24,8	100	8,4	66,6	24,9
Continente	n.º	2.783.908	237.313	1.881.190	665.405	2.753.610	159.322	1.932.166	662.122
	%	100	8,5	67,6	23,9	100	5,8	70,2	24,0
Portugal	n.º	2.900.792	254.161	1.947.286	699.345	2.869.492	172.836	2.001.710	694.946
	%	100	8,8	67,1	24,1	100	6,0	69,8	24,2

Fonte: INE

Considerando o período 2014-2020, o número de pensionistas da segurança social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de velhice, que depois de um período de aumento do número de beneficiários/as atingiu o mesmo número de 2014, também pelo decréscimo da população residente. Os/as pensionistas abrangem, essencialmente, a população idosa, dependente das transferências da segurança social, grupo etário cada vez mais representativo, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da mortalidade.

**Gráfico 20** – Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2020, Golegã

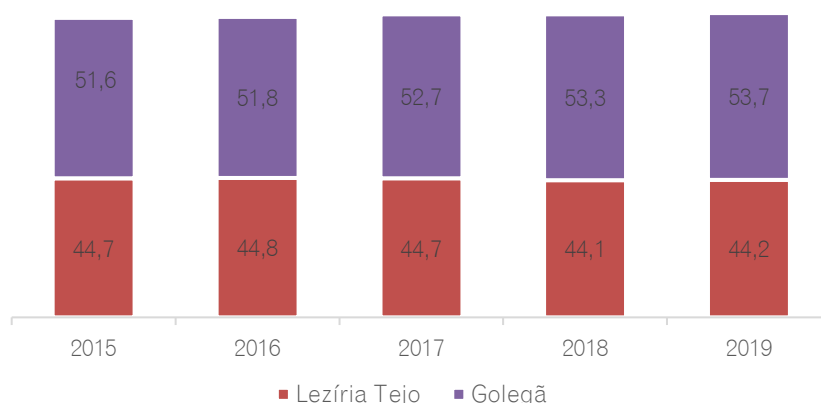


Fonte: INE

Entre os/as pensionistas, a idade constitui o principal motivo para apoio financeiro, as pensões de velhice representam cerca de 65,1% do total de pensões atribuídas na Golegã, seguidas das pensões de sobrevivência, com 24% desta fatia, que constituem um meio de compensar a perda de rendimentos por motivo de falecimento. Os valores registados no concelho da Golegã situam-se ligeiramente abaixo da média da Lezíria do Tejo e da média nacional, exceto na atribuição das pensões de invalidez.

Após uma trajetória de crescimento, na primeira década do século XXI, o número de pensionistas da segurança social tem vindo a diminuir no concelho.

**Gráfico 21** – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã



Fonte: PORDATA

Se para além dos/as pensionistas da segurança social considerarmos também os/as pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, este grupo representa 53,72% da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, em 2019, o que revela uma elevada percentagem da população dependente destes apoios financeiros. O montante de pensões pagas pela segurança social no concelho da Golegã passou dos 103 milhões de Euros em 2014 para aproximadamente 11 milhões durante o ano de 2020. Este aumento, contrário ao da evolução dos/as pensionistas, dever-se-á às atualizações ao valor das pensões.

**Quadro 11** – Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2015-2020

Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	10.452	10.625	10.742	11.035	11.375	11.365
Lezíria do Tejo	389.310	398.280	403.869	411.828	430.466	440.728
Continente	14.790.108	15.149.426	15.410.489	15.711.720	16.418.803	16.854.138
Portugal	15.330.973	15.712.185	15.989.923	16.292.968	17.021.937	17.477.556

Fonte: INE

**Quadro 12** – Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	10.227	1.349	7.421	1.457	11.365	1.320	8.368	1.677
Lezíria do Tejo	383.206	37.370	289.452	56.384	440.728	39.123	336.366	65.238
Continente	14.585.462	1.148.922	11.358.048	2.078.492	16.854.138	920.905	13.494.715	2.438.518
Portugal	15.118.219	1.234.836	11.708.832	2.174.550	17.477.556	1.003.224	13.928.526	2.545.806

Fonte: INE

De igual modo, cresceu significativamente o valor médio das pensões pagas pela segurança social, cuja média anual passou de cerca de 4.515 € no ano de 2014, para 5.129€, em 2020.

A **pensão de velhice**, era a que tinha em 2020, no concelho da Golegã, o valor médio anual processado mais elevado (mais de 5.831€). A pensão de invalidez tinha um montante médio anual próximo daquele. A pensão de sobrevivência era substancialmente mais reduzida (3.044€). Os valores referidos eram geralmente inferiores aos encontrados na região e no país.

**Quadro 13** – Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2020

Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	4.584	4.716	4.717	4.836	5.007	5.129
Lezíria do Tejo	4.677	4.791	4.887	5.031	5.263	5.401
Continente	5.079	5.207	5.310	5.465	5.713	5.840
Portugal	5.052	5.182	5.283	5.436	5.684	5.811

Fonte: INE

**Quadro 14** – Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020

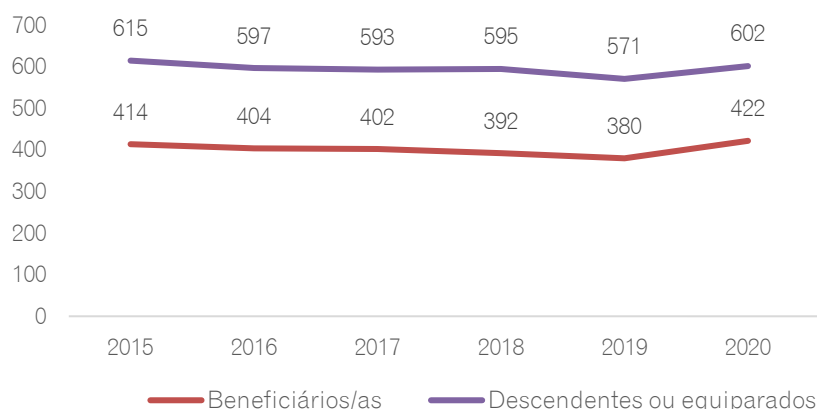
Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	4.515	4.783	5.186	2.639	5.129	5.741	5.831	3.044
Lezíria do Tejo	4.618	4.897	5.317	2.697	5.401	5.854	6.211	3.144
Continente	5.027	4.717	5.813	2.951	5.840	5.594	6.698	3.451
Portugal	4.998	4.732	5.787	2.937	5.811	5.617	6.672	3.433

Fonte: INE

Este valor coloca a Golegã significativamente abaixo da média nacional e do valor médio anual de pensão obtido para a Lezíria do Tejo, que é de 5.401€ por pensionista.

No que respeita às **prestações familiares**, a evolução da atribuição do abono de família observou uma trajetória de decréscimo, chegando a 602 crianças e jovens, com um valor total atribuído de 376 milhares de euros, em 2020.

**Gráfico 22** – Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), concelho de Golegã



Fonte: INE

Noutra vertente, a **população portadora de deficiência** é um grupo particularmente vulnerável, cuja condição está associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras.

No concelho da Golegã, em 2001, estavam recenseados 384 cidadãos/ãs com deficiência, de vários tipos e graus de deficiência, sendo que, no concelho cerca de 6,7% da população registava algum tipo de deficiência.

A maioria dos/as deficientes com mais de 15 anos do concelho sofria de deficiência visual (mais de 38%), seguindo-se o grupo de deficientes motores que eram cerca de 22% do total. Considerando o mesmo grupo etário, dos cerca de 365 deficientes, cerca de 27% estava integrado no mercado de trabalho, mas os/as restantes dependiam de outras fontes de rendimento.<sup>17</sup> De referir que a deficiência mental chegava quase aos 10% no concelho da Golegã. A taxa de deficiência da população residente na Golegã, era a terceira mais elevada da Lezíria do Tejo (6,7%), segundo o Censo de 2001.

**Quadro 15** – População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã

Grau de dificuldade	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não consegue efetuar a ação	18	12	93	55	139	52
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	578	322	612	354	207	197

Fonte: INE

<sup>17</sup> Carta Social da Golegã, 2010

A prestação social para a inclusão<sup>18</sup>, um apoio específico para os/as cidadãos/ãs com deficiência/incapacidade igual ou superior a 60%, foi atribuída a 546 indivíduos no concelho, em 2020, o que representou um aumento face a 2019 (52).

**Quadro 16** – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão, da Segurança Social (N.º), 2019 e 2020

Unidade Territorial	2019	2020
Golegã	52	54
Lezíria do Tejo	2.549	2.748
Continente	99.911	107.578
Portugal	106.567	114.726

Fonte: INE

Muito dependente da evolução socioeconómica, parte da população ativa sofre de importantes problemas sociais de pobreza e exclusão social. O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o **Rendimento Social de Inserção (RSI)** ou o **subsídio de desemprego**. Como exemplo, o ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem na Golegã, que se situam aquém dos valores médios regionais e nacionais, no geral, mas também no que respeita ao grupo de profissionais não qualificados, aqueles com remuneração mais baixa.

**Quadro 17** – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2014-2019

Unidade Territorial	Total						Profissionais não qualificados					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Golegã	809,5	819,3	839,6	897,7	925,0	973,7	581,4	592,8	617,1	639,8	671,5	729,8
Lezíria do Tejo	966,2	977,9	976,7	989,3	1.016,0	1.037,3	645,4	655,2	677,3	710,9	742,4	754,6
Continente	1.093,2	1.096,7	1.107,9	1.133,3	1.170,3	1.209,9	666,2	671,2	687,0	717,5	746,1	769,4
Portugal	1.090,6	1.094,1	1.105,6	1.130,8	1.166,9	1.206,3	667,5	672,4	688,5	718,6	746,8	770,5

Fonte: PORDATA

A criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida.

O balanço<sup>19</sup> nacional realizado pelos 25 anos das medidas RMG/RSI, conclui que o número mais elevado de beneficiários/as foi registado em 2010, ano a partir do qual, o número de cessações deste apoio ultrapassou o número de entradas. Contrariamente ao acontecido no

<sup>18</sup> A Prestação Social para a Inclusão tem como objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

<sup>19</sup> RSI, 25 anos - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021



quinquénio anterior, a partir de 2020 e até maio de 2021, o número de beneficiários/as que entraram pela primeira vez na medida (55%) é superior ao/às dos/das que regressam à mesma (45 %).

Outra conclusão importante é que a grande maioria dos/as beneficiários/as do RSI (96 % em 2021) não dispunha de rendimentos do trabalho, sendo que a população beneficiária em idade ativa era inferior a 2/3. Estimativas referem que 16 % da população em situação de pobreza ou 45% da população em situação de pobreza extrema era abrangida pelo RSI, em 2019.

Na Golegã, o número de beneficiárias/os do RSI, que tinha ultrapassado a centena de beneficiárias/os no início do séc. XXI, diminuiu, ficando-se 76 beneficiárias/os no ano de 2020, o que equivale a cerca de 1,6% da população residente, com idade igual ou superior a 15 anos.

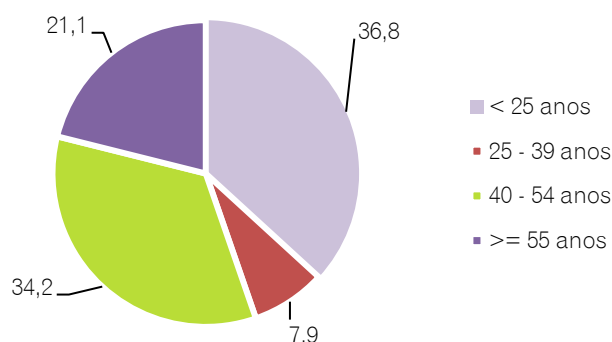
**Quadro 18** – Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção (n.º e % da população residente com 15 ou mais anos), 2016-2020

Unidade Territorial	2016		2017		2018		2019		2020	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Golegã	91	1,8	85	1,7	90	1,8	77	1,6	76	1,6
Lezíria do Tejo	5.303	2,5	5.044	2,4	4.918	2,4	4.622	2,2	4.408	2,1
Continente	257.261	3,0	258.194	3,1	252.859	3,0	239.341	2,8	232.117	2,7
Portugal	287.534	3,2	288.194	3,2	282.288	3,2	267.403	3,0	257.939	2,9

Fonte: INE (n.º), PORDATA (% da população residente)

As/os principais beneficiárias/os deste apoio social têm menos de 25 anos (36,8%), em 2020, com uma distribuição quase equitativa pelos dois sexos (51% homens;49% mulheres).

**Gráfico 23** – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Grupo etário, em Golegã, 2020 (%)



Fonte: INE

O número de beneficiárias/os do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa situa Golegã (16,14‰) abaixo da média regional (21,28‰) e nacional (28,96‰), em 2020. Neste ano foram processados 90 milhares de euros em RSI.

Em 2007 eram 279 as/os beneficiárias/os de subsídio de desemprego no município da Golegã, que no seu conjunto recebiam um total de 902 mil euros de apoio financeiro. O número de beneficiárias/os diminuiu para os 156 em 2020, que recebem apoios no valor de 444 mil euros, que se traduz num valor médio anual de 2.795€.

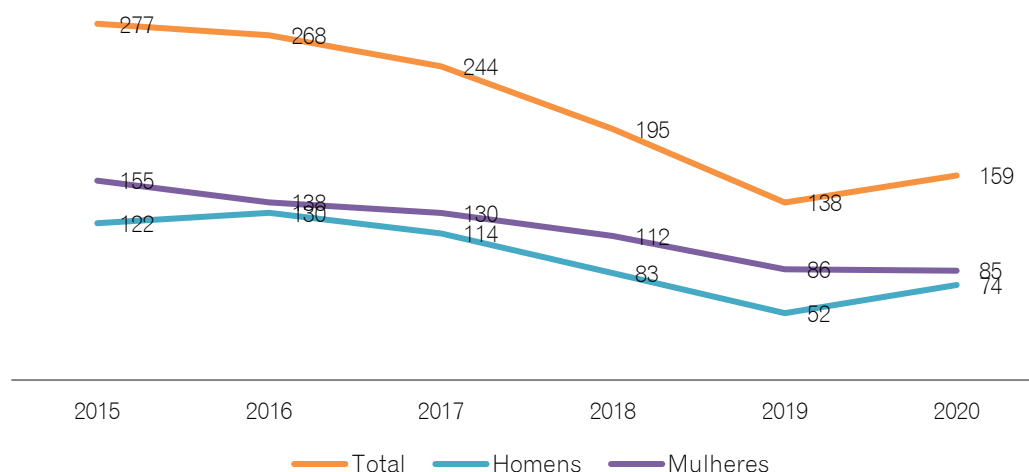
**Quadro 19** – Valor processado de subsídios de desemprego da segurança social (milhares €), 2014-2020

Unidade Territorial	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	780	760	639	507	367	444
Lezíria do Tejo	38.258	32.736	28.234	25.986	23.745	28.301
Continente	1.508.437	1.267.490	1.076.909	1.015.677	991332	1.301.346
Portugal	1.594.416	1.345.095	1.146.817	1.083.993	1051759	1.366.508

Fonte: INE

Como já foi assinalado anteriormente, no concelho o número de desempregados masculinos beneficiários de subsídio de desemprego (47%) é inferior aos/às beneficiários/as do sexo feminino (53%). Outro dado relevante é o aumento do número de novas/os beneficiárias/o deste subsídio, que foi de 91, em 2020, quando no ano anterior se tinha ficado pelos 70.

**Gráfico 24** – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por sexo, em Golegã, 2015-2020



Fonte: INE

Analisando a estrutura etária das/os beneficiárias/os do subsídio de desemprego no concelho verificamos que 49% dos/as beneficiários/as, em 2020, têm uma idade compreendida entre os 30 e os 49 anos, sendo que o maior contingente tem uma idade

compreendida entre os 40-49 anos (27%), uma idade em que a dificuldade em mudar de emprego e de ser contratado começa a ser maior.

**Quadro 20** – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por Grupo etário, 2020

Unidade Territorial	Total	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 54 anos	55 e mais anos
Golegã	159	7	28	35	43	20	26
Lezíria do Tejo	10.116	728	1.171	2.298	2.543	1.147	2.229
Continente	413.066	31.096	51.997	99.911	99.706	41.562	88.794
Portugal	434.212	32.630	54.807	105.083	104.702	44.007	92.983

Fonte: INE

Segundo informação do GEEP do MTSS, desde 15 de janeiro de 2021, houve 980 empresas com pedidos de *Layoff* Simplificado na Lezíria do Tejo, que envolvem 5.458 trabalhadores<sup>20</sup>, algumas destas empresas poderão não conseguir recuperar após a crise económica o que agravará significativamente o desemprego na região.

A pandemia COVID-19 teve efeitos diretos na economia nacional e regional ainda não mensurados e veio agudizar situações de carência económica. No mercado de trabalho, estes são visíveis, nomeadamente, nas medidas e apoios sociais destinados às empresas, trabalhadores/as e famílias, neste contexto e que invertem as tendências que se faziam sentir até 2020.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Igreja;</li> <li>• Farmácias;</li> <li>• IPSS's;</li> <li>• Juntas de Freguesia;</li> <li>• Saúde (USF e UCC);</li> <li>• Agrupamento de Escolas de Azinhaga, Golegã e Pombalinho;</li> <li>• Grupos de voluntários;</li> <li>• Bancos alimentares;</li> <li>• CMG – Rede Social;</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação para os ativos (gestão de equipas/atendimento ao público);</li> </ul>

<sup>20</sup> A informação respeita aos trabalhadores das empresas que entregaram documento, não necessariamente ao número total de trabalhadores efetivamente com apoio.

- Sensibilização no atendimento.

#### AMEAÇAS

- Falta de sensibilidade/empatia para com as situações expostas;
- Sobrecarga de funções (profissionais);
- Falta de conhecimento/formação;
- Falta de capacidade de escuta ativa;
- Ausência de competências para a resolução de conflitos;
- Excesso de burocracia;
- Falta de comunicação assertiva.

#### CAUSAS

- Admissões precoces em ERPI
- Ausência de ERPI's
- Ofertas de Emprego pouco aliciantes
- Rede de Transportes
- Falta de ambições/objetivos profissionais
- Luto
- Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar
- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Encerramento da Extensão de Saúde e outros serviços
- Doenças do foro mental
- Sobrecarga de funções profissionais
- Excesso de Burocracia
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Linguística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Fatores culturais
- Isolamento

# DESEMPREGO POPULAÇÃO MAIS JOVEM & NECESSIDADES DE REQUALIFICAÇÃO /FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ADULTOS

## NÍVEIS DE ATIVIDADE E DE EMPREGO

---

A taxa de desemprego jovem em Portugal é superior à média da União Europeia: fixa-se nos 15,9% — 2,9% acima da média comunitária, que está nos 13%. O país é o sétimo com esta taxa mais alta, atrás da Grécia, Espanha, Itália, Sérvia, Suécia e Croácia. Os números são do Eurostat, que analisou a taxa de desemprego jovem (entre os 15 e os 29 anos), e mostram também que na União Europeia este número caiu dos 13,3% em 2020 para os 13% em 2021.

Em Portugal, é na Região Autónoma da Madeira que a taxa de desemprego jovem é mais alta: fixa-se nos 21,1%. Segue-se o Algarve (19,4%) e a Região Autónoma dos Açores (17,2%). Na Área Metropolitana de Lisboa, a taxa de desemprego jovem é 16,1%. No Norte, Alentejo e Centro, o número é mais baixo do que a média nacional: 15,6%, 15,2% e 15,1%, respetivamente.

*“A crise da covid-19 e as medidas que lhe estão associadas tiveram um impacto desproporcional nos mais jovens no que toca ao desemprego: a taxa de desemprego jovem subiu 1,4 pontos percentuais em 2020 [de 11,9% para 13,3%], enquanto a taxa de desemprego global aumentou 0,4 pontos”* (Eurostat, 2022). De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE), agosto 2022, mostrava que o desemprego no grupo dos 16 aos 24 anos recuou para os 16,7% (um número mais baixo do que o registado antes da pandemia), mantendo-se, no entanto, superior à taxa de desemprego global, que recuou para os 5,7%.

De acordo com os dados do IEFP de agosto deste ano, na Golegã, podemos verificar que nas idades de <25 anos e >25-34 anos se regista uma importante fatia de desempregados/as (21 desempregados/as), seguindo-se da faixa etária seguinte com 38 desempregados/as.

**Quadro 21** - Desempregados registado, segundo grupo etário, agosto 2022

< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos e +	Total
8	13	38	15	74

Fonte: IEFP, 2022

**Quadro 22** - Desempregados registados no concelho, segundo Níveis de Escolaridade, agosto 2022

< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo	Secundário	Superior
6	7	11	17	25	8

Fonte: IEFP, 2022

**Quadro 23** - Desempregados registados no concelho, segundo o género, o tempo de Inscrição e a situação face à procura, agosto 2022

Género		Tempo de Inscrição		Situação Face ao Emprego		Total
Homens	Mulheres	< 1 ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
28	46	42	32	5	69	74

Fonte: IEFP, 2022

Já no que se refere à taxa de desemprego, constata-se um incremento considerável em todas as unidades territoriais, consequência do período de crise económica iniciado em meados da década passada. No concelho da Golegã a taxa de desemprego aumentou de 8,5% em 2001 para 11,1% em 2011. Ainda assim, os níveis de desemprego no concelho verificados em 2011 situam-se abaixo das médias da sub-região e do país, contrariamente ao que sucedia em 2001.

**Quadro 24** – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)

Unidade territorial	Taxa de atividade		Taxa de desemprego	
	2001	2011	2001	2011
CC: Golegã	43,9	44,2	8,5	11,1
Lezíria do Tejo	48,1	46,6	8,1	12,7
Continente	48,4	47,6	6,9	13,2

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

De facto, a subida no número de desempregados/as nas diversas unidades territoriais em análise é considerável. A título exemplificativo, constata-se que no concelho da Golegã o valor passou de 212, em 2001, para 268, em 2011.

No concelho da Golegã, em 2011, consolidou-se a percentagem de desempregados/as à procura de novo emprego, que representam mais de 86% do total de desempregados/as. Este padrão é semelhante ao que sucede na Lezíria do Tejo e no Continente. Na maioria trata-se de ativos com poucas qualificações e de difícil integração nos outros setores, saídos da

atividade agrícola; mais recentemente são provenientes do processo de reestruturação e de encerramento de pequenas empresas do setor industrial e dos serviços.

**Quadro 25** – Evolução da população desempregada

Unidade Territorial	Total		Procura do 1º emprego (%)		Procura de novo emprego (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>CC: Golegã</b>	212	268	15,1	13,4	84,9	86,6
Lezíria do Tejo	9.418	14.571	15,7	14,2	84,3	85,8
Continente	327.404	630.711	21,0	18,2	79,0	81,8

**Fonte:** INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente acelerou-se o processo de terciarização, tendo no concelho da Golegã aumentado o peso do sector de serviços. Com efeito, o peso do setor terciário no concelho aumentou de 63,8% em 2001 para 71,4% em 2011.

Esta mudança faz-se sobretudo à custa de transferências do setor secundário para o setor terciário dado que o setor primário se manteve quase inalterado. O valor percentual dos ativos no terciário de natureza económica é ainda dominante, mas tal como noutros concelhos da sub-região, o que se verificou foi essencialmente uma expansão do terciário de natureza social.

**Quadro 26** – Evolução da estrutura da população ativa (%)

Unidade Territorial	2001			2011				
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Terciário Social	Terciário Econ.
<b>CC: Golegã</b>	9,1	27,1	63,8	8,8	19,8	71,4	32,1	39,4
Lezíria do Tejo	10,0	31,8	58,2	7,3	24,2	68,5	26,7	41,9
Continente	4,8	35,5	59,7	2,9	26,9	70,2	28,4	41,8

**Fonte:** INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Uma análise mais fina permite concluir que nem todas as freguesias do concelho se comportam da mesma maneira. O peso do terciário é particularmente evidente na freguesia urbana, sede de concelho, que absorve quase 3/4 da população residente. Parte destes ativos exercem a sua atividade no eixo Torres Novas/ Entroncamento. Já na freguesia da Azinhaga e, fundamentalmente, do Pombalinho, o peso do setor primário é ainda muito significativo, refletindo o perfil agrícola dominante neste território, com excelentes condições edafoclimáticas para a prática desta atividade.

**Quadro 27** – Estrutura da População Ativa em 2011, por freguesia (%)

Unidade Territorial	Primário	Secundário	Terciário	Terciário Social	Terciário Económico
Golegã	7,2	18,9	73,9	35,8	38,1
Azinhaga	11,5	22,2	66,3	24,3	42,0
Pombalinho	16,1	19,0	65,0	22,6	42,3
<b>CC: Golegã</b>	8,8	19,8	71,4	32,1	39,4

**Fonte:** INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Os **Gabinetes de Inserção Profissional** (GIP) regulados pela Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, são estruturas de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com os serviços de emprego, suportam a atuação destes no desenvolvimento de atividades que contribuem para a inserção ou reinserção profissional de desempregados/as. O concelho da Golegã conta com um Gabinete de Inserção Profissional, no Equuspolis. No ano de 2022, já foram efetuados 149 atendimentos, 214 em 2021 e 265 em 2020.

Os/as desempregados/as beneficiam de um vasto leque de atividades que o GIP desenvolve:

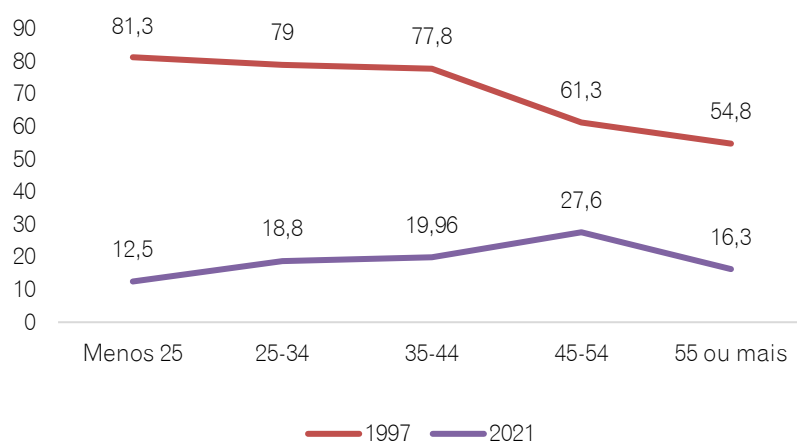
- › Informação profissional para jovens e adultos desempregados/as;
- › Apoio na procura ativa de emprego;
- › Acompanhamento personalizado dos/as desempregados/as em fase de inserção ou reinserção profissional;
- › Encaminhamento para ofertas de qualificação;
- › Divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados/as nas ofertas disponíveis e adequadas;
- › Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- › Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou atividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho.

Na Golegã Concelho, em 2020, 3% da população era beneficiária de Subsídio de Desemprego, sendo 74 homens e 85 mulheres.

Ao nível dos escalões etários, o escalão etário entre os 40 e os 44 anos é o mais afetado pelo fenómeno do desemprego, com 43 desempregados/as, enquanto a faixa etária relativa à população com idades entre os 60 e os 64 anos regista apenas 5 desempregados/as no Concelho.



Gráfico 25 – – Desempregados/as Inscritos no IEFP, por grupo etário. 1997/2021 Média anual



Fonte: PORDATA

## NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A relativamente baixa percentagem de população residente com o ensino superior em relação à média nacional torna o Concelho menos competitivo em termos de estabelecimento de atividades empresariais que requeiram recursos humanos com formação superior, e por sua vez a inexistência de oportunidades de emprego leva a que uma fatia significativa de jovens com formação académica de nível superior opte por residir fora do Concelho.

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica. No Concelho da Golegã, as baixas qualificações da população, bem como de qualificações desfasadas das necessidades do mercado de trabalho, a par de outros motivos, contribuem para as baixas expectativas que se traduzem num fraco investimento na educação e numa desvalorização da formação.

Contudo, ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. No Concelho da Golegã constata-se que a taxa de analfabetismo<sup>21</sup> continua a registar um decréscimo acentuado, tendo evoluído de 13,5% em 2001 para 7,9% em 2011, permanecendo superior à média nacional e idêntica à média sub-regional.

Com efeito, verifica-se uma necessidade de maior articulação do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho com as Santas Casas e Instituições Particulares de Solidariedade Social com respostas sociais dirigidas a seniores, no sentido de minimizar esta problemática.

<sup>21</sup> Taxa de Analfabetismo – Percentagem da população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever.

De resto, é ainda muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (68,5%), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior (11,2%), valor inferior às médias sub-regional e nacional.

**Quadro 28** – Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	População 2021	Nenhum	Ensino Básico	1º Ciclo do E. B.	2º Ciclo do E. B.	3º Ciclo do E. B.	Ensino secundário e pós secundário	Ensino superior
<b>CC: Golegã</b>	5400	13,4%	51,9%	23,2%	11,1%	17,5%	22,4%	12,4%
Lezíria do Tejo	235892	14,8%	50,5%	22,9%	11,0%	16,6%	21,4%	13,3%
Continente	9.857.593	13,7%	47,4%	21,3%	10,6%	15,5%	21,3%	17,6%

Fonte: INE (Recenseamento da População 2021)

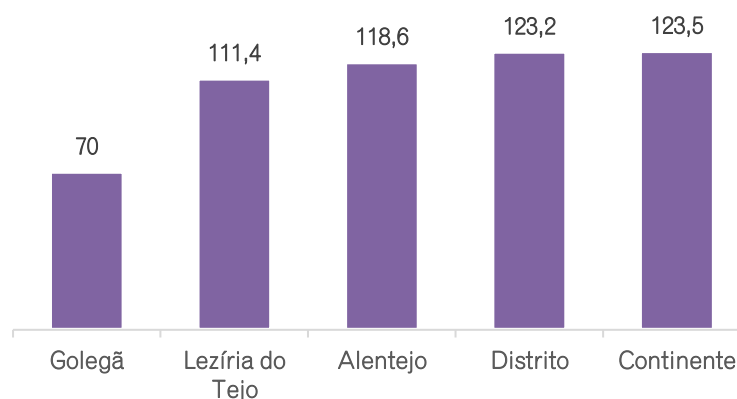
A relativamente baixa percentagem de população residente com o ensino superior em relação à média nacional torna o Concelho menos competitivo em termos de estabelecimento de atividades empresariais que requeiram recursos humanos com formação superior, e por sua vez a inexistência de oportunidades de emprego leva a que uma fatia significativa de jovens com formação académica de nível superior opte por residir fora do Concelho.

**Quadro 29** – Níveis de Instrução da População Residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	Nenhum	Ensino Básico	1º Ciclo do E. B.	2º Ciclo do E. B.	3º Ciclo do E. B.	Ensino secundário e pós secundário	Ensino superior
<b>CC: Golegã</b>	13,4%	51,9%	23,2%	11,1%	17,5%	22,4%	12,4%
Lezíria do Tejo	14,8%	50,5%	22,9%	11,0%	16,6%	21,4%	13,3%
Continente	13,7%	47,4%	21,3%	10,6%	15,5%	21,3%	17,6%

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021- dados provisórios)

**Gráfico 26** – Taxa Bruta de Escolarização 2019/2020 (%)



Fonte: INE / PORDATA

Relativamente à análise qualitativa levada a cabo pelo grupo de trabalho responsável pelas temáticas do Emprego e Formação Profissional, foram definidos os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gabinete de Inserção Profissional (GIP)</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização do GIP (contactos c/ entidades; apoio na elaboração de currículos; técnicas de procura de emprego);</li> <li>• Verificar se os cursos técnico-profissionais existentes têm saída profissional;</li> <li>• Técnico do IEFP – realização de sessões de esclarecimento com parceiros/entidades locais (CEI's, por exemplo);</li> <li>• CEI's na área da reabilitação;</li> <li>• Ações de formação no Concelho - descentralizar;</li> <li>• Estágios e apoios à contratação - virado para as empresas/instituições.</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de dinamização do GIP (informação/onde está/ o que faz/ que ofertas existem);</li> <li>• Foco das pessoas muito direcionadas para uma determinada área;</li> <li>• Jovens que não frequentam a escola e/ou não estão no mercado de trabalho;</li> <li>• Dificuldade em integrar os jovens na vida ativa (mercado de trabalho, falta de oportunidades)</li> <li>• Ausência de formação/especialização;</li> <li>• Pessoas dependentes de subsídios.</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Falta de Financiamento;</li> <li>■ Fracas Qualificações;</li> <li>■ Oferta de Emprego pouco aliciantes;</li> <li>■ Rede de transportes;</li> <li>■ Pessoas dependentes de subsídios;</li> <li>■ Falta de ambições/objetivos profissionais;</li> <li>■ Excesso de Burocracia</li> <li>■ Falta de competências comunicacionais e relacionais.</li> </ul>

# FALTA DE LEVANTAMENTO/DIAGNÓSTICO DAS MINORIAS ÉTNICAS NO CONCELHO

&

# FALTA DE AÇÕES DE APOIO NA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES NA COMUNIDADE

Vivemos hoje um tempo de migrações, cujos impactos são múltiplos, tendo inerentes a diversidade cultural das sociedades, o aprofundamento das relações entre países, o empreendedorismo e a inovação, a abertura de mercados, os contributos líquidos para as finanças públicas e os efeitos na demografia.

O perfil migratório dos países tem mudado significativamente, a um ritmo acelerado, nos últimos anos, e no caso português, o perfil migratório alterou-se profundamente desde os anos 60 do século passado. Marcado pela emigração transformou-se, na década de 90 do mesmo século, num país muito procurado por imigrantes para viverem e trabalharem, tendo em conta a melhoria das condições económicas e sociais, que conduziu a uma maior atratividade para trabalhadores de outros Estados; um vasto programa de obras públicas e de construção de infraestruturas, que permitiu a capacidade de absorção de muitos trabalhadores nesses setores, maioritariamente em posições pouco qualificadas; e, finalmente, a instabilidade política e social de países, que justificou a procura desses/as trabalhadores/as por melhores condições de vida em Portugal.

O momento presente reclama medidas e ações concretas que promovam a integração pessoal, social, profissional e cívica, a fim de garantir o acesso de direito a uma cidadania comum, e o amplo consenso político em torno do tema das migrações, em Portugal, tem permitido o sucesso das políticas de integração.

Expresso na prática política e, também, nas expressivas maiorias de aprovação na Assembleia da República, este consenso verifica-se não apenas quanto à necessidade de

adequada integração dos imigrantes, mas também quanto à imprescindível promoção da legalidade migratória, à erradicação de redes de imigração ilegal e à fiscalização e punição de empregadores/as coniventes com estas redes. Esta preocupação é tão mais importante quando as fronteiras externas da União Europeia são objeto de uma pressão migratória sem precedentes, revelando situações de grande carência humanitária, reforçada pela recente Guerra na Ucrânia.

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2001 eram apenas 20 os/as imigrantes residentes no concelho da Golegã, valor correspondente a cerca de 1% dos/as imigrantes na NUT III, e que no contexto da população concelhia representavam apenas 0,39%, abaixo da Lezíria do Tejo e do valor para Portugal. Em 2011, essa percentagem aumentava para 1,01%, em 2021 para 5,4%.

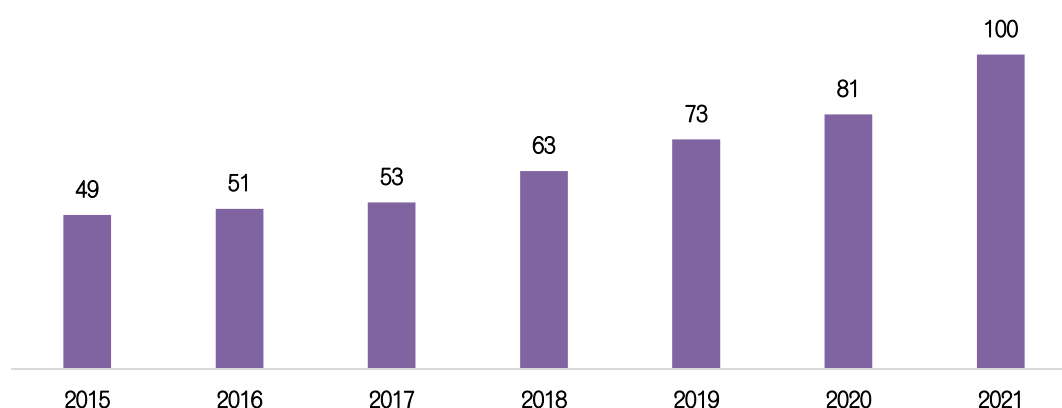
**Quadro 30** - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2001	2011	2021
<b>Golegã</b>	0,39	1,01	5,4
Lezíria do Tejo	1,27	3,54	
Continente	2,29	3,84	
Portugal	2,24	3,74	

Fonte: INE

O número de imigrantes aumentou significativamente desde 2011, estando a residir no concelho em 2020, 100 cidadãos/ãs estrangeiros/as, com autorização/cartão de residência, ou visto de longa duração, em 2021, constituindo o pico de afluência dos últimos anos, embora consideremos que o valor de 2022 será muito superior devido à Guerra na Ucrânia.

**Gráfico 27** - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)

Considerando dois momentos, 2015 e 2021, o quantitativo de residentes estrangeiros/as na Golegã sofreu grandes alterações tendo ganho 51 residentes de nacionalidade estrangeira, comparando com os 49 de 2015.

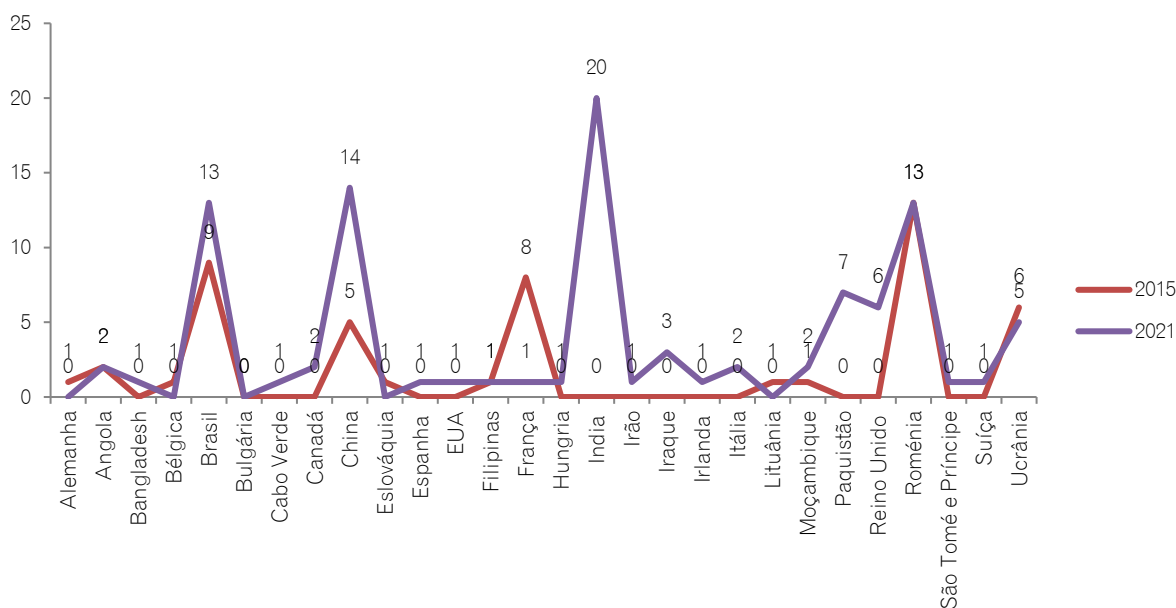
**Quadro 31 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021**

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Alemanha	1	1	1	0	0	0	0
Angola	2	2	1	1	1	1	2
Bangladesh	0	0	1	1	1	1	1
Bélgica	1	1	1	0	0	0	0
Brasil	9	11	9	10	11	14	13
Bulgária	0	0	0	0	1	1	0
Cabo Verde	0	0	0	1	1	1	1
Canadá	0	0	0	0	0	0	2
China	5	3	2	8	11	10	14
Eslováquia	1	1	1	0	0	0	0
Espanha	0	0	1	1	1	1	1
EUA	0	0	0	1	1	1	1
Filipinas	1	1	1	1	1	1	1
França	8	7	7	4	3	1	1
Hungria	0	0	0	0	0	0	1
India	0	1	1	2	3	12	20
Irão	0	0	1	1	1	1	1
Iraque	0	0	3	3	3	3	3
Irlanda	0	0	0	0	0	0	1
Itália	0	0	0	0	0	0	2
Lituânia	1	1	1	0	0	0	0
Moçambique	1	1	1	1	2	2	2
Paquistão	0	0	1	4	7	6	7
Reino Unido	0	0	0	4	4	6	6
Roménia	13	14	13	13	12	10	13
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	1	1	1
Suíça	0	0	0	0	1	1	1
Ucrânia	6	7	7	7	7	7	5

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)

De referir, que reportando-nos a 2021, o maior número são os/as Indianos/as, seguindo-se dos/as brasileiros/as e chineses/as.

**Gráfico 28 - População estrangeira residente no Concelho 2015-2021**



**Fonte:** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT)

No que concerne especificamente aos/às refugiados/as da Ucrânia que mereceram especial atenção de integração, através dum esforço conjunto da comunidade local, da Autarquia, da área da Saúde, IEFP e da Segurança Social.

Foi criada uma equipa (representantes da Câmara Municipal, Delegação Saúde e UCC) liderada pelo Delegado de Saúde de Santarém, com o objetivo de verificar as condições de habitabilidade das casas dispensadas/disponibilizadas pela Comunidade antes da chegada de cada família.

Estes/as refugiados/as tiveram apoio na sua legalização, através do apoio nas deslocações ao SEF, inscrições na Segurança Social para apoio RSI, Português Língua de Acolhimento ministrado pelo IEFP, bem como nas diligências para integração das crianças nos diversos estabelecimentos de ensino.

Na área da saúde, foi verificado/a se os/as mesmos/as tinham todas as vacinas constantes do nosso Plano Nacional de Vacinação, COVID e Gripe. Foram atendidos/as no âmbito da Medicina Geral, tendo sido encaminhados/as para as diferentes especialidades médicas, nomeadamente na área da saúde dentária, que através de consultas, quer através de cheque-dentista.

Para esta problemática foram os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e respetivas causas:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mendes e Gonçalves;</li> <li>• CMG – Rede Social;</li> <li>• Entidades particulares (agricultura);</li> </ul>

- Segurança Social;
- SEF;
- IPSS's;
- Agrupamento de Escolas da Azinhaga, Golegã e Pombalinho;
- Juntas de Freguesia;
- IEFP.

#### OPORTUNIDADES

- Contactar embaixadas/SEF para recolhe dados/informações.

#### AMEAÇAS

- Falta de identificação dos indivíduos;
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes;
- Aumento de migração no Concelho;
- Barreira linguística;
- "Tratamento" diferenciado por parte das entidades.

#### CAUSAS

- Falta de Financiamento
- Ofertas de emprego pouco aliciantes
- Falta de ambições/objetivos profissionais
- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Sobrecarga de funções profissionais
- Excesso de Burocracia
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Linguística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Fatores culturais
- Ausência de Partilha



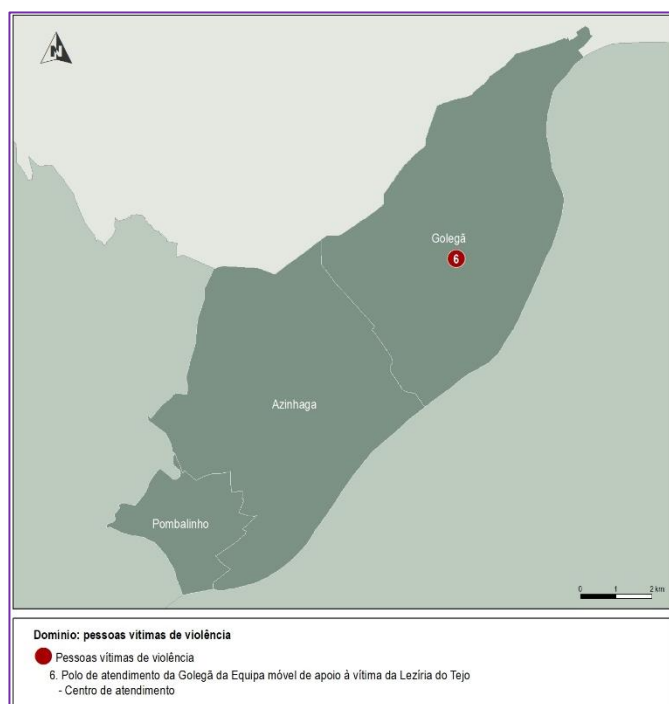
# VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Nos últimos anos, a temática do combate à violência diversificou-se amplamente, a par com a diversificação das formas de discriminação e violência de uma pessoa ou grupo de pessoas, podendo esta ter múltiplas motivações (com base na nacionalidade, origem étnica, religião, orientação sexual ou política, identidade de género, raça, cor, sexo).

Subsequentemente, o apoio às vítimas de violência ganhou uma importante notoriedade na sociedade portuguesa, em resultado da promoção de inúmeras e diversas campanhas de sensibilização para a ação contra toda e qualquer forma de violência, dirigidas ao apoio às vítimas, mas também às respetivas famílias e à sociedade em geral, a par de maiores níveis de informação da população contra o facto de a violência ter várias formas e implicar a prática de vários crimes.

O domínio de intervenção das pessoas vítimas de violência no município da Golegã abrange uma resposta social, a de centro de atendimento a pessoas vítimas de violência.

**Figura 8** – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

O projeto Equipa Móvel de Apoio à Vítima (EMAV) da Lezíria do Tejo tem como objetivo central consolidar a intervenção da APAV ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência doméstica no território abrangido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

No seu âmbito, as principais atividades da equipa incluem:

- › Atendimento e apoio individual a vítimas de violência doméstica, em itinerância, pelos municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.
- › Atividades de informação e/ou sensibilização para o contexto escolar, parceiros-chave e comunidade local sobre violência doméstica e os serviços de apoio.
- › Preparação e distribuição de materiais de informação e divulgação.

| 82

A EMAV da LT- polo da Golegã, visa dar resposta às necessidades locais das vítimas de crime e suas famílias, promovendo uma identidade local da APAV na comunidade em que os serviços de apoio à vítima estão incluídos, desenvolvendo assim relações próximas e consistentes e garantindo a máxima otimização dos recursos disponíveis, uma resposta de proximidade.

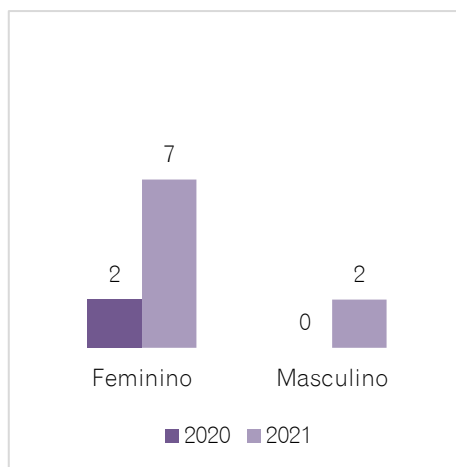
A EMAV LT disponibiliza, de forma confidencial e gratuita, o apoio a vítimas de infrações penais em geral, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio emocional, social, jurídico e psicológico. Este apoio é assegurado por alguns recursos humanos do GAV de Santarém, sendo a EMAV LT composta pela gestora (jurista), assessor (psicólogo), uma TAV da área social e três TAV da área da psicologia.

No decurso do 2021, a EMAV LT registou um total de 34 atendimentos e diligências, contra 28 em 2020. Dos que foram vítima de algum tipo de crime, a maioria foi vítima de crimes no âmbito da Violência Doméstica.

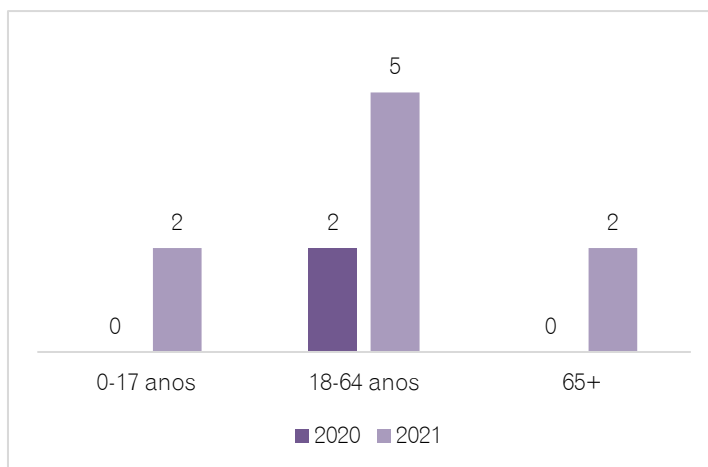
Além dos atendimentos telefónicos e presenciais, a equipa realiza outras diligências no âmbito do processo de apoio à vítima, nomeadamente, o acompanhamento das vítimas, para formalização e apresentação de queixa ou a prestação de declarações nas Forças de Segurança e/ou no Ministério Público; acompanhamento ao Tribunal para depoimento de memória futura; deslocações a instituições da comunidade; retirada dos bens da casa morada de família; acompanhamento no acolhimento em alojamento de emergência, Casa de Abrigo; entrega de bens alimentares, entre outras.

Tendo em conta este número, foi possível fazer o apuramento de alguns dados estatísticos de caracterização destes/as utentes, nomeadamente o sexo, a faixa etária e a freguesia de origem.

**Gráfico 29 – Vítima Violência Doméstica Sexo do/a utente (APAV)**



**Gráfico 30- Vítima Violência Doméstica, Faixa etária (APAV)**

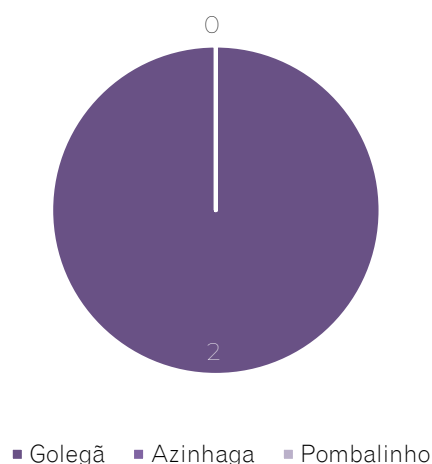


Fonte: APAV. Relatório de Execução Atividades 2020/2021

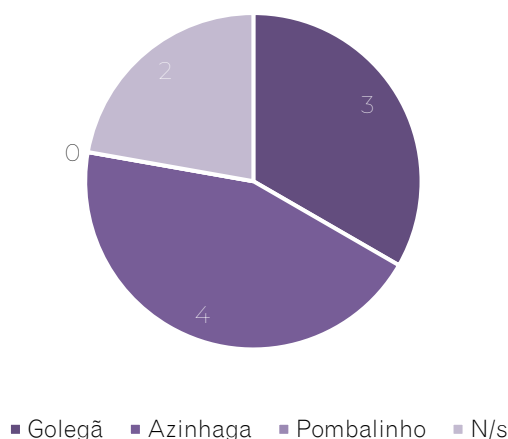
De entre as 3 faixas etárias registadas (crianças, adultos e idosos/as), enquanto em 2020, 100% localizava-se na faixa das pessoas adultas, em 2021, já se verifica o acompanhamento a utentes abaixo dos 17 anos (22%), sendo os restantes 78% dos casos adultos e idosos/as.

Finalmente, foi possível aferir, que os/as utentes apoiados/as pertencem em 2020 pertenciam apenas à freguesia sede, e neste momento às três freguesias.

**Gráfico 31: Utentes Apoiados/as 2020 no âmbito da violência doméstica**



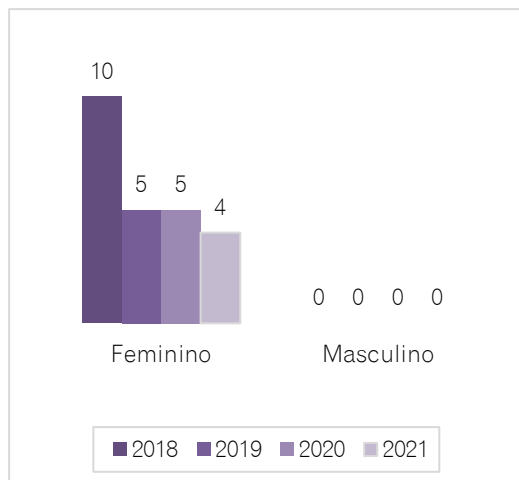
**Gráfico 32: Utentes Apoiados/as 2021 no âmbito da violência doméstica**



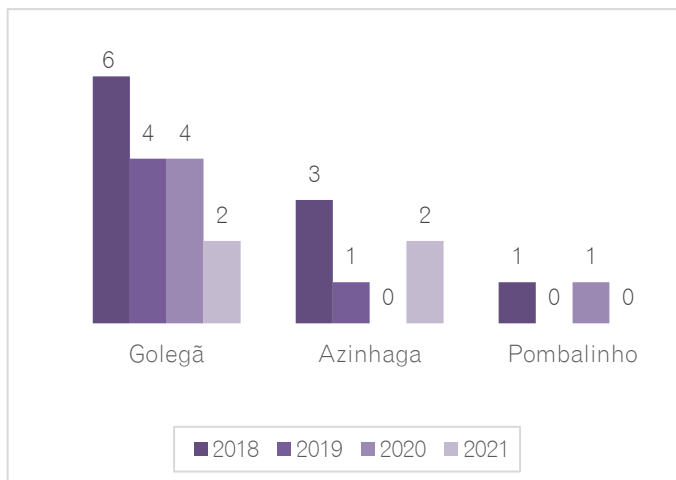
Fonte: APAV. Relatório de Execução Atividades 2020/2021

A Guarda Nacional Republicana – Posto Golegã registou desde 2018 a 2020, 100% das denúncias do sexo feminino, sendo que a maioria reside na sede do Concelho, seguido da Azinhaga e 1 ocorrência no Pombalinho.

**Gráfico 33** – Vítimas de violência doméstica, por sexo (GNR–)



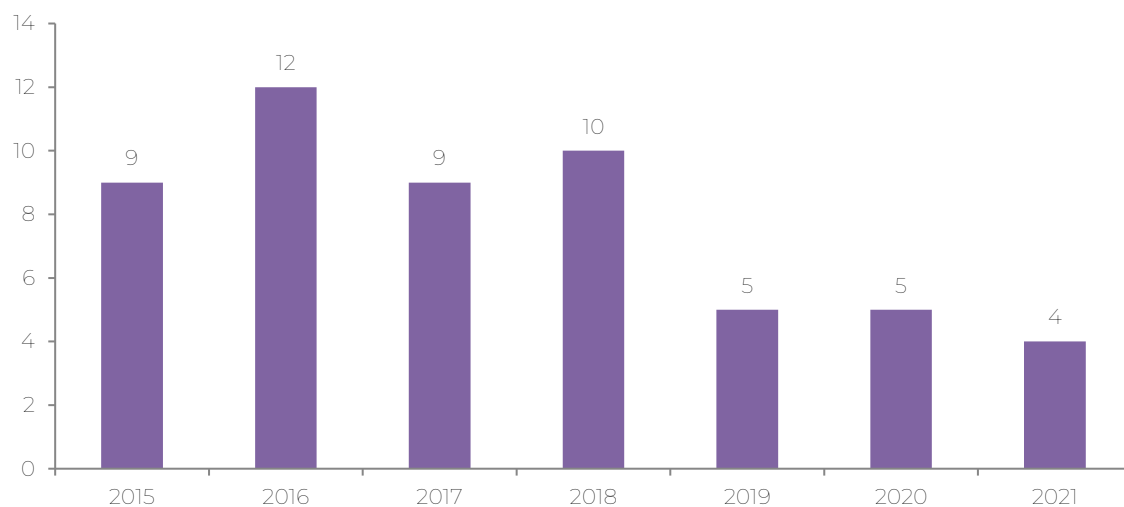
**Gráfico 34** - Vítimas de violência doméstica, por freguesia de origem (GNR)



Fonte: Guarda Nacional Republicana 2022

De referir, que nos últimos anos se tem verificado, a nível de denúncias no Posto, uma redução considerável.

**Gráfico 35** – Número de Denúncias de Violência Doméstica no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2022

Para esta problemática foram identificados os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e respetivas causas:

## RECURSOS

- APAV;
- Saúde (USF e UCC);
- CMG;
- GNR;
- CPCJ;
- Centro Social e Paroquial;
- Agrupamento de Escolas de Azinhaga, Golegã e Pombalinho;
- Linha Telefónica de Informação às Vítimas de Violência Doméstica e/ou Linha Nacional de Emergência Social.

## OPORTUNIDADES

- Intervenção, no terreno, da APAV;
- Ações de sensibilização formação na área da violência no namoro/ bullying/ Cyberbullying / violência doméstica (toda a comunidade escolar);
- Ações de sensibilização formação na área da violência no namoro/ bullying/ Cyberbullying /violência doméstica/ violência idosos/ (parceiros sociais e outras entidades do Concelho);
- Capacitar as vítimas;
- Levantamento/compreender de como estes casos estão a ser acompanhados/abordados na comunidade escolar;
- Interlocutor na comunidade escolar que articula diretamente com a APAV;
- Projeto “Psi +” – destinado a crianças/jovens expostos a situações violência doméstica;
- Envolver os jovens nas abordagens das temáticas.

## AMEAÇAS

- Constrangimento para a vítima em sair de casa e é afastada da sua rede de suporte em vez do agressor;
- Fatores que promovem a manutenção do relacionamento (dependência por parte da vítima);
- Enraizamento cultural que o que se passa entre o casal é apenas entre o casal;
- Abordagem das temáticas por técnicos não especializados;
- Alcoolismo e/ou consume de substâncias psicoativas.

## CAUSAS

- Ausência de ERPI's
- Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar
- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Encerramento da Extensão de Saúde e outros serviços
- Doenças do foro mental

- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Lingüística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Relacionamentos não saudáveis
- Fatores culturais
- Isolamento
- Controlo e poder

# DEPENDÊNCIA DOS APOIOS SOCIAIS POR PARTE DE ALGUMAS FAMÍLIAS & FALTA DE ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DE APOIOS SOCIAIS

O momento atual é de crise, no entanto, com menores efeitos no incremento do desemprego, na quebra de rendimentos da população inserida no mercado de trabalho e no aumento da pobreza generalizada, pelo que se acomete uma menor pressão sobre as respostas e serviços sociais orientados para a família e comunidade. Não obstante, o crescente clima económico de incerteza e de inflação, a par de um reconhecimento da efetividade de que as crises económicas se constituem como cíclicas, conferem a estas respostas e serviços uma importância crucial em garantir o acesso a bens alimentares a pessoas que se encontram socialmente vulneráveis. Como tal, estas respostas sociais desempenham uma função estruturante na preservação de um ambiente social equilibrado e na coesão social, pelo que a sua continuidade se constitui como imprescindível.

Muito dependente da evolução socioeconómica, parte da população ativa sofre de importantes problemas sociais de pobreza e exclusão social.

O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego. Como exemplo, o ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem na Golegã, que se situam aquém dos valores médios regionais e nacionais, no geral, mas também no que respeita ao grupo de profissionais não qualificados/as, aqueles/as com remuneração mais baixa.

**Quadro 32** – Ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2016-2021

Unidade Territorial	Profissionais não qualificados							
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Golegã	839,6	897,7	925,0	973,7	617,1	639,8	671,5	729,8
Lezíria do Tejo	976,7	989,3	1.106,0	1.037,3	677,3	710,9	742,4	754,6
Continente	1.107,9	1.133,3	1.170,3	1.209,9	687,0	717,5	746,1	769,4
Portugal	1.105,6	1.180,8	1.166,9	1.206,3	688,5	718,6	746,8	770,5

Fonte: PORDATA

De facto, em Portugal, a taxa de risco de pobreza<sup>22</sup> tem vindo a aumentar desde 2010, situando-se em 2013 em 19,5% da população portuguesa. Os menores de 18 anos, as famílias com filhos a seu cargo e os/as desempregados/as são os mais afetados.

Em termos de grupos etários, verificou-se que continuam a ser as mulheres o grupo mais vulnerável a situações de pobreza. Em 2020, a taxa de risco de pobreza para as mulheres aumentou face aos anos anteriores, passando a ser de 20,2%.

**Quadro 33** – Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (%)

Ano	Grupo Etário		
	Homem / Mulher	Homem	Mulher
2013	19,5	18,9	20,0
2015	18,7	18,8	18,7
2020	19,8	19,4	20,2

**Fonte:** INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2020)

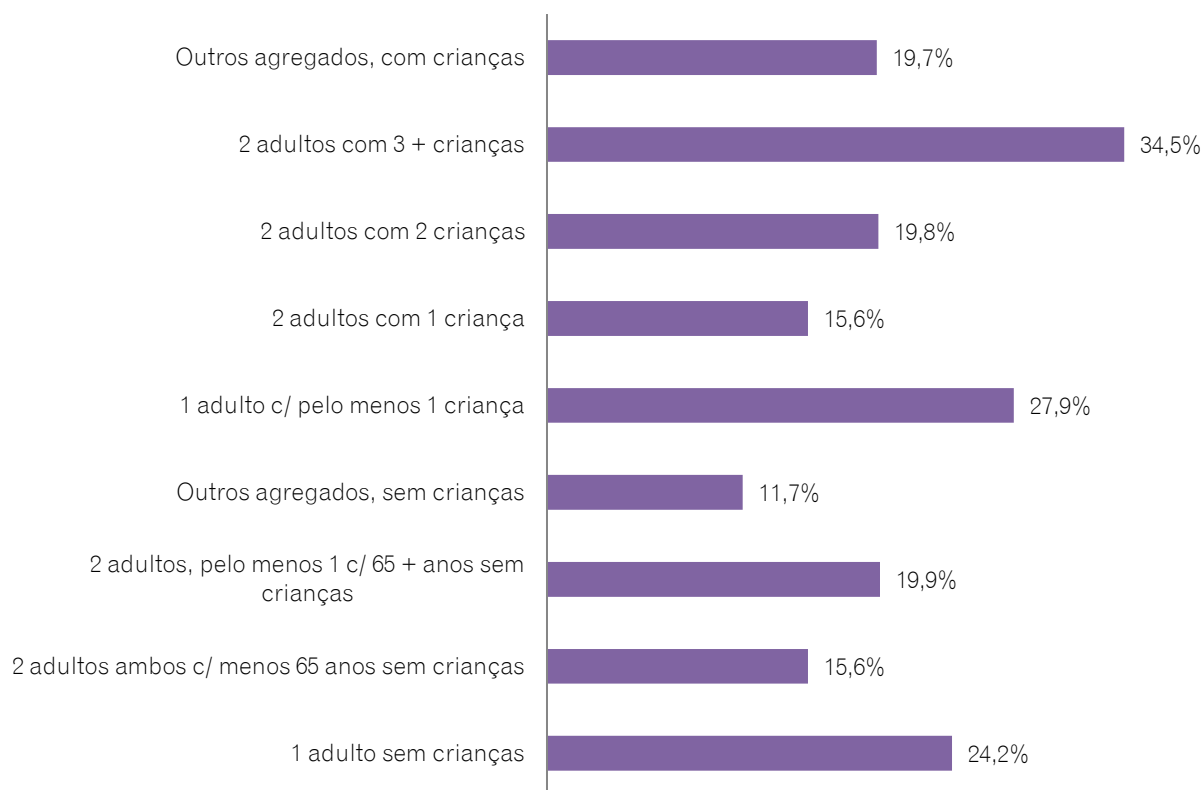
Numa perspetiva socioeconómica, o risco de pobreza é particularmente elevado, para os agregados constituídos por dois adultos e com três ou mais crianças (34,5%), os agregados com um adulto com pelo menos uma criança (27,9%) e os agregados com um adulto sem crianças (27,5%).

Por oposição, os agregados familiares constituídos por três ou mais adultos e sem crianças dependentes (9,1%) e as famílias de dois adultos e uma criança dependente caracterizam-se por serem as menos afetadas pelo risco de pobreza (15,6%) em 2020.

<sup>22</sup> Taxa de Risco de Pobreza – Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza.



**Gráfico 36** - Taxa de Risco de Pobreza segundo a Composição do Agregado Familiar, 2020 (%)



**Fonte:** INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2020)

Considerando o desemprego que se registou nos últimos anos, quer no Concelho, bem como a nível nacional, os indivíduos tendem a recorrer mais aos apoios sociais financeiros prestados pela Segurança Social, nomeadamente, abonos de família, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos, entre outros, bem como a outros apoios disponibilizados por diversas entidades mencionados no ponto anterior.

Os apoios sociais atribuídos pela Segurança Social são medidas de combate à pobreza e exclusão social, de modo a apoiar os indivíduos e famílias mais desfavorecidas que não têm outras formas de rendimento.

O **Concelho da Golegã é rico em apoios sociais**. No plano alimentar destacam-se:

- › os apoios alimentares em géneros (nomeadamente através do Banco Alimentar Contra a Fome);
- › as Cantinas Sociais;
- › o Programa Operacional de Apoio às Famílias mais Carenciadas (POAFMC);
- › o Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA).

Existem ainda outros programas de apoio socioeconómicos, tais como:

- › o Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos;
- › o Apoio Financeiro ao Arrendamento;
- › o Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional;
- › a Habitação Social;
- › o Incentivo à Natalidade;
- › as Bolsas de Estudos e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior.

## 1. APOIOS ALIMENTARES EM GÉNEROS

No Concelho da Golegã, existem três entidades que distribuem alimentos provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome de Santarém aos agregados economicamente mais vulneráveis: a Sociedade São Vicente de Paulo; a Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga; e, a Casa do Povo do Pombalinho. A Câmara Municipal apoia estas entidades através da avaliação dos agregados que se candidatam ao apoio nas freguesias de Golegã e Azinhaga e transporte mensal dos alimentos (do Banco Alimentar Contra a Fome de Santarém para a Golegã, Azinhaga e Pombalinho). Procede ainda à avaliação socioeconómica dos agregados apoiados pela Junta de Freguesia da Golegã. A avaliação e acompanhamento destes agregados inclui a realização de visitas domiciliárias, a assinatura de um Plano de Desenvolvimento Familiar e o encaminhamento para trabalho comunitário, sempre que possível.

**Quadro 34** – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã<sup>23</sup>

Entidades		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Nº Famílias Apoiadas	Soc. de São Vicente de Paulo & Junta de Freguesia da Golegã	54	50	46	49	45	39	32	47	362
	SCMA	23	19	14	15	14	146	6	17	124
	Casa do Povo do Pombalinho	14	10	12	7	10	8	5	4	70
<b>Total</b>		91	79	72	71	69	63	43	68	556

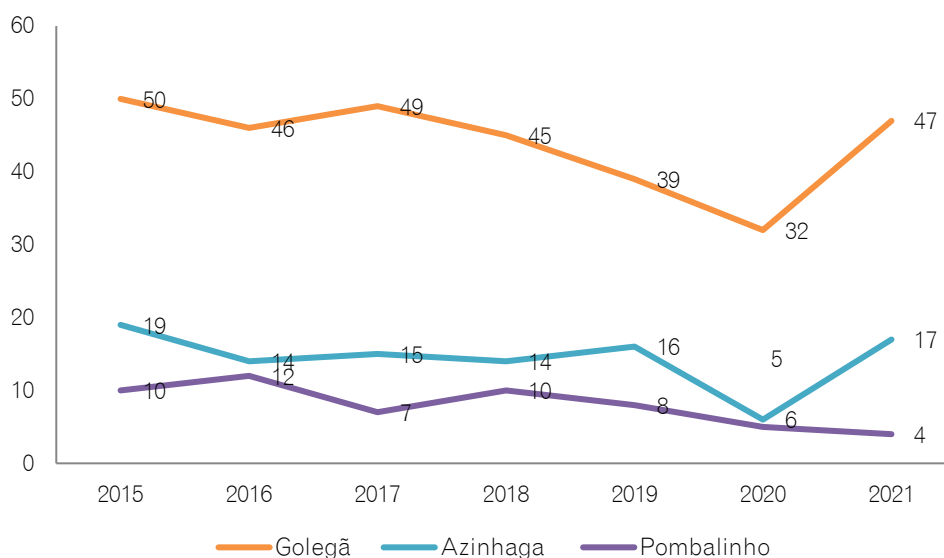
**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã e Casa do Povo do Pombalinho, 2022

<sup>23</sup> Foi considerado o número de agregados apoiados no mês de janeiro de cada ano.

Apesar de se verificarem algumas oscilações, nos últimos anos o número de beneficiários/as de apoios alimentares em géneros tem vindo a diminuir nas três freguesias. No geral, o ano em que houve mais apoios alimentares atribuídos foi em 2014.

Nos últimos 8 anos, foram apoiados 556 agregados familiares.

**Gráfico 37** – Evolução do Número de Beneficiários/as de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã



**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã e Casa do Povo do Pombalinho, 2022

## 2. CANTINAS SOCIAIS/REFEITORIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas. (Carta Social, MTSSS – 2021).

O Concelho da Golegã dispõe de três cantinas sociais, uma por freguesia, sediadas nas Santas Casas da Misericórdia da Golegã e Azinhaga e na Casa do Povo do Pombalinho. Apesar de em 2015 se registar um grande aumento do número de famílias apoiadas, no último ano houve um decréscimo significativo em todas as freguesias.

### Quadro 35 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã

Entidades		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Nº Famílias Apoiadas	SCMG	9	12	7	9	3	7	8	5	60
	SCMA	6	5	7	2	2	0	0	0	22
	Casa do Povo do Pombalinho	3	3	3	3	2	0	0	0	14
<b>Total</b>		18	20	17	14		7	8	5	<b>96</b>

**Fonte:** Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e Casa do Povo do Pombalinho,

Em 2021, existia no concelho um refeitório/cantina social, a funcionar desde 2016. Esta resposta funciona todos os dias da semana, entre as 12h e as 19h30, com 3 recursos humanos afetos.

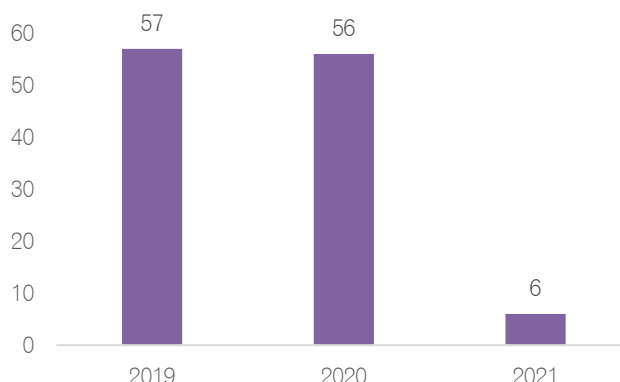
Com uma implantação territorial bastante central, a cantina social localiza-se na freguesia sede de concelho, servindo maioritariamente residentes na própria freguesia da Golegã.

A resposta compreende o serviço de refeições ao domicílio e o fornecimento de refeições em *takeaway*. Atualmente a entidade aponta como constrangimento ao funcionamento da resposta a necessidade de substituição de material descartável, usado na distribuição das refeições.

Em 2021, a resposta dispunha de uma capacidade máxima instalada de 12 utentes, muito embora os utentes atuais fiquem aquém desse limiar máximo (6 utentes), dispondo ainda de alguma capacidade de apoio face a um potencial aumento de indivíduos em situação de carência social e económica e /ou em isolamento. Atualmente são servidas 6 refeições (3 almoços e 3 jantares). O financiamento desta reposta tem por base o protocolo com o ISS, IP.

A resposta social regista uma quebra acentuada da procura, entre 2019 e 2020, que passou de 57 utentes servidos/as em 2019 para 6 utentes no presente ano.

**Gráfico 38 – Utentes do Refeitório/Cantina Social, em 2019, 2020 e 2021 (N.º)**



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Para além das respostas sociais que foram alvo direto de inquirição, as entidades têm em funcionamento ou disponibilizam outras respostas e serviços que não fora alvo do processo de inquirição, quer por não constituírem respostas sociais tipificadas, quer por não terem ido

sinalizadas no levantamento prévio realizado. Estas são elencadas seguidamente de forma não exaustiva.

Assim, para além das respostas já caracterizadas, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã disponibiliza também:

- › Banco de Ajudas Técnicas;
- › Parque de mobiliário;
- › Academia Sénior (ASEG);
- › Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos;
- › Centro de Férias Comendador Martins Lopes;
- › Residências Nossa Senhora das Misericórdias (aldeamento sénior com 24 residências);
- › Ginásio aberto à comunidade e com fisioterapia no domicílio.

A Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga disponibiliza igualmente:

- › Banco de Ajudas Técnicas;
- › Banco de Roupas para crianças;
- › OTL (Ocupação dos Tempos Livres) de verão;
- › Casa das Artes de Azinhaga;
- › Banco de Mobiliário.

### 3. ESPAÇO FAMÍLIA

---

A Câmara Municipal da Golegã, em colaboração com a Conferência de São Martinho da Sociedade São Vicente de Paulo, criou, em 2016, o Espaço Família, para uma intervenção de emergência na área social, com o objetivo de suprimir as necessidades imediatas de famílias. Em espaço próprio e com o auxílio de voluntários<sup>24</sup>, disponibiliza bens, que recolhe e seleciona (vestuário, calçado, puericultura e brinquedos/material didático), às famílias sinalizadas pelas entidades.

---

<sup>24</sup> O Banco Local de Voluntariado de Golegã foi criado em 2008, no âmbito do Programa da Rede Social e resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Golegã, a Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga e Associação Social e Cultural GRAAL, no âmbito do Programa Rede Social.

#### 4. POAPMC (PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO PESSOAS MAIS CARENCIADAS)

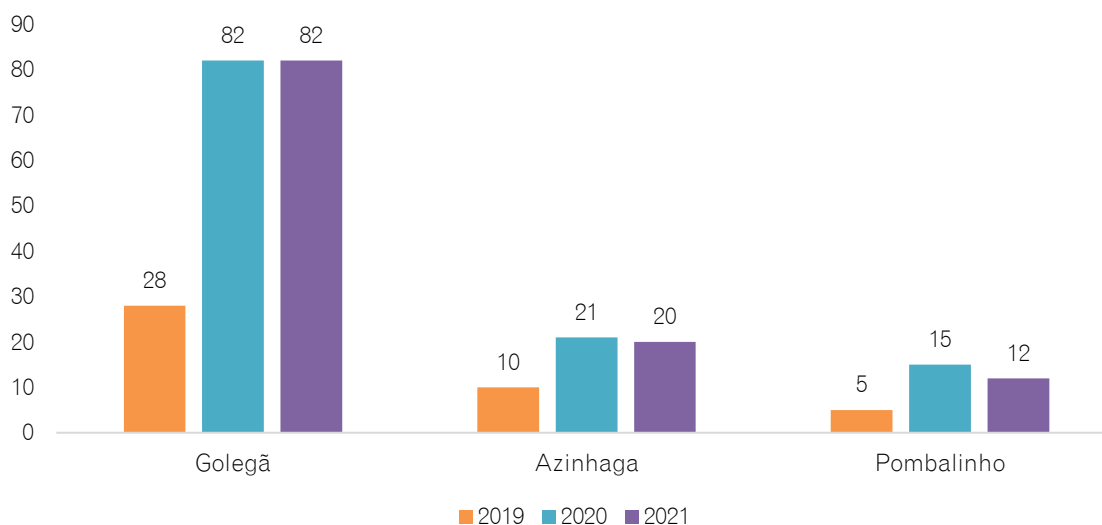
Relativamente ao POAPMC, desde 2017, o número de famílias apoiadas tem vindo a aumentar, sendo que os principais acréscimos se registaram em 2020 e 2021 consequência dom COVID-19.

**Quadro 36** – Agregados Beneficiários/as do POAPMC no Concelho da Golegã

Entidades		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº Beneficiários apoiados	SCMG	8	10	9	31	31	20
	SCMA	3	4	6	9	9	8
	Casa do Povo do Pombalinho	1	1	2	4	3	3
<b>Total</b>		12	15	17	44	43	31

Fonte: Centro de Apoio Social da Carregueira, 2022

**Gráfico 39** – Utentes Beneficiários/as do POAPMC no Concelho da Golegã



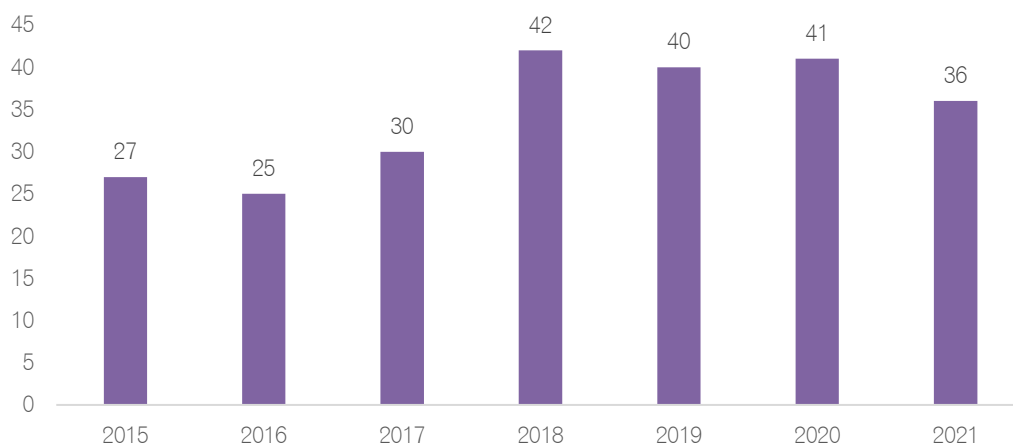
Fonte: Centro de Apoio Social da Carregueira, 2022

## 5. APOIO COMPLEMENTAR NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Este apoio, disponibilizado pela Câmara Municipal da Golegã, consiste na comparticipação dos medicamentos que sejam imprescindíveis à sobrevivência e/ou qualidade de vida do/a utente, que visem fazer face a doença crónica ou continuada devidamente comprovada e traduz-se na comparticipação de uma percentagem variável do valor dos medicamentos de acordo com os rendimentos do agregado familiar, não podendo exceder, cumulativamente, o montante anual de 300,00€ por beneficiário/a.

Após um decréscimo do número de Munícipes apoiados/as nos anos de 2011 e 2012, verificou-se um aumento progressivo até 2014 do volume de candidaturas aprovadas.

**Gráfico 40** – Munícipes apoiados/as no âmbito do Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos pela CMG



**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

De registar que também a Junta de Freguesia da Golegã disponibiliza um apoio económico aos medicamentos, comparticipando a 100% o valor dos mesmos, apoiando neste momento 7 utentes.

## 6. APOIO FINANCEIRO AO ARRENDAMENTO

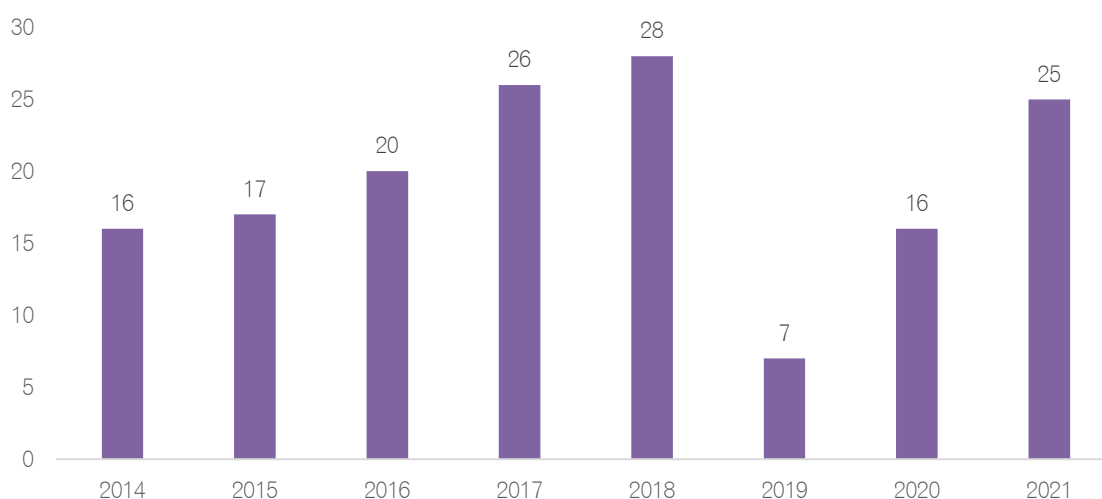
---

O apoio ao arrendamento é disponibilizado pela Câmara Municipal da Golegã traduz-se na comparticipação a 20% do valor mensal da renda até ao limite mensal de 75,00€, para agregados economicamente vulneráveis. Os/as candidatos/as poderão usufruir do subsídio por um prazo máximo de 5 anos, seguidos ou intercalados.

| 96

O número de agregados familiares beneficiários/as do apoio ao arrendamento tem vindo a aumentar progressivamente nos últimos anos, assistindo-se a um acréscimo muito significativo em 2014 a 2018.

**Gráfico 41** – Agregados familiares apoiados no âmbito do Apoio Financeiro ao Arrendamento pela CMG



**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

## 7. BANCO DE ROUPAS

---

Existe ainda no Concelho da Golegã uma série de outros apoios não financeiros, tais como o Banco de Roupas (Sociedade São Vicente de Paulo – Conferências Nossa Senhora da Conceição e São Martinho), o Banco de Vestuário de Bebê e Equipamentos de Puericultura (Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga), o Banco de Mobiliário (Santa Casa da Misericórdia da Golegã) e Bancos de Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio (Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga, Unidade de Saúde Familiar da Golegã, Junta de Freguesia da Golegã).



Relativamente aos dados qualitativos, recolhidos junto do grupo de trabalho responsável pelos assuntos da “Família e Escola”, foram identificados os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

## 8. CENTRO COMUNITÁRIO

---

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia no concelho uma única resposta social desta tipologia, na freguesia da Azinhaga cujo início de funcionamento data de 1987, contando com uma vasta experiência de intervenção neste âmbito. Para além dos cargos dirigentes, estão atualmente afetos a esta resposta 8 recursos humanos, com idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos.

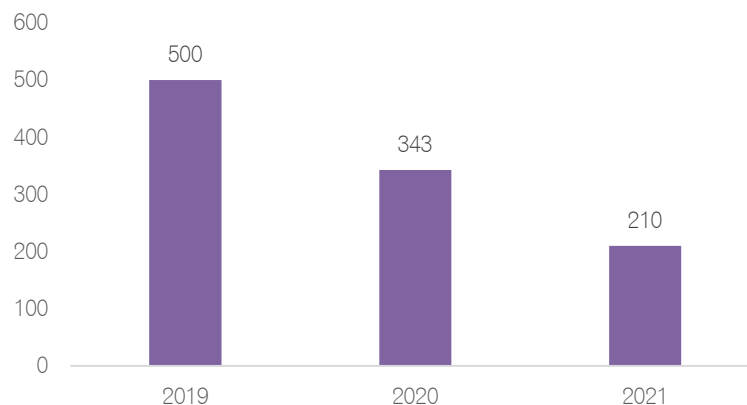
Como fontes de financiamento da resposta, a entidade tem um acordo de cooperação com a segurança social que abrange 119 famílias (500 indivíduos) e um protocolo com a Câmara Municipal da Golegã para o OTL de verão (crianças e jovens).

Os serviços oferecidos são diversificados: a animação social e cultural, o encaminhamento para respostas ou serviços, a disponibilização de recursos culturais, educativos, artísticos, digitais, ações de promoção do emprego, acompanhamento psicossocial, cedência de ajudas técnicas, consultas de psicologia, apoio alimentar, lavandaria e engomadoria e a ocupação de tempos livres para crianças e jovens.

Em 2021, o centro comunitário tem uma capacidade instalada de 500 utentes, correspondentes a 119 famílias.

A resposta social regista uma quebra continuada da procura, nos anos mais recentes, tendo-se verificado uma variação negativa, entre 2019 e 2021 (-54%), de 500 para 210 utentes.

Gráfico 42 – Utentes do Centro Comunitário, em 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Programas alimentares: POAPMC; Cantina Social; Bancos Alimentares;</li><li>• Medidas/apoios: RSI; outros apoios da Seg. Social e CMG;</li><li>• Entidades: CMG; Juntas de Freguesia, IPSS; Seg. Social.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Medidas de voluntariado;</li><li>• Timing nos apoios;</li><li>• Ações de formação;</li><li>• Integração do RSI na CMG - maior proximidade;</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pessoas dependentes de subsídios;</li><li>• Falta de formação;</li><li>• Beneficiários com obrigações;</li><li>• Resistência à mudança;</li><li>• Integração do RSI na CMG – pode dificultar a intervenção noutras áreas de atuação devido a ser o mesmo técnico.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Fracas Qualificações</li><li>■ Ofertas de emprego pouco aliciantes</li><li>■ Rede de Transportes</li><li>■ Pessoas dependentes de subsídios</li><li>■ Falta de ambições/objetivos profissionais</li><li>■ Alteração Agregado Familiar/ Ausência de Suporte Familiar</li></ul>

- Falta de Informação e/ou divulgação das respostas sociais
- Doenças do foro mental
- Sobrecarga de funções profissionais
- Falta de competências comunicacionais e relacionais
- Barreira Linguística e cultural
- Ausência de abertura por parte das comunidades emigrantes
- Fatores culturais
- Isolamento

# ENTIDADES/INSTITUIÇÕES TRABALHAM NUMA LÓGICA FECHADA E/OU FALTA DE COLABORAÇÃO

Certo é que, mesmo nos momentos mais difíceis, e a pandemia foi seguramente o período mais difícil na vida coletiva das IPSS, as instituições demonstram uma enorme resiliência, uma capacidade de adaptação extraordinária, um abnegado voluntarismo e espírito de solidariedade, uma imensa criatividade e capacidade de se reinventarem e uma força que parecia não ter fim, apesar do grande cansaço reportado.

Contudo e apesar da dimensão do Concelho e não obstante o número já significativo de Associações de vária índole e com uma panóplia de atividades em várias áreas, a dificuldade de articulação e colaboração entre as várias entidades é notório.

Na realidade, embora dinâmicas e com um conjunto de ações diversificado de iniciativas e projetos, verifica-se a não congregação de esforços para um trabalho em rede que se baseie na interajuda, atenuando as dificuldades sentidas por todos, mas que uns/umas resolvem de melhor forma que outros/as. Os bons exemplos na área social deveriam ser uma resposta futura para as restantes entidades que trabalham as mesmas problemáticas.

Verifica-se igualmente que não há conhecimento do trabalho desenvolvido por cada uma das entidades/associações, nem sequer dos espaços geridos por cada um, apresentando-se assim a Rede Social como uma entidade cujo papel de agregador/congregador deverá apresentar-se com solução futura, necessária e premente.

Ainda assim, foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• CMG</li><li>• Segurança Social</li><li>• Juntas de Freguesia</li><li>• IPSS</li><li>• Saúde (USF e UCC)</li><li>• Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga, Pombalinho</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Trabalhar melhor em rede</li><li>• Melhorar os canais de comunicação;</li><li>• Promover trabalhar em parceria</li><li>• Melhorar a proximidade.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de Partilha de informação;</li><li>• Falta de comparência a reuniões;</li><li>• Sobreposição de respostas/apoios.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Falta de ambições/objetivos profissionais</li><li>■ Sobrecarga de funções profissionais</li><li>■ Excesso de burocracia</li><li>■ Falta de competências comunicacionais e relacionais</li><li>■ Fatores culturais</li><li>■ Isolamento</li><li>■ Controlo e poder</li><li>■ Ausência de partilha</li></ul>

# INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES

## CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Câmara Municipal da Golegã
- › Casa Mendes Gonçalves
- › Bombeiros Voluntários da Golegã
- › ICNF
- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- › GNR
- › Agrotejo (envio de propostas)

## INFRAESTRUTURAS E ACESSIBILIDADES

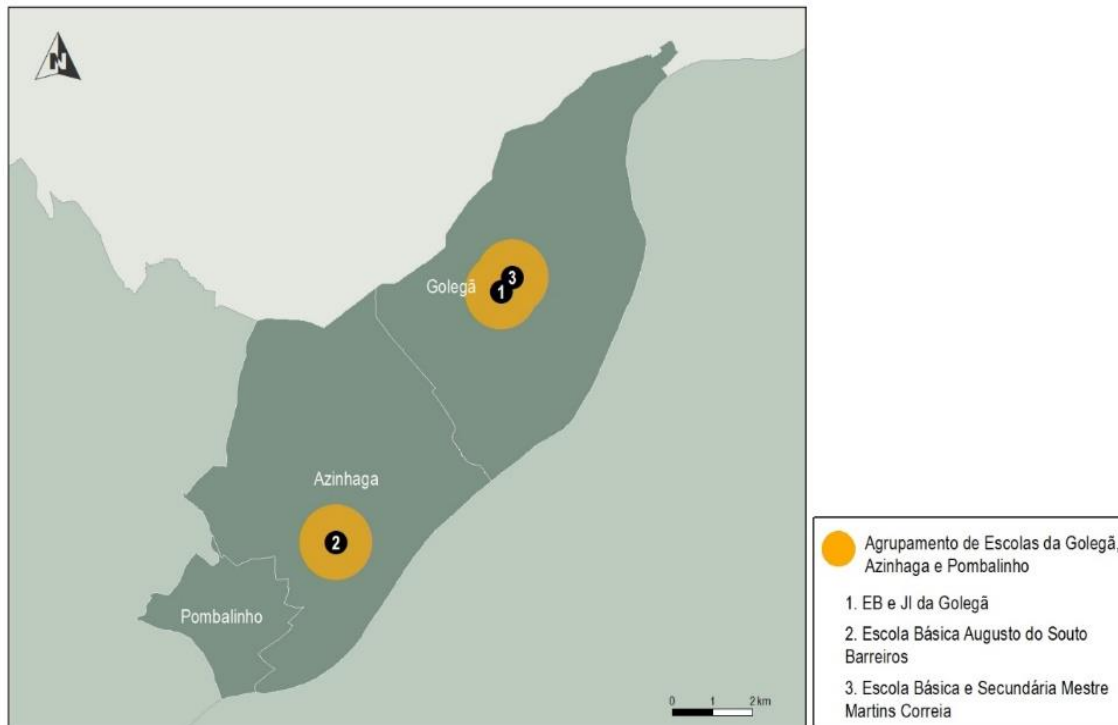
- › Degradação das infraestruturas escolares
- › Falta de habitação para arrendamento
- › Falta de resposta na área da habitação social
- › Necessidade de reabilitação/modernização de equipamentos desportivos adaptados a várias modalidades
- › Vias pouco adaptadas às necessidades do Concelho
- › Difícil travessia Golegã/Chamusca
- › Pouca oferta de transportes que permitam estudar e trabalhar fora do Concelho
- › Pouca eficiência energética nos edifícios
- › Parque automóvel envelhecido das instituições do Concelho/falta de mobilidade verde
- › Infraestruturas das instituições degradadas e/ou devolutas
- › Falta de acessibilidades (na via pública e dos edifícios)
- › Falta de condições para pessoas em trabalho à distância poderem residir no concelho e trabalhar em espaço de Coworking
- › Falta de infraestruturas ao nível de áreas de espetáculos (teatro, música e dança ...)
- › Poluição da Vala das Braquenizes

- › Falta de reutilização das águas residuais vindas das ETAR para uso recreativo ou simplesmente para rega
- › Fraca ligação entre os vários cursos de água do concelho e uma melhor gestão dos recursos hídricos
- › Crescente desaparecimento de sebes no Concelho prejudicando a biodiversidade
- › A proliferação do jacinto de água
- › Requalificação das linhas de água, nomeadamente as valas de drenagem existentes no concelho
- › Sistema de Captação, reserva e adução de água com deficiências no concelho Golegã

# DEGRADAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS ESCOLARES

A rede educativa diz respeito ao conjunto de estabelecimentos onde são desenvolvidas atividades formais de educação, num determinado território (DGEstE, 2020). A existência de uma rede de ensino devidamente dimensionada e cobrindo os vários pontos de um território é uma condição essencial para garantir o acesso à educação e, conseqüentemente, para o respetivo sucesso dos/as alunos/as (Conselho Nacional de Educação, 2015). O Concelho da Golegã está dotado dum total de 4 estabelecimentos de ensino: 1 com ensino pré-escolar; 1 com primeiro ciclo do ensino básico, 1 com pré-escolar e primeiro ciclo e um que agrega 2 e 3º Ciclos e Secundário. Estes 4 estabelecimentos compreendem a totalidade da rede pública. A rede privada é composta atualmente pelo Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial da Golegã, gerido pelo Centro Social e Paroquial da Golegã.

**Figura 9** – Distribuição da rede de equipamentos escolares do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021, por freguesia



Fonte: CEDRU, 2021



Com exceção da Escola Básica Augusto do Souto Barreiros (EB1/JI), localizada na freguesia da Azinhaga, os restantes três estabelecimentos localizam-se na freguesia da Golegã, não existindo estabelecimentos na freguesia do Pombalinho. A rede pública compreende todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário.

**Quadro 37** – Tipologia dos estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano letivo 2020/2021, por freguesia

Unidade Territorial	Jl	EB1	EB1+Jl	EB23/S
Golegã	1	1	-	1
Azinhaga	-	-	1	-
Pombalinho	-	-	-	-
<b>CC: Golegã</b>	1	1	1	1

Fonte: CEDRU, 2021

Quanto ao período de construção dos edifícios originais, a Escola EB2,3/S Mestre Martins Correia é a mais antiga, tendo sido construída em 1977, 2 escolas datam do início dos anos 80 do século XX, e o estabelecimento de construção mais recente data de 2010.

A reabilitação/requalificação dos equipamentos escolares ao longo dos tempos constitui-se como dimensão essencial, com vista à sua contínua adaptação e valorização física e funcional, tendo em conta as dinâmicas demográficas e socioculturais, bem como ao reordenamento da rede escolar. Não obstante, nenhuma das escolas foi alvo de ações de reabilitação nos últimos 20 anos, independentemente do facto de terem visto o seu edificado aumentar (construção de novos edifícios) no início do século XX.

## EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A rede pública de ensino pré-escolar compreende 2 estabelecimentos. Os estabelecimentos de educação pré-escolar encontram-se presentes em duas das três freguesias do concelho: Golegã e Azinhaga. Na freguesia do Pombalinho não existe oferta desta tipologia.

Conforme expresso nas fichas de caracterização por estabelecimento na avaliação do edificado, redes e meio envolvente, em matéria de estado de conservação geral do edificado e dos espaços exteriores, foi efetuada uma avaliação positiva, “Bom”, no Jardim de Infância de Azinhaga (no Centro Escolar da Azinhaga), e “Razoável” no Jardim de Infância de Golegã.

Quadro 38 – Caracterização Geral do Jardim de Infância de Golegã

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO GERAL								
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	1980	Ano de Construção (Edifício mais recente)	2003	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-	
Edifícios Construídos de Raiz	-	Edifícios Adaptados	-	Situação Mista	1	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Ocupação de alunos durante as interrupções letivas (CM de Golegã)	
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	4	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	3	
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim	
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção de refeições externa					
ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	42	2019/2020	57	2020/2021	59	Residentes no concelho (2020/2021)	56
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)		-	Depois da Componente Letiva (N.º)		34		
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas <sup>1</sup>	2		Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo		Não			
Educação bilingue de alunos surdos	Não		Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita		Não			
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não		Intervenção Precoce na Infância		Sim			
<p style="text-align: center;">Evolução do n.º de Crianças</p>								
RECURSOS HUMANOS								
Educadores de Infância (Quadro)	2	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	4	Outros Recursos Humanos (Quadro)	3	
Educadores de Infância (Outros)	1	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	2	Outros Recursos Humanos (Outros)	1	

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

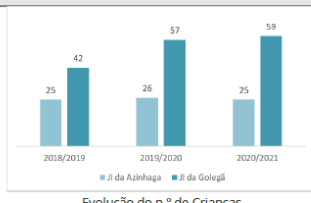
Quadro 39 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envoltente do Jardim de Infância de Golegã

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLTENTE							
Caracterização do Meio Envoltente	Bom		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Razoável
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Razoável
	Pedonais	Bom		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Inexistente		Paredes Exteriores	Razoável	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Razoável	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Razoável	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLTENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Deficiente
	Sanitários	Razoável		Instalação Elétrica e de Iluminação	Razoável	Instalação de Climatização	Deficiente
	Recreio Coberto	Inexistente		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Inexistente
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Inexistente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável
	Parque Infantil	Razoável		Instalação de Evacuação de Lixo Esgotos	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável
	Campo de Jogos Exterior	Inexistente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Negativa (Aumento do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Conservação dos telhados. Reparação e pintura das paredes exteriores e interiores. Sanitários insuficientes. Intervenção ao nível das escadas para o 1.º andar. Substituição de vidros partidos. Arranjo de porta. Reparação de tetos do refeitório e sala CAF.						
Espaços Exteriores	Arranjo de canteiros. Desbaste de árvores e corte de algumas secas. Suporte do mastro.						
Comentários Adicionais	-						
LEGENDA: <span style="background-color: #90EE90; border: 1px solid black; padding: 2px;">Excelente</span> <span style="background-color: #90EE90; border: 1px solid black; padding: 2px;">Bom</span> <span style="background-color: #FFFFE0; border: 1px solid black; padding: 2px;">Razoável</span> <span style="background-color: #FFC0CB; border: 1px solid black; padding: 2px;">Deficiente</span> <span style="background-color: #F0F0F0; border: 1px solid black; padding: 2px;">Inexistente</span>							

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

› Jardim de Infância de Azinhaga

Quadro 40 – Caracterização Geral do Jardim de Infância de Azinhaga

CARACTERIZAÇÃO GERAL								
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício original)	2010	Ano de Construção (Edifício mais recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-	
Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Situação Mista	0	Edifício de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim	
Estado de Conservação Geral (edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (total)	2	Salas de Atividade Ocupadas com Turma	1	
Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-	Cedência de Salas/Espaços - Entidades/Associações	Não	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim	
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de Confeção de Refeições	Unidade de confeção externa					
ALUNOS								
N.º de crianças	2018/2019	25	2019/2020	26	2020/2021	25	Residentes no concelho (2020/2021)	25
AAAF	Antes da Componente Letiva (N.º)		-		Depois da Componente Letiva (N.º)		-	
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas <sup>2</sup>	0		Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo		Não			
Educação bilingue de alunos surdos	Não		Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita		Não			
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não		Intervenção Precoce na Infância		Não			
 <p>Evolução do n.º de Crianças</p>								
RECURSOS HUMANOS								
Educativos de Infância (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	1	Outros Recursos Humanos (Quadro)	0	
Educativos de Infância (Outros)	0	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	0	

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quadro 41 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolve do Jardim de Infância de Azinhaga

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envolve	Bom		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Razoável	
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Razoável	Escadas	Bom	
	Pedonais	Bom		Salas	Excelente	Ascensores	Bom	
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável	
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom	
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Excelente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente	
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Excelente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente	
	AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
	Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Bom
Sala Polivalente		Bom	Instalação de Gás Natural		Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom	
Sanitários		Bom	Instalação Elétrica e de Iluminação		Bom	Instalação de Climatização	Bom	
Recreio Coberto		Bom	Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão		Bom	Wi-Fi	Bom	
Recreio Descoberto		Bom	Instalação de Segurança Contra Incêndio		Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável	
Parque Infantil		Deficiente	Instalação de Evacuação de Lixo		Bom	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Razoável	
Parque Infantil		Deficiente	Esgotos		Bom			
Campo de Jogos Exterior		Excelente	Energia		Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Positiva (Redução do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	Não
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIACÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	Reparação da Impermeabilização das coberturas planas. Reparação das caixilharias exteriores. Reparação dos tetos falsos. Reparação das paredes interiores.							
Espaços Exteriores	Reparação dos equipamentos lúdicos. Reparação dos portões exteriores.							
Comentários Adicionais	-							
LEGENDA:								
<span style="background-color: #d9ead3;">Excelente</span> <span style="background-color: #d9ead3;">Bom</span> <span style="background-color: #fff2cc;">Razoável</span> <span style="background-color: #f4cccc;">Deficiente</span> <span style="background-color: #f4cccc;">Inexistente</span>								

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

**Quadro 42** – Ano de construção, nº de edifícios e nº de salas dos estabelecimentos da educação pré-escolar

Estabelecimento	Freguesia	Ano de construção (edifício original)	Edifícios	Tipo de construção*	Total de salas (n.º)	Salas ocupadas (n.º)
Jardim de Infância de Golegã	Golegã	1980	1	Mista	4	3
Jardim de Infância de Azinhaga	Azinhaga	2010	1	Raiz	2	1
<b>CC: Golegã</b>					6	4

| 108

**Fonte:** Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

No que respeita às acessibilidades, foi realizada uma avaliação positiva em ambos os equipamentos de ensino pré-escolar, tendo sido avaliado o acesso em geral como “Bom”.

Em matéria de eficiência energética dos estabelecimentos, a análise efetuada pelo agrupamento sobre a evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, revela comportamentos opostos, tendo sido negativa (aumento do consumo) no JI de Golegã, enquanto no JI de Azinhaga foi positiva (redução do consumo), não tendo sido adotadas medidas específicas de aumento da eficiência energética em nenhuma delas.

Os 2 estabelecimentos de ensino compreendem um total de 4 salas de atividade ocupadas com turmas de educação pré-escolar, com maior número na freguesia da Golegã (3 salas). Em nenhum equipamento são apontadas carências de salas.

Atualmente, a cedência de salas/espacos à comunidade constitui-se como uma prática bastante positiva, dados os efeitos positivos bidirecionais que apresenta, por um lado, para a comunidade educativa, na medida em que reforça o sentido de pertença à comunidade exterior e a importância do papel da escola enquanto espaço e tempo educativo e formativo da maior importância, e por outro lado, para a comunidade externa, na medida em que promove uma maior integração dos vários atores (encarregados de educação, famílias, agentes económicos e sociais), garantindo níveis de desenvolvimento superior. Todavia, esta prática não ocorre nos estabelecimentos de pré-escolar concelhios.

Como complemento à rede pública, na freguesia da Golegã existe um equipamento com oferta de pré-escolar, o Jardim de Infância do Centro Social Paroquial da Golegã. Este jardim de infância tem 43 utentes e uma capacidade para acolher 45 crianças<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Carta Social do MTSSS, fevereiro de 2021.

A rede pública de ensino é composta por 2 equipamentos com 1º Ciclo do Ensino Básico, nas freguesias da Golegã e da Azinhaga, não existindo oferta desta tipologia na freguesia do Pombalinho.

**Quadro 43** – Ano de construção, nº de edifícios e tipo de construção nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

| 109

Estabelecimento	Freguesia	Ano de construção (edifício original)	Edifícios	Tipo de construção
Escola Básica do 1.º Ciclo de Golegã	Golegã	1998	1	Raiz
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azinhaga	Azinhaga	2010	1	Raiz

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

O acesso geral aos dois equipamentos foi classificado como “Bom”. O equipamento da Azinhaga, de construção mais recente, de 2010, partilha as instalações com o pré-escolar. O equipamento da Golegã tem 1 edifício construído em 1998. Não ocorreram intervenções de reabilitação significativas nestes equipamentos.

Relativamente à avaliação quanto ao estado de conservação geral dos edifícios, nas duas escolas este foi considerado “razoável” o que é indicativo de algumas carências a este nível. São apontadas necessidades de intervenção ao nível das coberturas, paredes, caixilharia, entre outras.

### › EB 1 da Golegã

**Quadro 44** – Caracterização Geral EB 1 da Golegã

CARACTERIZAÇÃO GERAL																						
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	1998	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2009	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-															
Tipo de Construção dos Edifícios	Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim																
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Razoável	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Razoável	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	10	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	7															
Salas: Educação Física/Polivalente	1	Salas: Informática	1	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-															
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim																	
ALUNOS																						
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	117	2019/2020	125	2020/2021	135	Residentes no Concelho (2020/2021)	130	Turmas (2020/2021)	7												
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	N.º de Crianças	64	Componente de Apoio à Família (CAF)	N.º de Crianças	36																	
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas <sup>3</sup>	22	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo	Não																			
Educação bilingue de alunos surdos	Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita	Não																			
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância	Não																			
Alunos Retidos	2017/2018	8	2018/2019	4	2019/2020	1																
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0																
<table border="1"> <caption>Evolução do n.º de Crianças</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>EB1 de Azinhaga</th> <th>EB1 de Golegã</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018/2019</td> <td>40</td> <td>117</td> </tr> <tr> <td>2019/2020</td> <td>31</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>2020/2021</td> <td>33</td> <td>135</td> </tr> </tbody> </table>											Ano	EB1 de Azinhaga	EB1 de Golegã	2018/2019	40	117	2019/2020	31	125	2020/2021	33	135
Ano	EB1 de Azinhaga	EB1 de Golegã																				
2018/2019	40	117																				
2019/2020	31	125																				
2020/2021	33	135																				
RECURSOS HUMANOS																						
Docentes (Quadro)	8	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	3	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1															
Docentes (Outros)	2	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	2	Outros Recursos Humanos (Outros)	3															

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

## Quadro 45 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolverte da EB1 da Golegã

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolverte	Bom		Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Razoável	Tetos	Deficiente
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Inexistente
	Pedonais	Bom		Salas	Razoável	Ascensores	Inexistente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom		Paredes Exteriores	Deficiente	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom		Paredes Interiores	Deficiente	Caixilharia e Portas Interiores	Razoável
				Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Razoável	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente
				Revestimentos de Pavimentos Interiores	Deficiente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refetório	Inexistente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente
	Sala Polivalente	Razoável		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Razoável
	Centro recursos / Biblioteca	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Deficiente	Instalação de Climatização	Deficiente
	Recreio Coberto	Deficiente		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	WI-FI	Razoável
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Inexistente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Parque Infantil	Deficiente		Instalação de Evacuação de Lixo Esgotos	Inexistente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente
	Sanitários	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Negativa (aumento do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	-
	Campo de jogos	Inexistente					
Campo de Jogos Exterior	Inexistente						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES							
Edifício(s)	Substituição das coberturas. Arranjo das paredes interiores e exteriores. Substituição dos tetos falsos. Substituição da porta de entrada da escola. Substituição de alguma caixilharia exterior, estores, lâmpadas. Arranjo do telhado.						
Espaços Exteriores	Colocação de parque infantil. Alargamento da zona coberta (recreio exterior).						
Comentários Adicionais	-						

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

### › EB 1 da Azinhaga

## Quadro 46 – Caracterização Geral EB 1 da Azinhaga

CARACTERIZAÇÃO GERAL										
Total de Edifícios	1	Ano de Construção (Edifício Original)	2010	Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	-	Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-			
Tipo de Construção dos Edifícios	Edifícios Construídos de Raiz	1	Edifícios Adaptados	0	Edifícios de Uso Exclusivamente Educativo (Se Não, Que Funções)	Sim				
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Bom	Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)	Bom	Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (Total)	4	Salas de Atividade Ocupadas Com Turma	2			
Salas: Educação Física/Polivalente	0	Salas: Informática	1	Carência de Salas (N.º)	Não	Carência de Salas (Finalidade)	-			
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim	Tipo de Unidade de confeção de refeições	Unidade de confeção externa	Acessibilidades para Crianças com NEE	Sim					
ALUNOS										
Evolução do N.º de Crianças	2018/2019	40	2019/2020	31	2020/2021	33	Residentes no Concelho (2020/2021)	33	Turmas (2020/2021)	2
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) N.º de Crianças	29	Componente de Apoio à Família (CAF) N.º de Crianças			11					
N.º de Crianças com Necessidades Educativas Específicas <sup>4</sup>	5	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo			Não					
Educação bilingue de alunos surdos	Não	Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdo Cegueira Congénita			Não					
Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão	Não	Intervenção Precoce na Infância			Não					
Alunos Retidos	2017/2018	2	2018/2019	2	2019/2020					
Alunos que Abandonaram	2017/2018	0	2018/2019	0	2019/2020	0				
RECURSOS HUMANOS										
Docentes (Quadro)	1	Assistentes Técnicos (Quadro)	0	Assistentes Operacionais (Quadro)	2	Outros Recursos Humanos (Quadro)	1			
Docentes (Outros)	1	Assistentes Técnicos (Outros)	0	Assistentes Operacionais (Outros)	0	Outros Recursos Humanos (Outros)	3			

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

## Quadro 47 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envoltente da EB1 da Azinhaga

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Caracterização do Meio Envoltente	Bom			Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Bom	Tetos	Bom
Acessibilidades	Acesso Geral	Bom			Cobertura	Razoável	Escadas	Bom
	Pedonais	Bom			Salas	Excelente	Ascensores	Bom
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Bom			Paredes Exteriores	Bom	Caixilharia e Portas Exteriores	Razoável
	Transportes Públicos	Bom			Paredes Interiores	Bom	Caixilharia e Portas Interiores	Bom
			Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Excelente	Dispositivos de Proteção Contra Queda	Inexistente		
			Revestimentos de Pavimentos Interiores	Excelente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente		
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE								
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Bom	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Bom	Equipamento de Cozinha (Unidade de confeção)	Inexistente	
	Sala Polivalente	Bom		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Bom	
	Centro recursos / Biblioteca	Excelente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Bom	Instalação de Climatização	Bom	
	Recreio Coberto	Bom		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Bom	
	Recreio Descoberto	Bom		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Bom	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Razoável	
	Parque Infantil	Deficiente	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Neutra (manutenção do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética		
	Sanitários	Bom						
	Campo de jogos	Inexistente						
	Campo de Jogos Exterior	Excelente						
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO – APRECIÇÃO GERAL E NECESSIDADES ESPECÍFICAS URGENTES								
Edifício(s)	Reparação das paredes exteriores e interiores. Reparação da clarabóia do 1.º andar. Substituição de algumas partes dos tetos falsos. Reparação de alguma caixilharia. Reparação das coberturas do edifício (lajes).							
Espaços Exteriores	Substituição dos parques infantis. Reparação dos portões de entrada.							
Comentários Adicionais	-							

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

A avaliação relativa à qualidade do espaço exterior, esta foi classificada como “razoável” na EB1 de Golegã e com “bom” na EB1 da Azinhaga.

A evolução do consumo energético nos últimos 3 anos, na EB1 de Golegã, foi negativa, ou seja, verificou-se um aumento do consumo. Na EB1 de Azinhaga, não se verificaram alterações no consumo de energia.

Nos estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública existem 9 salas de atividades ocupadas com turma, num total de 14 salas disponíveis. Não foi reportada a carência de salas.

**Quadro 48** – Total de salas e de salas ocupadas com turma (n.º) nos estabelecimentos da educação pré-escolar, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020-2021

Estabelecimento	Freguesia	Total de salas (n.º)	Salas ocupadas (n.º)
Escola Básica do 1.º Ciclo de Golegã	Golegã	10	7
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azinhaga	Azinhaga	4	2
<b>CC: Golegã</b>		14	9

Fonte: Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

Ao contrário do verificado no ensino pré-escolar, um dos equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico cedeu, no ano letivo 2019/2020, salas/espacos à Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã (EMIC).

As duas escolas asseguram serviço de refeições (almoço) recorrendo a unidades de confeção de refeições externas.

A Escola EB 2,3/S Mestre Martins Correia, escola sede do Agrupamento de Escolas da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, constitui o único estabelecimento de ensino do concelho com oferta destes 3 níveis de ensino.

Localizada na freguesia da Golegã, o acesso geral à escola foi classificado como “Razoável”. No que trata ao ano de construção dos edifícios originais, estes datam dos anos 70 do séc. XX, tendo sido erigidos novos edifícios em 2004. Neste equipamento escolar, com um total de seis edifícios, nos últimos 20 anos não ocorreram intervenções de reabilitação.

A avaliação realizada pela direção do agrupamento de escolas sobre o estado de conservação geral dos edifícios do estabelecimento de ensino é negativa, tendo sido classificada como “Deficiente”. No que concerne ao estado de conservação geral dos espaços exteriores observa-se a mesma situação, tendo sido classificado também como “Deficiente”.

#### Quadro 49 – Caracterização Geral EB2,3/ S da Golegã

CARACTERIZAÇÃO GERAL											
Total de Edifícios	6		Ano de Construção (Edifício Original)	1977		Ano de Construção (Edifício Mais Recente)	2004		Ano da Última Reabilitação/Intervenção (> 50% do Edifício)	-	
Edifícios Construídos de Raiz (N.º)	6		Edifícios Adaptados (N.º)		-		Situação Mista		-		
Estado de Conservação Geral (Edifícios)	Deficiente		Estado de Conservação Geral (Espaços Exteriores)		Deficiente		Tipologia		T36		
Salas de Atividade com Condições para a Componente Letiva (N.º Total)	34		Salas de Atividade Ocupadas Com Turma (N.º)		34						
Carência de Salas (N.º)	-		Carência de Salas (Finalidade)		-						
Salas (N.º)											
Informática	2		Educação Física/Polivalente	3		Educação Visual e Tecnológica	2		Laboratórios	2	
Oficinas											
0											
Atividades Complementares (Projetos, Clubes, Outros)											
Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima		Designação	N.º de Alunos Inscritos	Capacidade Máxima	
Clube de matemática	6	12		Clube de jardinagem	12	15		Oficina de música	20 (presencial); 12 (à distância)	20	
Serviço de Almoço (Refeições)	Sim		Tipo de Unidade de Confeção de Refeições			Unidade de confeção de refeições própria - Com confeção para o exterior		Acessibilidades para Crianças com NEE		Não	

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.



## Quadro 50 – Avaliação do Edificado, Redes e Meio Envolverte da EB2,3/ S da Golegã

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Caracterização do Meio Envolverte		Bom					
Acessibilidades	Acesso Geral	Razoável	Estado de Conservação do(s) Edifício(s)	Estrutura	Deficiente	Tetos	Deficiente
	Pedonais	Bom		Cobertura	Deficiente	Escadas	Deficiente
	Acessos para Pessoas com Mobilidade Condicionada	Deficiente		Salas	Deficiente	Ascensores	Inexistente
	Transportes Públicos	Razoável		Laboratórios	Deficiente	Oficinas	Deficiente
				Paredes Exteriores	Deficiente	Caixilharia e Portas Exteriores	Deficiente
			Paredes Interiores	Deficiente	Caixilharia e Portas Interiores	Deficiente	
			Revestimentos de Pavimentos Exteriores	Deficiente	Dispositivos de Proteção Contra Queda Exteriores	Inexistente	
			Revestimentos de Pavimentos Interiores	Deficiente	Dispositivos de Proteção de Vãos Exteriores	Inexistente	
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE							
Estado de Conservação dos Espaços de Apoio	Refeitório	Deficiente	Estado de Conservação das Redes e Instalações	Instalação de Distribuição de Água	Deficiente	Equipamento de Cozinha (Unidade de Confeção)	Razoável
	Sala de Convívio	Inexistente		Instalação de Gás Natural	Inexistente	Instalação de Ventilação	Deficiente
	Sala Polivalente	Inexistente		Instalação Elétrica e de Iluminação	Deficiente	Instalação de Climatização	Deficiente
	Recreio Coberto	Razoável		Instalações de Telecomunicações e Contra Intrusão	Razoável	Wi-Fi	Deficiente
	Recreio Descoberto	Razoável		Instalação de Segurança Contra Incêndio	Inexistente	Instalação de Drenagem de Águas Residuais	Deficiente
	Centro de Recursos / Biblioteca	Bom	Instalação de Evacuação de Lixo	Deficiente	Instalação de Meios e Cuidados de Saúde	Deficiente	
	Mediateca	Inexistente	Esgotos	Deficiente			
	Pavilhão Desportivo	Razoável	Energia	Evolução do Consumo Energético nos Últimos 3 Anos	Negativa (aumento do consumo)	Adoção de Medidas Específicas de Aumento da Eficiência Energética	-
	Campo de Jogos Exterior	Razoável					
	Balneários	Razoável					
Sanitários	Deficiente						

Fonte: CEDRU, 2021. Carta Educativa.

Quanto à evolução do consumo energético, nos últimos 3 anos, houve uma evolução negativa, verificou-se o aumento do consumo de energia.

Existem 34 salas de atividade com condições para a atividade letiva, todas elas ocupadas com turmas de 2º, 3º CEB e Secundário. O agrupamento não apontou carência de salas.

A prática de cedência de espaços à comunidade exterior existe nesta escola, sendo cedidos espaços a entidades como a Associação de Pais, a Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária da Golegã – EMIC e a Câmara Municipal de Golegã.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola Mestre Martins Correia</li> <li>• Jardim de Infância</li> <li>• EB1</li> <li>• Centro Social Paroquial (Infantário; Creche, ATL)</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alentejo 20/20 (fundo comunitário)</li> <li>• Alentejo 20/30</li> <li>• PRR</li> <li>• Candidaturas a Projetos</li> </ul>

### AMEAÇAS

- Falta de verbas
- Falta de projetos e candidaturas

### CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias

# FALTA DE HABITAÇÃO PARA ARRENDAMENTO

O grupo de trabalho validou esta problemática associando-a quer à dificuldade em encontrar habitações disponíveis para arrendamento, sendo de registar uma preferência dos/as proprietários/as pela ocupação sazonal, como se pode constatar em 2011 apenas 81,4 % dos alojamentos estavam ocupados, sendo previsível que se verifique uma descida para 80,9%, em 2021.

Constata-se também que existe uma oferta reduzida de imóveis recentes, prontos a habitar, para aquisição, dado que no ano transato apenas se concluíram 9 habitações novas, contra 6 em 2020 e 1 remodelada em 2020 e 2021. Por outro lado, os preços dos terrenos e habitações estão inflacionados, sendo superiores aos praticados nos Municípios limítrofes. Contudo, existem apoios à habitação disponíveis, nomeadamente a Habitação Social e o Apoio Financeiro ao Arrendamento.

Quadro 51 – Alojamentos (1960-2021)

	1960	1981	2001	2011	2021
<b>Alojamentos</b>	-	2 357	2 913	3 128	↓ Pro 3 493
Alojamentos familiares clássicos (%) como moradias e apartamentos	-	99,3	99,5	99,6	↓ Pro 99,8
Alojamentos Ocupados	90,2	-	85,4	81,4	↓ Pro 80,9
Alojamentos próprios (%)	-	55,1	81,1	76,0	↓ Pro 74,8
Alojamentos próprios com encargos de compra (%) alojamentos de residência habitual	-	14,8	36,1	45,6	↓ Pro 63,9
Alojamentos arrendados e outros casos (%)	-	44,9	18,9	24,0	↓ Pro 25,2

Fonte: PORDATA/INE 2022

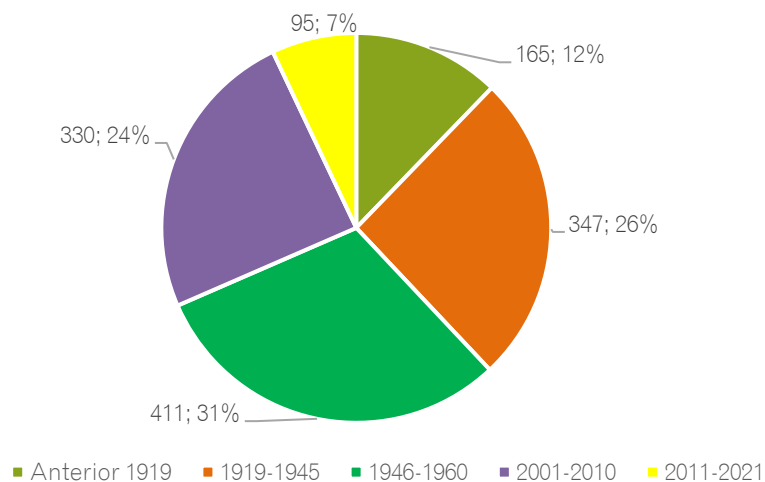
Quadro 52 – Edifícios segundo os Censos: total, por época de construção, em 2021

Territórios	Época de construção					
	Total	Anterior a 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	2001 - 2010	2011 - 2021
Lezíria do Tejo	Pro 105 995	Pro 4 364	Pro 9 422	Pro 14 102	Pro 15 519	Pro 2 364
Alpiarça	Pro 3 463	Pro 68	Pro 305	Pro 561	Pro 459	Pro 43
Chamusca	Pro 5 592	Pro 539	Pro 843	Pro 1 070	Pro 702	Pro 39
Golegã	↓ Pro 3 122	↓ Pro 165	↓ Pro 347	↓ Pro 411	↓ Pro 330	↓ Pro 95
Santarém	↓ Pro 23 812	↓ Pro 1 744	↓ Pro 2 979	↓ Pro 3 506	↓ Pro 3 135	↓ Pro 445

Fonte: PORDATA/INE 2022

Constata-se que dos 3122 edifícios de habitação existentes na Golegã, apenas 7% são de construção da última década, sendo 26% dos anos 1919 a 1960, o que representa um parque habitacional muito antigo, logo pouco suscetível de arrendamento.

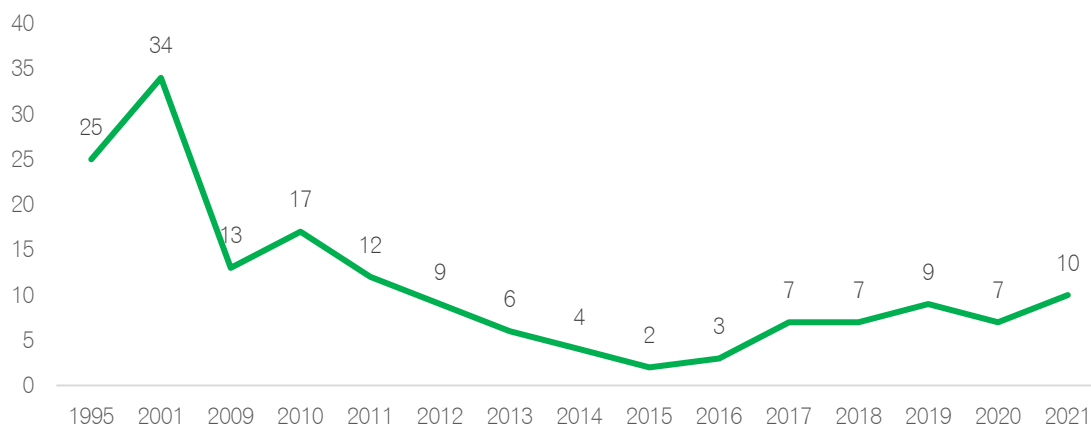
**Gráfico 43** – Edifícios Habitacionais existentes, de acordo com ano de construção



Fonte: PORDATA/INE 2022

Em 2010, verifica-se um pico da construção, 17 habitações seguindo-se 5 anos de descida, voltando em 2017 a subir.

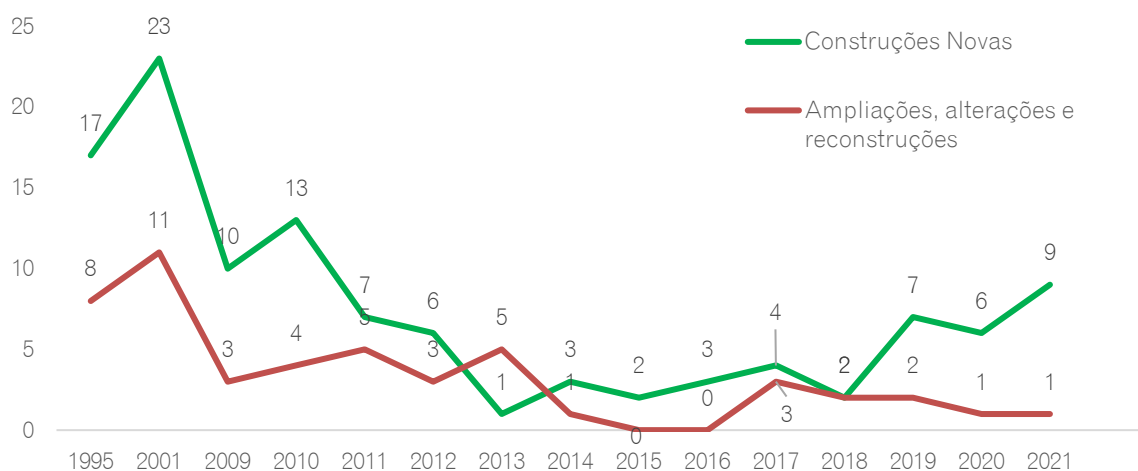
**Gráfico 44** – Construção de Edifícios total 1995-2021



Fonte: PORDATA/INE 2022

De registar que parte são novas construções e algumas ampliações, alterações e reconstruções.

**Gráfico 45** – Construção de Edifícios total 1995-2021, novas habitações e Ampliações, Alterações e reconstruções.



Fonte: PORDATA/INE 2022

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

<b>RECURSOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitações degradadas e/ou devolutas</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRR/mercado de arrendamento controlado</li> <li>• IMI</li> <li>• ARU's</li> </ul>
<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de muitas segundas habitações</li> <li>• Custo ou falta de terreno para construir</li> <li>• Falta de recursos humanos nos serviços para a classificação habitações devolutas e implementação estratégias para melhoria</li> <li>• Preços dos terrenos</li> </ul>
<b>CAUSAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Dificuldade de Financiamento</li> <li>■ Existência de habitações devolutas</li> <li>■ Arrendamento elevado no São Martinho</li> <li>■ Desresponsabilização fiscal do senhorio</li> <li>■ Valor da carga fiscal</li> <li>■ Elevado custo terrenos disponível por m<sup>2</sup></li> </ul>

# FALTA DE RESPOSTA NA ÁREA DA HABITAÇÃO SOCIAL

Apesar da Câmara Municipal da Golegã dispor de um número significativo de habitações sociais que se destinam ao realojamento de agregados cujas habitações têm falta de condições de habitabilidade, higienização e salubridade ou em situação de manifesta exiguidade da área habitável para a dimensão do agregado familiar, o grupo de trabalho que se dedicou a este assunto considera que este número ainda é insuficiente.

Neste momento, encontram-se a residir em habitação social municipal 9 agregados na freguesia de Azinhaga e 25 agregados na freguesia de Golegã.

Saliente-se o facto de existirem, na freguesia da Golegã, duas habitações livres de tipologia T2, uma das quais devido à falta de condições de habitabilidade e outra por se estar a aguardar decisão por parte da autarquia sobre proposta para aquisição da mesma, e na freguesia de Azinhaga, uma habitação livre de tipologia T1, em virtude de o arrendatário ter falecido recentemente. Assim, a Câmara Municipal da Golegã gere 34 fogos habitacionais, sendo 9 habitações na Azinhaga e 25 na Golegã, não existindo nenhuma habitação social municipal na freguesia Pombalinho.

**Quadro 53** – Agregados Familiares Realojados em Habitação Social pela CMG

Tipologia	Golegã	Azinhaga
T1	3	5
T2	12	3
T3	7	0
T4	3	0
T5	0	1
Total	25	9

**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

Atualmente existem 16 agregados candidatos/as à atribuição de uma habitação social municipal, sendo os principais motivos indicados pelos mesmos os seguintes:

- › Inadequação, as condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência;

- › Dificuldades económicas não permitem arrendar habitação no mercado normal de arrendamento.

**Quadro 54** – Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG

Motivos	
Inadequação, as condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência	1
Dificuldades económicas para arrendar habitação no mercado normal de arrendamento	15

**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

Constata-se que a tipologia T1 é aquela que mais se adequa às necessidades dos agregados familiares a aguardar realojamento. Saliente-se ainda que nem todos os processos de candidatura são considerados como situações de intervenção prioritária.

**Quadro 55** – Tipologia de Habitação Adequada aos Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG

Tipologia	
T1	10
T2	5
T3	1
T4	0
<b>Total</b>	<b>16</b>

**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

É ainda de referir a existência de algumas habitações propriedade das Santas Casas da Misericórdia da Golegã e da Azinhaga que, apesar das rendas praticadas não obedecerem aos critérios estabelecidos pelo regime de renda apoiada, estão arrendadas a agregados em situação de vulnerabilidade económica e social a preços bastante inferiores aos praticados pelo mercado de arrendamento.

Foram também identificados pelo grupo de trabalho recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

<b>RECURSOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existem 34 habitações sociais no concelho</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRR</li> <li>• Candidatura a projetos</li> </ul>
<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do número de candidaturas para habitação social</li> </ul>
<b>CAUSAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Dificuldade de Financiamento</li> </ul>

- Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias
- Elevado custo terrenos disponível por m<sup>2</sup>



# NECESSIDADE DE REABILITAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ADAPTADOS A VÁRIAS MODALIDADES

Consagrado constitucionalmente, no âmbito da organização democrática do Estado, como pessoas coletivas territoriais que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações, os municípios dispõem para o efeito, de atribuições em vários domínios, materializadas por um vasto leque de competências atribuídas legalmente aos seus órgãos.

A atribuição da área dos “tempos livres e desporto” aos municípios, confere aos seus órgãos um alargado âmbito de intervenção suportado, quer pela abrangência do respetivo conceito que, enquanto fenómeno social que interage com outros domínios designadamente com a economia, a saúde, o turismo e a cultura, quer com a crescente importância dada à prática de atividades físicas e desportivas como fator primordial do bem estar físico e psicológico contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs.

Esta crescente valorização do desporto como fenómeno social, com impactos positivos na saúde dos/as praticantes em geral e sobretudo, como instrumento de promoção turística com elevada repercussão mediática, resultou noutra posicionamento por parte dos decisores/as políticos/as, que colocam, em alguns casos, o desporto como tema central da promoção e afirmação dos respetivos concelhos (Pereira, 2009).

Deste posicionamento, resultaram significativos investimentos em recursos humanos devidamente habilitados, em equipamentos desportivos, em programas e eventos, colocando a intervenção desportiva num patamar elevado de prioridades no universo das diversas áreas de atuação política, assumindo como refere Teixeira (2009), uma especial importância no funcionamento do sistema desportivo nacional e no inalienável cumprimento do sistema constitucional que consagra a todos os cidadãos, sem exceção, o acesso à cultura física e ao desporto. Esta abrangência e importância cada vez maior do desporto no âmbito das políticas municipais, exigem mais e melhores respostas nos diversos contextos de atuação. Para este efeito, é de capital importância dotar as unidades orgânicas ou serviços municipais responsáveis, de recursos humanos e equipamentos adequados à sua dimensão, que possam responder com eficiência e eficácia à satisfação das necessidades e exigência dos destinatários das suas políticas desportivas.

Quadro 56 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos I

	Campo de Futebol (Estádio Municipal Manuel Galrinho Bento)	Pista de Atletismo (Estádio Municipal Manuel Galrinho Bento)	Campo Desportivo Manuel Assunção Coimbra	Campo Desportivo do Pombalinho
Construção:	1970	1970		
Reestruturação:	2010	2010		
Área útil:	6400			
Bancada:	530 Lugares	530 Lugares	Inexistente	Inexistente
Iluminação:	Existente	Existente		
Piso:	Relva Sintética	Sintético, Outros	Solo Natural	Solo Natural
Modalidades praticadas:	Futebol	Atletismo	Futebol	
Freguesia:	Golegã	Golegã	Azinhaga	Pombalinho
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva Especializada	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa
Entidade proprietária:	CMG	CMG	CMG	JFP
Balneários:	4	Existente	Existente	Existente
Wc públicos:	Existente (incluindo deficientes)	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente
Bar:	Existente	Existente	Existente	Existente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Existente	Existente	Existente	Existente
Sala de Musculação:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Estado				

| 122

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
--------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 57 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos II

	Pavilhão Desportivo da Golegã	Sala de Artes Marciais - Pavilhão Desportivo da Golegã	Ginásio - Pavilhão Desportivo da Golegã	Polidesportivo Municipal da Golegã	Polidesportivo Municipal Jardim Equuspolis
Construção:	1982	1982	1982		2021
Reestruturação:	1998	1998	1998		
Área útil:	800	800	800	592	740
Bancada:	750 Lugares	50 Lugares	Inexistente		
Iluminação:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Piso:	Sintético (38m x 18m)	Tatami	Piso flutuante	Sintético, Outros	Sintético, Outros
Modalidades praticadas:	Futsal	Judo, Krav Maga, Jujitsu	Danças, Ginástica de aparelhos	Futebol, Voleibol, Ténis	Futebol e Ténis
Freguesia:	Golegã	Golegã	Golegã	Golegã	Golegã
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva Especializada	Instalação Desportiva de Base Recreativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa
Entidade proprietária:	CMG	CMG	CMG	CMG	CMG

Balneários:	4	4	4	Existente	Inexistente
Wc públicos:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Bar:	Existente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Existente	Existente
Sala de Musculação:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Estado					

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
--------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

### Quadro 58 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos III

	Polidesportivo do Pombalinho	Pavilhão Desportivo da Azinhaga	Complexo de Ténis da Golegã	Campo de Ténis da Azinhaga	Picadeiro Lusitanus
Construção:			1998		2000
Reestruturação:			2005	2005	
Área útil:	760	648	1274	640	338
Bancada:		370 Lugares	306 Lugares	Inexistente	Existente
Iluminação:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Piso:	Sintético, Outros	Soalho	Sintético	Sintético	Solo Estabilizado
Modalidades praticadas:	Futebol e Ténis		Ténis	Ténis	Equitação
Freguesia:	Pombalinho	Azinhaga	Golegã	Azinhaga	Golegã
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva Especializada
Entidade proprietária:	JFP	INATEL	CMG	CMG	Lusitanus, S.A.
Balneários:	Existente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Wc públicos:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Bar:	Existente	Inexistente	Existente	Inexistente	Inexistente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Inexistente	Existente	Existente	Inexistente	Inexistente
Sala de Musculação:	Inexistente	Existente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Estado					

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
--------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 59 – Caracterização Geral Equipamentos Desportivos IV

	Picadeiro Mestre Nuno Oliveira	Piscina Municipal Coberta	Tanque de Aprendizagem - Piscinas Municipais	Piscina Descoberta Municipal	Piscina Municipais de Azinhaga
Construção:	2000	2005	2005	1998	
Reestruturação:				2005	
Área útil:	338	312,5	125	637	
Bancada:		164 Lugares	164 Lugares		
Iluminação:	Existente	Existente	Existente		
Piso:	Solo Estabilizado				
Modalidades praticadas:	Equitação	Natação	Natação	Atividades aquáticas	
Freguesia:	Golegã	Golegã	Golegã	Golegã	Azinhaga
Tipologia DL 141_09:	Instalação Desportiva Especializada	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Formativa	Instalação Desportiva de Base Recreativa	Instalação Desportiva de Base Recreativa
Entidade proprietária:	CMG	CMG	CMG	CMG	CMG
Balneários:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Existente
Wc públicos:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Arrecadações:	Existente	Existente	Existente	Existente	Existente
Bar:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Existente
Garagem:	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Posto médico:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Existente
Sala de Musculação:	Inexistente	Existente	Existente	Existente	Inexistente
Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente	Bom

| 124

Estado	Excelente	Bom	Razoável	Deficiente
--------	-----------	-----	----------	------------

Fonte: Serviço de Desporto, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Da caracterização geral dos equipamentos desportivos, pode-se extrapolar que 4 apresentam um estado deficiente, 7 estado Bom e 7 razoável. Apenas 1 equipamento apresenta um Estado: Excelente.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pavilhão Municipal Golegã Azinhaga</li> <li>• Campos de Ténis</li> <li>• Campo de Futebol /Golegã Azinhaga Pombalinho</li> <li>• Piscinas Municipais</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Candidatura a projetos</li> <li>• Federação portuguesa de futebol /Candidatura</li> </ul>

- Construção de pavilhão adaptado a várias modalidades e espetáculos.
- Adaptação do existente a várias modalidades e espetáculos.

#### AMEAÇAS

- Falta de aprovação das candidaturas
- Custo da criação das várias infraestruturas

#### CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Falta de Manutenção

# VIAS POUCO ADAPTADAS ÀS NECESSIDADES DO CONCELHO

A falta de segurança nas rodovias é uma das características das vias pouco adaptadas às necessidades de hoje.

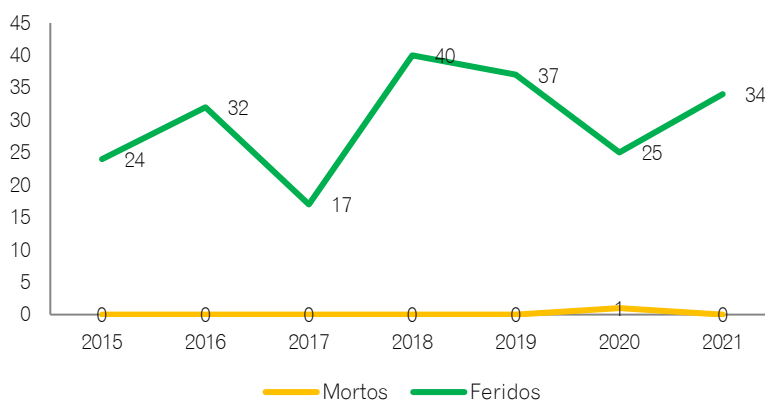
No quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, o número de vítimas de acidentes de viação no último triénio tem diminuído substancialmente, devendo-se provavelmente ao estado de contingência resultante da Pandemia Covid 19.

## Quadro 60 – Vítimas de Acidentes de Viação

Localização	2019			2020			2021		
	Total	Feridos	Mortos	Total	Feridos	Mortos	Total	Feridos	Mortos
Golegã	37	37	0	26	25	1	34	34	0
Lezíria do Tejo	1280	1252	28	971	933	38			

Fonte: INE (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, 2020) e Guarda Nacional Republicana, 2022)

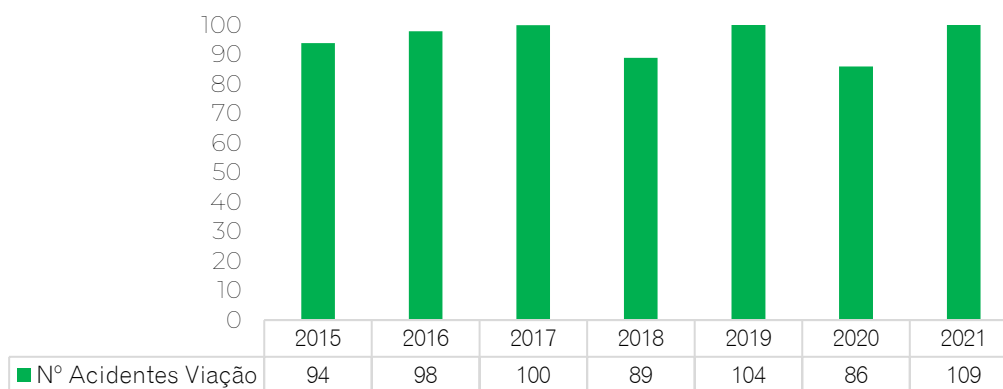
## Gráfico 46 – Evolução do Número Total de Vítimas de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2022

No que diz respeito ao número de vítimas de acidentes de viação, no Concelho da Golegã, 2017 foi o ano com menos acidentes, registando 17. No ano seguinte deu-se um aumento substancial, tendo descido nos anos de Pandemia. Em 2020, foi o único ano em que se registou 1 morte.

**Gráfico 47** – Evolução do Número Total de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã



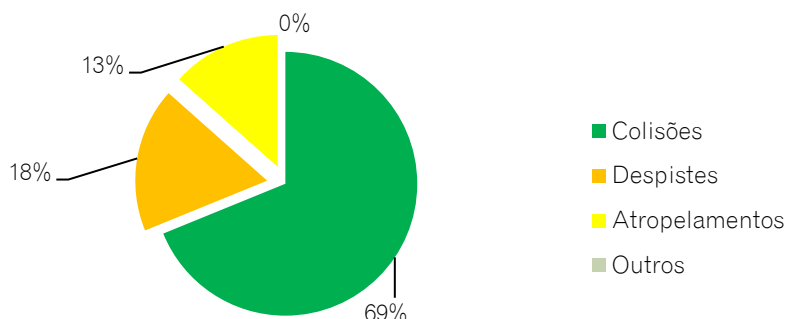
Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2022

De referir que maioria da tipologia dos acidentes se deve a colisões, seguido de despistes, e na sede de Concelho.

**Quadro 61** – Acidentes de Viação por Tipologia, Via, Localidade e resultado no Concelho da Golegã

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	<b>Total acidentes</b>	<b>94</b>	<b>98</b>	<b>100</b>	<b>89</b>	<b>104</b>	<b>86</b>	<b>109</b>	<b>44</b>
Tipologia	Colisões	68	76	77	53	69	52	74	22
	Despistes	21	18	19	3	32	29	30	22
	Atropelamentos	5	4	4	3	3	5	5	0
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado	Feridos	24	32	17	40	37	25	34	14
	Mortos	0	0	0	0	0	1	0	0
Via	EN 365	---	---	---	---	36	21	41	12
	EN 243	---	---	---	---	20	21	11	3
Localidade	Golegã	---	---	---	---	32	24	22	15
	Azinhaga	---	---	---	---	9	2	2	0
	Pombalinho	---	---	---	---	0	0	0	1

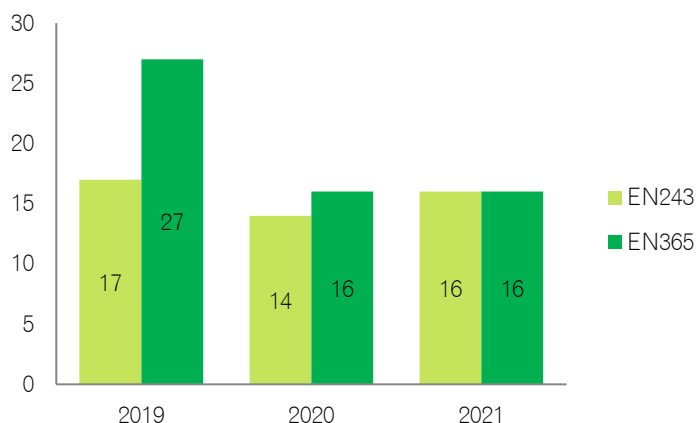
**Gráfico 48** – Acidentes de Viação por Tipologia, no Concelho da Golegã, 2020



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2022

A Guarda Nacional Republicana – Posto de Golegã identificou como Pontos Negros o troço entre o Posto da GNR e a Ponte da Chamusca (EN243) e o troço entre o Cemitério da Golegã e o Entroncamento (EN365).

**Gráfico 49** – Número de Acidentes por Via no Concelho da Golegã



**Fonte:** Guarda Nacional Republicana, 2022

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

<b>RECURSOS</b>	
	• Estrada Nacional 365 Golegã/Azinhaga/ Pombalinho
<b>OPORTUNIDADES</b>	
	• Pressão sobre IP
<b>AMEAÇAS</b>	
	• Pressão sobre IP
<b>CAUSAS</b>	
	■ Dificuldade de Financiamento
	■ Não construção do nó da A3
	■ Dificuldade de entendimento de entidades
	■ Falta de Manutenção



# DIFÍCIL TRAVESSIA GOLEGÃ/CHAMUSCA

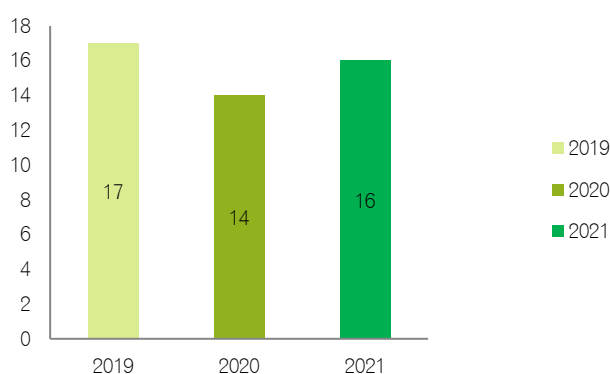
O trânsito na Ponte Dr. João Joaquim Isidro dos Reis, vulgo Ponte da Chamusca, representa para aqueles que precisam de fazer a travessia que une os concelhos da Chamusca e Golegã, um constrangimento diário afetando várias centenas de pessoas que, por questões de trabalho ou lazer ali passam. O problema dos congestionamentos tem vindo ao longo dos últimos anos a acentuar-se, resultado do aumento de tráfego, bem como da redução da faixa de rodagem pós reabilitação da Ponte.

O facto de o tabuleiro da ponte ser estreito é motivo para, quase diariamente, ocorrerem congestionamentos de tráfego que chegam a demorar horas para serem resolvidos e que só o são depois da intervenção da GNR. A travessia não permite a passagem em simultâneo de dois veículos pesados, e como os semáforos, estão há vários anos sem funcionar, por vezes têm de ser os/as condutores/as a regular o trânsito.

O trânsito fica bloqueado quando dois veículos pesados se cruzam no tabuleiro da ponte, sendo cerca de 1000 a passar diariamente. Se em dias de maior visibilidade os/as camionistas são cordiais e só avançam para a ponte quando veem que não há outro pesado em sentido contrário, o caso muda de figura em caso quando há nevoeiro e em que a visibilidade é mínima.

A Guarda Nacional Republicana – Posto de Golegã identificou como Ponto Negro o troço entre o Posto da GNR e a Ponte da Chamusca (EN243).

**Gráfico 50** – Número de Acidentes na EN243 Golegã-Ponte da Chamusca.



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2022

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existe alternativa</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pressão sobre IP</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Estrada ser nacional das Infraestruturas de Portugal IP</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Elevado custo terrenos disponível por m<sup>2</sup></li><li>■ Não construção do nó da A3</li><li>■ Dificuldade de entendimento de entidades</li></ul>

# POUCA OFERTA DE TRANSPORTES QUE PERMITAM ESTUDAR E TRABALHAR FORA DO CONCELHO

A Golegã é um concelho muito bem localizado no contexto nacional, especialmente pelo excelente posicionamento de proximidade com os acessos aos grandes centros urbanos, através de vias estruturantes. Com a autoestrada do Norte A1, que faz a ligação Lisboa-Porto, e que se encontra facilmente acessível através dos nós de Santarém ou de Torres Novas, as deslocações para Lisboa passaram a demorar aproximadamente 1h20 e para o Porto cerca de 2h15. Outra importante ligação é para o Algarve, que facilmente se pode executar através autoestrada do Sul A2, com entrada no nó de Marateca e saída em Paderne, realizando-se aproximadamente 3h de viagem.

Este acesso existe através da entrada na A13 Sul em Almeirim. A A13 é uma estrada com uma interrupção entre a Atalaia e Almeirim, provavelmente pela estreita área da ponte da Chamusca, em que não é possível que passem dois veículos pesados. A A13 Norte que se inicia na Atalaia prossegue até Condeixa, sendo um importante eixo de ligação a Coimbra

A área é ainda servida pela autoestrada da Beira-Interior A23, anteriormente designada de via rápida IP6. Esta estrada é um eixo de ligação entre a A1 e o interior do país, uma vez que faz a ligação entre Torres Novas e Guarda. A A23 em direção a Vilar Formoso é um dos principais acessos do Centro do país a Espanha.

A vila de Golegã é ainda servida por vias arteriais como a estrada N365/IC3, um itinerário complementar da estremadura e ribatejo, que liga a vila à cidade do Entroncamento e à sua freguesia Azinhaga. A vila é ainda percorrida pela N243, que efetua a ligação entre a Chamusca e os Riachos, no concelho de Torres Novas. Esta via é um dos mais importantes eixos de comunicação e de desenvolvimento comercial no município, usualmente denominado pela população como “variante”.

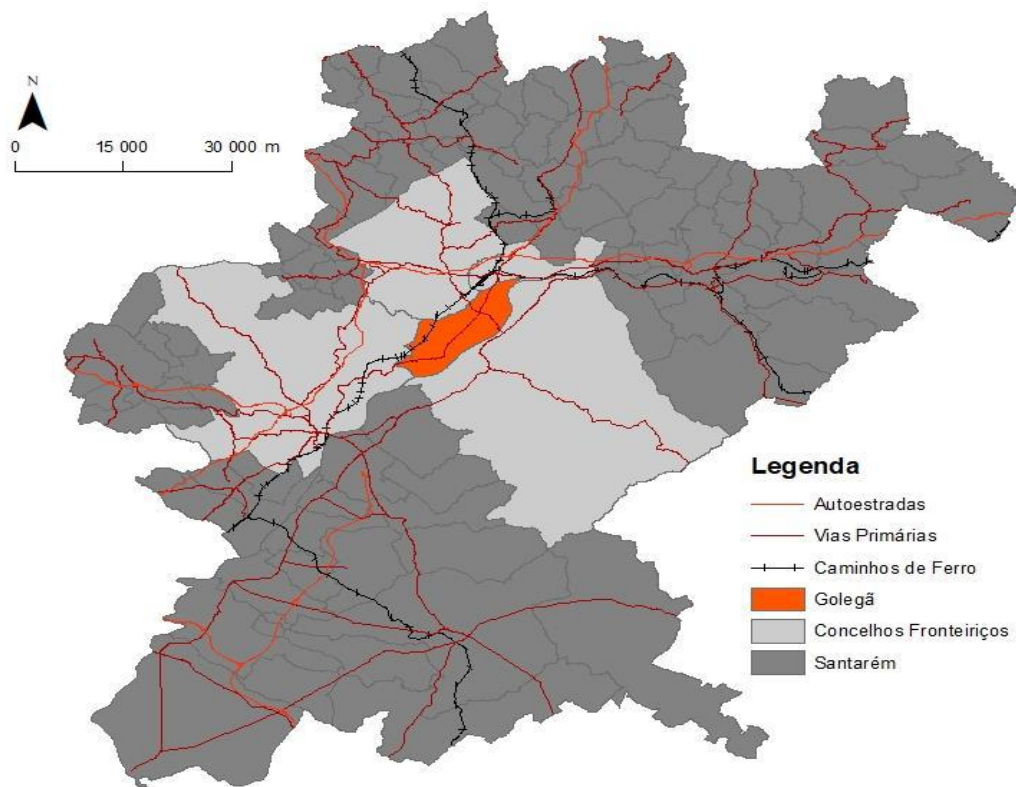
A Golegã é também servida pelos serviços dos Comboios de Portugal (CPPortugal), através de um apeadeiro localizado em Mato de Miranda e outro em Riachos, no concelho de Torres Novas, denominado pela empresa como “Riachos - Torres Novas – Golegã”. Como se trata de apeadeiros, apenas realizam viagens em comboios de serviço regional.

Nas proximidades existe também a estação do Entroncamento, uma das maiores estações de Portugal, com serviços de comboios regionais, inter-regionais, intercidades, alfas e internacionais. Neste contexto, é seguro afirmar que o município de Golegã é maioritariamente servido por vias de comunicação terrestres, de circulação rodoviária e ferroviária.

A proximidade entre concelhos é um fator de incentivo a deslocações em veículo de transporte individual, bem como o facto de existirem poucos meios de transporte rodoviário coletivo, como autocarros interurbanos, o que dificulta, acima de tudo o trabalho para fora do Concelho.

Neste sentido, a única outra opção viável para deslocações regulares entre municípios seria a deslocação por táxi, o que se torna incomportável.

**Figura 10** – Vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias abrangentes ao município da Golegã. Elaboração em ArcMap



**Fonte:** Reabilitação Urbana na Câmara Municipal da Golegã – Levantamento do Edificado, 2019

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Rodoviária Médio Tejo</li><li>• Transfer</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Reestruturação da nova entidade dos transportes criada pela CIM</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Território que pertence a outra comunidade (Médio Tejo)</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias</li><li>■ Dificuldade de entendimento de entidades</li></ul>

# POUCA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS

As intervenções em edifícios, visando a sua sustentabilidade e a reabilitação energética, encontram-se entre as medidas com maior efeito multiplicador na economia, gerando emprego e riqueza a nível local e nacional. Está, por isso, identificada em diversos estudos como sendo uma das medidas mais relevantes para fomentar a recuperação da economia na fase pós COVID-19.

A aposta na eficiência energética dos edifícios é uma prioridade para a recuperação económica alinhada com a transição climática, de acordo com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Este Programa enquadra-se, entre outros, na iniciativa Europeia “Vaga de Renovação”, especialmente dedicada à renovação dos edifícios e que visa abordar as atuais baixas taxas de renovação em toda a UE, além de fornecer uma estrutura para que a renovação desempenhe um papel fundamental no apoio a uma recuperação verde e digital.

Reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes potencia o alcance de múltiplos objetivos, designadamente:

- › a melhoria dos níveis de conforto para os/as seus/suas utilizadores/as, nomeadamente o térmico,
- › a melhoria da qualidade do ar interior,
- › o benefício para a saúde, a promoção da produtividade laboral,
- › a extensão da vida útil dos edifícios,
- › o aumento da sua resiliência,
- › a redução da fatura e da dependência energética do país,
- › a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

A renovação energética e ambiental promove ainda melhorias noutras dimensões do desempenho dos edifícios como a eficiência de outros recursos, em particular os recursos hídricos, pelo forte *nexus* com o respetivo consumo energético, e constitui ainda um importante contributo para a resiliência climática dos edifícios, das cidades e, por consequência, do próprio país.

A nível autárquico já foram executadas algumas intervenções de eficiência energética em edifícios municipais, com vista a reduzir o consumo e custos energéticos, a melhorar as condições térmicas/de conforto interior e a produzir energia através de fontes renováveis.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Habitações e edifícios públicos</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Fundos comunitários de apoio</li><li>• Fundo ambiental</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pessoas tem de pagar primeiro depois recebem o apoio</li><li>• Falta de conhecimento dos privados das políticas de apoios</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Valor da carga fiscal</li></ul>

# PARQUE AUTOMÓVEL ENVELHECIDO DAS INSTITUIÇÕES DO CONCELHO | FALTA DE MOBILIDADE VERDE

As Santas Casas e Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho identificam como necessidade de intervenção prioritária a renovação do seu parque de viaturas uma vez que o mesmo é insuficiente e não responde aos novos imperativos de natureza legal. As Instituições com respostas sociais dirigidas a seniores manifestam de forma generalizada a necessidade de aquisição de novas viaturas de apoio domiciliário, com espaços distintos para alimentação, roupa suja e lavada, utensílios de limpeza e zona de refrigeração, que permitam, entre outras vantagens, assegurar a higiene e conservação das refeições.

**Quadro 62** – Parque de Viaturas das Instituições do Concelho

Instituições	Viaturas	Totais
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	2 lugares: 4 (inclui uma adaptada para o SAD) 5 lugares: 4 9 lugares: 4 (inclui uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida) 3 lugares: 1 de caixa aberta	13
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	2 lugares: 2 5 lugares: 1 9 lugares: 2 (inclui uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida) <sup>26</sup>	5
Casa do Povo do Pombalinho	2 lugares: 1 9 lugares: 1	2
Centro Social Paroquial da Golegã	9 lugares: 1 (não permite o transporte de crianças)	1

**Fonte:** Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã,

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existe</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Candidatura a projetos</li></ul>

<sup>26</sup> Candidatura aprovada para aquisição de um veículo elétrico (Mobilidade Verde) – 2 lugares



### AMEAÇAS

- Falta de conhecimento dos privados das políticas de apoios

### CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Aumento responsabilização municípios não acompanhado das verbas necessárias
- Valor da carga fiscal

# INFRAESTRUTURAS DAS INSTITUIÇÕES DEGRADADAS E/OU DEVOLUTAS

Os equipamentos sociais em atividade no concelho apresentam-se heterogéneos quanto ao ano de entrada em funcionamento, tendo iniciado o seu funcionamento ao longo de diferentes décadas do século XX (5), com exceção das instalações cedidas à APAV (sala), que são utilizadas com essa finalidade desde 2019.

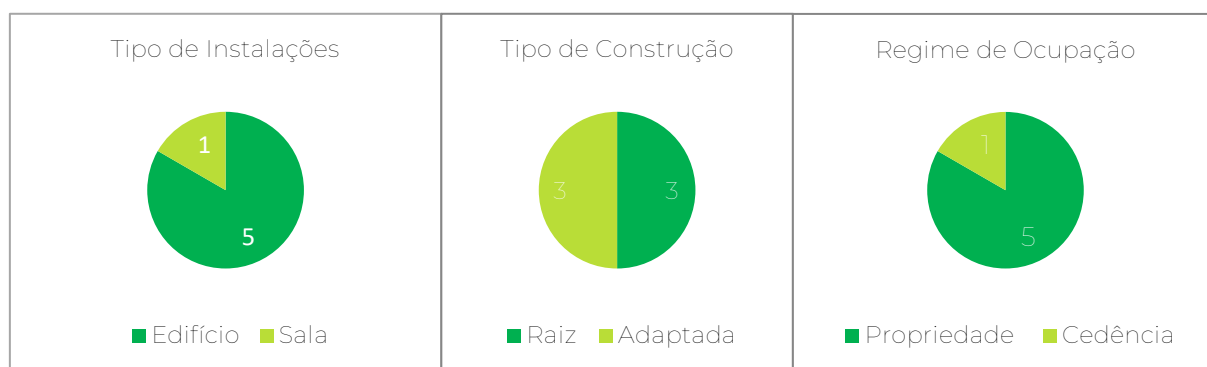
O mais antigo é o equipamento da Casa do Povo do Pombalinho (década de 30 do séc. XX), seguido pelo Centro Social Paroquial de Golegã que data dos anos 50 do século XX. Os restantes 3 equipamentos datam da segunda metade do Séc. XX (anos 70, anos 80 e anos 90).

A análise do perfil das instalações dos equipamentos sociais na Golegã evidencia que as respostas e serviços sociais são desenvolvidas a partir de edifícios (5 equipamentos) e salas (1 equipamento).

O tipo de construção do equipamento revela um equilíbrio entre os que foram adaptados para o uso de equipamento social (3), e aqueles construídos de raiz (3) para essa finalidade.

Quanto ao regime de ocupação do edifício, prevalece amplamente o regime de propriedade (5 equipamentos), encontrando-se apenas 1 equipamento social (sala) a funcionar em regime de cedência. As instalações não são consideradas temporárias em nenhum dos casos.

**Gráfico 51** – Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício, em 2021 (N.º)

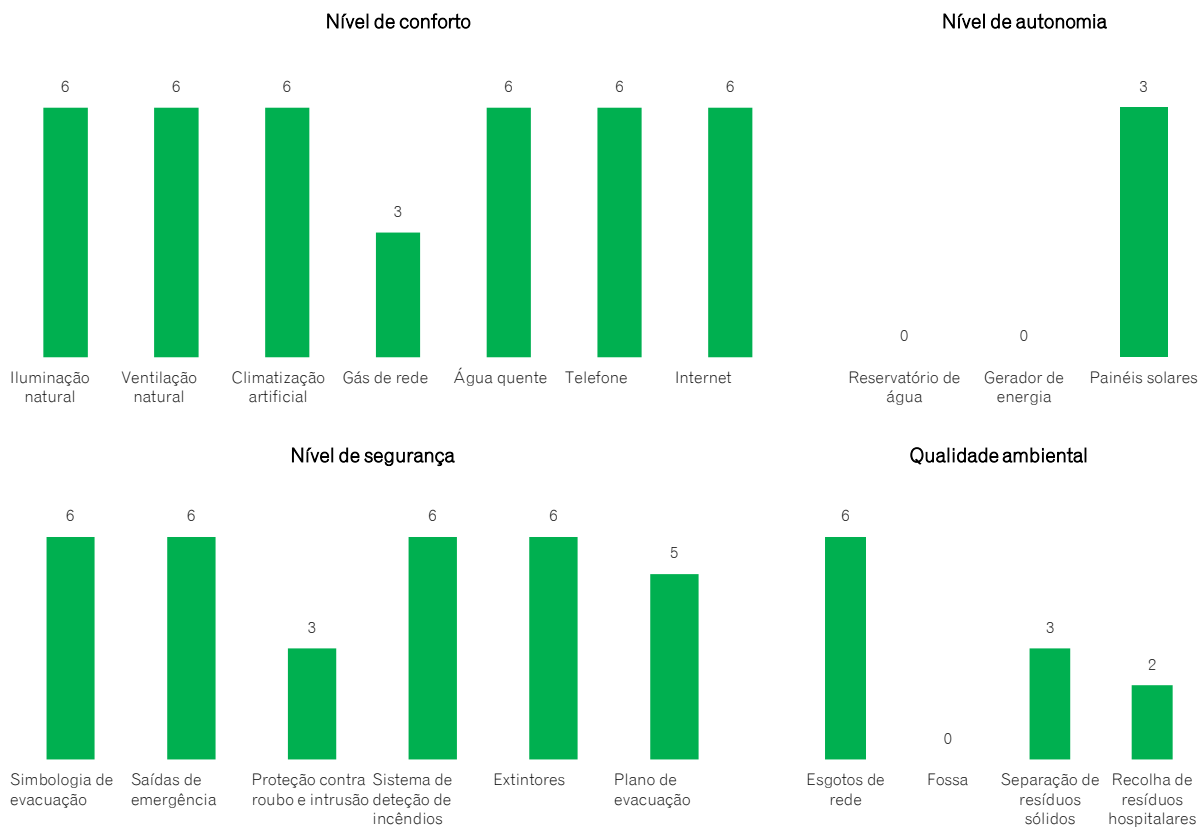


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

A avaliação das condições de conforto dos equipamentos sociais é impreterível no âmbito do instrumento carta social, na medida em que permite efetuar um retrato atualizado dos designados fatores de conforto, identificar potenciais constrangimentos e subsequentemente reorientar opções futuras de investimento nestes equipamentos, designadamente, em matéria de recuperação, modernização e qualificação.

Globalmente, os equipamentos sociais no concelho da Golegã apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto, dispondo da generalidade dos fatores de conforto considerados. De destacar que a totalidade dos 6 equipamentos recenseados dispõem de iluminação e ventilação natural, climatização artificial, água quente, telefone e internet, sendo que 3 equipamentos não dispõem de gás de rede, podendo efetivamente esta situação resultar da existência de alternativas similares.

**Gráfico 52** – Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

As questões ambientais assumem atualmente uma importância sem precedentes, face ao impacto que as alterações climáticas registam na sustentabilidade dos ecossistemas, na economia, na saúde e bem-estar, assim como no equilíbrio das várias atividades humanas em todo o planeta. Num tempo marcado por compromissos ambiciosos e fulcrais em matéria ambiental, importa que as diversas atividades e setores mais do que assumirem compromissos ambientais ambiciosos, mitiguem a sua pegada ecológica.

Não obstante o contexto atual, na avaliação ambiental dos equipamentos sociais no município ressalta o facto de nas quatro dimensões consideradas, nenhuma delas ser concretizada pela totalidade dos equipamentos sociais. Particular destaque para o facto de apenas metade dos equipamentos sociais realizarem separação de resíduos sólidos, sintomático da persistência de uma parcela muito significativa dos equipamentos sociais desprovidos de uma das práticas mais elementares de adequada gestão ambiental pela preservação de recursos naturais que promove, mas também porque com a valorização dos resíduos contribuiu-se para uma redução do respetivo depósito em aterros.

**Quanto à autonomia dos equipamentos sociais** a avaliação realizada não se apresenta muito favorável, na medida em que apenas 3 equipamentos dispõem de painéis solares, e nenhum dos equipamentos tem geradores de energia e reservatório de água. Muito embora estes equipamentos de apoio à autonomia possam não ser cruciais num ou outro equipamento, de um modo geral, constituem-se um requisito crucial, na medida em que o seu funcionamento se deve verificar de forma regular e constante, não podendo fatores exógenos condicionar a existência de resposta. Acresce notar ainda a dupla importância de algumas destas componentes, como por exemplo os painéis solares, pelos ganhos ambientais que também possibilita.

**Na avaliação das condições de funcionamento**, o domínio da segurança é um dos que se apresenta mais favorável, indicativo do maior investimento e valorização das entidades gestoras/proprietárias nesta área. Com efeito, verifica-se que a totalidade dos equipamentos sociais dispõe de extintores, simbologia de evacuação, saídas de emergência e sistemas de deteção de incêndio, sendo que um equipamento não dispõe de plano de evacuação. Somente a proteção contra roubo e intrusão manifesta menor valorização e investimento por parte das entidades, verificando-se apenas em metade dos equipamentos sociais do município.

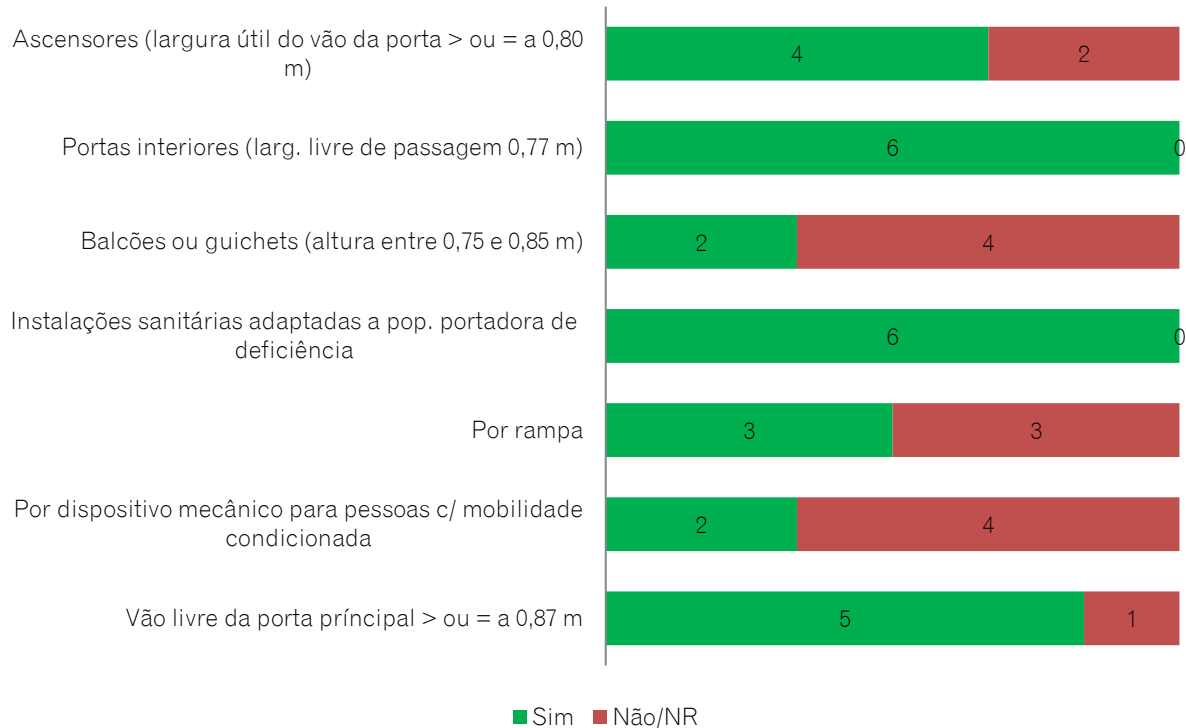
A **acessibilidade** aos equipamentos coletivos representa uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nos últimos anos, decorrente de uma vontade política inequívoca em promover a acessibilidade para todos, muitos têm sido as alterações introduzidas em matéria de enquadramento legal e de ordenamento jurídico-administrativo, o que tem motivado melhorias substanciais na promoção do acesso para todos, assim como a existência de mais e mais eficazes mecanismos fiscalizadores e sancionatórios. Não obstante os ganhos alcançados, a eficácia das medidas legais e técnicas adotadas encontra-se estreitamente dependente da responsabilização e mobilização de todos os atores envolvidos/as, assim como da sociedade civil.

As **condições de mobilidade** no edifício apresentam-se globalmente positivas, com a totalidade dos equipamentos a disporem de instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência, de portas interiores, com largura livre de passagem de 0,77 m; quatro equipamentos referem a existência de ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m). Persistem, no entanto, algumas lacunas, com 4 equipamentos sociais que não apresentam balcões/guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m).

No que trata às **condições de acessibilidade ao edifício de pessoas com mobilidade condicionada**, apenas 3 equipamentos sociais indicaram dispor de acesso por rampa, e 2 equipamentos têm acesso por dispositivo mecânico, sendo que apenas um equipamento apresenta as duas possibilidades de acesso (rampa e dispositivo mecânico).

A quase totalidade dos equipamentos apresentam vão livre da porta principal superior ou igual a 0,87m (5 equipamentos), no equipamento que não tem estas condições é referida a possibilidade da sua adaptação com pequenos ajustes.

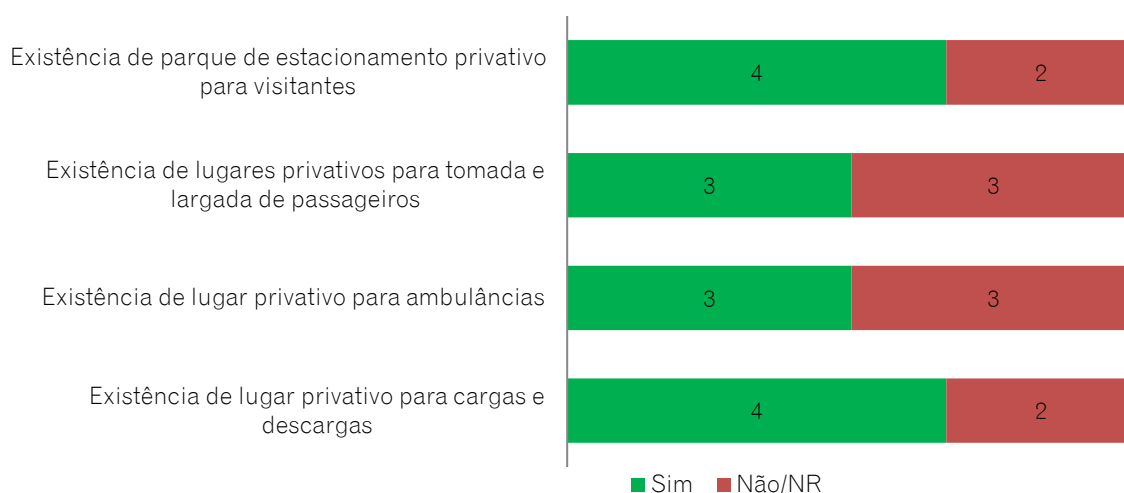
**Gráfico 53** – Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Uma avaliação mais abrangente das condições de acesso ao edifício revela uma situação global intermédia, verificando-se para as quatro dimensões de análise consideradas, que apenas cerca de metade dos equipamentos dispõe destas condições de acesso. Assim, 4 equipamentos apresentam a existência de lugar privativo para cargas e descargas e parque de estacionamento privativo para visitantes (36 lugares, 6 destes para cidadãos portadores de deficiência). Metade dos equipamentos (3) tem lugares privativos para a tomada e largada de passageiros (5 lugares, 2 destes para cidadãos portadores de deficiência), e lugares para ambulância.

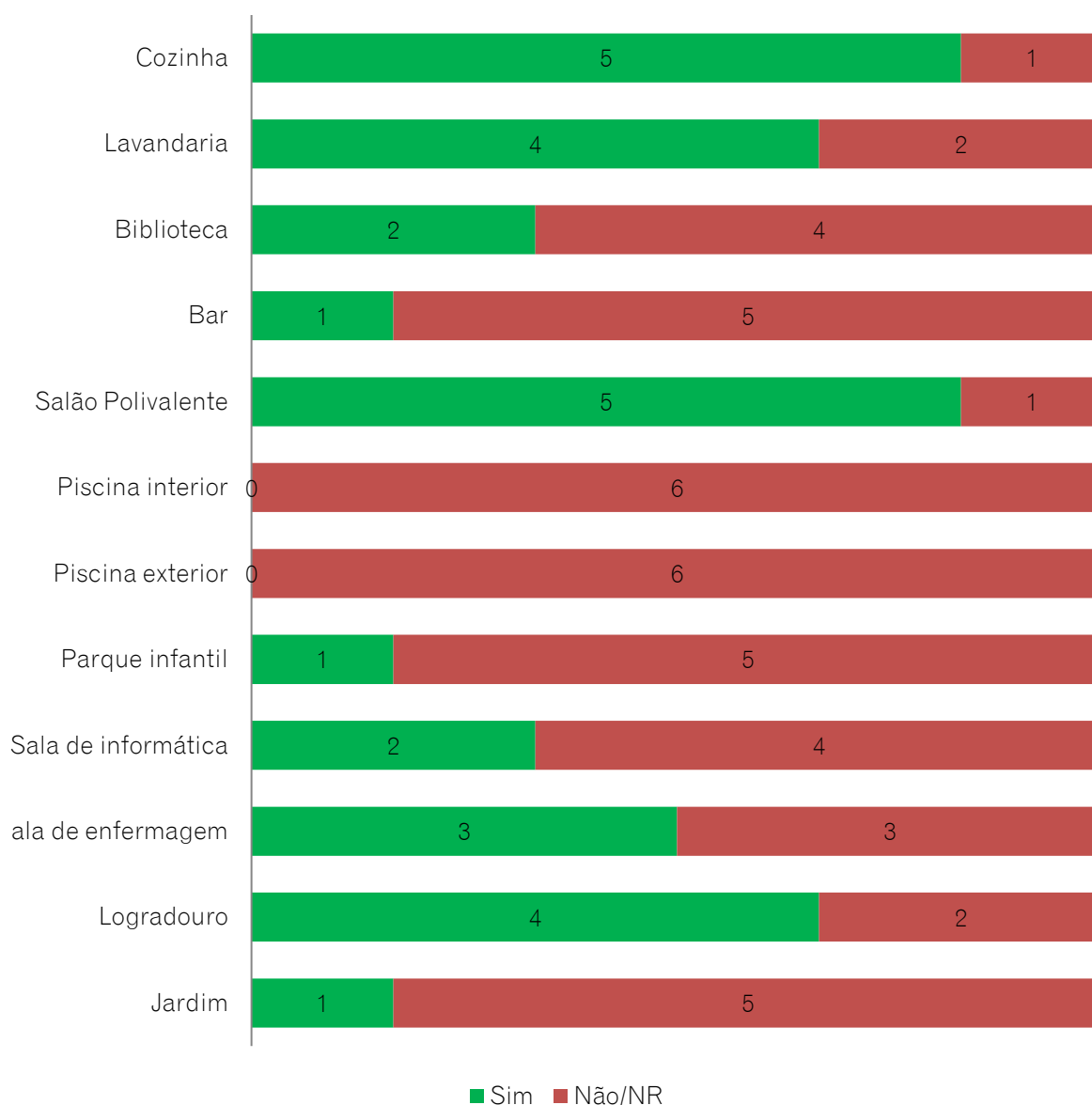
Gráfico 54 – Condições de acesso ao edifício, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Em 2021, os equipamentos sociais existentes no concelho apresentavam-se substancialmente heterogéneos, dispondo de **funcionalidades** distintas. A cozinha e o salão polivalente constituíam as funcionalidades mais comuns, existentes em 5 equipamentos. Seguia-se a lavandaria e o logradouro funcionalidades existente em 4 equipamentos e a sala de enfermagem, existente em 3 equipamentos sociais. Coexistem ainda outras funcionalidades pouco frequentes, o que em algumas situações decorre da sua função, mas em outros evidencia as lacunas existentes na oferta social concelhia.

Gráfico 55 – Funcionalidades dos equipamentos, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Foram ainda identificadas diversas **outras funcionalidades** como uma capela, ginásio, ou um parque geriátrico.

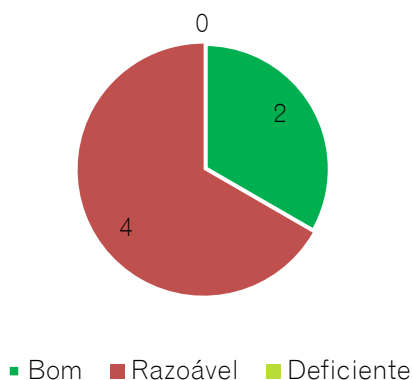
Quanto à instituição/entidade gestora disponibilizar ou poder vir a disponibilizar alguns dos espaços do respetivo equipamento para atividades e fins exteriores à sua própria atividade, 4 dos equipamentos estão em condições de fazê-lo:

- › Auditório e sala polivalente para palestras e formação (APAV);
- › Salão com palco (Casa do Povo do Pombalinho);
- › Anexo da capela cedido, neste momento, para o Banco de Roupas da Conferencia São Vicente Paulo; Pátio com apoio de bar, Instalações sanitárias e palco (Santa Casa da Misericórdia da Golegã).

A avaliação das condições de **operacionalidade** permite verificar que a totalidade das entidades considerava que o espaço que utilizam reúne condições adequadas para o serviço/resposta social que desenvolvem.

De acordo com a perceção das entidades proprietárias/gestoras dos equipamentos sociais, o estado de conservação dos equipamentos acolheu uma avaliação amplamente favorável, com 2 equipamentos a serem avaliados como tendo um bom estado de conservação, outros 4 equipamentos com razoável, não existindo equipamentos com avaliação deficiente.

**Gráfico 56** – Estado de Conservação dos equipamentos, em 2021 (N.º)



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Identificam-se como necessidades de resolução prioritária, para cada uma das seguintes instituições:

**Quadro 63** – Principais Necessidades por Instituição

Instituição	Principais Necessidades
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Reabilitação de todo o edifício CATEI, Dr. Francisco Mendes de Brito, em estado degradado há vários anos e não construído de raiz para o efeito.
Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	Reabilitação dos telhados (do edifício principal e do celeiro). Reabilitação de habitações que apresentem alguma degradação.
Casa do Povo do Pombalinho	Reabilitação da Sala Polivalente em madeira e fachada do edifício.
Centro Social Paroquial	Reabilitação do telhado e casas de banho do Jardim de Infância; construção de passagem coberta entre o Jardim de Infância e o edifício do ATL; melhoramento dos acessos exteriores.

**Fonte:** Santa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã, 2022

No quadro seguinte, podem visualizar-se as características das Instituições do Concelho, verificando-se que muitos dos problemas das mesmas estão relacionados com o facto dos equipamentos não terem sido construídos de raiz para as respostas que servem.



**Quadro 64** – Caraterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho<sup>27</sup>

Instituição	Freguesia	Construção de Raiz	N.º de Edifícios	Estado de Conservação Geral	Refeitório	Sala Polivalente	Centro de Recursos Biblioteca	Acessibilidades			
								Pedonais	Transportes da Instituição	Transportes Públicos	
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Lar Rodrigo da Cunha Franco	Golegã	Não	1	D	D	B	R	D	R	D
	CATEI (antigo hospital)	Golegã	Não	1	D	R	R	N	D	R	D
	Centro de Férias	Golegã	Não	1	R	B	B	N	R	R	D
	Clube vida	Golegã	Não	1	R	B	B	R	D	R	D
	Serviços Administrativos	Golegã	Não	1	R	N	R	N	B	B	D
	Centro de Dia	Golegã	Não	1	B	B	B	N	B	B	R
	Complexo de Residências	Golegã	Sim	24	B	N	N	N	B	B	D
Centro Social Paroquial da Golegã	Creche	Golegã	Sim	1	B	N	N	N	D	N	N
	Jardim de Infância	Golegã	Não	1	D	D	N	N	D	N	N
	ATL	Golegã	Sim	1	R	N	S	N	D	N	N
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	Azinhaga	N	4	D	B	B	N	R	R	D	
Casa do Povo do Pombalinho	Pombalinho	N	1	B	B	R	N	B	D	B	

**Fonte:** Santa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho, 2022

<sup>27</sup> Estado de Conservação: B – Bom; R – Razoável; D – Deficiente.  
Existência: S – Sim; N – Não.

Quadro 65 – Caracterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho<sup>28</sup> (Continuação)

		Segurança	Higiene e Saúde		Água	Eletricidade	Esgotos	Gás	Telefones	Internet
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Lar Rodrigo da Cunha Franco	R	R	B	B	B	B	B	B	B
	CATEI (antigo hospital)	R	R	R	R	R	R	B	B	B
	Centro de Férias	R	R	B	R	B	B	B	B	B
	Clube vida	R	R	R	B	R	R	B	B	B
	Serviços Administrativos	R	R	B	B	R	R	N	B	B
	Centro de Dia	B	B	B	B	B	B	B	R	N
	Complexo de Residências	B	B	B	B	B	B	N	B	N
Centro Social Paroquial	Creche	R	R	B	D	R	R	N	N	S
	Jardim de Infância	D	R	D	D	R	R	R	S	S
	ATL	R	R	D	D	R	R	R	N	S
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga		R	B	R	R	D	R	B	B	R
Casa do Povo do Pombalinho		R	B	R	B	B	B	R	R	R

Fonte: Santa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho, 2022

<sup>28</sup> Estado de Conservação: B – Bom; R – Razoável; D – Deficiente. Existência: S – Sim; N – Não.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Edifícios passíveis de serem recuperados e bem integrados na malha urbana.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Candidaturas a fundos comunitários.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Recursos económicos das instituições insuficientes para suportar os investimentos</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li></ul>

# FALTA DE ACESSIBILIDADES (NA VIA PÚBLICA E EDIFÍCIOS)

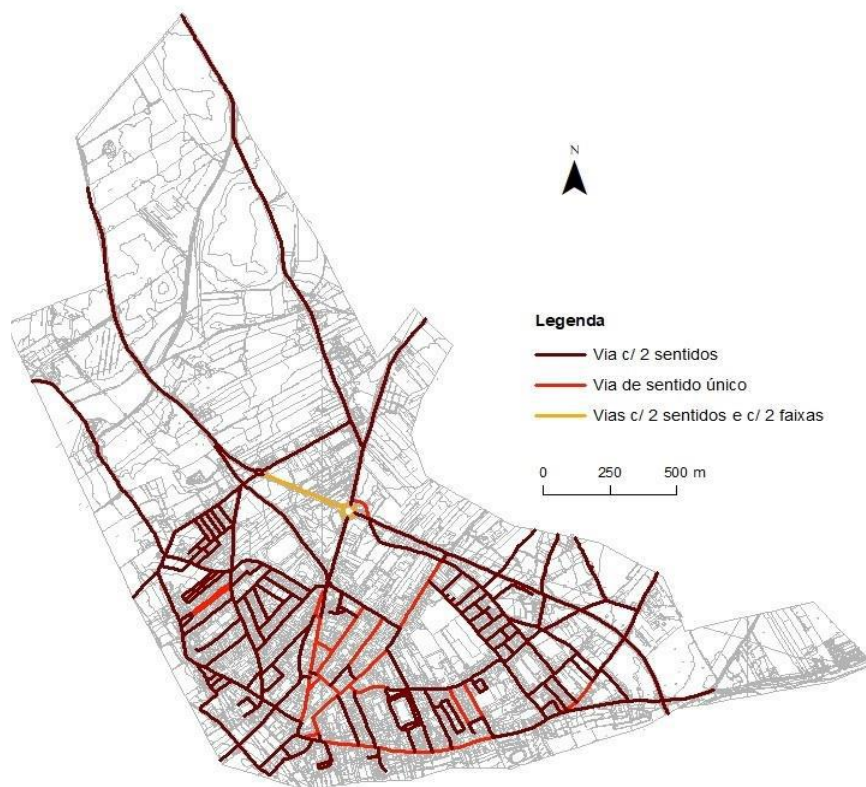
A mobilidade deve enquadrar-se às necessidades da população, devendo corresponder a determinados padrões, nomeadamente a eficiência, a equidade e a sustentabilidade. Existem ainda diversos requisitos para que a mobilidade se adapte às necessidades da população, nomeadamente a segurança, a fiabilidade do meio de transporte e o direito de escolha do meio de transporte. Pretende-se que no futuro, a nível nacional, os paradigmas da mobilidade urbana sejam alterados, dando maior importância ao desenvolvimento de meios de transporte ativos e coletivos, ao invés das deslocações em veículo individual.

Com a evolução da tecnologia, a mobilidade dinamizou-se e as cidades evoluíram. Os meios de transporte generalizaram-se, especialmente o automóvel individual, criando a necessidade de organizar a rede viária de acordo com as necessidades de deslocação da população e o espaço disponível no território. A mobilidade pressupõe a *“facilidade de deslocamentos de pessoas e bens dentro de um espaço urbano”* (Alves and Junior, n.d.), englobando as necessidades sociais, económicas e políticas da população.

Através da dinamização das deslocações, especialmente através do recurso do transporte individual, foi necessário adequar a rede viária da vila de Golegã às necessidades populacionais. A mobilidade dentro da vila é bastante diferenciada especialmente devido aos contrastes temporais de construção. No centro da vila a maioria das vias de comunicação têm apenas um sentido de circulação, o que se deve à estreita largura das mesmas e à necessidade de consolidar lugares de estacionamento, que sirvam as necessidades de paragem da população.

*“As áreas antigas caracterizam-se pelas suas ruas estreitas que não chegam para os automóveis e pela falta de espaço para estacionamento, que constituem problemas sérios ao bom funcionamento dos centros. As medidas têm de ser ponderadas e flexíveis”* (Fernandes, 2013). No entanto, ainda na zona mais antiga da vila, embora numa área mais residencial, as estradas permitem a circulação nos dois sentidos, mas, devido ao estacionamento dos veículos dos habitantes, a circulação tem de ser alternada, recorrendo ao civismo de cada indivíduo e à utilização das corretas regras de circulação por parte de cada condutor/a. Numa das estradas mais movimentadas da vila, na N243, um dos troços já compreende vias com dois sentidos e com duas faixas de circulação em cada um deles, diferenciadas por um separador central. Isto indica que à data da construção desta via, suponha-se que a via iria ter grande afluência de condutores/as e de população a andar a pé naquela estrada, o que justificaria a aplicação de um separador central, criando maior segurança não só para os/as condutores/as como para os peões, que passam a ter um espaço de repouso em segurança enquanto aguardam oportunidade de atravessamento da via.

Figura 11 – Diagnóstico de Circulação Automóvel da Freguesia de Golegã



Fonte: Reabilitação Urbana na Câmara Municipal da Golegã – Levantamento do Edificado, 2019

De realçar que em algumas das ruas mais antigas da Golegã não existem espaços designados para os peões devido à proximidade entre os edifícios e a faixa de rodagem ou, quando existem passeios, são apenas utilizados como espaço de circulação e não como espaço de estadia, devido à sua estreita largura. No entanto, nos arruamentos mais recentes os passeios já se encontram adaptados à importância da via em que se enquadram.

A nível do Concelho da Golegã os **equipamentos adaptados à mobilidade da população**, ou seja, a existência de elevador nos edifícios com 1.º andar ou mais, são ainda em número reduzido para o que seria desejável. Relativamente aos edifícios onde se encontram sediados serviços públicos, de listar a Câmara Municipal da Golegã e alguns edifícios do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (Jardins de Infância de Golegã e Escola E.B.2,3/S Mestre Martins Correia), a Casa-Estúdio Carlos Relvas, que continuam a não permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida à totalidade dos espaços. De referir também o Posto de Turismo, que embora sendo piso térreo, o acesso é impossível a pessoas com mobilidade reduzida devido ao nível elevado do degrau.

As Instituições com respostas sociais dirigidas à população sénior identificaram ainda a necessidade de colocação de corrimãos de segurança em corredores e casas de banho e a existência de algumas instalações sanitárias sem dimensão adequada para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Também alguns edifícios das Santas Casas da Misericórdia do Concelho carecem de elevador, nomeadamente o Clube Vida na Golegã, e algumas salas de formação na Azinhaga.

De destacar a colocação de rampa para acesso à Igreja Matriz da Golegã. Também no Centro Social Paroquial, há necessidade de serem realizadas obras que tornem acessíveis a Horta Pedagógica e o Parque Infantil da Creche.

Os parceiros referiram ainda algumas dificuldades no acesso aos edifícios devido ao facto de os passeios, além de estreitos, apresentarem excesso de balizadores e mobiliário urbano que impedem a circulação de peões, nomeadamente, das pessoas com mobilidade reduzida.

No que diz respeito às **acessibilidades nos domicílios**, a grande maioria das habitações é de rés-do-chão estando acessível a pessoas com mobilidade condicionada. Saliente-se ainda que a Câmara Municipal disponibilizou durante vários anos, de acordo com o preconizado na alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional apoio em materiais de construção para a “(...) melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco, relacionado com a mobilidade e/ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento e/ou de doenças crónicas debilitantes e/ou portadores de deficiência físico-motora comprovada”, nomeadamente a colocação de rampas, colocação de barras verticais e horizontais fixas para suporte, substituição de banheiras por polibans, correção de degraus, entre outros, que permitiram aos municípios colmatar algumas das deficiências das suas habitações.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existem</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Candidatura a projeto acessibilidade 360</li> <li>• PRR Via Publica e edifícios</li> <li>• Candidaturas a projetos</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitação na adaptação de edifícios antigos</li> <li>• Dependência de apoios públicos</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Dificuldade de Financiamento</li> <li>■ Aumento da responsabilização dos municípios não acompanhadas pelas verbas necessárias</li> <li>■ Inexistência de espaço físico</li> </ul>

# FALTA DE CONDIÇÕES PARA PESSOAS EM TRABALHO À DISTÂNCIA PODEREM RESIDIR NO CONCELHO E TRABALHAR EM ESPAÇO DE CO-WORKING

A pandemia do covid-19 veio demonstrar que as empresas não precisam de ter todos os seus colaboradores debaixo do mesmo teto para funcionar. Graças à tecnologia, equipas podem estar dispersas em vários pontos de uma cidade, de um país ou pelo mundo que os produtos ou serviços são prestados com a mesma qualidade. Esta fase tão inesperada acabou por forçar uma vaga de inovação e de digitalização nas empresas há muito necessária, e da qual podem agora as empresas e os colaboradores tirar partido procurando atingir maior qualidade de vida.

A presença de marca através dos meios de comunicação, em outdoors, jornais, revistas, quer online quer offline, ganha agora um novo formato. Ao ter equipas dispersas por vários espaços de Cowork a mesma marca conquista nova exposição na entrada dos edifícios, junto das comunidades, e na realidade acaba por estar mais perto dos/as clientes.

As vantagens para as empresas são inúmeras, mas sem dúvida que a mais crucial é a redução de custos através do englobamento de todas as despesas numa fatura única mensal. Um Cowork, por regra, oferece espaço, eletricidade, internet, limpeza, para além da utilização de espaços comuns como receção, lounge, salas de reunião e de eventos.

As vantagens para os colaboradores também são expressivas em termos de qualidade de vida. Durante a pandemia, percebemos que existem outras prioridades, e que o tempo que perdemos no trânsito em deslocação para o escritório poderia ser usado para algo que nos seja mais importante, a família, um hobby, um *side project*, o que para cada um de nós faça mais sentido. Para não falar nas vantagens da redução de emissões de CO2 e em tudo o que é benéfico para o meio ambiente.

Além desta recente modalidade, o tradicional Coworking (pré-COVID), sendo a tradução do termo para português, algo como co-trabalho, trabalho colaborativo ou cooperativo, trata-se também dum espaço que tem a mesma estrutura de um escritório convencional, mas neste caso é partilhado por diferentes pessoas ou empresas, conforme já referenciado. Alugar um espaço de COWORK é alugar um local de trabalho colaborativo com muitas vantagens para quem precisa de um escritório, mas não tem capacidade financeira para arrendar um em nome próprio.

Trabalhar num espaço partilhado é muito útil em termos de networking, sendo uma excelente oportunidade de ampliar a rede de contactos porque no mesmo espaço coexistem profissionais de diferentes áreas, abertos a esta partilha de ideias. Estes espaços partilhados, geralmente, possuem zonas de lazer, como uma copa, ou uma sala de convívio. Fazer pausas acaba por servir dois propósitos, descansar e conhecer novas pessoas.

Outro facto interessante é que alguns Coworking permitem o aluguer de um “escritório virtual”. Ou seja, aqui apenas existe o aluguer do endereço, centralizando a correspondência da empresa ou do profissional por conta própria e a utilização da sala de reuniões pontualmente (algumas horas por mês).

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
•	Não existem
OPORTUNIDADES	
•	Criação de espaço municipal para co-working
AMEAÇAS	
•	Falta de Internet/ Rede telefónica
CAUSAS	
■	Dificuldade de Financiamento
■	Inexistência de espaço físico



# FALTA DE INFRAESTRUTURAS AO NÍVEL DE ÁREAS DE ESPETÁCULOS (teatro., musica, dança....)

O Concelho da Golegã, neste momento está dotado de apenas 1 sala de espetáculos, o Cineteatro Gil Vicente que se encontra encerrado há vários anos, estando neste momento a ser alvo de intervenções de fundo. Inaugurado em 1956, o Cineteatro Gil Vicente foi encerrado em 1984 e, depois de longos anos de obras, foi reaberto em 2000. Apesar de o imóvel pertencer à Santa Casa da Misericórdia, esta instituição chegou a acordo com a autarquia para a gestão e exploração do equipamento encerrado há mais de 10 anos e em risco iminente de ruína. A remodelação do Cineteatro vai custar cerca de 885 mil euros e tem um prazo de execução de 360 dias.

Existem ainda, 2 auditórios exteriores, na Golegã (Equuspolis) e na Azinhaga (Largo do Miradouro), que permitem realizar espetáculos de diversas áreas.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Cineteatro Gil Vicente</li><li>• Sala de espetáculos na Azinhaga</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Remodelação do cineteatro</li><li>• Adaptação para remodelação sala (Sol da Lezíria)</li><li>• Candidatura Bairros Saudáveis</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração dos projetos técnicos</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Falta de Planeamento</li></ul>

# POLUIÇÃO DA VALA DAS BRAQUENIZES

A Reabilitação e requalificação da Vala das Braquenizes e zona envolvente foram executadas no ano de 2015, pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P..

Esta reabilitação realizada no valor de 294.080,00€, teve como objetivo contribuir para a mitigação dos efeitos de eventos climáticos de cheias e seca, nomeadamente ao nível da qualidade do meio aquático e da capacidade de escoamento. Pretendeu-se:

- › Fomentar o aumento da biodiversidade, criando heterogeneidade de habitats;
- › Reduzir focos de infestação, eliminando espécies com carácter infestante;
- › Constituir uma formação florística ribeirinha que evite fenómenos de erosão das margens e minimize a lixiviação para o meio aquático de nutrientes, pesticidas e outros poluentes provenientes das áreas adjacentes ao corredor ribeirinho (filtro biológico);
- › Redução da velocidade da corrente, diminuindo os efeitos negativos das cheias;
- › Eliminar descargas diretas de efluentes;
- › Melhorar a qualidade da água.

Sete anos depois, os problemas identificados persistem.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• ETAR Golegã/Riachos</li><li>• ETARI Mendes Gonçalves</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Construção da ETARI da Mendes Gonçalves</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não está a trabalhar por dificuldades técnicas</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Elevado volume e cargas dos afluentes rejeitados</li><li>■ Funcionamento Insatisfatório do sistema de drenagem de águas residuais</li><li>■ Não funcionamento da ETAR da Casa Mendes Gonçalves</li><li>■ Falta de cultura ambiental</li><li>■ Inexistência de equipamentos adaptados para o interior do Paul</li></ul>

# FALTA DA REUTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS VINDAS DAS ETAR PARA USO RECREATIVO OU SIMPLEMENTE PARA REGA

Os recursos hídricos de uma região dependem, em primeiro lugar, do seu clima – da precipitação atmosférica, da temperatura e da evapotranspiração – e também da eventual afluência de água proveniente de bacias hidrográficas, que podem ser partilhadas com outros países.

A disponibilidade de recursos hídricos não é constante ao longo do ano, refletindo a sazonalidade climática. Por outro lado, as necessidades de água para as atividades humanas também não são constantes: alguns fatores induzem um permanente aumento das necessidades de água, como o crescimento populacional, a crescente urbanização, o desenvolvimento industrial e a agricultura; outros fatores determinam aumentos sazonais de necessidade de água, principalmente a agricultura e o turismo (que determina elevado crescimento de população num prazo muito curto), frequentemente em períodos de baixa precipitação atmosférica e de elevada evaporação. Tais situações podem originar sérios desequilíbrios entre necessidades e disponibilidades de água, que podem atingir níveis graves em anos de uma anormal escassez de precipitação.

A degradação da qualidade das águas naturais, decorrente de insuficiente controlo da poluição de origem antropogénica, introduz limitações ao aproveitamento de alguns recursos hídricos, acentuando os desequilíbrios quantitativos entre a procura e a disponibilidade de água. Aos problemas de disponibilidade de água, em quantidade e em qualidade suficientes para a satisfação das necessidades, juntam-se as consequências das alterações climáticas.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

#### RECURSOS

- Realizar um estudo de caudal necessário para a preservação dos níveis de água nas Alvercas do Concelho, em particular Golegã e Azinhaga.
- Estudo Avaliação de risco
- Dotar os sistemas de tratamento de águas residuais do concelho de um nível de tratamento adequado que permita a reutilização das águas residuais tratadas, para alimentação gravítica da Alverca do campo e das Alvercas de Azinhaga e para a rega.

#### OPORTUNIDADES

- Candidatura a Fundos Comunitários (ex: POSEUR);
- Conhecimento dos consumos;
- Água residual produzida e consumos energéticos associados à captação de água e volumes captados para enchimento da Alverca do Campo.

#### AMEAÇAS

- Ausência de financiamentos
- Inexistência de projetos específicos que permitam candidatar a medida

#### CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Funcionamento Insatisfatório do sistema de drenagem de águas residuais
- Falta de cultura ambienta

# FRACA LIGAÇÃO ENTRE OS VÁRIOS CURSOS DE ÁGUA DO CONCELHO E UMA MELHOR GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A bacia portuguesa do Rio Tejo possui uma capacidade de armazenamento de recursos hídricos limitada. Perante o aumento dos usos consumptivos em Espanha e devido às conveniências dos usos hidroelétricos nesse país, a bacia portuguesa está, apesar de devidamente regulada pela convenção luso espanhola, sujeita à ocorrência de caudais reduzidos em períodos de estiagem, os quais poderão potenciar três efeitos nefastos:

- › Degradação da qualidade da água, nomeadamente pela potencial redução de capacidade de diluição do meio recetor;
- › Aumento da penetração da cunha salina no Baixo Tejo.
- › Profundidades do rio que dificultam a viabilidade de captação de água para regadio, nas quantidades pretendidas.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Realizar estudo para avaliar a possibilidade de ligar a vala das Braquenizes à alverca do campo.</li><li>• Estabelecer a ligação entre a vala das Braquenizes e a alverca do campo através de comporta</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Necessidade de água no campo durante a época de estio.</li><li>• Possibilidade de aumentar a capacidade de armazenamento de água por parte da RNPB em especial na zona do Canto do Trancas antes do valadão.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Diferença de cotas entre a Vala das Braquenizes e a Alverca do Campo.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Dificuldade de entendimento de entidades</li></ul>

- Falta de planeamento
- Falta de cultura ambiental

# CRESCENTE DESAPARECIMENTO DE SEBES

Ao longo dos últimos anos constatou-se a oposição por parte dos/as agricultores/as por ocupação de terrenos agrícolas, que levariam ao ensombramento das culturas, ao abrigo para espécies potencialmente prejudiciais à atividade agrícola, embora as sebes providenciem também abrigo para espécies benéficas, aliado ao facto da dificuldade de manobra por parte das máquinas e alfaias, compromete a existência e crescimento de sebes no Concelho, prejudicando assim, a biodiversidade do mesmo.

Foram identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Estruturas lineares existentes na zona do campo (estrada real, estrada do meio; Vala das Braquenizes) com possibilidade de implantação ou aumento das sebes existentes com extrato arbóreo ou pelo menos arbustivo</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Prévia existência e algumas sebes nas estruturas lineares mencionadas.</li><li>• Possibilidade de candidaturas para a revitalização de sebes de compartimentação</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Oposição por parte dos agricultores por ocupação de terrenos agrícolas, ensombramento das culturas, abrigo para espécies potencialmente prejudiciais à atividade agrícola (embora as sebes providenciem também abrigo para espécies benéficas) e dificuldade de manobra por parte das máquinas e alfaias.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Falta de cultura ambiental</li><li>■ Inexistência de equipamentos adaptados para o interior do Paúl</li></ul>

# A PROLIFERAÇÃO DO JACINTO DE ÁGUA

O Concelho da Golegã apresenta uma grande riqueza de património natural, destacando-se pela diversidade de recursos hídricos. Sendo atravessado por dois rios, o Tejo e o Almonda, possui também lagoas, charcas e valas de drenagem que caracterizam a paisagem local e permitem a presença de elementos faunísticos e florísticos com relevante interesse de conservação, realçando-se a existência de uma área protegida no Concelho, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

Não obstante a diversidade e riqueza de recursos hídricos, estes apresentam grande vulnerabilidade devido aos índices de poluição registados. Sendo histórica a proliferação de infestantes aquáticas por macrófitas, na lagoa, paul, valas de drenagem e troços do rio Almonda, estes surtos ocorreram devido aos elevados índices de nutrientes disponíveis e à consequente diminuição do teor de oxigénio dissolvido, que ocorre também naturalmente na sequência de aquecimento atmosférico. Contudo, nos últimos anos, foram desenvolvidos, por parte dos/as agricultores/as e das associações que os representam, nomeadamente por parte da Agrotejo, esforços de alteração de práticas de fertilização que têm permitido inverter progressivamente esse processo, sendo o nosso concelho reconhecido pelas boas práticas agrícolas que vem implementando.

Estas contaminações derivam essencialmente de causas antropogénicas e relacionam-se com a fertilização dos solos e com descargas de águas residuais a montante não conformes, sendo que esta última causa tem contribuído para a existência de episódios de mortandade de peixes no rio Almonda. Estas descargas são essencialmente de duas origens: de origem industrial e de equipamentos públicos (Estações de Tratamento de Águas Residuais).

Não obstante a recolha/limpeza efetuada por extração mecânica regular, a problemática persiste.



Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ceifeira aquática na posse da autarquia</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Possibilidade de candidatura a fundos comunitários. Possibilidade de contratação e empresas ou entidades (por exemplo militares) para ajudar na resolução do problema.</li><li>• Estabelecer uma zona no rio Almonda, com facilidade de acesso</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldade de acesso a zonas infestadas (em particular na reserva natural. Cortinas arbóreas ao longo das valas que dificultam a extração.</li><li>• Definição da época do ano em que a extração é mais eficaz diminuindo o risco de perturbação da biodiversidade em particular a nidificação.</li><li>• Dificuldade de manobra e acesso por parte a ceifeira a aquática a certos locais.</li><li>• Fraca capacidade de armazenamento de jacinto de água na ceifeira aquática.</li><li>• Recursos económicos para a realização das ações</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade de Financiamento</li><li>■ Falta de recursos humanos</li><li>■ Inexistência de equipamentos adaptados para o interior do Paúl</li></ul>

# REQUALIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ÁGUA

A requalificação das linhas de água, nomeadamente as valas de drenagem existentes no concelho, é uma necessidade constante dum Concelho, como o da Golegã, conhecido pelas suas grandes cheias. Os diques do Vale do Tejo, enquanto estruturas hidráulicas muito antigas, alguns dos quais edificadas ou reconstruídos sobre antigos valados em terra, cuja bibliografia específica aponta remontar à ocupação árabe da Península Ibérica. têm por função contribuir para um melhor ordenamento hidráulico do leito, margens e zonas inundáveis, defendendo os terrenos adjacentes contra as inundações. Com a implementação da operação de Reabilitação dos Diques do Concelho da Golegã- Dique da Labruja, Dique de S. João, Dique D'El Rei, Dique da Malã e Dique dos Vinte, finalizado em 30 de abril de 2021 (Projeto do Portugal 2020), foi aumentada a capacidade de resistência, dos mesmos às catástrofes, fortalecendo o sistema de diques instalado, procurando minimizar o risco, salvaguardando as culturas agrícolas, os seus elevados investimentos, os aglomerados habitacionais e as vidas humanas.

Estas intervenções, que tiveram como principal objetivo a desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias em zonas de inundações frequentes, implicaram o corte e limpeza de vegetação e árvores, o reperfilamento e reparação do corpo dos diques, bem como o arranjo das juntas deterioradas e a reparação das portas de água. Com uma extensão de cerca de 58 km, os diques do rio Tejo, distribuem-se geograficamente por oito concelhos nomeadamente: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, totalizando 23 diques. Decorre ainda a intervenção a cargo da Câmara Municipal da Golegã, no valor de cerca de 1,2 milhões euros.

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>Existência de meios mecânicos para a limpeza e aprofundamento das valas</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>Candidatura a projetos.</li><li>Envolvimento dos agricultores confinantes</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>Realização das limpezas numa época do ano em que não comprometa a atividade agrícola.</li><li>Recursos económicos para a realização das ações.</li></ul>

## CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Falta de cultura ambiental
- Falta de manutenção de linhas de água pelos confinantes

# SISTEMA DE CAPTAÇÃO, RESERVA E ADUÇÃO DE ÁGUA COM DEFICIÊNCIAS

A rede geral existente no Concelho em PVC e fibrocimento, encontra-se desatualizada, degradada e a necessitar de intervenções.

Com a recente avaria da bomba submersível do furo JK2 e das consecutivas roturas verificadas na conduta adutora de abastecimento de água para o depósito elevado que abastece a freguesia a Golegã é inadiável a construção do terceiro furo, a fim de evitar os constrangimentos sentidos pela população.

As avarias devem-se ao acréscimo do número de horas que as bombas têm de funcionar devido ao aumento dos consumos de água em virtude das temperaturas que se têm registado, sendo que desde o acréscimo da população da freguesia de Pombalinho e do Reguengo do Alviela do concelho de Santarém as bombas já se encontravam em esforço. Além da execução do novo furo deve-se equacionar a construção de uma nova conduta adutora entre o depósito da Broa e o depósito elevado da Azinhaga, de modo a colmatar os problemas de pressão existentes na Azinhaga, Pombalinho e Mato Miranda.

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Bombas existentes</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Construção do novo furo;</li><li>• Construção do abrigo para o furo, aquisição do grupo submersível e da conduta de elevação. Construção da conduta de ligação ao reservatório da Broa, R1, eletrificação e automatização;</li><li>• Construção do Reservatório de reserva estratégico da Golegã (1000m<sup>3</sup>);</li><li>• Construção de nova conduta adutora entre o depósito (Φ200mm – 2900m);</li><li>• Reabilitação estrutural dos depósitos elevados, escadas de acesso e pintura;</li><li>• Reforço do Abastecimento à Azinhaga e Pombalinho Broa e o depósito elevado da Azinhaga (Φ200mm – 485m).</li></ul>

## AMEAÇAS

- Falta de Financiamento.

## CAUSAS

- Dificuldade de Financiamento
- Falta de Manutenção
- Falta de recursos humanos
- Idade dos equipamentos/edifícios
- Falta de cultura ambiental

# EDUCAÇÃO | JUVENTUDE | CULTURA

## CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Município da Golegã;
- › Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga;
- › Associação de Pais;
- › Associação Cultural Cantar Nosso;
- › Direção agrupamento EGAP;
- › UCC Chamusca/Golegã,
- › Fundação José Saramago;
- › PIPA.

## EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CULTURA

- › Falta de colaboração dos encarregados de educação dos alunos multiproblemáticos na vida escolar dos filhos
- › Dependências na adolescência (álcool, drogas, jogo, ...)
- › Oferta de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens
- › Crianças, jovens e famílias acomodados (sonhos pouco ambiciosos e poucas perspetivas futuras)
- › Falta de respostas na valência de creche
- › Violência no espaço escolar (violência no namoro, bullying, ...)
- › Dificuldade de fixação de jovens adultos no Concelho
- › Oferta curricular pouco diversificada do Agrupamento de Escolas do Concelho
- › Necessidade de otimizar oferta de ensino profissional
- › Necessidade de Competências Digitais (alunos e professores)
- › Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens no âmbito da cultura e do turismo
- › Dificuldades de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural
- › Falta de programação nas áreas do teatro, música, dança e cinema
- › Carência de profissionais capacitados e/ou especializados em áreas da produção artística, gestão cultural ou museológica.

# FALTA DE COLABORAÇÃO DOS ENCARREGADOS EDUCAÇÃO

Um dos problemas referido diz respeito à falta de colaboração dos/as encarregados/as de educação dos/as alunos/as multi-problemáticos, na vida escolar dos/as filhos/as.

A falta de competências parentais e a falta de acompanhamento mais próximo e integrado às famílias é uma realidade atual. A ausência de redes de suporte das famílias, assim como, as dificuldades de conciliação entre a vida profissional e familiar e a própria imaturidade e instabilidade das relações, bem como, as dificuldades económicas, problemas de saúde e comportamentos associados a consumos, constituem fatores que contribuem para a falta de supervisão parental, desajuste das respostas dos pais às necessidades das crianças.

Algumas destas caracterizam-se pela negligência que associada também a conflitos /violência familiar têm como principais consequências a instabilidade emocional, as dificuldades de aprendizagem, a falta de estimulação, dificuldades de socialização e integração das crianças, desinteresse pela escola e baixa auto-estima.

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Atividades organizadas pelo AEGAP e para as quais os pais são convidados;</li><li>• EMIC;</li><li>• CLDS-4G Academia Origami;</li><li>• Nova equipa do SPO (educação social e serviço social);</li><li>• Nova Associação de Pais e Encarregados de Educação.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Continuidade dos projetos que estão no terreno (EMIC e do CLDS-4G Academia Origami).</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Possibilidade de alguns projetos e técnicos terminarem funções.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Indisponibilidade dos encarregados de educação</li><li>■ Desresponsabilização</li><li>■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema</li></ul>

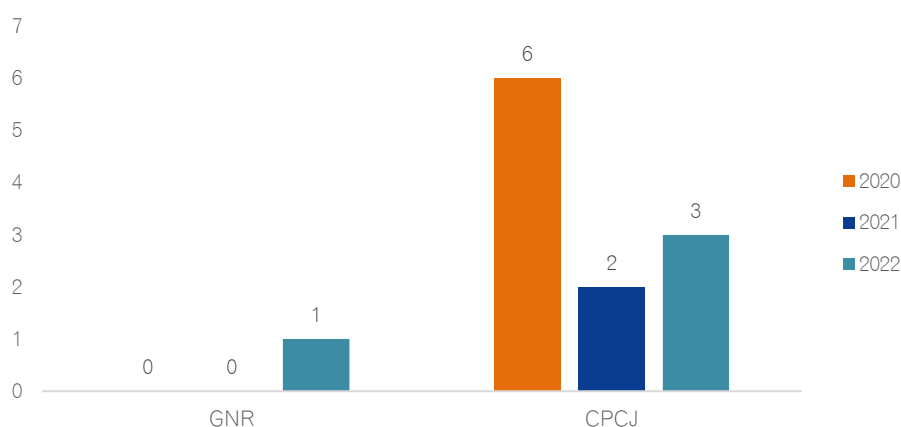
- Encarregados de Educação chamados à Escola demasiadas vezes devidos a problemas
- Falta de relação de autoridade entre pais e filhos
- Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrônicos
- Pouco tempo para brincar e conversar
- Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas
- Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda
- Famílias pouco presentes
- Cultura da reclamação
- Padrão cultural e social
- Reprodução de comportamentos das famílias
- Falta de modelos/figuras de referência
- Falta de motivação
- Dificuldades em assumir compromissos



# DEPENDÊNCIAS NA ADOLESCÊNCIA (Álcool, drogas, jogo,...)

O grupo de trabalho responsável pelas áreas da Educação, Juventude e Cultura identificou como comportamentos desviantes dos/as jovens o consumo de substâncias psicoativas, álcool e jogo. Relativamente a estas problemáticas, não são conhecidos muitos dados, além dos facultados pela Escola Segura, que regista nos últimos 6 anos, apenas uma ocorrência em 2021, ligada às dependências de álcool e estupefacientes.

**Gráfico 57** – Problemáticas identificadas Droga/Álcool, 2020-2021



**Fonte:** Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ Golegã) / Escola Segura - GNR, 2022

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Oferta cultural, desportiva e recreativa de associações/coletividades locais;</li><li>• Desporto escolar (atletismo, ténis de mesa, futsal,...);</li><li>• Participação em eventos a nível nacional: escola ativa (torneios interescolas), corta-mato e megasprinter;</li><li>• Escola Segura;</li><li>• SICAO;</li><li>• Saúde escolar;</li><li>• Projeto Crescer e Mexer para Saúde Ter: Clube sobre rodas, hortas, ...</li><li>• CLDS-4G Academia Origami;</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de ocupação de tempos livres (Município, Santa Casa de Azinhaga)</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campo de futebol do AEGAP.</li> <li>• Novos equipamentos infantis.</li> </ul>
<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jovens que reproduzem modelos que têm em casa;</li> <li>• Ações de sensibilização/formação pontuais.</li> <li>• Dificuldade em encontrar tempos no horário escolar para realização de sessões de sensibilização/formação.</li> </ul>
<b>CAUSAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Indisponibilidade dos encarregados de educação</li> <li>■ Desresponsabilização</li> <li>■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema</li> <li>■ Falta de relação de autoridade entre pais e filhos</li> <li>■ Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos</li> <li>■ Pouco tempo para brincar e conversar</li> <li>■ Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas</li> <li>■ Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda</li> <li>■ Famílias pouco presentes</li> <li>■ Influência do grupo de pares</li> <li>■ Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas</li> <li>■ Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites</li> <li>■ Divulgação pouco adequada e integrada</li> <li>■ Falta de respeito pelas regras institucionais (facilitismo)</li> <li>■ Padrão cultural e social</li> <li>■ Reprodução de comportamentos das famílias</li> <li>■ Falta de modelos/figuras de referência</li> <li>■ Falta de motivação</li> <li>■ Dificuldades em assumir compromissos</li> </ul>

# OFERTA DE ATIVIDADES LÚDICAS, CULTURAIS E DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS PARA CRIANÇAS/JOVENS

Como resultado do workshop, considerou-se que a oferta de atividades lúdicas, culturais e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais para crianças/jovens, sobretudo antes dos 6 anos e a partir dos 10 anos, é pouco adequada e divulgada.

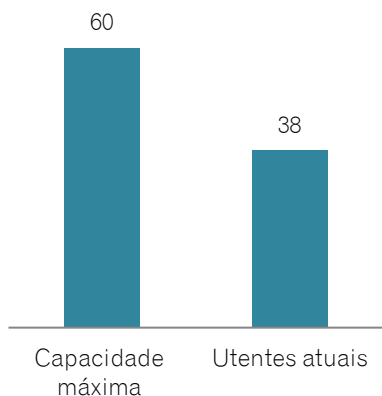
## Atividades de Tempos Livres (CATL) - Centro Social e Paroquial

Em 2021, existe uma resposta social do Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), assegurada pelo Centro Social Paroquial da Golegã, a funcionar o ano todo. Trata-se de uma oferta com largos anos de experiência e consolidada no concelho.

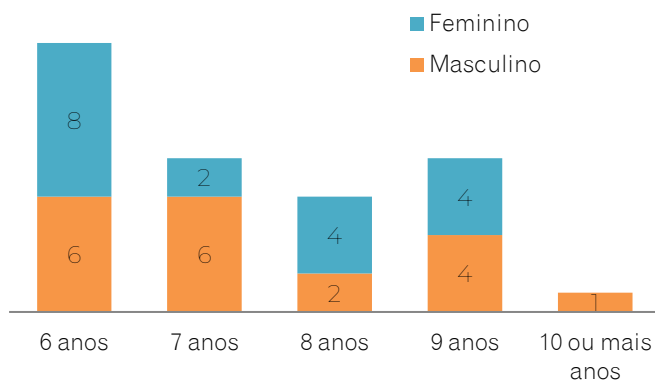
Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família (Carta Social, MTSSS – 2021).

Durante o período laboral dos pais e dada a ampla consciencialização da eficiência de um acompanhamento adequado nestas faixas etárias no combate a problemáticas sociais futuras, como o abandono precoce e o insucesso escolar, esta resposta social é de extrema importância. Pese embora as restantes freguesias do concelho não terem oferta desta resposta social, verifica-se que a oferta suplanta a procura.

A capacidade instalada nesta resposta social é de 60 lugares, enquanto o quantitativo de utentes situava-se nos/as 38 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 61% dos lugares disponíveis em CATL. O concelho dispõe assim de uma taxa de ocupação que permite acompanhar evoluções positivas da procura (existência de 22 lugares disponíveis). No triénio 2019 a 2021, o número de crianças e jovens no CATL estabilizou nos/as 38 utentes.

**Gráfico 58** – Capacidade máxima e utentes do CATL, em 2021 (N.º)

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

**Gráfico 59** – Utentes dos CATL por grupo etário (n.º), 2021

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Maioritariamente os/as utentes dos CATL são provenientes da própria freguesia onde equipamento se localiza, freguesia sede de concelho. O CATL dá resposta a crianças a partir dos 6 anos de idade e/ou que estejam inseridos no 1º Ciclo do Ensino Básico da Golegã. Verifica-se um equilíbrio entre o número de crianças do sexo masculino e feminino, com ligeira primazia dos utentes do sexo masculino. Relativamente à idade, as crianças com 6 anos representam 38% do total.

Os benefícios decorrentes da primazia por respostas educativas e sociais para a infância que exponham as crianças a curtas distâncias percorridas nas pendularizações quotidianas são amplamente bem conhecidas e justificam a prevalência de utentes dos CATL provenientes da própria freguesia. Acresce que o transporte de crianças, quando assegurado por estas respostas sociais, tende a apresentar custos significativos para os agregados familiares, pelo que reforça a preferência por opções locais.

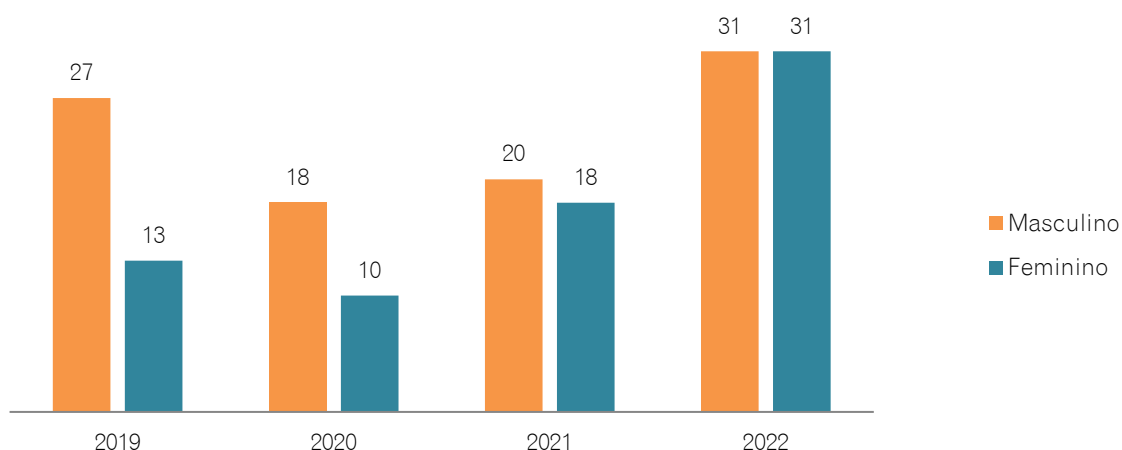
No que trata ao grupo de crianças com 10 ou mais anos, a que se encontra frequentemente associada uma mudança para o 2º Ciclo do Ensino Básico e tem associado maiores níveis de autonomia, verifica-se uma quebra significativa da procura desta resposta por parte das famílias.

Resposta social nevrálgica durante os períodos de interrupções letivas e férias, os serviços complementares prestados pelo CATL encontram-se amplamente centrados na prestação de apoio e acompanhamento das crianças durante o período laboral dos seus pais ou responsáveis. Neste CATL são asseguradas atividades lúdicas e desportivas e é disponibilizado às crianças o acesso à internet, evidência que decorre de um contexto de crescente valorização dos recursos tecnológicos e digitais.

As atividades de férias são igualmente asseguradas, constituindo-se como uma resposta social de importância nevrálgica no acompanhamento das crianças durante os períodos de interrupções letivas e férias.

Resposta social, desenvolvida pela SCMA, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens dos 6 anos aos 12 anos, constituindo-se como uma resposta social de importância nevrálgica no acompanhamento das crianças durante os períodos de interrupções letivas e férias.

Gráfico 60 – Utentes do OTL Verão 2019-2022



Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, 2022

### Férias (Cri)Ativas / Atividades de Enriquecimento Curricular / Componente de Apoio à Família – Câmara Municipal da Golegã

As **Férias Criativas** são uma resposta social, desenvolvida pela Autarquia há cerca de 20 anos, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens dos 6 anos aos 12 anos, constituindo-se como uma resposta social de grande importância no acompanhamento das crianças durante os períodos de interrupções letivas e férias.

**Quadro 66** – Férias (Cria) Ativas Júnior e Juvenil concelho Golegã 2015-2021

Férias (Cri)Ativas Júnior							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021
Nº de Inscrições - Verão	42	54	41	47	43	37	50
Nº de Inscrições -Natal					21	23	
Nº Inscrições - Páscoa							18
Férias (Cri)Ativas Juvenil							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de Inscrições - Verão	72	98	76	63	55	17	23
Nº de Inscrições -Natal					9		
Nº Inscrições - Páscoa							18

| 174

**Fonte:** Serviço Educação – Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quanto aos serviços prestados pelos estabelecimentos de 1º CEB da rede pública, as duas escolas prestaram **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**, a um total de 93 alunos/as, e ofereceram **Componente de Apoio à Família (CAF)** a um total de 47 alunos/as.

**Quadro 67** – Alunos/as que frequentam as AEC e CAF nos estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no concelho da Golegã, no ano letivo 2020/2021 AE da Golegã, Azinhaga e Pombalinho

	Alunos Insritos 2020/2021 (n.º)	Alunos em AEC (%)	Alunos em CAF (%)
Escola Básica do 1.º Ciclo de Golegã	135	47,4	26,7
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azinhaga	33	87,9	33,3
CC: Golegã	168	55,4	28,0

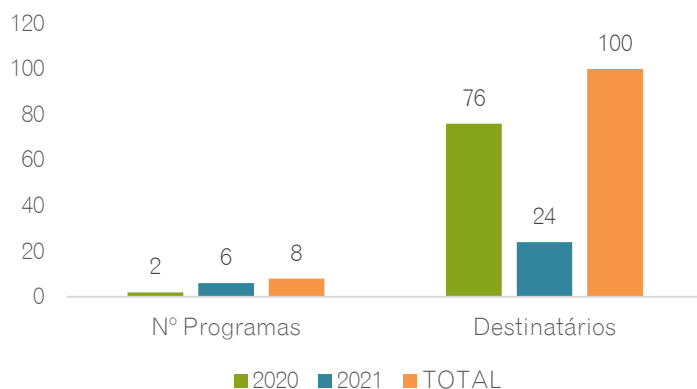
As Férias Criativas do Município proporcionam aos/às jovens uma oportunidade para experimentarem e vivenciarem um conjunto de atividades de âmbito desportivo e cultural, de modo que fiquem sensibilizados para a continuidade da prática desportiva e para que estimulem o desenvolvimento de valores para a sua formação pessoal.

**ORIGAMI – CLDS4**

A atividade **Semear o Futuro**<sup>29</sup> consiste em programas de reforço de competências, dirigidos às crianças dos 3 aos 10 anos, que pressupõem a realização de ações de desenvolvimento de competências em diversas áreas (por exemplo: promoção da linguagem oral, desenvolvimento de competências pessoais e sociais/educação emocional, empreendedorismo, ...).

<sup>29</sup> Apenas foram contabilizados os destinatários que iniciaram esta atividade em 2021 e não aqueles que transitaram de 2020.

Gráfico 61 – Semear o Futuro 2020-2021<sup>30</sup>



Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

Em 2021, foram realizados, em contexto escolar, 4 programas de educação emocional – **Viver as Emoções**, dirigidos às crianças do Concelho a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico, designadamente 1 grupo na Azinhaga e 3 grupos na freguesia de Azinhaga. Ao todo, foram realizadas, em 2021, 63 sessões de educação emocional, tendo dois destes programas transitado para 2022 pelo que ainda se encontram em execução

Quadro 68 – Viver as Emoções – Programa de Educação Emocional 2020-2021<sup>31</sup>

	Nº Destinatários	Número de Sessões	Datas
Viver as Emoções Az1	17	18/31	Set2020/junho2021
Viver as Emoções GLG 2020/2021	23	15/28	Set2020/junho2021
Viver as Emoções GLG1_2021/2022	10	12/12	Set2020/dez2021
Viver as Emoções GLG2_2021/2022	13	11/11	Set2020/dez2021

Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

<b>RECURSOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferta já existente no Concelho, promovida por associações e coletividades locais;</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-----</li> </ul>
<b>AMEAÇAS</b>

<sup>30</sup> Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

<sup>31</sup> Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

- Inexistência de um guia de atividades infantis e juvenis com oferta disponível;
- Dificuldade de sensibilização dos alunos e encarregados de educação;
- Falta de oferta em algumas faixas etárias;
- Falta de oferta pública e privada para alunos do 2.º ciclo no período da tarde.

#### CAUSAS

- Indisponibilidade dos encarregados de educação
- Desresponsabilização
- Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos
- Famílias pouco presentes
- Influência do grupo de pares
- Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas
- Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites
- Divulgação pouco adequada e integrada
- Padrão cultural e social
- Reprodução de comportamentos das famílias
- Falta de modelos/figuras de referência
- Falta de motivação
- Falta de profissionais na área da cultura
- Desconhecimento dos programas existentes



# CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIAS ACOMODADOS

O Grupo de trabalho considera que as crianças, jovens e famílias estão acomodados tendo sonhos pouco ambiciosos e poucas perspectivas futuras.

Na sociedade atual, onde o papel dos/as jovens tem sofrido uma série de mudanças a vários níveis, a educação passou a ser cada vez mais um enorme desafio, seja para os familiares, seja para os/as educadores/as. Cada vez mais existem diferentes programas de formação/educação, com diversos temas que tentam dar aos/às jovens as respostas que eles tanto procuram, tentando ir de encontro ao que o/a jovem pretende.

Nos últimos anos, verificou-se um prolongamento do percurso escolar, adiando a entrada do mercado de trabalho e conseqüente adiamento do processo de transição para a vida adulta, modificando os projetos e percursos dos/as jovens. Constatou-se que apesar do aumento dos níveis de qualificação nem sempre existe emprego, o que resta é o desemprego, ou empregos temporários, precários, com baixos salários e fora da sua área de especialização, passando com frequência pela dependência do apoio parental ao nível financeiro e residencial.

Ao nível individual, os/as jovens sentem-se, assim, menos seguros em relação às suas escolhas de vida, portanto devem ser estimulados a construir os seus próprios projetos. Evidencia-se aqui a ampla importância da sociedade, especialmente o grupo de pares, onde o/a jovem está inserido, bem como a família e a educação escolar.

## 1. BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

---

Este apoio é atribuído pela Câmara Municipal da Golegã e destina-se a apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes oriundos de famílias economicamente carenciadas e com aproveitamento escolar que, por falta de meios, se veem impossibilitados de o fazer. A Câmara atribui anualmente 15 bolsas cujo montante é mensalmente igual a 30% da remuneração mínima mensal garantida em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.

De 2015 a 2016, a Câmara Municipal da Golegã atribuiu 116 bolsas de estudo, tendo-se verificado um aumento significativo, quer devido a alterações regulamentares que possibilitaram um aumento do número de bolsas, quer devido ao aumento de candidaturas.

**Quadro 69** – Bolsas de Estudo Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Bolsas	19	22	15	15	15	15	15	116

**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

## 2. BOLSAS DE ESTUDO POR MÉRITO

As bolsas de estudo por mérito também são atribuídas pela Câmara Municipal da Golegã desde 2012 e consistem numa prestação pecuniária, destinada a estudantes do ensino superior que tenham mostrado um aproveitamento escolar excecional. A Câmara disponibiliza anualmente 3 bolsas de mérito cujo montante é mensalmente igual a 30% da remuneração mínima mensal garantida em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.

**Quadro 70** – Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Bolsas	3	3	3	3	3	3	3	21

**Fonte:** Serviço de Educação da Câmara Municipal da Golegã,

Para além destes apoios, existem ainda outros que decorrem das competências legais da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP), como as Atividades de Animação e de Apoio à Família (apoio em alimentação e prolongamento de horário) nos Jardins de Infância do Concelho e, os Auxílios Económicos (apoio em alimentação, livros e material escolar) nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Com a atribuição destes apoios financeiros, dirigidos a alunos/as pertencentes a famílias com baixos recursos socioeconómicos, no âmbito da ação social escolar, pretende-se assegurar, no contexto do princípio da igualdade de oportunidades, o cumprimento da escolaridade obrigatória.

### 3. UNIVERSIDADE JÚNIOR

A Universidade Júnior é o maior programa nacional de iniciação ao ambiente universitário para os/as estudantes do ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário, dando a oportunidade aos/às alunos/as de conhecer as catorze faculdades da Universidade do Porto, assim como várias unidades de investigação. A Câmara Municipal estabeleceu um protocolo de cooperação com a Universidade do Porto a fim de permitir que os/as jovens do Concelho participem neste projeto, durante uma semana, comparticipando na totalidade o valor da propina (75€/semana), do alojamento (105€/semana) e das deslocações. No decorrer dos últimos 2 anos e devido à Pandemia não se realizaram.

Quadro 71 – Candidaturas Universidade Júnior

	Universidade Júnior							2022
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Nº de Apoios em Transporte	30	26	33	28	20	COVID	Interrupção Programa	
Nº de Apoios em Propinas	30	26	32	28	20			
Nº de Apoios em Alojamento	30	26	32	28	20			

### 4. ORIGAMI – CLDS4

De janeiro a março de 2020 (suspensão devido Pandemia) e, de janeiro a junho de 2021, foram realizados, em contexto escolar, 2 programas de empreendedorismo - EmpCriança, dirigidos às crianças do Concelho a frequentar o 3.º de escolaridade, na Escola E.B. 1 de Azinhaga (11 destinatários ao longo de 14 sessões) e na Escola E.B.1 de Golegã (11 destinatários ao longo de 11 sessões).

Quadro 72 – EmpCriança - Programa de Empreendedorismo - 2020-2021<sup>32</sup>

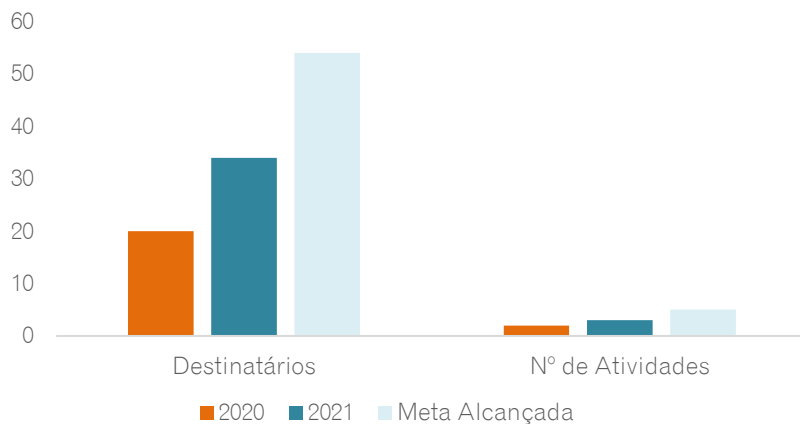
	Nº Destinatários	Número de Sessões	Datas
EmpCriança – Empreendedorismo GLG20	27	8	jan/março2020
EmpCriança – Empreendedorismo AZ20	11	8	jan/março2020
EmpCriança – Empreendedorismo GLG21	11	11	jan/maio2021
EmpCriança – Empreendedorismo AZ21	11	14	jan/junho2021

Fonte: Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

<sup>32</sup> Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

A atividade **Sábados Radicais**, pretende proporcionar momentos de aprendizagem e lazer, dirigidas a jovens dos 13 aos 21 anos, através do desporto, contribuindo para que os/as jovens experimentem novas vivências e alarguem as suas perspetivas futuras.

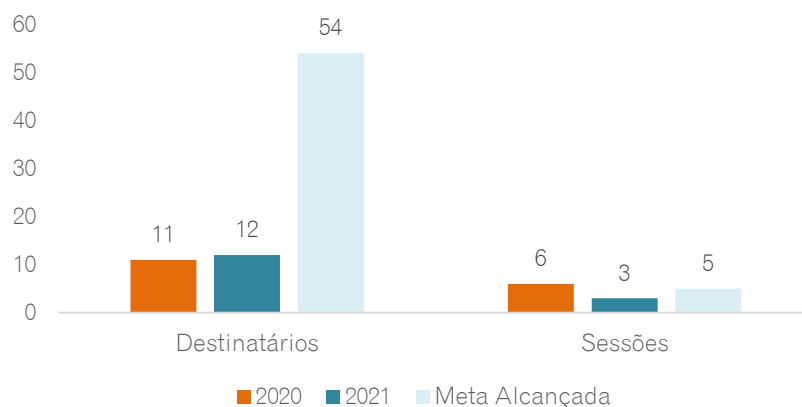
**Gráfico 62** – Sábado Radicais 13-21 anos - 2020-2021<sup>33</sup>



**Fonte:** Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

O **Futurar** é um Programa de Desenvolvimento Pessoal que visa facilitar a aquisição de ferramentas pelos/as jovens do Concelho nos seguintes domínios: auto e hetero conhecimentos, tomada de decisão, gestão de conflitos, comunicação interpessoal, assertividade, sonhos e ambições, com recurso a dinâmicas de grupo e atividades lúdicas. Pretendia contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais que permitam aos/às jovens e crianças tomar decisões mais consistentes e ambiciosas.

**Gráfico 63** – Futurar 13-18 anos - 2020-2021

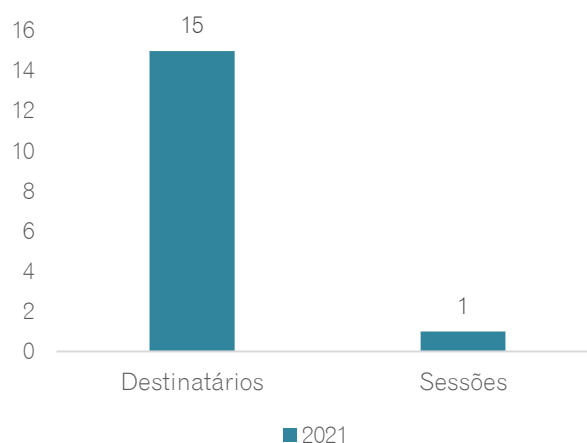


**Fonte:** Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

<sup>33</sup> Dos 6 programas realizados em 2021, 2 tiveram início em 2020 e outros 2 transitaram para 2022, continuando em execução.

As **Férias Origami** pretendem ser um **Programa de Empowerment** dirigido aos/às jovens dos 13 aos 18 anos que os capacite, de forma a promover a sua autoestima, a autovalorização, o respeito por si e pelo seu corpo e a igualdade de género. Culminou com um Campos de Férias residenciais, em que os/as jovens eram responsáveis pela gestão doméstica e pelo planeamento das atividades.

**Gráfico 64** – Férias ORIGAMI 13 aos 18 anos - 2021

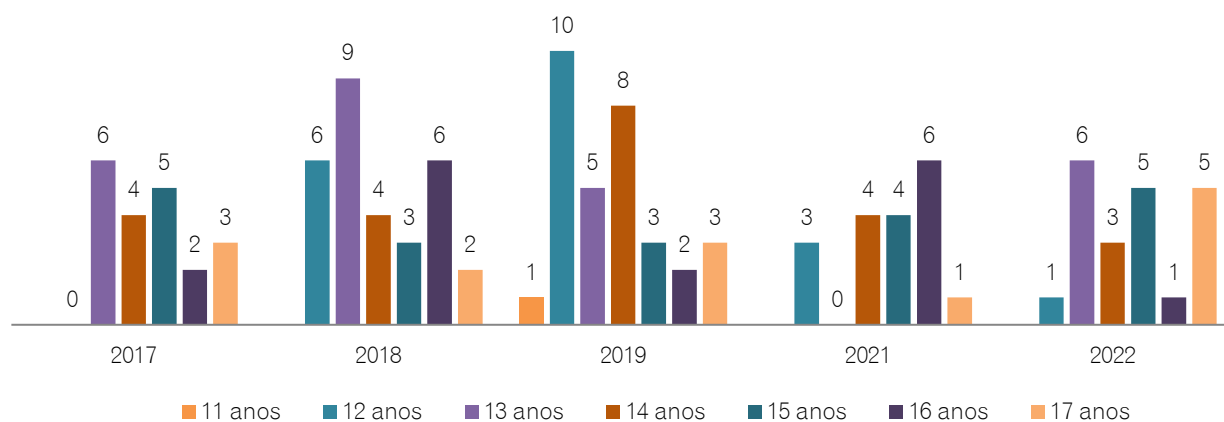


**Fonte:** Relatório de Progresso, Academia Origami, 2021-2022

## 5. CASA DAS ARTES – SCM AZINHAGA

Projetos de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens da Azinhaga, priorizando as famílias que, por fatores económicos, sociais ou familiares não têm outras formas de promover/ocupar as férias dos/as seus/suas filhos/as. O conjunto das ações anualmente previstas têm como preocupação a necessidade de oferecer condições adequadas ao seu crescimento e formação, incentivando a adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis, e contribuindo, dessa forma, para o seu bem-estar geral.

Gráfico 65 – Casa das Artes Verão 2017-2022



Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, 2022

## 6. UNBUTU

Criada em 2010, pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), o projeto Academia de Líderes Ubuntu (ALU), que tem vindo a capacitar jovens e educadores/as no desenvolvimento das suas competências socioemocionais, com o objetivo de facilitar o seu desenvolvimento enquanto líderes ao serviço da comunidade, capacitando-os/as para uma intervenção adequada e eficaz nesses mesmos contextos.

O Município da Golegã constituiu-se como Investidor Social do projeto Academia de Líderes Ubuntu Escolas Alentejo, em 2021.

Em 2017, o projeto foi reconhecido pela Comissão Europeia como um dos 12 projetos mais relevantes em termos de boas práticas de trabalho com jovens e empreendedorismo social e vence o Prémio “Educação para os Direitos Humanos”, da OEI Portugal. Este reconhecimento vem reforçar o carácter inovador e o potencial transformar deste projeto que já foi também desenvolvido em países como Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique, Timor-Leste, Espanha, Grécia, Senegal, Colômbia, Venezuela, Peru, Brasil, Camboja e Filipinas.

O projeto Academia de Líderes Ubuntu-Escolas, destinado a jovens entre os 13 e os 18 anos e aos/às seus/suas educadores/as, desenvolvido desde 2017, está presente em mais de 80 escolas de todo o país, com evidência de impactos muito significativos nos/as seus/suas participantes, como pode ser comprovado nas avaliações levadas a cabo em todas as ações de formação.

**Quadro 73** - Número de alunos, Docentes e Funcionários no Projeto (2021-2022)

2020-2022	Alunos	Docentes & Funcionários
Encontro das Escolas Ubuntu	17	6
Semana Ubuntu do AEGAP	25	6
Clube Ubuntu do AEGAP	6	

**Fonte:** Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta cultural, desportiva e recreativa já existente;</li> <li>• Centro de Formação Profissional de Santarém;</li> <li>• CLDS-4G Academia Origami (Futurar);</li> <li>• Projeto Ubuntu.</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelo dos pais e família;</li> <li>• Famílias não conversam nem partilham projetos de vida;</li> <li>• Desconhecimento da oferta formativa existente;</li> <li>• Fragilidade dos vínculos familiares.</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema</li> <li>■ Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos</li> <li>■ Pouco tempo para brincar e conversar</li> <li>■ Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas</li> <li>■ Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda</li> <li>■ Famílias pouco presentes</li> <li>■ Influência do grupo de pares</li> <li>■ Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas</li> <li>■ Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites</li> <li>■ Cultura da reclamação</li> <li>■ Padrão cultural e social</li> <li>■ Reprodução de comportamentos das famílias</li> <li>■ Falta de modelos/figuras de referência</li> <li>■ Falta de motivação</li> </ul>

# FALTA DE RESPOSTA NA VALÊNCIA DE CRECHE

A creche constitui uma resposta social de âmbito socioeducativo, destinada a crianças até aos três anos de idade e visa proporcionar às crianças condições adequadas para o seu desenvolvimento, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. Esta resposta social encontra-se vocacionada para o apoio à criança e para a cooperação com as famílias/os responsáveis pela guarda de facto das crianças no seu processo educativo (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2022 continua a existir exclusivamente uma creche no concelho da Golegã, gerida pelo Centro Social Paroquial de Golegã, uma entidade sem fins lucrativos. A creche tem uma localização central no município, situando-se na freguesia sede de concelho. Esta resposta já havia sido recenseada na carta social anterior, uma vez que está em funcionamento desde os anos 90 do séc. XX. Contudo, a inexistência de oferta similar na freguesia da Azinhaga apresenta-se como uma problemática sentida pelos pais.

A resposta creche apresenta uma capacidade máxima instalada de 33 crianças. Uma análise do triénio 2019/2021, evidencia uma procura constante e uma lotação máxima, que poderá indicar efetivamente uma capacidade instalada no concelho insuficiente para apoiar as crianças e respetivas famílias com necessidades nesta área de intervenção.

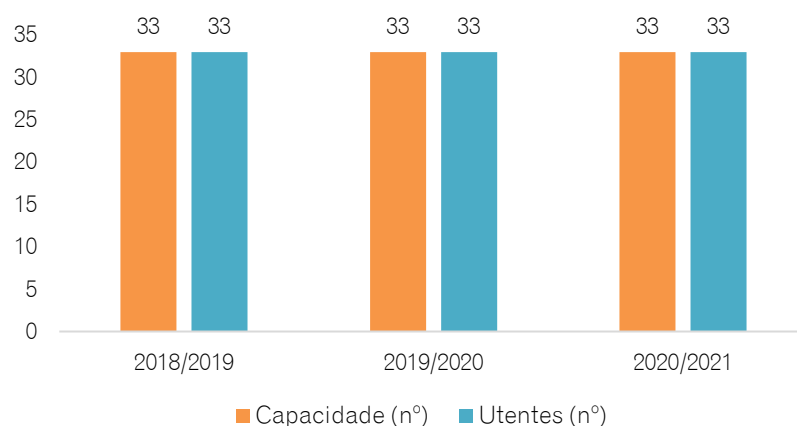
A capacidade instalada nesta resposta social é de 33 lugares, sendo que eram 33 as crianças inscritas em 2021.

Considerando a capacidade máxima instalada e o número de utentes atual, verifica-se uma taxa de ocupação de 100%, não existindo lugares disponíveis para responder a possíveis acréscimos da procura, encontrando-se a funcionar no limite da capacidade instalada (existem 3 crianças em lista de espera).

Considerando a procura efetiva (número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos de idade, residentes no concelho da Golegã), à data dos Censos de 2011, bem como a capacidade máxima instalada, o município dispõe de uma taxa de cobertura de 31%, em 2021. Importa, no entanto, salientar que se estima uma taxa de cobertura efetiva bastante diferente da apresentada para o ano de 2021, se considerados os valores dos Censos 2021, atualmente ainda indisponíveis.



**Gráfico 66** – Capacidade máxima e utentes da creche do CSP da Golegã, em 2018/2019 a 2020/2021 (N.º)



**Fonte:** Inquérito CEDRU, 2021

Neste contexto importará notar que a Golegã, à semelhança dos demais municípios da Lezíria do Tejo, apresenta uma importante polarização dos mais recentes fluxos migratórios associados ao crescimento de algumas cidades médias no país e crescimento de alguns ramos da agricultura, em regiões onde o quantitativo de mão-de-obra nacional disponível é manifestamente insuficiente.

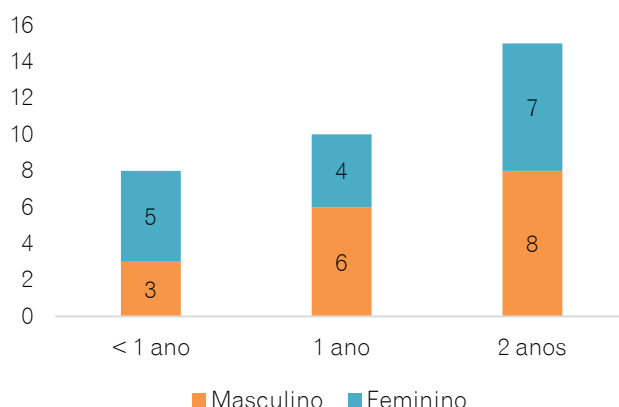
Embora prevaleça um perfil de migrante jovem, em idade ativa e sem filhos/as, este é um fator a considerar na análise das respostas e serviços sociais para a Infância e Juventude, na medida em que poderá constituir fator de pressão acrescida, à semelhança de outros fatores em transformação, como a gradual consolidação dos modelos de trabalho à distância.

As creches constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos/as utentes, de forma a assegurar que estes efetuam deslocações de curta distância, fator da maior relevância para o seu desenvolvimento saudável e equilibrado.

Esta é uma realidade para as famílias/responsáveis pelas crianças no concelho da Golegã, como o demonstra a proveniência dominante dos/as utentes, uma vez que estes são provenientes maioritariamente da freguesia onde se localiza a resposta.

Quanto ao sexo, não se assinalam diferenças significativas, com as crianças do sexo masculino a representar 52% dos utentes. Pelo contrário, no que trata à idade dos/as utentes, existe uma forte relação entre o aumento da idade e o aumento da procura, sendo que a maioria das crianças inscritas tem 2 anos de idade (45% dos/as utentes).

**Gráfico 67** – Utentes da creche, por sexo e grupo etário (N.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

O reduzido número de utentes até ao 1º ano de vida (24%) e o acréscimo substancial da procura a partir do primeiro ano de vida, é demonstrativo, por um lado, do uso das licenças parentais no país, mas também a preferência simultânea das famílias por outras opções, numa fase de especial importância do desenvolvimento infantil, a que acresce a menor capacidade dos berçários face às salas a partir da aquisição de marcha e dos custos financeiros elevados associados à resposta social. Com o aumento da idade, em geral, há uma valorização crescente do papel das creches na promoção de um harmonioso desenvolvimento infantil, o que motiva um acréscimo da procura desta resposta social. Os serviços complementares prestados pela creche são diversificados e correspondem ao trabalho central e basilar da resposta social. Para além da confeção de refeições acresce a promoção de atividades musicais, lúdicas e desportivas.

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Social e Paroquial</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Candidaturas a Fundos Europeus.</li> <li>• Reestruturação do Centro Social Paroquial (alargamento de vagas de creche).</li> <li>• Financiamento</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades Financeiras</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Excesso de legislação</li> </ul>

# VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

O criar laços entre pessoas é um comportamento natural e racional do próprio do ser humano podendo assumir-se de forma positiva ou negativa, onde o conflito é parte integrante. A violência surge, muitas vezes, aos olhos de quem a pratica, como estratégia de resolução desse mesmo conflito (Oliveira e Sani, 2005). A adolescência é considerada um período crítico onde se começam a formar as relações extrafamiliares e em que o/a jovem faz esforços para ganhar a sua autonomia e definir a sua identidade. Esta é também uma fase de construção de personalidade dos/as jovens, sendo estes/as confrontados/as com comportamentos menos corretos que podem levar à sua legitimação.

Considerado um problema de saúde mental pública, a investigação tem vindo a consensualizar a definição de violência, quanto a ser um comportamento inaceitável e que causa danos (Pick et al., 2010).

Alguns estudos indicam que as desigualdades de género estão, ainda, presentes nas relações de intimidade dos/as nossos/as jovens. As desigualdades de género podem ser pautadas por processos de socialização diferenciados e pela manutenção de mitos e/ou crenças relacionados com homens e mulheres (Matos, 2006; Ribeiro e Sani, 2010; Machado et al., 2003; Magalhães et al., 2007).

Os/as jovens têm mais tendência a desenvolver doenças mentais, dores de cabeça, indisposições, angústia emocional e depressões. Podem ainda apresentar choro fácil, fadiga, pensamentos suicidas e incapacidade de disfrutar da vida. Como tentativa de escapar à dor física e emocional que este tipo de abusos na intimidade potencia, as vítimas estão mais propensas ao consumo de álcool ou drogas.

Em idades jovens são comuns os sentimentos de culpa e vergonha, que servem muitas vezes de fator de manutenção da relação abusiva. No que concerne à violência perpetuada com jovens em idade escolar, e uma vez que grande parte das relações na intimidade ocorrem em contexto escolar, isto é onde ambos os/as protagonistas se cruzam, é difícil para as vítimas evitar o/a seu/sua agressor/a e, por sua vez, ignorar as reincidências.

Uma das formas que a vítima pode encontrar para lidar com esta situação poderá passar por deixar de ir às aulas e a atividades escolares (muitas das vezes com medo de encontrar o/a agressor/a). A diminuição da concentração em ambiente de aula e da vontade de estudar são outros fatores que contribuem para que as vítimas de violência no namoro tenham duas vezes maior tendência para tirarem notas negativas, quando comparadas com os/as outros/as estudantes.

Os custos para a vida destas vítimas serão imensos uma vez que está provado que a educação é uma das ferramentas mais importantes para o sucesso, especialmente para as mulheres (Bocinski, 2012). As consequências da violência no namoro são devastadoras, mas há uma outra preocupação que emerge e carece de reflexão: a forte probabilidade que existe das vítimas de violência no namoro se tornarem, em idade adulta, vítimas de violência doméstica. Uma vez que a juventude é o momento em que os/as jovens iniciam a formação da sua personalidade, há o risco de estes/as interiorizarem atitudes e comportamentos abusivos como normativos (ibidem).

Quase sete em cada dez jovens que participaram num estudo sobre violência no namoro da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), acha legítimo o controlo ou a perseguição na relação e quase 60% admitiram já ter sido vítimas de comportamentos violentos.

De acordo com o estudo, cujos dados são relativos a 2020, 67% dos/as jovens consideram legítima a violência no namoro, dos/as quais 26% acham legítimo o controlo, 23% a perseguição, 19% a violência sexual, 15% a violência psicológica, 14% a violência através das redes sociais e 5% a violência física.

Entre estes/as quase cinco mil jovens, cuja média de idades é de 15 anos, 25% acham aceitável insultar durante uma discussão, outros 35% que é aceitável entrar nas redes sociais sem autorização, 29% que se pode pressionar para beijar e 6% entendem mesmo que podem empurrar/esbofetear sem deixar marcas.

No que diz respeito às diferenças por género, é sempre por parte dos rapazes que a legitimação é maior, com destaque para o comportamento "*pressionar para ter relações sexuais*", em que a legitimação entre os rapazes (16%) é quatro vezes superior à das raparigas (4%).

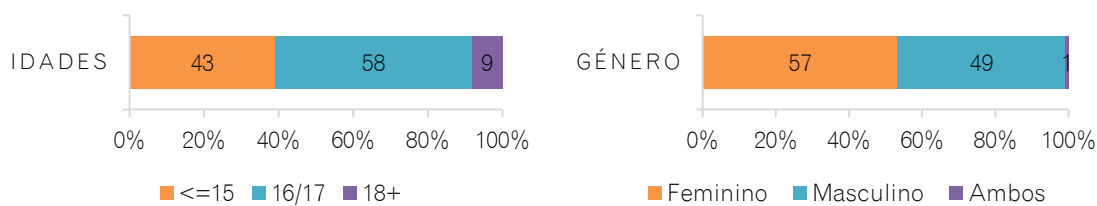
Por outro lado, no que diz respeito aos indicadores de vitimização, o estudo da UMAR mostra que 58% dos/as jovens inquiridos admitiram já ter sofrido de violência no namoro, havendo 20% que admitiram ter sofrido violência psicológica, 17% terem sido vítimas de perseguição ou ainda 8% que foram vítimas de violência sexual. Os indicadores de vitimização mais frequentes são insultar durante uma discussão (30%), proibir de estar ou falar com os/as amigos/as (23%) ou incomodar/procurar insistentemente (17%).

Também na vitimização há uma diferença de género, com uma prevalência de vítimas entre as raparigas, sobretudo na violência psicológica (22%), perseguição (19%) ou controlo (15%).

No estudo realizado pelo Agrupamento de Escolas no ano letivo 2021-2022, abrangendo 112 alunos, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, integrados no 9º ano escolaridade ao 12º ano. Destes, 9 alunos/as foram vítimas de violência no namoro e 4 continuam a ser. Um/a dos/as inquiridos/as considera-se agressor/a e 4 foram.

De ressaltar que é na faixa do 10º ano, que as vítimas de violência no namoro se concentraram no passado.

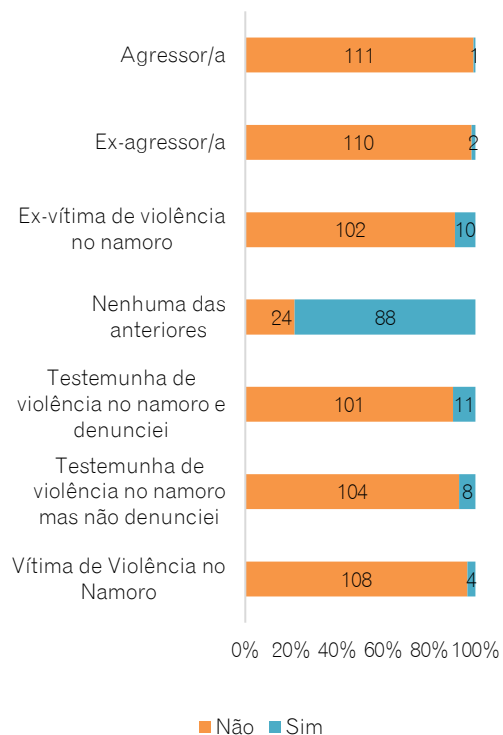
**GRÁFICO 68** – Violência no Namoro, Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022



Eu Fui



Eu sou



Fonte: Estudo realizado pelo Agrupamento de Escolas no ano letivo 2021-2022

*Urgentemente  
É urgente o amor.  
É urgente um barco no mar.*

*É urgente destruir certas palavras,  
Ódio, solidão e crueldade,  
Alguns lamentos,  
Muitas espadas*

*É urgente inventar alegria,  
multiplicar beijos, as searas,  
é urgente descobrir rosas e rios  
e manhãs claras.*

*Cai o silêncio nos ombros e a luz impura,  
Até doer.  
É urgente o amor,  
É urgente permanecer.*

Eugénio de Andrade – Antologia Breve- Círculo de Poesia Morais Editores – Lisboa / 1979

A temática da violência em meio escolar tem vindo a assumir uma evidente e crescente relevância nos contextos nacional e internacional, assim como ao nível científico, social e político, posicionando-se com notória importância no âmbito das atuais preocupações que se observam no domínio socioeducativo e da saúde, revelando-se uma problemática impulsionadora de sérios e crescentes desafios que se apresentam às políticas do presente século, implicando um exercício de reflexão fundamentada e problematizadora.

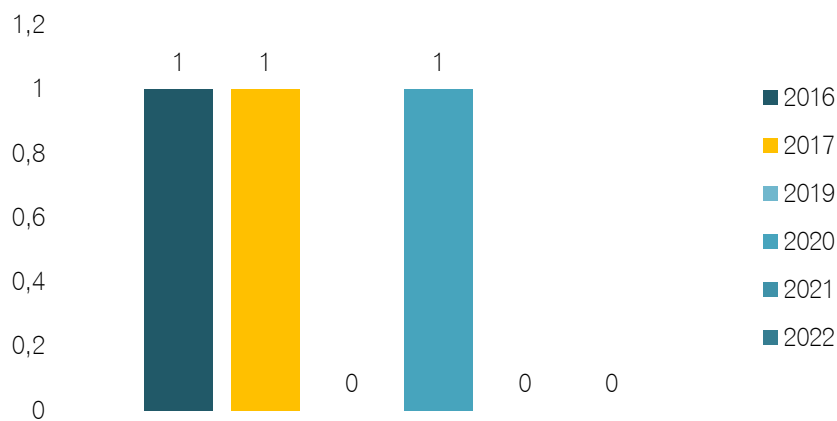
Dado o carácter universal da problemática do bullying em contexto escolar, impõe-se uma consistente consciência coletiva de (re)pensar as realidades educativas, sociais e políticas, apelando para olhares críticos, abordagens ativas e intervenções contextualizadas, que possibilitem explorar e desenvolver percursos que ajudem a resolver os problemas identificados e as dificuldades constatadas e responder, eficazmente, às inúmeras questões que se traduzem em múltiplas inquietações, vivenciadas diariamente, em diversas situações e contextos nos quais atuamos.

No mundo contemporâneo e globalizado, considerando a importância atribuída às questões da violência, dos estereótipos e preconceitos, da segregação social e cultural, das desigualdades e da exclusão social como fenómenos verdadeiramente preocupantes, resultantes de fatores sociais, culturais e do visível aumento das desigualdades sociais e dos conflitos interpessoais e interculturais, é possível constatar um interesse renovado e um aumento relativamente à complexa, abrangente e plurifacetada temática da violência, que tem vindo a destacar-se como tema com projeção mediática e como um importante objeto de estudo interdisciplinar em todo o mundo, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI, atingindo todas as gerações, sexos e contextos, nomeadamente as crianças e jovens e o contexto escolar.

O Relatório das Nações Unidas para a Infância Hidden in Plain Sight (UNICEF, 2014), num estudo a nível mundial abrangendo 190 países, incluindo Portugal, revela que mais de um em cada três alunos/as, com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos, passam regularmente por, pelo menos, uma experiência de bullying.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a violência exercida contra as crianças e adolescentes representa, indiscutivelmente, um grave problema de saúde pública e um sério motivo de preocupação, não somente ao nível da prevenção, mas, também, ao nível do acompanhamento das vítimas e testemunhas, nomeadamente no que se refere ao acompanhamento pós-traumático dirigido às mesmas (RAMOS, 2004; BLAYA, 2008).

**Gráfico 69** – Bullying - Agrupamento de Escolas, Golegã, Azinhaga e Pombalinho 2016-2021



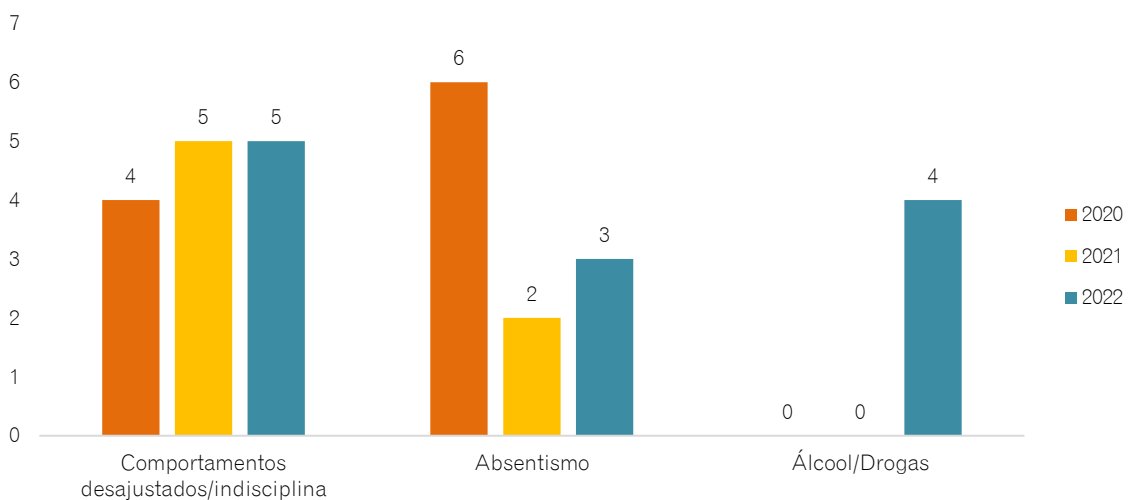
**Fonte:** Escola Segura - GNR, 2022

Blaya (2008) reforça que vivenciar situações de violência, designadamente em meio escolar, seja no papel de vítima, agressor, vítima/agressor ou testemunha, poderá originar distúrbios diversos, especificamente, problemas de inserção social ou problemas de saúde mental, situando assim a problemática da violência em contexto escolar como um objeto de profunda preocupação e complexidade, esclarecendo, ainda, para a necessidade de implementar medidas e dinamizar programas que visem a redução da violência nas comunidades escolares e assegurem a prevenção de problemas psicossociais das crianças e dos adolescentes.

Dos dados recolhidos junto das diversas entidades podemos constatar que no concelho, no âmbito da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ Golegã), o número de problemáticas tem vindo a aumentar, sendo que as problemáticas da droga/álcool sofreram um incremento nos últimos anos.

Outro problema identificado pelos parceiros locais e muito ligado a todos os outros já referenciados resulta da desadequação dos modelos educativos à diversidade etária, cultural e comportamental dos/as jovens, bem como aos problemas sociais vividos. As situações de desmotivação e de desinteresse familiar face à escola também são frequentes. A desvalorização que os pais e a família demonstram pelos estudos tem efeitos sobre o/a jovem. Numa família onde não se valoriza a formação escolar dificilmente o aluno se sentirá motivado para prosseguir os estudos. O abandono escolar nesta faixa etária tem como principais consequências a adoção de comportamentos que põem em causa o seu bem-estar e desenvolvimento, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, falta de autoestima e limitações no exercício de uma cidadania plena.

**Gráfico 70** – Problemáticas identificadas na CPCJ, 2020-2021



**Fonte:** Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ Golegã), 2022



O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• APAV;</li><li>• Escola segura;</li><li>• Associação de Pais e Encarregados de Educação;</li><li>• Ações de sensibilização sobre bullying e Cyberbullying;</li><li>• Projeto de recreios inclusivos;</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• ----</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto de recreios inclusivos vai terminar em agosto de 2022;</li><li>• Pouca articulação das ações que se encontram no terreno.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Desresponsabilização</li><li>■ Não reconhecimento da importância do seu papel para a resolução do problema</li><li>■ Falta de relação de autoridade entre pais e filhos</li><li>■ Tempo excessivo ligado a dispositivos eletrónicos</li><li>■ Pouco tempo para brincar e conversar</li><li>■ Falta de estabelecimento de regras, limites e rotinas</li><li>■ Pais não assumem dificuldades e não procuram ajuda</li><li>■ Famílias pouco presentes</li><li>■ Influência do grupo de pares</li><li>■ Consumos de substâncias psicoativas muito precoces e autorizadas</li><li>■ Consumos de álcool e tabaco socialmente aceites</li><li>■ Falta de respeito pelas regras institucionais (facilitismo)</li><li>■ Padrão cultural e social</li><li>■ Reprodução de comportamentos das famílias</li><li>■ Falta de modelos/figuras de referência</li></ul>

# DIFICULDADE DE FIXAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NO CONCELHO

Sobretudo ao longo das últimas décadas, o concelho de Golegã participa de um processo recorrente na interioridade, na necessidade de contrariar fatores como a redução progressiva da sua população residente, o envelhecimento populacional a reduzida taxa de natalidade, entre outros.

Existe a necessidade, e tendo por base a possibilidade da concretização de apoios para autonomia de vida prevista na Lei 147/99 de 1 de Setembro, de apartamentos para autonomia de vida, estruturas de acolhimento de jovens onde são proporcionadas as condições e meios técnicos para que desenvolvam competências para a autonomia de vida, beneficiando da supervisão de equipas técnicas, as quais efetuam o estudo e diagnóstico das suas situações, auxiliando na definição da organização e funcionamento do espaço e na promoção de competências para a autonomia e definição de projetos de vida.

O balanço das últimas décadas no concelho é largamente positivo no que se refere à cobertura de infraestruturas, ou à construção de equipamentos físicos ligados às atividades económicas, à cultura ou ao desporto. Mas acresce que recentemente, os objetivos estratégicos se tornaram mais ambiciosos. Da construção à gestão, da promoção à inovação, o desafio passa pelo estabelecimento de novas prioridades de desenvolvimento, envolvendo e motivando sobretudo o grupo jovem da população. O desenvolvimento de estratégias, objetivos e metas para a fixação e atração de jovens para o concelho torna-se essencial, não só como forma de reverter o processo demográfico de diminuição da população (com a saída contínua dos/as jovens), mas também como meio fundamental para o desenvolvimento local, no reforço da competitividade, do emprego e da coesão social.

O Grupo de trabalho identifica como ameaças quer a falta de habitação, bem como os preços de mercado muito altos, bem como a inexistência de uma boa rede de comunicação e que permita a ida para outras localidades trabalhar.

A necessidade de uma definição clara de objetivos, opções estratégicas e projetos estruturantes com a intencionalidade de fixação/atração dos/as jovens deverá ser um objetivo futuro, sendo que as medidas/a implantadas, como o Incentivo à Natalidade, o Apoio à Renda por si só, não se mostram suficientes.

O Incentivo à Natalidade, apoio concedido pela Câmara Municipal da Golegã desde dezembro de 2014, consiste na atribuição de um subsídio, de prestação única, a atribuir logo após o nascimento, a todas as crianças nascidas após a data de entrada em vigor do Regulamento.

**Quadro 74** – Número de Famílias beneficiárias de Incentivo à Natalidade pela CMG

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agregados Familiares Apoiados	89	92	97	89	36	21	24

**Fonte:** Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2022

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo à natalidade,</li> <li>• Apoio Financeiro ao Arrendamento,</li> <li>• Baixa de taxa de desemprego.</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Porta 65 Jovem;</li> <li>• PRR (arrendamento acessível).</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado de habitação escasso e dispendioso;</li> <li>• Inexistência de uma boa rede de comunicações</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Falta de Habitação</li> <li>■ Feira Nacional do Cavalo inflaciona habitação</li> </ul>

# OFERTA CURRICULAR POUCO DIVERSIFICADA & NECESSIDADE DE OTIMIZAR OFERTA DE ENSINO PROFISSIONAL

O direito à educação é reconhecido universalmente e depende da igualdade de acesso e oportunidades aos meios e recursos que permitam desenvolver as aptidões mentais, sentido de responsabilidade moral e social de cada um para se tornarem membros úteis à sociedade, sem esquecer o direito a brincar e participar em atividade lúdicas orientados para os mesmos objetivos da educação.

Como qualquer outro fenómeno complexo, o sucesso escolar é multideterminado por fatores que operam a vários níveis da realidade. A um nível macro, é importante destacar como o sucesso escolar é influenciado pelas decisões políticas. Neste particular, as democracias europeias têm desenvolvido estratégias destinadas a aumentar a participação e o sucesso educativo para todos. Uma maior alocação de recursos, através do aumento do número de professores/as ou a **diversificação das ofertas curriculares**, ou a emissão de legislação, como o progressivo alargamento da escolaridade obrigatória, são exemplos de medidas que influenciam os resultados dos/as alunos/as e, conseqüentemente, o seu sucesso. Além disso, a orientação política é, também, decisiva na criação de condições tendentes ao sucesso, através do estabelecimento de metas ambiciosas.

Neste particular, e olhando para as metas educativas da união europeia para 2020, seja ao nível do aumento do número de crianças com 4 anos a frequentar a educação pré-escolar, no aumento da proficiência na leitura, escrita e matemática, na diminuição do abandono escolar precoce, isto é, da proporção de jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que deixaram o sistema formal de ensino, sem terem concluído o ensino secundário, ou no aumento do número de estudantes que acede ao ensino superior, poderemos encontrar vários exemplos de como as aspirações, neste capítulo, são elevadas (European Commission, 2019).

Estas metas têm, genericamente, levado a resultados favoráveis, como sucede com a redução muito significativa do abandono escolar precoce, na última década, na união europeia em geral e nos diferentes países membros (Eurostat, 2020).

A **qualidade dos/as professores/as** é também crucial para o sucesso dos/as alunos/as. Esta envolve a competência científica e pedagógica para cumprir os objetivos curriculares, mas também outros ingredientes tais como: a capacidade para implementar estratégias

adequadas aos objetivos de aprendizagem; o recurso a estratégias que facilitem a ligação entre saberes adquiridos e aprendizagens a realizar (Hattie, 2018); ou a capacidade para promover a autonomia dos/as alunos/as, através de estratégias como a clarificação de objetivos de aprendizagem, feedback informativo ou consideração dos sentimentos e opiniões dos alunos (Reeve, 2011).

A qualidade da docência depende, por sua vez, de condições oferecidas aos/as professores/as, tais como metas curriculares adequadas, apoio das lideranças das escolas, apoio dos colegas, autonomia profissional ou estabilidade contratual, entre outras (Hattie, 2018; Reagan et al., 2019; Simões & Calheiros, 2019).

Por fim, a um nível mais micro, referente às características individuais dos/as alunos/as, aspetos como uma maior competência cognitiva, aspirações educativas mais elevadas, perceções mais positivas de auto-eficácia, que se traduzem, conseqüentemente, em maiores níveis de esforço, concentração e persistência em atividades escolares estão intimamente ligados a melhores resultados escolares. Inversamente, doença mental ou necessidades educativas especiais são condições pessoais que têm forte impacto na diminuição das probabilidades de sucesso (Hattie, 2018).

Será de mencionar que estes fatores não atuam de forma independente sobre o sucesso escolar, antes afetam-se mutuamente. Por exemplo, alunos com maiores níveis de competência cognitiva, que indicam maiores aspirações educativas e que se sentem mais auto-eficazes na aprendizagem tendem a apresentar maior estatuto socioeconómico (Rimkute et al., 2012). Por outro lado, a forma como estes fatores operam não é independente dos territórios.

Na verdade, o sucesso escolar tende a ser menor em áreas em que a ruralidade tem maior expressão. Nessas regiões, a maior proporção de alunos com estatuto socioeconómico baixo e com menores aspirações educativas (Baeck, 2016), a par de uma oferta educativa e formativa mais limitada (Simões & Rio, 2020) e de uma maior dificuldade de atrair e reter professores de qualidade (Reagan et al., 2019) evidenciam como o sucesso escolar é, também, um fenómeno territorializado.

## Quadro 75 – OFERTA FORMATIVA 2015-2021 NO AEGAP

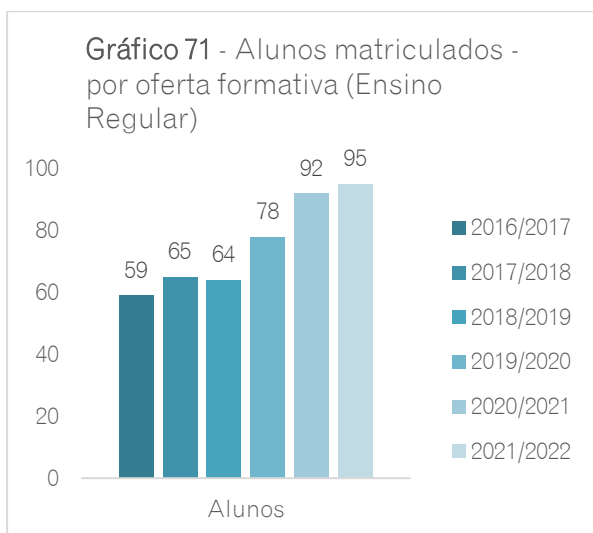
Ano Letivo	Ciências e Tecnologias	Humanidades	Curso de Técnico de Produção Agrária	Curso de Técnico de Multimédia	8º Vocacional (Técnicos Comerciais, de Informática e de Agro-turismo)	Curso de Técnico de comércio	Curso Profissional de Informática de Sistemas	Curso de Técnico de Produção Agro-pecuária
2015/2016	x	x	x	x	x			
2016/2017	x	x	x	x	x			x
2017/2018	x	x		x		x		x
2018/2019	x	x		x		x		x
2019/2020	x	x				x		x
2020/2021	x	x						

**Fonte:** Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2022

Ao nível institucional, é importante salientar a relevância de fatores como a qualidade da oferta educativa e a qualidade dos/as professores/as. Do ponto de vista da oferta educativa, o modo como esta se encontra organizada tem um impacto significativo no sucesso escolar dos/as alunos/as. Alguns sistemas educativos europeus assentam a sua oferta numa estrutura dual, com uma via de estudos gerais, orientada para o prosseguimento de estudos, paralela a uma via de ensino profissional, centrada numa pré-especialização de competências, orientada para o mercado de trabalho. Esta arquitetura da oferta educativa predomina no centro da Europa em países como Alemanha e a República Checa e tem sido criticada por resultar numa seletividade dos/as alunos/as que reproduz e mantém desigualdades sociais.

De facto, enquanto os/as alunos/as provenientes de estratos sociais mais privilegiados optam pela via dos estudos gerais que permite o prosseguimento de estudos superiores, os/as alunos/as de contextos mais desfavorecidos, com origem em famílias alargadas, com uma situação económica mais precária e pertencentes a minorias, são encaminhados/as, de forma precoce, para o ensino profissional (Lee & Buyn, 2019). Embora estes sistemas pareçam ser eficientes na diminuição do desemprego jovem, no curto prazo, especialmente na transição para o mercado de trabalho, também é verdade que, a longo prazo, os alunos que enveredam por esta via acabam por atingir um menor estatuto profissional (Lee & Buyn, 2019; Rimkute et al., 2012).

Em Portugal, existe uma maior interpenetração entre as diferentes vias ou modalidades de ensino. Embora não seja imposta pelo sistema, a seletividade acaba por emergir através dos próprios resultados dos alunos, com aqueles que provêm de classes sociais mais desfavorecidas e de minorias a optarem, mais vezes, pelo ensino profissional, limitando, desse modo, as suas perspetivas futuras (Conselho Nacional da Educação, 2015).



Fonte - PIICIE LT [Iezíria do Tejo (It): situação educativa no território [PIICIE LT]. Observatório 3! da educação. 2020 / Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2022

O Grupo de Trabalho, considera que a oferta curricular pouco diversificada do agrupamento de escolas do concelho e identificou o seguinte:

RECURSOS
•
OPORTUNIDADES
• Abertura de novos cursos profissionais.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Risco de extinção do ensino secundário no Agrupamento de Escolas do Concelho;</li> <li>• Instalações do AEGAP;</li> <li>• Recursos físicos e materiais obsoletos.</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Poucos alunos não justifica a abertura de novos cursos/turmas</li> <li>■ Equipamentos e infraestruturas obsoletos</li> <li>■ Idade avançada dos professores/educadores</li> <li>■ Falta de motivação</li> <li>■ Escolas não adaptadas às novas exigências (falta de salas)</li> </ul>

# NECESSIDADE DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS (ALUNOS E PROFESSORES)

Num cenário de mundo ligado em redes de comunicação digital em que os alunos usam cada vez mais cedo os artefactos tecnológicos e desenvolvem naturalmente habilidades para seu uso, urge a necessidade do/a **professor/a** investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva no uso fluente dos meios de comunicação, e aplicá-las criativamente na sua prática pedagógica. É, pois neste contexto, premente a redefinição de objetivos e metodologias educacionais no sentido da integração de oportunidades de ensino-aprendizagem emergentes de novas formas de comunicação e participação social, com a intervenção simultânea nos níveis de inclusão/exclusão digital funcional.

A democratização da literacia digital e mediática através da implementação de estratégias que promovam as capacidades de procura, seleção e análise de informação e que viabilizem a transformação reflexiva desta em conhecimento, permitem a formação de consumidores mais críticos e informados, capazes de produzir conteúdos e comunicar com outros criativamente.

É fulcral a formação de cidadãos/ãs ativos, aptos a contribuir para uma sociedade do conhecimento, tecnologicamente inovadora e competitiva, e capazes de apoiar a construção de cidades sustentáveis, criativas, inteligentes e promotoras de aprendizagem ao longo de vida.

O alargamento das condições favoráveis ao exercício de cidadania ativa e, conseqüentemente, o aumento da participação cívica no diálogo social, com um contributo relevante para o desenvolvimento económico, social e cultural.

No que concerne aos/às **jovens alunos/as** pretende-se a sua capacitação para o uso crítico e seguro dos media, melhorando a sua compreensão de aspetos legais e éticos associados aos processos de criação e comunicação de conteúdos mediáticos, e impulsionando a monitorização apropriada de riscos e potencialidades subjacentes a estes mesmos processos.



Sensível a estas questões, no decorrer do ano 2021/2022 o Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, elaborou um Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital (PADDE) do AEGAP, em parceria com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Associações de Pais e Encarregados de Educação, que decorre da irreversibilidade da transição digital na sociedade e, obviamente, nas escolas. Foi constituída uma equipa que trabalhou com base nos documentos orientadores DigCompEdu e DigCompOrg. A metodologia consistiu em aplicar instrumentos para conhecer as suas especificidades, tendo sido aplicadas as ferramentas: **Check-in**<sup>34</sup> e **SELFIE**<sup>35</sup>.

Após a análise e reflexão dos dados recolhidos através do Check-in e da SELFIE fica-se a conhecer com mais rigor os pontos fracos e fortes do Agrupamento em termos digitais, tendo procedido à definição das áreas a priorizar.

### Participantes Diagnóstico - SELFIE



Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

## DIAGNÓSTICO – CHECK-IN

### Quadro 76 – Infraestruturas e Equipamentos (Dados SELPHIE) 1

Valores Médios (1 a 5)	Dirigentes	Professores	Alunos
1º Ciclo	3,0	3,3	3,6
2º e 3º Ciclos	3,1	2,8	3,2
Secundário Geral	2,6	2,7	2,7

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

<sup>34</sup> Check in – Ferramenta que permite conhecer as competências digitais dos professores.

<sup>35</sup> SELFIE - Ferramenta que permite obter informação acerca das práticas pedagógicas e organizativas.

### Quadro 77 - Disponibilidade de acesso a equipamentos dos alunos em casa

	%	Computador	Internet
1º Ciclo	95%	95%	90%
2º e 3º Ciclos	95%	95%	90%
Secundário Geral	95%	95%	90%

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

### Quadro 78 – Serviços Digitais

	%	Sim	Não
Sumários Digitais		X	90%
Controlo de Ausências		X	90%
Contacto com Encarregados de Educação		x	90%
Outro: Matrículas, consulta de movimentos dos alunos, e-mail institucional, plataforma de ensino por meios digitais			

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

### Quadro 79 - História Digital da Escola: Dimensão Pedagógica

Dimensão Pedagógica	Resultados por Dimensão (Dados SaLPHY)	Valores Médios por resultados (1 a 5)			
		Dirigentes	Professores	Alunos	
Nível de competência dos Docentes por Área	Área	Nível	Nível 2	Nível 3	
	Pedagogia: Apoio e Recursos	3,5	3,8	----	
	Pedagogia: Aplicação em Sala de Aula	2,6	3,4	3,2	
	Práticas de Avaliação	2,3	2,9	----	
	Competências digitais dos alunos	3,0	3,0	3,5	
	Recursos Digitais	54,6	38,2	7,3	
	Ensino e aprendizagem	67,3	27,3	5,5	
	Avaliação	58,2	34,5	7,3	
	Capacitação dos aprendentes	56,4	34,5	9,1	
	Promoção da competência digital dos aprendentes	69,1	29,1	1,8	

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

Conclui-se que cerca de 50% dos/as professores/as se encontram no nível 1 de proficiência digital, sendo de referir que um número elevado de docentes está em final de carreira e obviamente com menor apetência para efetuar formação, no âmbito do Desenvolvimento Profissional Contínuo, aliado ao facto da dificuldade de acesso a formação dos docentes do último escalão. De referir que é a nível das dimensões de ensino e aprendizagens que o valor é mais deficitário.

## Quadro 80 - História Digital da Escola: Dimensão Organizacional

Valores Médios (1 a 5)	Dirigentes	Professores	Alunos
Liderança	2,4	2,5	----
Colaboração e trabalho em rede	2,3	2,7	3,5
Desenvolvimento profissional contínuo	2,7	2,7	----

**Fonte:** Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

Pode, pois, verificar-se que quer os/as Dirigentes quer os/as professores/as apresentam valores relativamente medianos nas categorias de Liderança, Colaboração e Trabalho em Rede, bem como Desenvolvimento Profissional Contínuo.

No que concerne às Competências Digitais da Comunidade Educativa, deste estudo resultou que:

## Quadro 81 - Competências Digitais da Comunidade Educativa

Encarregados de Educação	<ul style="list-style-type: none"><li>&gt; O nível de conhecimentos para acompanhamento dos educandos é baixo.</li><li>&gt; Conhecimento insuficiente das regras básicas de segurança e responsabilidade digital</li></ul>
Pessoal não Docente	<ul style="list-style-type: none"><li>&gt; Assistentes técnicos com <b>baixa proficiência profissional</b></li><li>&gt; Assistentes operacionais com <b> muito baixa proficiência digital</b></li></ul>

**Fonte:** Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho, 2021-2022

Conclui-se que o E360 é uma boa ferramenta de apoio à gestão, embora se verifique a necessidade de aperfeiçoamento em algumas áreas de trabalho. No entanto, a necessidade de investimento digital, de modo a rentabilizar as plataformas existentes é premente.

Consciente do facto da importância da literacia digital e do seu papel no futuro, a Câmara Municipal, em concertação com os restantes municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, considerou a Educação pela Inovação um dos lemas do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo, no ano Letivo de 2020/2021:

Em 2020 foi executada a última fase do processo de capacitação da Sala do Futuro, de acordo com o Modelo de Educação pela Inovação na Lezíria do Tejo, os Laboratórios Vivos onde as docentes que foram indicadas pela Direção do AEGAP, 2 Educadoras de Infância e 1 Professora do 3ºCEB e Ensino Secundários tiveram a oportunidade de pôr em prática o que aprenderam nas formações com os/as seus/suas alunos/as através da criação de um projeto/programa, ou seja, a experimentação dos conteúdos curriculares em tempo e em

contexto real, de forma prática. Nos Laboratórios Vivos participaram 1 turma de JI e 1 turma de Ensino Secundário do AE GAP.

#### a. Espaços Municipais de Inovação - Salas do Futuro

Para além do apetrechamento da Sala do Futuro foram realizadas várias ações de capacitação dirigidas aos docentes do AE GAP, de acordo com o Modelo de Educação pela Inovação na Lezíria do Tejo, a saber:

Ano Letivo de 2019/2020:

- ***Workshops Train the Trainer:*** 4 Workshops de ideação e de ativação da Sala do Futuro, baseados na metodologia de Design Thinking, ministrados por uma Equipa de formadores/as da Universidade Lusófona, onde estiveram presentes: 2 Auxiliares de Ação Educativa; 2 Educadoras de Infância; 3 Encarregadas de Educação; 11 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; a Subdiretora do AE GAP; 5 alunos; 1 Psicóloga do SPO do AE GAP; e 2 Técnicas do Município.
- ***Seminários com as Temáticas da Mudança, Criatividade, Modelo escolar, Práticas Pedagógicas e Governança:*** 5 Seminários, ministrados por uma Equipa de docentes da Universidade Lusófona, onde estiveram presentes: 2 Educadoras de Infância; 1 Encarregada de Educação; 7 Professores do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 1 Professora de Ensino Especial; 1 Psicóloga do SPO do AE GAP; e 3 Técnicas do Município.
- **Ação 1 – Capacitação tecnológica dos equipamentos e sistemas:** 30 horas de formação/ 6 Workshops, ministrados por um formador da ANPRI, onde estiveram presentes: a Subdiretora do AEGAP; 10 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 2 Professora de Ensino Especial; e 3 alunos do AE GAP.
- **Ação 2 – Introdução a ambientes educativos inovadores – O Mobile Learning como suporte da aprendizagem:** 50 horas de formação/ 8 Workshops (presenciais e online), ministrados por uma equipa de formadores/professores da Make It Pedagogical, onde estiveram presentes: 14 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 2 Educadoras de Infância; e 1 aluno do AE GAP.
- **Ação 3 – Modelação e impressão 3D em contexto educativo:** 15 horas de formação/5 Workshops (online), ministrados por um formador da ANPRI, onde estive presente: 1 Professora do 1º, 2º e 3º CEB do AE GAP.
- **Ação 4 – Programação e Robótica:** 16 horas de capacitação/ 2 Workshops, ministrados por uma formadora da Jump Up Learning (Portugal Lego Academy), onde estiveram presentes: 12 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário; 3 Auxiliares de Ação Educativa; 2 Psicólogas do SPO do AE GAP; e 1 Técnica do Município.

Neste ano letivo foi ainda criado um grupo de trabalho composto pela subdiretora da direção do AE GAP, pela Chefe da Divisão de Intervenção Social, pela Focal Point, pela Coordenadora dos Assistentes Operacionais do AE GAP, pelo 2 Professores Coordenadores da Sala do Futuro e pela EMIC que criou em conjunto as normas de utilização da sala, o termo de responsabilidade, as tabelas de requisições, a ficha de empréstimo, o formulário de utilização e a ficha de registo de anomalias.

Ainda neste ano letivo foi criada a Equipa do Futuro que era composta por 1 Educadora de Infância, 1 Psicóloga do SPO, 6 Professores de 1º, 2º, 3º CEB e Ensino Secundário, a Subdiretora do AE GAP e a EMIC cujo objetivo foi criar cenários de aprendizagem a serem implementados na Sala do Futuro. Neste ano letivo foi ainda desenvolvida uma ação de sensibilização para os materiais da Sala do Futuro, onde os docentes do AEGAP foram convidados a conhecer e a experimentar alguns dos materiais da Sala do Futuro. Esta sensibilização foi dinamizada pela EMIC com o apoio da Promethean Portugal e da Areal e contou com a presença da Diretora e do Adjunto da Diretora do AE GAP, de 1 Psicóloga do SPO, de 2 Educadoras de Infância, de 2 Professoras de Ensino Especial, de 17 Professores do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário e 1 Técnica do Município.

#### **b. Laboratório Móvel de Inovação e Aprendizagens CTEM**

No ano letivo de 2018/2019 foi feito com 3 turmas e com voluntários da Comunidade Escolar do AE GAP, um exercício com aplicação da metodologia de Design Thinking com o objetivo de perceber como é que se poderiam potenciar histórias de aprendizagem no Lab Móvel. Neste exercício participaram 45 alunos/as de 1º e 3º CEB e do Ensino Secundário e Professores, Assistentes Operacionais e Psicólogos do AE GAP.

No ano letivo de 2018/2019 o AE GAP recebeu o Lab Móvel, um total de 552 alunos/as, 29 turmas, 30 docentes, do pré-escolar foram convidados a conhecer algumas das potencialidades e dos equipamentos que se encontravam distribuídos por 9 estações, dinamizadas por professores, alunos, auxiliares de ação educativa, EMIC e Técnicos do Município, num verdadeiro trabalho de equipa e de congregação de sinergias.

O Grupo de Trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Formação da PIICIELT na área das competências digitais.</li><li>• Introdução à programação a partir do 3.º ano.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Oferta formativa do Centro de Formação de Professores A23.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Sinal de internet fraco em algumas áreas do Agrupamento.</li><li>• Quadro elétrico com potência insuficiente.</li><li>• Número reduzido de tomadas.</li><li>• Infraestruturas e equipamentos insuficientes e desadequados às novas exigências.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Equipamentos e infraestruturas obsoletos</li><li>■ Idade avançada dos professores/educadores</li><li>■ Falta de motivação</li><li>■ Escolas não adaptadas às novas exigências (falta de salas)</li></ul>

# NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO E VOLUNTARIADO PARA JOVENS, NO ÂMBITO DA CULTURA E TURISMO

Necessidade de programas de estágio e voluntariado para jovens, devidamente acompanhados por técnicos da área, no âmbito da cultura e turismo.

Os Estágios de Verão proporcionam aos/às jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, uma oportunidade de terem uma experiência e um contacto com o mundo profissional, para que estimulem o desenvolvimento de valores para a sua formação, sendo que a maioria foi realizada nas áreas da cultura e turismo.

**Quadro 82** – Estágios Verão 2001-2021

		2019	2020	2021
Nº de Inscrições		20	19	11
Sexo	Feminino	15	13	7
	Masculino	5	6	4

**Fonte:** Serviço de Educação, Câmara Municipal da Golegã

O Grupo de Trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causa:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Oportunidades já existentes ao nível de estágios curriculares e profissionais na área da cultura e turismo.</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de estágios do IPDJ.</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouco conhecimento por parte das IPSS e associações da possibilidade de poderem integrar estagiários.</li> <li>Falta de um programa de voluntariado dirigido a jovens na área da cultura.</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Falta de profissionais na área da cultura</li> <li>■ Desconhecimento dos programas existentes</li> <li>■ Faltam programas de voluntariado</li> <li>■ Dificuldades em assumir compromissos</li> </ul>

# DIFICULDADE DE ARTICULAÇÃO E COLABORAÇÃO ENTRE AS VÁRIAS ENTIDADES COM PROGRAMAÇÃO CULTURAL

A noção de rede ganhou nas últimas décadas uma enorme popularidade num sentido um pouco mais preciso, que aponta para as virtudes dos modelos de organização das atividades económicas e sociais baseados em plataformas e estruturas mais ou menos formalizadas de cooperação interinstitucional. Também no universo das artes e da cultura essa popularidade se vem afirmando crescentemente, suscitando práticas e discursos que apontam para as vantagens da organização da atividade cultural em redes de cooperação estruturadas e formalizadas.

Contam-se entre essas vantagens os efeitos da partilha de conhecimentos e recursos e das economias de escala que, tanto do ponto de vista económico, como informativo e organizacional, o trabalho em rede pode proporcionar em Portugal, e na linha de tendências observáveis à escala internacional, as políticas públicas para a cultura vêm também assumindo a ideia de rede como um dos vetores essenciais para o desenvolvimento do setor cultural e artístico.

A importância atribuída à organização da atividade cultural em rede tem traduções conhecidas, quer nas políticas para as redes nacionais de equipamentos e infraestruturas, quer nas medidas de incentivo à circulação e itinerância de produções artísticas, quer ainda na promoção de linhas de atuação que incentivem a organização do trabalho cultural em cooperação entre instituições e agentes públicos e privados.

Do lado dos agentes culturais, vimos também assistindo à multiplicação de iniciativas de agregação em redes de cooperação de geometrias e graus de formalização variáveis, tendo em vista objetivos diversos. Não obstante a popularidade da ideia se basear no reconhecimento das múltiplas virtudes que o trabalho de cooperação em rede interinstitucional pode trazer, é importante não perder de vista que no setor cultural e artístico, como de resto noutros setores de atividade, essa cooperação traz consigo desafios complexos.

Do lado das políticas públicas importa na verdade questionar que objetivos culturais e artísticos devem perseguir as medidas de apoio ao desenvolvimento de redes de cooperação e que medidas podem contribuir para fazer da rede um fator de dinamização e



desenvolvimento cultural, em benefício simultâneo dos agentes que atuam no setor e das populações em geral.

Do lado dos agentes culturais e artísticos, por seu turno, importa também questionar que desafios e dilemas a organização do trabalho em rede coloca. Desde logo, esse modo de organização suscita dilemas de compatibilização entre os interesses e os programas de ação específicos de cada parceiro e os interesses e programas de ação que são investidos na própria rede.

Como afirmámos, a ideia de rede adquiriu enorme popularidade no discurso político e programático sobre a cultura e tornou-se uma categoria central dos modos de pensar o planeamento e o desenvolvimento do setor cultural e artístico. Essa popularidade veio tendo tradução prática num conjunto disperso de iniciativas de consistência desigual, desde as medidas mais estruturadas que visaram a constituição de redes nacionais de equipamentos e infraestruturas, até às políticas mais dispersas de fomento à circulação e itinerância de espetáculos, passando por medidas mais desenquadradas de incentivo ao trabalho de programação em rede.

A utilização das redes deveria ser mote para reforço das instituições já no terreno ou para agilizar plataformas que alimentem dinâmicas culturais e artísticas inovadoras. Ou entre o reforço da capacidade criativa e a promoção do acesso das populações à cultura. Ou ainda entre a aposta centrada no desenvolvimento da atividade artística ou a utilização da cultura como fator de competitividade económica dos territórios.

No entanto, e apesar da dimensão do Concelho e não obstante o número já significativo de Associações de vária índole e com uma panóplia de atividades em várias áreas, a dificuldade de articulação e colaboração entre as várias entidades com programação cultural, evitando a sobreposição de datas em atividades para o mesmo tipo de público, é uma problemática.

Na realidade, embora dinâmicas e com um conjunto de ações diversificado de iniciativas e projetos, verifica-se a não congregação de esforços para um Plano de Atividades Concelhio, o que contribui para a realização em paralelo de várias atividades pelas três freguesias.

Verifica-se igualmente que não há conhecimento do trabalho desenvolvido por cada uma das entidades/associações.

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Novo regulamento de apoio às instituições sem fins lucrativos.</li><li>• Agenda Cultural do Concelho da Golegã.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Novo levantamento de todos os eventos realizados pela Câmara Municipal e pelas diferentes instituições.</li><li>• Aquisição de software para articulação da oferta cultural das diferentes instituições.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pedidos de apoio de instituições mal instruídos e com prazos curtos.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Desconhecimento dos programas existentes</li><li>■ Falta de uma estrutura que assuma a liderança da articulação interinstitucional</li><li>■ Falta de sala de espetáculos</li><li>■ Cultura não é prioridade</li><li>■ Oferta cultural não adequada aos interesses do público</li><li>■ Dificuldade de captação de públicos</li></ul>

# FALTA DE PROGRAMAÇÃO NAS ÁREAS DO TEATRO, MÚSICA, DANÇA E CINEMA

*«O Ribatejo deve ser visto das Portas do Sol de Santarém, num dia de cheia, ou das bancadas de uma praça de toiros, numa tarde de Verão. Num dia de cheia, porque o Tejo hipertrofiado marca-lhe exactamente a extensão e os contornos que a geografia nunca encontrou; numa tarde de toiros, porque é no redondel que se precisa a sua íntima significação. Chamar Ribatejo às excrescências da Beira, da Estremadura e do Alentejo, pode fazê-lo o Estado para efeitos práticos de «administração». Mas o espectador atento que do miradouro escalabitano contemple uma inundação, ou assista a uma pega na arena, esse fica a saber não só que apenas a lezíria merece o apetecido e colorido nome, como descobre ainda a alma da própria região. (...)»*

TORGA, Miguel, Faixa Escarlata e Festiva a Cinta de Portugal, Antologia da Terra Portuguesa, 1907.

Depois dos Projetos Rede de Bibliotecas e Rede de Museus, a Comunidade Intermunicipal de Municípios da Lezíria do Tejo (CIMLT) assumiu em 2020 o desafio de uma programação cultural partilhada entre os municípios que a constituem, suportada por uma candidatura de 600 mil euros e com um prazo de execução de 18 meses, denominado “Plano de Ação Programação em Rede / Lezíria do Tejo”, envolve os onze municípios, unindo, assim toda a Comunidade da Lezíria.

Tem como objetivo geral Promover a Dinamização do Património Cultural, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade do território, através da sua qualificação e valorização turística. Aumentando o número de visitantes, bem como, aumentar da participação da população em ações de animação cultural e artística.

Como metodologia, privilegiou-se o desenho de programação participado / construção conjunta (CIMLT – Municípios); o potenciar da capacidade artística e criativa do território e a aposta forte no Património Imaterial.

Como objetivos específicos:

- › Promover a participação da população;
- › Manter emprego e riqueza, valorizando o património cultural e natural;
- › Maximizar potencialidades de Monumentos e Centros Urbanos enquanto espaços de vivência;

- › Fortalecer a atratividade turística, através da valorização das vivências culturais identitárias. e. Melhorar a inclusão, promovendo o acesso à cultura de pessoas com diferentes incapacidades;

No que concerne à **atividade turística**, pode desempenhar um relevante papel, no apoio ao desenvolvimento sustentável do território da Lezíria. Assumindo-a como o conjunto das atividades económicas relacionadas com a atração, o alojamento, as deslocações e a satisfação das necessidades dos turistas que visitam determinado território, atualmente cada vez mais se evidencia a importância de oferecer experiências e, neste campo, o território da Lezíria tem sido alvo de relevante trabalho de estruturação da oferta e de promoção, pela ERTA – R Entidade Regional de Turismo do Alentejo – Ribatejo.

1. A Lezíria do Tejo, é um território onde se podem encontrar um conjunto vasto de vestígios e elementos de elevado interesse e importância sob o ponto de vista cultural, patrimonial (material, imaterial e natural) e turístico;
2. A oferta cultural, patrimonial e turística disponível é disponibilizada por diferentes parceiros;
3. A produção artística dos agentes do território tem relevo cultural é a primeira a ser chamada a atuar no contexto deste plano;
4. Os destinatários que com este PA PeR/Lezíria se visam alcançar são os visitantes, sendo que por visitante se entende o que visita, o que naturalmente inclui os habitantes e os forasteiros;
5. Da aplicação do Plano de Intervenção, se esperam reflexos relevantes no dia-a-dia dos habitantes do território, quer pela facilitação no acesso ao usufruto do património cultural, quer ainda pelo possível aumento do seu reconhecimento público e da importância do seu património;
6. A participação ativa dos parceiros na construção/implementação do Plano, é considerada um fator crítico preponderante de sucesso. O PA PeR / Lezíria do Tejo, surge assim também, como uma forma de integração de políticas de desenvolvimento ao nível local, mas num quadro em que estas preocupações já integram há muito as dinâmicas de funcionamento da CIMLT. (A este respeito e a título de exemplo, refira-se que o sistema de comunicação da Comunidade, cujo site está provido da ferramenta “Sistema de narração do Windows”, que permite garantir acessibilidade a cidadãos invisuais.)

**Jardins e Museus**, utilizando os seus espaços abertos e melhorar a inclusão, promovendo o acesso à cultura por pessoas com incapacidades físicas, sensoriais, cognitivas e de comunicação; mas também: A igualdade de oportunidades e de género, através da remoção de barreiras de programação nos espaços, equipamentos e eventos culturais; O fomento do acesso de novos públicos à cultura e o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade.

Quadro 83 – PeR 2021

PeR 2021	
<b>P. 1 Vale - Residência Artística de cinema (10 participantes) (5 dias)</b>	
Apresentação 29.12.2021	Equuspolis
<b>P. 2 Workshop de Arte Urbana (10-12 pessoas - 5 dias)</b>	
Inauguração 30.07.2021	Ecovia do Almonda Azinhaga
<b>P4 Dançar Com... Vindimas (10 participantes - Residência de 5 dias mais 1 - espetáculo)</b>	
Apresentação 10.10.2021	Museu Rural, Golegã
<b>P. 5 Tejo, Por um Rio (Crianças)</b>	
Apresentação 28. 07.2021	Biblioteca Golegã
Apresentação 29.07.2021	Centro Escolar de Azinhaga
<b>P. 6 a lezíria a Gostar dela própria</b>	
Apresentação 21.08.2021	Equuspolis, Golegã
<b>P. 7 Mosaico</b>	
Apresentações 18 e 19.09.2021	08.12.2021 Quatro Sabores Largo da Imaculada Conceição   Igreja Matriz

| 213

Fonte: Serviço Cultura e Turismo, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Quadro 84 – PeR 2022

Per 2022	
<b>a) Música Rita RedShoes</b>	
Apresentação 30.09.2022	Palco Miradouro, Azinhaga
<b>b) Sómente, Teatro Só</b>	
Apresentação 24.09.2022	Largo da Imaculada Conceição, Golegã
<b>c) Trans(h)umância, Kopinxas</b>	
Apresentação 18.09.2022	Jardim, Pombalinho
<b>d) Onirotóptero, Trupe Fandanga</b>	
Apresentação 21.09.2022	Biblioteca Golegã
<b>e) Arruar – Residência Artística 2 dias (10 a 20 participantes)</b>	
Apresentação 18.09.2022	Jardim, Pombalinho
<b>f) Música Rua das Pretas</b>	
Apresentação 20.08.2022	Largo da Imaculada Conceição, Golegã
<b>g) Fotografia e Comunidade – Residência Artística (10 a 20 participantes)</b>	
Apresentação – ainda não aconteceu	

Fonte: Serviço Cultura e Turismo, Câmara Municipal da Golegã, 2022

Ainda, assim, foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto “Programação em Rede”;</li><li>• Novos eventos já agendados nas áreas da música, teatro, artes circenses, dança.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Reabilitação do cineteatro Gil Vicente.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Pouca adesão da população do Concelho a atividades pagas.</li><li>• Falta de infraestruturas adequadas para realização de espetáculos.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Falta de uma estrutura que assuma a liderança da articulação interinstitucional</li><li>■ Falta de sala de espetáculos</li><li>■ Cultura não é prioridade</li><li>■ Oferta cultural não adequada aos interesses do público</li><li>■ Dificuldade de captação de públicos</li></ul>

# CARÊNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS E/OU ESPECIALIZADOS EM ÁREAS DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA, GESTÃO CULTURAL OU MUSEOLÓGICA

Verifica-se que no Concelho e nomeadamente na Câmara Municipal da Golegã a não existência de Quadros Técnicos nas áreas em questão.

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• PIPA.</li><li>• Fundação José Saramago.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Novo mapa de pessoal da Câmara Municipal.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Saída de vários profissionais da área da cultura da Câmara Municipal.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Falta de uma estrutura que assuma a liderança da articulação interinstitucional</li><li>■ Falta de sala de espetáculos</li><li>■ Cultura não é prioridade</li><li>■ Dificuldade de captação de públicos</li></ul>

# SAÚDE

## CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã
- › Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga
- › Câmara Municipal da Golegã
- › Associação de Saúde Mental do Médio Tejo
- › UCC Chamusca

## SAÚDE

- › Ausência de respostas na área da saúde mental
- › Ausência de vigilância/acompanhamento das pessoas com demência
- › Investimento reduzido na reabilitação ocupacional da pessoa com doença mental
- › Apoio específico para cuidadores informais e formais (formação) na área da saúde mental
- › Baixa literacia em saúde mental
- › Identificação tardia das dependências dos idosos
- › Dependências – Drogas, Álcool
- › Défice de médicos de família
- › Falta de recursos humanos na área da saúde (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional, ...)



# AUSÊNCIA DE RESPOSTAS NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

Considerada a maior problemática de saúde concelhia, a Saúde Mental, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2014) não é a simples ausência de doença, mas sim um estado de bem-estar em que cada indivíduo realiza seu próprio potencial, consegue lidar com os desafios normais da vida, consegue trabalhar de forma produtiva e frutífera e é capaz de contribuir para a sua comunidade.

Bem-estar pode ser definido como um estado físico, social e mental positivo. Bem-estar psicológico inclui fatores como a capacidade de desenvolver o seu potencial, trabalhar com produtividade e criatividade, construir relações fortes e positivas com outros e contribuir para a sua comunidade. Inclui também sentimentos de satisfação, otimismo, autoestima e de viver com significado.

## COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apelou a todos os países para que reforcem o investimento na saúde mental, afirmando que o "sofrimento é enorme" e foi agravado pela pandemia da covid-19.

Mesmo antes da covid-19, perto de mil milhões de pessoas viviam com uma perturbação mental, sublinhou a agência das Nações Unidas no seu estudo mais completo sobre a saúde mental mundial realizado em duas décadas. Durante o primeiro ano de pandemia, as taxas de depressão e de ansiedade aumentaram em um quarto, cerca de 25%, de acordo com o documento. No entanto, o investimento não aumentou.

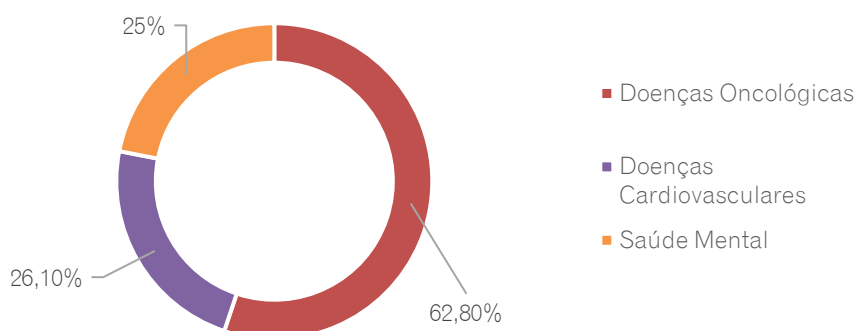
Segundo o relatório da OMS, apenas 2% dos orçamentos nacionais da saúde e menos de 1% da ajuda total internacional à saúde são consagrados à saúde mental. Segundo o relatório, cerca de uma pessoa em oito no mundo vive com uma perturbação mental. Uma situação que se agrava nas zonas de conflito, onde se calcula que uma pessoa em cada cinco sofre de um problema de saúde mental. Os/as jovens, as mulheres e as pessoas que já sofrem de problemas de saúde mental foram os mais duramente atingidos pela covid e as restrições que lhes foram associadas.

O "Relatório mundial sobre a saúde mental" também destaca as grandes diferenças entre países relacionadas com o acesso aos cuidados de saúde mental: enquanto mais de 70% das pessoas que sofrem de psicoses recebem um tratamento nos países de rendimento elevado, esta percentagem cai para 12% nos países com fraco rendimento. O relatório apela ao fim da

estigmatização relacionada com a saúde mental, sublinhando que 20 países ainda criminalizam a tentativa de suicídio.

De acordo com os dados do Índice de Saúde Sustentável<sup>36</sup>, verifica-se em 2021, alguma recuperação do índice em relação a 2020 (cresce dos 83,9 para os 92,5 pontos, numa base de 100). De realçar o facto de os/as portugueses/as colocarem as doenças relacionadas com a saúde mental no top3 das doenças mais importantes no futuro (25%), logo atrás das doenças oncológicas (62,8%) e das cardiovasculares (26,1%).

**Gráfico 76** – Top3 das doenças mais importantes no futuro



**Fonte:** Índice de Saúde Sustentável, 2020-2021

Os dados divulgados apontam para um ligeiro aumento da qualidade dos serviços de saúde percecionada pelos/as cidadãos/ãs (+0.7 pontos face ao ano anterior) e um considerável aumento na qualidade técnica, que passou dos 55,7 para os 63,4 pontos, valor superior aos registados no período pré-pandemia, em 2019 (58,8 pontos).

A avaliação dos/as portugueses/as do seu estado de saúde também melhorou: 77% considera o seu estado de saúde "bom" ou "muito bom", uma percentagem superior à registada no ano anterior (59,8%). Numa escala de 1 a 100, os/as portugueses/as classificam o seu estado de saúde com 75,7 pontos. Sem o efeito do SNS, o índice do estado de saúde ficaria pelos 63,2 pontos.

Contudo, mais de metade (53%) considera que o seu estado de saúde afeta negativamente a sua qualidade de vida, 47% considera que o seu estado de saúde provoca ansiedade ou depressão/dor ou mal-estar, 45% diz que dificulta a realização de tarefas diárias (pessoais ou profissionais) e 43% que dificulta a mobilidade.

<sup>36</sup> Estudo desenvolvido pela NOVA Information Management School (NOVA IMS), maio 2022

No decorrer do estado pandémico, a Linha de Aconselhamento Psicológico do SNS 24 atendeu mais de 173.000 chamadas em dois anos e meio, sendo que mais de 10.800 eram de profissionais de saúde.

Os dados obtidos a partir do "Índice de Saúde Mental Headway 2023" refletem também o impacto dos distúrbios **de saúde mental nas crianças**, revelando *"uma possível associação entre doenças psicológicas e o abandono escolar"*. Um em cada três adolescentes que desiste da escola também experiência uma perturbação mental, de acordo com os autores do trabalho.

O inquérito indica que 20% da população em idade ativa *"experiência transtornos mentais de forma leve a moderada em algum momento da sua vida"*.

Em documento divulgado com o estudo, frisa-se que o contexto da saúde mental na Europa *"já era preocupante" muito antes da pandemia, com mais de 84 milhões de pessoas com problemas de saúde mental e 165.000 mortes anuais devido a doença mental ou suicídio.* O suicídio é a sexta causa de morte na população, em geral, e a quarta causa de morte na população jovem. Em alguns países, o impacto dos transtornos mentais em jovens é maior do que o de todos os outros problemas de saúde juntos", lê-se no documento divulgado por um grupo privado. Mulheres grávidas, no período pós-parto ou vítimas de traumas, como aborto espontâneo ou abuso de parceiros, foram consideradas as mais suscetíveis aos impactos psicológicos da pandemia.

O peso das tarefas domésticas e dos cuidados com os/as filhos/as também teve um impacto significativo no bem-estar mental das mulheres, com 44% das mulheres com filhos menores de 12 anos a relatar dificuldades nas responsabilidades domésticas, em comparação com apenas 20% dos homens.

À medida que a pandemia avançou, a exposição prolongada dos/as profissionais de saúde a situações extremamente stressantes e potencialmente traumáticas tornou-os particularmente vulneráveis ao stresse mental e à ansiedade, com impacto a longo prazo na saúde.

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2021, 26,6% da população com 16 ou mais anos reportou ter sentido um efeito negativo da pandemia sobre a saúde mental. Esta situação foi referida por mais mulheres (30,2%) do que homens (22,4%) e em proporções bastante semelhantes na população com menos de 65 anos (25,8%) e na população idosa (25,9%).

Por nível de escolaridade, embora sem diferenças muito significativas, a população com ensino superior completo registava uma proporção de 27,8% mais 1,2 p.p. que a média nacional. Por condição perante o trabalho, era na população em situação de desemprego que este indicador atingia o valor mais elevado (33,7%), 7,1 p. p. acima da média.

**Quadro 85** – Proporção da população com 16 ou mais anos com saúde mental afetada negativamente devido à crise pandémica COVID-19, Portugal 2021 (%)

2021	
<b>Sexo e Grupo Etário</b>	
Total	26,6
16-64 anos	26,8
65+ anos	25,9
<i>Homens</i>	
16-64 anos	22,8
65+ anos	21,3
<i>Mulheres</i>	
16-64 anos	30,5
65+ anos	29,3
<b>Nível de Escolaridade</b>	
Nenhum	25,4
Ensino Básico	26,2
Ensino secundário	26,3
Ensino Superior	27,8
<b>Condições perante o trabalho</b>	
Empregados	25,5
Desempregados	33,7
Reformados	26,1
Outros inativos	27,7

Fonte: INE, Inquérito às condições de Vida e Rendimento 2021

### Doença Mental na população migrante:

*"Esta é, realmente, uma crise que se sobrepõe a outra. Claro que o que as pessoas estão a atravessar neste momento na **Ucrânia** é algo completamente diferente. Algumas testemunharam atrocidades. Viram morrer familiares e entes queridos. A própria jornada de abandonar o lar, de deixar para trás os elementos masculinos do agregado familiar, sem saber se e quando é que se voltarão a reunir não é fácil, encontrando-se em campos de refugiados. Tudo isto tem um enorme impacto na saúde mental das pessoas",*

Natasha Azzopardi-Muscat, da Organização Mundial de Saúde (entrevista à Euronews).

A OMS (Organização Mundial da Saúde) estimava em abril de 2022, que 500 mil refugiados/as ucranianos apresentavam problemas de saúde mental e precisariam de apoio psicológico pelos eventos traumáticos da guerra.... alertando para os efeitos que se somam a outra crise: a da pandemia de Covid-19. Neste momento, Portugal acolhe mais de 10 mil ucranianos, sete meses após o início da invasão russa à Ucrânia.

Sendo a migração um processo que ocorre desde os primórdios da humanidade, e que se define por uma mudança na localização do local de residência de um indivíduo/migrante<sup>37</sup> por qualquer período.

Quando uma pessoa se vê forçada a abandonar o seu país de origem, não podendo regressar devido ao risco de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou opinião política, esse alguém pode ser considerado/a **refugiado/a**. De acordo com as Nações Unidas, em 2017 existiam 25,4 milhões de pessoas refugiadas, sendo uma das principais causas a fuga a guerras ou violência. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2019 houve uma subida de 45% nos pedidos de proteção internacional em Portugal face ao ano anterior.

A acumulação destes elementos ao longo do tempo traduz uma fonte contínua e cumulativa de stress, um **dano migratório**, que pode ser suficientemente forte para causar um desequilíbrio mental. De facto, os/as migrantes têm maior probabilidade do que a população em geral de ter uma doença mental – e este risco mantém-se elevado nos seus descendentes. Os/as refugiados/as são provavelmente o grupo de migrantes mais vulnerável, pela maior carga de stress vivenciada.

Nos/as **migrantes** há um risco aumentado de **psicose** comparativamente com a população não migrante. Ao longo das últimas décadas, foram levantadas várias hipóteses para explicar este fenómeno e surgiram alguns mitos. Atualmente, considera-se que o mais provável seja existir uma conjugação de vários fatores onde a predisposição genética de cada um vai ser potenciada e modelada pelas circunstâncias das fases pré migratória, migratória e pós migratória. Quanto mais sujeita a pessoa tiver sido a eventos adversos de vida e quanto mais desenraizada e isolada estiver, maior o risco. Assim, não surpreende que nos refugiados este risco seja ainda maior, dado tratar-se de uma deslocação forçada, não planeada, onde o tempo de espera por asilo pode ser significativo. E, como já referido, as consequências da migração e a predisposição genética vão continuar a ter influência na geração seguinte.

Nos/as migrantes, e neste caso de forma ainda mais expressiva nos/as refugiados/as, existe ainda um risco aumentado de **ansiedade, depressão e stress-pós-traumático**. Na depressão, as adversidades pós migratórias são particularmente importantes. Já no caso do stress pós-traumático, são, de um modo geral, mais relevantes os fatores pré migratórios e migratórios, sendo esta patologia mais provável de ser encontrada em pessoas que se viram obrigadas a fugir de conflitos bélicos.

A prevalência destas doenças é maior nas fases mais tardias do processo de migração, e é amplamente dependente das várias adversidades encontradas na fase de pós-migração e na integração na nova cultura. Muitos destes fatores de vulnerabilidade são potencialmente modificáveis, através de medidas políticas e sociais que visam a integração, diminuição do

---

<sup>37</sup> Segundo a UNESCO, um **migrante** é qualquer pessoa que vive temporária ou permanentemente num país onde não tenha nascido, e que adquiriu laços sociais significativos com este país. Várias razões podem influenciar e motivar a migração, tais como a procura de melhores condições económicas ou educacionais, ou fatores políticos que levem as pessoas a serem excluídas ou mesmo perseguidas na sua cultura original.

isolamento social e melhoria das condições socioeconómicas. De facto, a prevalência tende a reduzir com o tempo – caso as circunstâncias de vida dos migrantes, de facto, melhorem.

Apesar da maior prevalência, sabe-se que o acesso aos cuidados de saúde fica muito aquém das necessidades, quer por dificuldades destas populações em chegar até aos profissionais, quer por dificuldades nos/as profissionais em abordar estas populações.

| 223

Estas populações geralmente acedem aos cuidados de saúde em fases mais avançadas de doença. Acredita-se que tal acontece por vários motivos: barreiras culturais e sociais, dificuldade em identificar os problemas de saúde devido a crenças de saúde, religiosas ou políticas; crenças de que os serviços não estão disponíveis ou barreiras comunicacionais.

É, portanto, essencial que seja promovida a **acessibilidade a cuidados de saúde** culturalmente competentes e em tempo útil.

As questões relacionadas com a saúde e a doença mental são complexas porque afetam as pessoas como um todo, na sua individualidade e na sua relação com os outros e o meio envolvente.

O grupo de trabalho considera, no entanto, que as respostas sociais existentes no Concelho ao nível, pelo menos dos idosos, através do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Academia Sénior são um excelente contributo para a promoção da saúde mental, prevenindo quadros de perturbação mental e atuando ao nível da reabilitação através do desenvolvimento de atividades de vida diária, do estabelecimento de relações interpessoais saudáveis, da participação em atividades de animação sociocultural, entre outros.

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã desenvolve ainda há vários anos mini-cursos de Verão “Avós e Netos”, durante uma semana em vários anos (doçaria, primeiros socorros, artes plásticas, línguas, ...).

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipa do Serviço de Psiquiatria Hospital de Tomar (administração de medicação terapêutica/ acompanhamento clínico apenas para utentes referenciados e já acompanhados no Hospital);</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (Serviço de Psicologia);</li> <li>• Unidade Saúde Familiar;</li> <li>• ECCI (Equipa de Cuidados Integrados);</li> <li>• Movimento Fé e Luz;</li> <li>• Ação Social do Município;</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade na Consciencialização da doença;</li> <li>• Rede de Transportes (Hospital de Dia Tomar);</li> <li>• Dificuldades financeiras;</li> <li>• Ausência de Apoio familiar;</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Ausência de quadros técnicos qualificados</li> <li>■ Ausência de políticas de apoio</li> <li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li> <li>■ Dificuldades na definição da área territorial dos serviços de saúde</li> <li>■ Ausência de parcerias e de instituições</li> <li>■ Ausência de respostas de equipamento local</li> <li>■ Ausência de equipas multidisciplinar</li> <li>■ Ausência de recursos financeiros</li> </ul>



# AUSÊNCIA DE VIGILÂNCIA/ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS COM DEMÊNCIA

*“A demência é o termo utilizado para descrever os sintomas de um grupo alargado de doenças que causam um declínio progressivo no funcionamento da pessoa. É um termo abrangente que descreve a perda de memória, capacidade intelectual, raciocínio, competências sociais e alterações das reações emocionais normais. Apesar da maioria das pessoas com Demência ser idosa, é importante salientar que nem todas as pessoas idosas desenvolvem demência e que esta faz parte do processo de envelhecimento natural. A demência pode surgir em qualquer pessoa, mas é mais frequente a partir dos 65 anos. Em algumas situações pode ocorrer em pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos.” (Alzheimer, 2016)*

Um novo estudo estima que 153 milhões de pessoas no mundo terão demência em 2050, quase o triplo do estimado para 2019 (57 milhões)<sup>38</sup>, devido ao crescimento e envelhecimento da população. O estudo, divulgado na publicação científica *The Lancet Public Health*, poucos meses depois de um outro do género, da Organização Mundial da Saúde (OMS), estima para Portugal 351.504 pessoas com demência em 2050, menos do dobro do número previsto para 2019 (200.994).

O trabalho apresenta estimativas do número de adultos com 40 ou mais anos a viverem com demência em 204 países ou territórios, comparando projeções de 2019 e 2050, e considera quatro fatores de risco: tabagismo, obesidade, hiperglicemia (excesso de açúcar no sangue) e escolaridade baixa.

Face aos dados, os autores pedem esforços redobrados para reduzir o risco de demência, nomeadamente ao nível da educação, dieta alimentar, atividade física, assistência na saúde e apoio social, assim como investimento na investigação de tratamentos eficazes. O aumento de casos de demência é esperado em todos os países ou territórios abrangidos pelo estudo,

---

<sup>38</sup> Um relatório da OMS divulgado em setembro 2020 estimava que 57 milhões de pessoas em todo o mundo com mais de 65 anos tinham demência, projetando 139 milhões para 2050.

mas o crescimento estimado será maior em países do norte de África, Médio Oriente e leste da África Subariana.

Segundo os autores do estudo, a melhoria no acesso à educação pode levar a menos seis milhões de casos de demência no mundo até 2050, comparativamente ao número estimado. Contudo, ressaltam que o tabagismo, a hiperglicemia e a obesidade podem conduzir a sete milhões de casos de demência adicionais, face às projeções feitas para 2050.

| 226

De acordo com a OMS, 1,6 milhões de pessoas morreram no mundo em 2019 devido a demência, que se tornou então a sétima causa de morte.

A Associação Alzheimer Portugal tem vindo a defender que uma estratégia de saúde para a área da demência, quando devidamente implementada, pode fazer a diferença, motivando os/as profissionais de saúde dos cuidados primários, quer sejam médicos/as ou enfermeiros/as, a estarem atentos aos primeiros sinais e encaminharem o/a doente para um/uma neurologista ou psiquiatra para um diagnóstico. E para isto é preciso que seja definido um percurso de cuidados para a pessoa ser orientada, do início até ao fim.

Sendo primordial implementar o que já existe do ponto de vista legislativo, como os Planos Regionais de Saúde para a Demência (Despacho n.º 12761/2021) elaborados por cada Administração Regional de Saúde. A implementação destes planos já será algo muito significativo no caminho que se quer percorrer, porque não se pode olhar para as demências apenas pela perspetiva da saúde, mas também social. Estes planos falam na articulação de cuidados abrangentes. E para isso é necessário consciencializar os/as profissionais de saúde e a própria comunidade.

A prestação de cuidados com qualidade a estas pessoas é bastante exigente. Não é algo que se consiga com um medicamento ou dois - aliás, os medicamentos que existem no mercado conseguem minimizar os efeitos da doença e, eventualmente, retardar a sua evolução, mas não resolvem o problema. necessária uma abordagem integrada e multidisciplinar. São precisos terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e auxiliares com formação específica, a saber o que é uma pessoa com demência, quais as suas características e comportamento.

As pessoas com demência ou com risco de desenvolverem demência ainda não estão suficientemente sensibilizadas e motivadas para reivindicar os seus próprios direitos e a sua própria qualidade de vida - o que as torna ainda mais dependentes do que os outros façam por elas. E se nada for feito, as lacunas nos cuidados a estes doentes vão ser ainda maiores, teremos cada vez mais pessoas completamente privadas de cuidados e sem qualidade de vida. Neste momento, já temos um problema grave que é o do isolamento, principalmente nas grandes cidades, onde há muitas pessoas a viver sozinhas que nem sequer conseguem sair de casa por uma questão básica, o prédio não tem elevador.

É muito importante a aposta no apoio domiciliário. Todas as recomendações internacionais vão nesse sentido e as autarquias podem e devem ter um papel muito ativo neste combate.

Atualmente as instituições não estão preparadas para acolher idosos com demência, quer a nível de infraestruturas, quer ao nível de recursos humanos qualificados. A situação atual das instituições ao receber todo o tipo de idosos independentemente das suas necessidades físicas, psicológicas e emocionais está a comprometer o seu funcionamento e a afetar a resposta adequada às necessidades dos idosos com demência. (Alzheimer, 2016).

Foram identificados recursos, oportunidades e ameaças, bem como as causas que poderão estar na origem da problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existem.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Associação Portuguesa de Doentes Alzheimer;</li><li>• Criação de uma resposta residencial através de programas com apoio financeiro;</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de parcerias e de instituições.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Ausência de quadros técnicos qualificados</li><li>■ Ausência de políticas de apoio</li><li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li><li>■ Ausência de parcerias e de instituições</li><li>■ Ausência de respostas de equipamento local</li><li>■ Ausência de equipas multidisciplinar</li><li>■ Ausência de recursos financeiros</li></ul>

# FALTA DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE

(terapia da fala, psicologia,  
terapia ocupacional,...)

| 228

Um dos grandes desafios que se identificam na Saúde, tem a ver com os recursos humanos. A pandemia mostrou-nos os limites e até que ponto foram testados no país, como Portugal.

Em Portugal, o serviço de urgência é excelente, mas muito intenso em capacidade de trabalho e muito exigente em recursos. O país é 'campeão' internacional na utilização das urgências por necessidade e por falta de resposta dos cuidados de saúde primários, pelo que é essencial reforçar, o número de médicos de família, sendo a região de Lisboa a mais carenciada.

Os problemas nas urgências, apesar de crónicos, tornaram-se mais visíveis com a pandemia e pelo cada vez maior impacto das desigualdades sociais.

Contudo, verificou-se que a pandemia ajudou a mudar as mentalidades quanto à utilização das tecnologias na saúde, devendo o investimento nesta área ser crucial para alavancar os cuidados, mas é preciso garantir o acesso de todos, através de diferentes formas, adequadas às necessidades de cada um. As tecnologias são muito importantes nos cuidados primários como, por exemplo, uma telemonitorização mais abrangente de doentes crónicos que, assim, permite libertar recursos nos cuidados hospitalares.

Os parceiros sociais identificaram como necessidade emergente a alocação de pessoal técnico à Unidade de Cuidados na Comunidade, nomeadamente técnicos de fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala. Com a reestruturação dos serviços de saúde, a UCC Chamusca/Golegã deixou de ter algumas áreas profissionais, contando apenas com enfermeiros/as na equipa.

De salientar que a Equipa de Cuidados Continuados Integrados, a desempenhar funções em ambos os Concelhos, que por definição pressupõe a existência de uma equipa multiprofissional, apenas integra enfermeiros/as especialistas de cuidados de saúde na comunidade, enfermeiros/as especialistas na área da reabilitação e um/uma psicólogo/a tempo parcial, uma vez que a UCC à qual pertence não dispõe de outro pessoal.

De salientar que esta equipa se desloca entre concelhos com uma frota automóvel constituída por 3 veículos, com mais de 25 anos, além de trabalhar em instalações infraestruturais com poucas condições.

**Quadro 86** – Equipa UCC (Golegã/Chamusca), 2022

Áreas	Existente		Necessário	
	Nº	Modalidade Dias/horas	Nº	Modalidade Dias/horas
Enfermeiros/as	6	Tempo Inteiro	7	Tempo Inteiro
Assistente Social <sup>39</sup>	1	Tempo Inteiro	1	Tempo Inteiro
Psicólogos/as	1	Horas	1	Horas
Fisioterapeuta	1	4h/2 dias	1	Tempo Inteiro
Terapeuta da Fala	0	Horas	1	Horas
Terapeuta Ocupacional	0	Horas	1	Horas

Fonte: UCC Chamusca, outubro 2022

O grupo identificou recursos, oportunidades, ameaças e causa relativamente a esta problemática:

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• SNIPI;</li> <li>• EMIC;</li> <li>• Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (Serviço de Psicologia);</li> <li>• Unidades de Saúde Processo de referênciação (USF/ UCC);</li> <li>• Hospital Médio Tejo;</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• -----</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escassez de técnicos;</li> <li>• Ausência de uma equipa multidisciplinar;</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Ausência de quadros técnicos qualificados</li> <li>■ Ausência de políticas de apoio</li> <li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li> <li>■ Ausência de parcerias e de instituições</li> <li>■ Ausência de respostas de equipamento local</li> <li>■ Ausência de equipas multidisciplinar</li> <li>■ Ausência de recursos financeiros</li> </ul>

<sup>39</sup> Assistente Social a usufruir de Licença de Maternidade.

# INVESTIMENTO REDUZIDO NA REABILITAÇÃO SÓCIO OCUPACIONAL DA PESSOA COM DOENÇA MENTAL

Não existem números que atestem a realidade concelhia, no entanto, os parceiros sociais têm a perceção que esta é uma realidade significativa.

Sendo Santarém um distrito com recursos muito reduzidos na área das demências e considerando o elevado número de pessoas com esta problemática, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã optou por integrar um projeto da união das Misericórdias Portuguesas, denominado “Vidas – Inovação em Demências”.

Assim, considera-se que a Santa Casa da Misericórdia da Golegã reúne condições de excelência para intervir nesta área. Por um lado, ocupa uma posição geográfica central relativamente ao distrito; por outro, dispõe de um espaço bem localizado e com boas condições para integrar uma estrutura especializada na área das demências. Contudo, é imperiosa a adaptação e requalificação de parte do edifício do antigo hospital.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existem.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Associação Saúde Mental do Médio Tejo;</li><li>• Criação de respostas com a rede de cuidados continuados através de programas com apoio financeiro;</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de financiamento;</li><li>• Dificuldade de instituições se candidatar;</li><li>• aos programas.</li></ul>
CAUSAS

- Ausência de quadros técnicos qualificados
- Ausência de políticas de apoio
- Dificuldade no acesso às respostas existentes
- Dificuldades na definição da área territorial dos serviços de saúde
- Ausência de parcerias e de instituições
- Ausência de respostas de equipamento local
- Ausência de equipas multidisciplinar
- Ausência de recursos financeiros

# APOIO ESPECÍFICO PARA CUIDADORES INFORMAIS E FORMAIS (FORMAÇÃO) NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

*“Cuidador é a pessoa que cuida (...) com zelo de uma mãe, que ouve com respeito de um sacerdote, que ensina com a paciência de um professor e que conduz com a delicadeza de um anjo”.*  
Luiza Gosuen

O envelhecimento demográfico constitui uma realidade das sociedades contemporâneas. Este fenómeno à escala mundial resulta do aumento do número de pessoas em idade avançada, bem como da diminuição da população jovem. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), o envelhecimento tem tendência para se acentuar a nível mundial, sendo que em 2050, as projeções indicam que uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos (16%), enquanto em 2019 representava 1 em cada 11 (9%).

Atualmente, Portugal enfrenta um dos principais desafios das sociedades modernas, o envelhecimento. Esta problemática desencadeia discussões urgentes, de cariz social, económico e político. Infelizmente, as transformações demográficas estão associadas a um aumento significativo de doenças crónicas. A demência, cuja principal causa é a doença de Alzheimer, cria cenários de dependência e necessidade de cuidados entre os idosos. O cuidado informal é uma condição preferencial quer para os recetores de cuidado, quer para os formuladores de políticas. Os/as cuidadores/as informais prestam cuidados com base num compromisso de nobreza, sem remuneração ou vínculo profissional, tendo assim, um enorme valor económico sendo estes atores imprescindíveis dos sistemas de saúde. Contudo, a longo prazo, o ato de cuidar provoca sobrecarga física, psicológica e económica nos prestadores de cuidados.

Os desafios instalam-se sobretudo em termos do crescimento das doenças crónicas e dentro destas, o aumento do número de pessoas com demência (PcD). De acordo com as estimativas apresentadas na OCDE (2019), a prevalência de demência em 2050 será de 39 pessoas por cada mil habitantes em Portugal, sendo o 4º país com maior prevalência. Por sua vez, a demência é uma síndrome geralmente de natureza crónica ou progressiva caracterizada pela deterioração da função cognitiva (capacidade de processar o pensamento), superior à redução da funcionalidade cognitiva consequente do processo de envelhecimento biológico normal (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2017). O número de cuidadores informais em Portugal deverá rondar os 1,4 milhões de pessoas, impulsionado durante a pandemia por



causa do fecho de respostas sociais, revela um inquérito<sup>40</sup> nacional segundo o qual estas pessoas deveriam ter mais direitos. O inquérito, demonstrou ainda o facto de o número de cuidadores informais em Portugal ser mais elevado do que os 8% a 10% que se estimava, consequência da pandemia.

Em 2012, a OMS declarou a demência como uma prioridade de saúde pública. No entanto, em Portugal ainda não existem políticas específicas para as PcD, embora já tenham sido dados os primeiros passos no desenvolvimento de um plano nacional (Vieira, 2016). A estratégia nacional na área das demências<sup>1</sup> é exemplo disso. Esta estratégia reforça a importância do diagnóstico atempado e correto, a continuidade dos cuidados na comunidade, o apoio às famílias e o acesso a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos, articulando cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares, cuidados continuados integrados e cuidados paliativos. Com efeito, o crescimento da proporção de PcD desafia as modalidades de prestação de cuidados de longa duração, que se distinguem em:

- > cuidados formais
- > cuidados informais. Os cuidados informais são exercidos pelas redes de solidariedade e elementos familiares. Além de predominarem na sociedade portuguesa têm implicações nas condições de vida e no bem-estar dos cuidadores, crescendo ainda que grande parte dos cuidadores informais são idosos

Ao cuidarem de forma não remunerada há ainda que considerar a sobrecarga a nível físico, psíquico, social e financeiro. De forma, a proteger os cuidadores informais é publicada no Lei n.º 100/2019 de 6 de setembro o Estatuto do Cuidador Informal.

Dados estatísticos, mostram que 47,4% dos cuidadores concilia uma profissão com o ato de cuidar, sendo que 71,2% são prejudicados pelas entidades patronais. Apenas 7,2% dos prestadores reportam que recebem apoios quando faltam para apoiar na prestação de cuidados. A partir dos resultados obtidos conclui-se que a consciencialização da sociedade sobre a importância do papel do cuidador informal e a cuidados dimensão e o significado dos custos dos informais é urgente. Existem inúmeras necessidades não cobertas neste domínio e a disponibilidade de respostas de cuidado formal é insuficiente, logo a orientação de políticas e serviços de apoio aos cuidadores informais é essencial.

**Quadro 87** – Escalão de tempo gasto semanalmente na prestação de cuidados informais; por sexo, Quinquenal, 2019

Ano	Local de residência	Sexo		
		HM	H	M
2019	Portugal	1059012	366707	692305

Fonte: INE

<sup>40</sup> Inquérito realizado pela Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI),

Cuidar da pessoa com demência assume-se como um desafio permanente para o prestador de cuidados. A avaliação adequada das necessidades da pessoa, bem como o conhecimento da sua história de vida e os seus hábitos, são fatores preponderantes numa prestação de cuidados de sucesso. As alterações de comportamento são dos aspetos que colocam maiores dificuldades aos cuidadores. Mantendo presentes alguns princípios básicos e usando a criatividade, flexibilidade, paciência e compaixão, é possível lidar de forma adequada com a maioria dos problemas de comportamento. Durante o percurso de doença, a pessoa com demência sofre inúmeras perdas: de autonomia, de funcionalidade, de autoimagem, até de individualidade. Cabe aos cuidadores e aos que lhe são próximos proporcionar as condições para que o doente possa manter a sua dignidade durante toda a doença, até aos estádios terminais.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existem.</li> </ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protocolo com Associação Saúde Mental do Médio Tejo;</li> <li>• Parceria com Associação Portuguesa de Doentes de Alzheimer;</li> <li>• CRIT;</li> </ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão territorial que dificulta as parcerias;</li> <li>• Formação fora do conselho;</li> <li>• Dificuldades económicas;</li> <li>• Escassez de transportes públicos.</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Ausência de quadros técnicos qualificados</li> <li>■ Ausência de políticas de apoio</li> <li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li> <li>■ Ausência de parcerias e de instituições</li> <li>■ Ausência de respostas de equipamento local</li> <li>■ Ausência de equipas multidisciplinar</li> <li>■ Ausência de recursos financeiros</li> <li>■ Dificuldade na candidatura por parte das instituições para os programas</li> </ul>

# BAIXA LITERACIA EM SAÚDE MENTAL

*"Quem não sabe o que busca, não identifica o que acha."*

Immanuel Kant

Na área da Saúde Mental, a Literacia pretende capacitar a pessoa que vive com uma perturbação mental em temas que sirvam os objetivos do seu tratamento e reabilitação. É fundamental a pessoa compreender e reconhecer precocemente os sintomas da sua doença, pensar em estratégias para controlar uma crise, conhecer os tratamentos disponíveis e saber como pedir ajuda.

**Uma pessoa bem informada toma melhores decisões!**

Além disso, a divulgação de matérias relacionadas com a Saúde Mental é uma das formas mais eficazes de combate ao estigma e aos preconceitos, que estão frequentemente associados às perturbações mentais.

Assim, a Literacia em Saúde Mental tem como objetivos:

- › Fornecer informação clara e fidedigna sobre diferentes aspetos relacionados com a Saúde Mental,
- › Divulgar e promover estilos de vida saudáveis,
- › Esclarecer sinais e sintomas da doença mental, facilitar o seu reconhecimento e a procura atempada de cuidados adequados,
- › Enriquecer a discussão do projeto terapêutico e promover a sua adesão,
- › Garantir uma melhor utilização dos serviços de saúde,
- › Promover uma melhor tomada de decisões em relação aos tratamentos disponíveis,
- › Combater o estigma e a exclusão social,
- › Desconstruir mitos e preconceitos sobre a doença mental e promover uma melhor compreensão e aceitação destas situações,
- › Promover o envolvimento da população em geral na tomada de decisões em matérias relacionadas com a Saúde Mental,
- › Construir um diálogo sobre a saúde e doença mental, incentivando a participação da população em geral.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não existem.</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ações de formação para técnicos e cuidadores, através de parcerias com entidades externas</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de financiamento.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Ausência de quadros técnicos qualificados</li><li>■ Ausência de políticas de apoio</li><li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li><li>■ Ausência de parcerias e de instituições</li><li>■ Ausência de equipas multidisciplinar</li><li>■ Ausência de recursos financeiros</li><li>■ Dificuldade na candidatura por parte das instituições para os programas</li></ul>

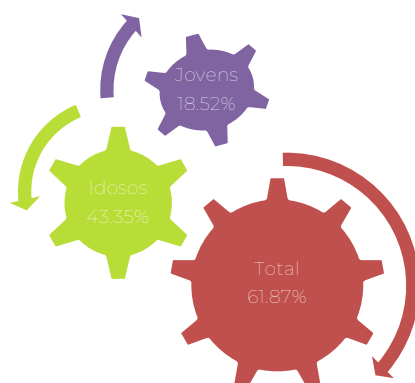
# IDENTIFICAÇÃO TARDIA DAS DEPENDÊNCIAS DOS IDOSOS

Muito ligada à tomada de consciência dos próprios, a identificação tardia das dependências dos/as idosos/as, tem-se mostrado como uma barreira a um acompanhamento de proximidade que permita uma identificação precoce, por parte dos serviços, das doenças características do avançar da idade.

Quando os/as técnicos/as tentam uma aproximação, com o intuito de integrar os/as idosos/as nas respostas sociais, havendo já sinais de dependência, porque a idade é avançada, porque residem sozinhos, apresentam dificuldade de mobilidade, têm escasso apoio familiar ou mesmo ausência de cuidador/a informal, os idosos tendem a apresentar desculpas, afirmando que ainda conseguem confeccionar as suas refeições, que têm muito o que fazer nas suas casas e que, certamente, irão gastar muito dinheiro na contratação dos serviços de apoio domiciliário, centro de dia ou centro de convívio.

A caracterização da população em Portugal é essencialmente população idosa. O prolongamento da vida está relacionado a mais anos de dependência, incapacidades e doenças crónicas. Assim sendo, a perda das capacidades está relacionada com a dependência, fragilidades, institucionalização, maior risco de quedas, problemas de mobilidade e cuidados de longa duração e altos custos. Resultando das características biológicas de cada sujeito, vivência cultural, social e familiar, as dependências físicas e funcionais emergem em idades cronológicas distintas, podendo ser em idade mais reduzida ou em idade mais avançada.

Gráfico 77 – Índice de Dependência, set 2022



Fonte: SIMSNS, 2022

A inscrição nas Respostas Sociais, tendencialmente, acaba por ser feita depois de episódio hospitalar, por doença ou queda.

Quadro 88 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2016 e 2021

Anos	Índice de envelhecimento	Índice de dependência total	Índice de dependência jovens	Índice de dependência idosos	Índice de longevidade	Índice de sustentabilidade potencial
2016	148,7	53,8	21,6	32,1	48,8	3,1
2017	153,2	54,4	21,5	32,9	48,6	3,0
2018	157,4	54,9	21,3	33,6	48,4	3,0
2019	161,3	55,3	21,2	34,2	48,5	2,9
2020	⊥ Pre 171,7	⊥ Pre 56,2	⊥ Pre 20,7	⊥ Pre 35,5	⊥ Pre 48,6	⊥ Pre 2,8
2021	Pre 182,7	Pre 57,1	Pre 20,2	Pre 36,9	Pre 48,8	Pre 2,7

Fonte: INE

Quadro 89 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial		2014				2020			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	n.º	2.149	279	1.356	514	2.082	227	1.356	499
	%	100	13,0	63,1	23,9	100	10,9	65,1	24,0
Lezíria do Tejo	n.º	79.265	7.478	52.106	19.681	77.512	6.524	51.658	19.330
	%	100	9,4	65,7	24,8	100	8,4	66,6	24,9

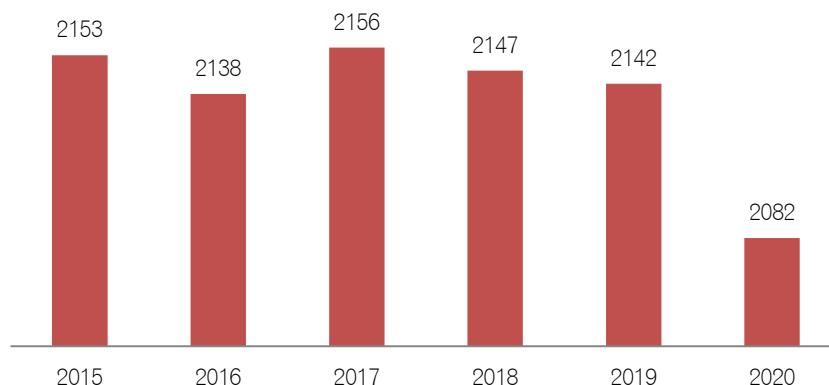
Fonte: INE

Considerando o período 2014-2020, o número de pensionistas da segurança social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de velhice, que depois de um período de aumento do número de beneficiários/as atingiu o mesmo número de 2014, também pelo decréscimo da população residente. Os/as pensionistas abrangem, essencialmente, a

população idosa, dependente das transferências da segurança social, grupo etário cada vez mais representativo, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da mortalidade.

A exigência e as carências em apoios sociais e financeiros são cada vez maiores, com o envelhecimento populacional e as alterações na estrutura familiar tradicional.

**Gráfico 78** – Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2015-2020, Golegã

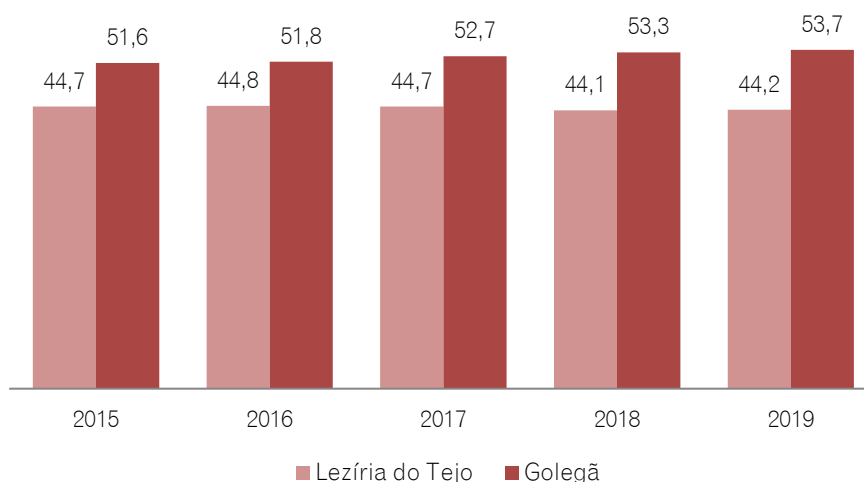


Fonte: INE

Entre os/as pensionistas, a idade constitui o principal motivo para apoio financeiro, as pensões de velhice representam cerca de 65,1% do total de pensões atribuídas na Golegã, seguidas das pensões de sobrevivência, com 24% desta fatia, que constituem um meio de compensar a perda de rendimentos por motivo de falecimento. Os valores registados no concelho da Golegã situam-se ligeiramente abaixo da média da Lezíria do Tejo e da média nacional, exceto na atribuição das pensões de invalidez.

Após uma trajetória de crescimento, na primeira década do século XXI, o número de pensionistas da segurança social tem vindo a diminuir no concelho.

**Gráfico 79** – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Golegã



Fonte: PORDATA

Se para além dos/as pensionistas da segurança social considerarmos também os/as pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, este grupo representa 53,72% da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, em 2019, o que revela uma elevada percentagem da população dependente destes apoios financeiros.

O montante de pensões pagas pela segurança social no concelho da Golegã passou dos 103 milhões de Euros em 2014 para aproximadamente 11 milhões durante o ano de 2020. Este aumento, contrário ao da evolução dos/as pensionistas, dever-se-á às atualizações ao valor das pensões.

**Quadro 90** – Pensões da segurança social (milhares€), por Local de residência, 2014-2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	10.227	10.452	10.625	10.742	11.035	11.375	11.365
Lezíria do Tejo	383.206	389.310	398.280	403.869	411.828	430.466	440.728
Continente	14.585.462	14.790.108	15.149.426	15.410.489	15.711.720	16.418.803	16.854.138
Portugal	15.118.219	15.330.973	15.712.185	15.989.923	16.292.968	17.021.937	17.477.556

Fonte: INE



**Quadro 91** – Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	10.227	1.349	7.421	1.457	11.365	1.320	8.368	1.677
Lezíria do Tejo	383.206	37.370	289.452	56.384	440.728	39.123	336.366	65.238
Continente	14.585.462	1.148.922	11.358.048	2.078.492	16.854.138	920.905	13.494.715	2.438.518

Fonte: INE

De igual modo, cresceu significativamente o valor médio das pensões pagas pela segurança social, cuja média anual passou de cerca de 4.515 € no ano de 2014, para 5.129€, em 2020.

A pensão de velhice, era a que tinha em 2020, no concelho da Golegã, o valor médio anual processado mais elevado (mais de 5.831€). A pensão de invalidez tinha um montante médio anual próximo daquele. A pensão de sobrevivência era substancialmente mais reduzida (3.044€). Os valores referidos eram geralmente inferiores aos encontrados na região e no país.

**Quadro 92** – Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	4.515	4.584	4.716	4.717	4.836	5.007	5.129
Lezíria do Tejo	4.618	4.677	4.791	4.887	5.031	5.263	5.401
Continente	5.027	5.079	5.207	5.310	5.465	5.713	5.840
Portugal	4.998	5.052	5.182	5.283	5.436	5.684	5.811

Fonte: INE

**Quadro 93** – Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020

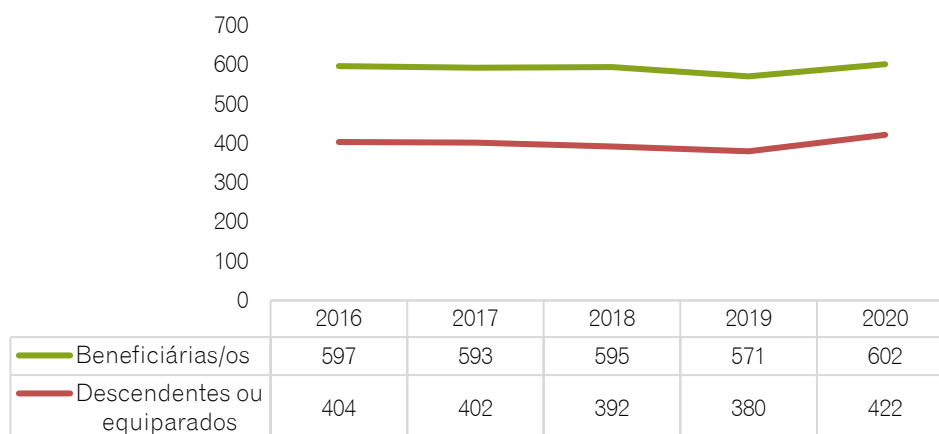
Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	4.515	4.783	5.186	2.639	5.129	5.741	5.831	3.044
Lezíria do Tejo	4.618	4.897	5.317	2.697	5.401	5.854	6.211	3.144
Continente	5.027	4.717	5.813	2.951	5.840	5.594	6.698	3.451
Portugal	4.998	4.732	5.787	2.937	5.811	5.617	6.672	3.433

Fonte: INE

Este valor coloca a Golegã significativamente abaixo da média nacional e do valor médio anual de pensão obtido para a Lezíria do Tejo, que é de 5.401€ por pensionista.

No que respeita às prestações familiares, a evolução da atribuição do abono de família observou uma trajetória de decréscimo, chegando a 602 crianças e jovens, com um valor total atribuído de 376 milhares de euros, em 2020.

**Gráfico 80** – Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), concelho de Golegã, 2016-2020



Fonte: INE

Noutra vertente, a população portadora de deficiência é um grupo particularmente vulnerável, cuja condição está associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras.

No concelho da Golegã, em 2001, estavam recenseados 384 cidadãos/ãs com deficiência, de vários tipos e graus de deficiência, sendo que, no concelho cerca de 6,7% da população registava algum tipo de deficiência.

A maioria dos/as deficientes com mais de 15 anos do concelho sofria de deficiência visual (mais de 38%), seguindo-se o grupo de deficientes motores que eram cerca de 22% do total. Considerando o mesmo grupo etário, dos cerca de 365 deficientes, cerca de 27% estava integrado no mercado de trabalho, mas os restantes dependiam de outras fontes de rendimento.<sup>41</sup> De referir que a deficiência mental chegava quase aos 10% no concelho da Golegã. A taxa de deficiência da população residente na Golegã, era a terceira mais elevada da Lezíria do Tejo (6,7%), segundo o Censo de 2001.

<sup>41</sup> Carta Social da Golegã, 2010

**Quadro 94** – População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Golegã

Grau de dificuldade	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não consegue efetuar a ação	18	12	93	55	139	52
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	578	322	612	354	207	197

Fonte: INE

O recenseamento de 2011 não permite estabelecer uma comparação com o de 2001, não tendo sido recolhida informação específica semelhante sobre os/as cidadãos/ãs com deficiência.

Em 2011, o recenseamento permite concluir que 22,1% da população da Golegã, um total de 1.167 pessoas, apresentavam pelo menos uma dificuldade<sup>42</sup>, valor situado acima do total nacional (17,79%).

A prestação social para a inclusão<sup>43</sup>, um apoio específico para os/as cidadãos/ãs com deficiência/incapacidade igual ou superior a 60%, foi atribuída a 546 indivíduos no concelho, em 2020, o que representou um aumento face a 2019 (52).

**Quadro 95** – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º), 2019 e 2020

Unidade Territorial	2019	2020
Golegã	52	54
Lezíria do Tejo	2.549	2.748
Continente	99.911	107.578
Portugal	106.567	114.726

Fonte: INE

<sup>42</sup> Grau de dificuldade: em ver, em ouvir, em andar ou subir degraus, de memória ou concentração, em tomar banho ou vestir-se sozinho, de compreensão ou entendimento.

<sup>43</sup> A Prestação Social para a Inclusão tem como objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Unidade Saúde Familiar;</li><li>• Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga;</li><li>• Santa Casa da Misericórdia da Golegã,</li><li>• Casa do Povo do Pombalinho</li><li>• CLDS;</li><li>• UCC;</li><li>• Ação Social;</li></ul>
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"><li>• Sensibilização às entidades para a identificação de casos.</li></ul>
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>• Resistência na referenciação dos utentes e suas famílias;</li><li>• Falta de informação dos serviços existentes.</li><li>• Resistência familiar aos serviços de apoio aos idosos.</li></ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li><li>■ Ausência de equipa multidisciplinar</li><li>■ Resistência Familiar na sinalização</li><li>■ Desconhecimento dos serviços existentes e do seu modo de funcionamento</li></ul>

# DEPENDÊNCIAS (Álcool, drogas...)

Em 2021, no *European Web Survey on Drugs: patterns of use* realizado entre consumidores de substâncias ilícitas e NSP, os dados nacionais sobre o impacto da pandemia do SARS-CoV-2 nos consumos evidenciaram que houve mais consumidores/as a reduzirem os consumos com a pandemia do que o inverso, com exceção da heroína. Esta foi a substância com mais consumidores/as a dizerem que não alteraram os consumos (48%) e, a única em que foram um pouco mais os que passaram a usar mais (19%) do que menos (17%). As substâncias com mais referências a um menor uso com a pandemia foram as mais ligadas a contextos de diversão, em particular o ecstasy (55%) e as anfetaminas (46%), mas também a canábis resina (40%), as metanfetaminas (37%) e a cocaína em pó (36%). De um modo geral, estes resultados coincidem com a evolução ocorrida em 2019-20 na maioria dos indicadores da oferta e procura.

Em Portugal, o álcool, apesar dos últimos dados disponíveis indicarem um ligeiro decréscimo a nível nacional, a sua ingestão, per capita, mantém-se bastante elevada. Por outro lado, tem-se verificado um consumo crescente entre jovens e mulheres e alterações significativas que agravam as situações de risco. Este tópico tem sido tema recorrente nos meios de comunicação e tem determinado alterações na legislação de modo a tentar controlar este problema.

Portugal surge de forma sistemática entre os maiores consumidores de bebidas alcoólicas a nível europeu e mundial. Num estudo recente, encontraram-se estimativas em maiores de 15 anos para o país, de 58 mil doentes alcoólicos (síndrome de dependência de álcool), isto é, cerca de 7% da população, e 750 mil bebedores excessivos (síndrome de abuso de álcool), o que equivale a 9,4% do universo nacional.

Na população escolar portuguesa, estima-se que a prevalência de problemas ligados ao álcool se situem entre os 10% e os 20%, em alunos/as universitários/as. No que se refere ao ensino secundário, com idade média de 16 anos, entre 18% e 20% ter-se-ão embriagado pelo menos uma vez. Calcula-se ainda que o seu consumo excessivo ocorra em cerca de 10% das mulheres e 20% dos homens. Sabe-se também que está relacionado com 50% dos casos de morte em acidentes de automóvel, 50% dos homicídios e 25% dos suicídios.

O álcool é atualmente, em Portugal, uma droga legal e comercializada, fazendo parte dos hábitos alimentares de uma larga maioria da população. Para além disso aparece muitas vezes associado a inúmeras formas de relacionamento, tanto privado como público, de natureza ritual, comemorativa, recreativa, fazendo parte do estilo de vida ou mesmo da identidade de muitos grupos sociais.

No que concerne à problemática do tabaco, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) morrem por ano cerca de 8,2 milhões de pessoas, das quais cerca de 7 milhões devido ao consumo de tabaco e 1,2 milhões devido à exposição ao fumo ambiental. Todas as formas de tabaco são nocivas à saúde, não existindo um nível seguro de exposição (World Health

Organization [WHO], 2020b). O tabagismo impõe um pesado fardo a toda a sociedade, não só em perda de vidas e sofrimento humano, mas também em elevados custos para o Estado e as famílias, em medicamentos e serviços de saúde, absentismo e perda de produtividade económica.

O tabaco é um fator gerador de pobreza e de iniquidades em saúde entre sexos, grupos sociais e áreas geográficas (Marmot, 2006; WHO, 2008b; Loring, 2014). Face à tendência de decréscimo do consumo de tabaco registada nos últimos anos, a indústria encontra-se em fase de grande transformação, quer em termos de conceitos de fabrico, quer de estratégias de venda.

Na União Europeia, estima-se que o tabaco contribua para mais de 700 mil mortes anuais. Cerca de metade dos/as fumadores/as morre precocemente, perdendo em média cerca de 14 anos de expectativa de vida (European Commission, 2021). Em termos globais, estima-se que 12% de todas as mortes entre adultos com 30 ou mais anos seja atribuível ao uso do tabaco (16% em homens e 7% em mulheres). A região europeia é a que apresenta a maior mortalidade atribuível: 16%; 25% em homens e 7% em mulheres (WHO, 2019b).

**Quadro 96** - Estimativas da mortalidade atribuível ao tabaco por principais doenças e mortalidade proporcional por causa de morte (N.º e %) | Portugal 2019

	Total		Masculino		Feminino	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Todas as causas	13559	11,7	10815	18,6	2744	4,7
Neoplasias	6030	19,1	5165	27,5	865	6,7
D. cérebro-cardiovasculares	3177	8,5	2370	14,6	807	3,8
D. respiratórias crónica	2297	32,6	1893	47,3	454	14,4
Diabetes <i>mellitus</i> tipo 2	412	9,8	233	13,2	179	7,4
Infeções respiratórias do trato inferior	1155	14,0	821	20,1	334	8,0
Tuberculose	35	15,6	31	21,1	4	4,7

**Fonte:** Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME). 2020. <https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare/>

Em Portugal, estima-se que 11,7% dos óbitos ocorridos em 2019 tenham sido devidos ao tabaco, 18,6% no sexo masculino e 4,7% no sexo feminino, o que se traduziu por uma perda de 13 559 pessoas, 10 815 homens e 2744 mulheres (IHME, 2020). Deste total de óbitos, estima-se que 1771 tenham resultado da exposição ao fumo ambiental (561 por doenças cérebro-cardiovasculares, 425 por infeções respiratórias, 312 por doença respiratória crónica, 242 por diabetes *mellitus* tipo 2 e 220 por cancro) (IHME, 2020).

Fumar provoca mortalidade prematura. A maior percentagem de óbitos atribuíveis ao tabaco, em ambos os sexos, registou-se no grupo etário dos 50 aos 69 anos - cerca de 24,8% do total de óbitos neste grupo etário; 30,5% em homens e 13,1% em mulheres (IHME, 2020).

O consumo de tabaco é uma das principais causas evitáveis de doenças não transmissíveis, com destaque para o cancro, as doenças cérebro-cardiovasculares, as doenças respiratórias crónicas e a diabetes mellitus tipo 2. Fumar diminui a imunidade e contribui para as infeções respiratórias do trato inferior e para a morte por tuberculose (US Department of Health and Human Services, 2010, 2014). Devido ao facto de as principais doenças relacionadas com o

tabaco poderem levar mais de duas ou três décadas a tornar-se aparentes, é expectável que o número de mortes anuais atribuíveis ao tabaco se mantenha durante alguns anos, mesmo após o declínio das prevalências de consumo.

**Quadro 97** – N° de Utentes com abuso de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos Golegã, 2022

Problemáticas	N° de Utentes
Abuso Crónico de Álcool	180
Abuso Agudo de Álcool	37
Abuso de Tabaco	972
Abuso de Drogas	35

**Fonte:** USF Campusaúde Golegã, 2022

Relativamente ao número de utentes acompanhados pela Unidade de Saúde da Golegã, registaram-se 180 utentes com abuso crónico de álcool (3% da população) e 37 de abuso agudo. No que respeita ao abuso de tabaco, os valores são muito mais elevados, 972 utentes que representam 18% da população. Saliente-se ainda que 35 utentes são seguidos por abuso de drogas.

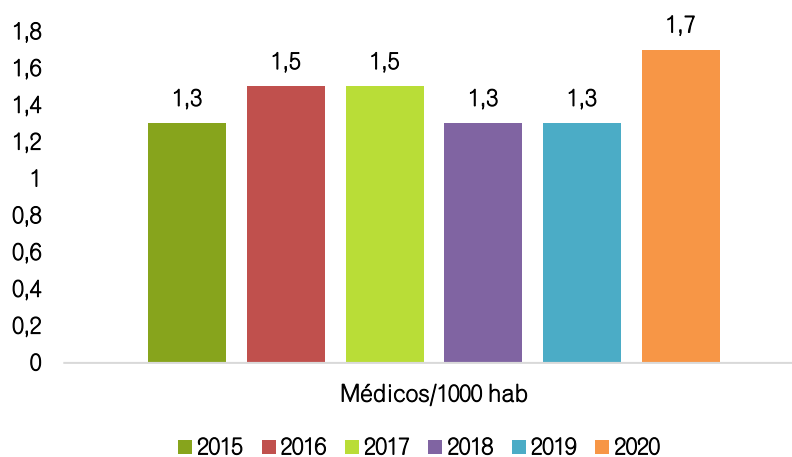
O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

# DÉFICE DE MÉDICOS DE FAMÍLIA

A falta de médicos/as de família nos cuidados de saúde primários é uma das problemáticas existentes em Portugal e agora também no concelho da Golegã, sendo inexistente médico/a em duas das três freguesias, Azinhaga e Pombalinho.

Os/as médicos/as especialistas em Medicina Geral e Familiar neste momento, não estão a conseguir dar resposta total às necessidades da população, devido à falta dos mesmos. Portanto, a falta de acesso dos/as doentes aos/às médicos/as de família é uma das principais preocupações da sociedade atual.

Gráfico 81 – Médicos/1000 habitante (nº)



Fonte: INE

Neste momento, o número de médicos/as por habitante representa um rácio de 1,7 por cada 1000hab. No entanto, e dado que muitos/as ex-residentes continuam a manter no Concelho, o/a seu/sua médico/a de família, o rácio não estará correto.

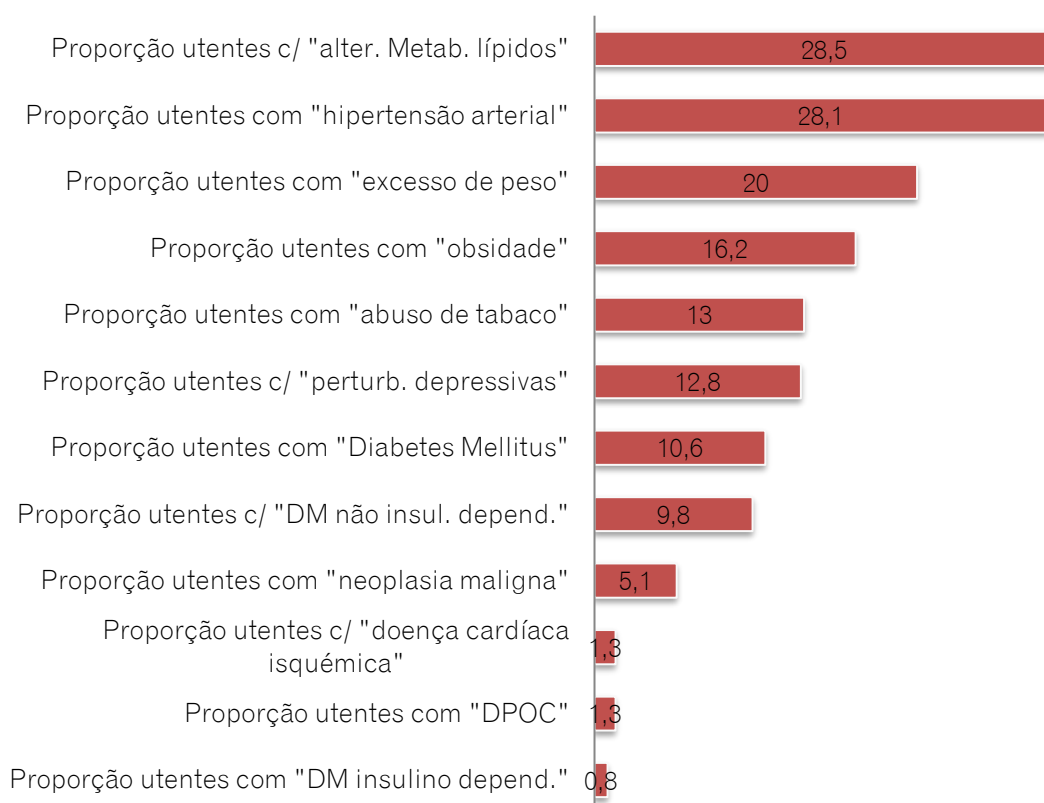


**Quadro 98** – Utentes Inscritos com e sem médico família, set 2022

Utentes Inscritos	6,041	
C/ Médico de Família.	S/ Médico de Família.	S/ Médico p/ Opção
3,811	2,23	(Vazio)
63,09%	36,91%	(Vazio)
Unidades Ponderadas	8,251,00	
Médicos de Família	2 <sup>44</sup>	
Pólos - Inclui Sede	2	

Fonte: SIARS, informação extraída a 12/10/2022

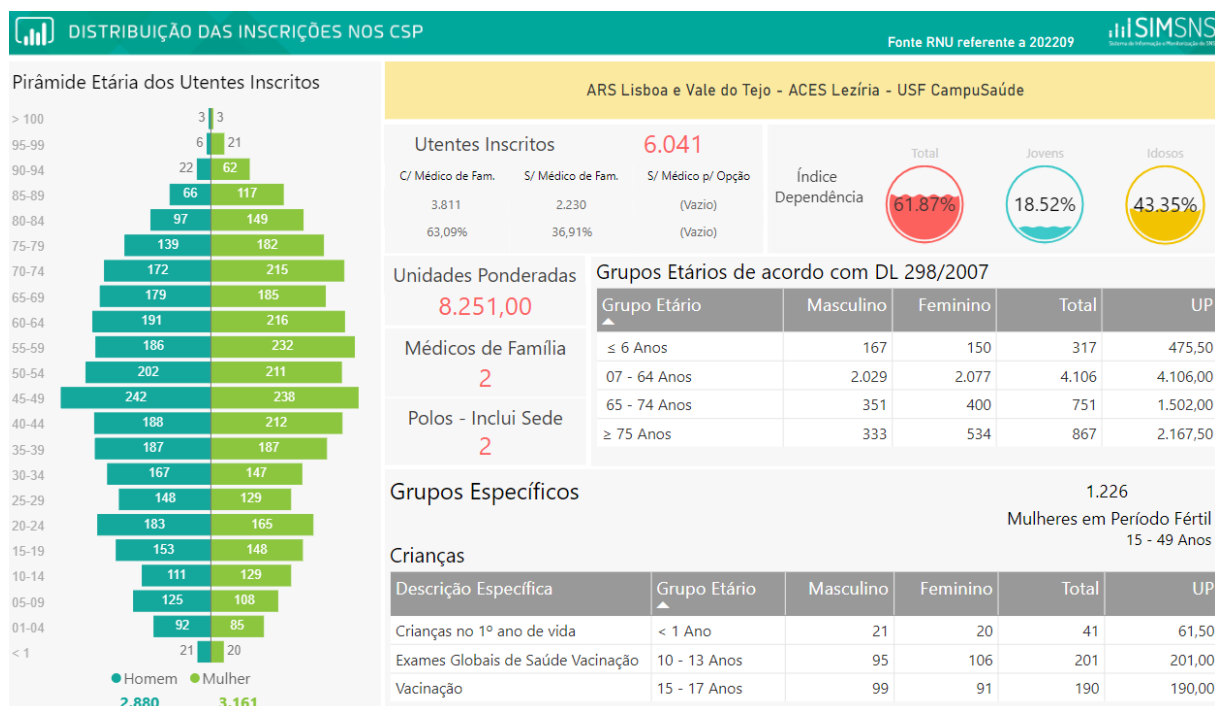
**Gráfico 82** - Indicadores de Morbilidade ACES Lezíria a dezembro de 2022 (%)



Fonte: SIARS, informação extraída a 12/10/2022

<sup>44</sup> Na realidade 3, desde setembro 2022, contratado a Recibos Verdes, Médico reformado.

## Quadro 99 – Distribuição de Inscrições de 2022, no Centro Saúde Golegã



Fonte: SIARS, informação extraída a 09/2022

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
•
OPORTUNIDADES
• Sensibilização às entidades para a identificação de casos.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resistência na referenciação dos utentes e suas famílias;</li> <li>• Falta de informação dos serviços existentes.</li> <li>• Resistência familiar aos serviços de apoio aos idosos.</li> </ul>
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Ausência de quadros técnicos qualificados</li> <li>■ Ausência de políticas de apoio</li> <li>■ Dificuldade no acesso às respostas existentes</li> <li>■ Ausência de respostas de equipamento local</li> <li>■ Ausência de recursos financeiros</li> </ul>

## BIBLIOGRAFIA

Academia Origami CLDS-4G, Relatório de Progresso, Informação Anual de Execução, ano 2021

Academia Origami CLDS-4G, Relatório de Progresso, Informação Anual de Execução, ano 2020

Alzheimer Portugal. <https://alzheimerportugal.org/>

APAV. Relatório de Atividades 2020 e 2021

Avelino, J.; Oliveira, N.; Carvalho, L. (2021). *Revisão da Carta Educativa do Município da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Avelino, J.; Oliveira, N.; Carvalho, L. (2021). *Revisão da Carta Social do Município da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Blaya, Catherine (2008). *Violência e Maus-Tratos em Meio Escolar*. Piaget. Horizontes Pedagógicos

Bocinski, Sarah (2012). "Economic Security Blog" Versão Eletrónica, consultada a 13.12.11, em Wider Opportunity for Women: <http://www.wowonline.org/blog/>

Carmo, Hermano Duarte de Almeida e (2002). *Intervenção Social com Grupos*. Universidade Aberta. Lisboa.

Casa do Povo do Pombalinho (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Pombalinho: CPP.

Centro de Respostas Integradas do Ribatejo (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Lisboa: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Centro Distrital da Segurança Social de Santarém (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Santarém: CDSSS.

Centro Social Paroquial da Golegã (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: CSP.

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2014). *Aplicação Informática da CPCJ*. Lisboa: CNPCJR.

Concelho Local de Ação Social (2015). *Diagnóstico Social do Concelho da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

CULTIVAR, Cadernos de Análise e prospetiva, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, 2016.

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho. *Diário da República n.º 114/2006 – 1.ª Série A*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

DGEstE (2020). <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/a-dgeste/>

Diário da República, 2.ª Série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior.

Diário da República, 2.ª Série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Socioeconómicos.

| 252

Diário da República, 2.ª série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional.

Diário da República, 2.ª série - n.º 196 - 10 de outubro de 2014. Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho da Golegã.

Direção-Geral da Educação (DGE) (2020). Modalidades de Avaliação. <https://www.dge.mec.pt/modalidades-de-avaliacao>

Direção-Geral da Saúde (2022). *Portugal – Saúde Mental em números – 20* Lisboa: DGS.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018a). Regiões em números 2016/2017 – Alentejo. Volume IV. Lisboa: DGEEC

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018b). O Perfil do Aluno 2016/2017.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2019). Estatísticas da educação 2018/2019. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC\\_DSEE\\_2020\\_EE20182019.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_2020_EE20182019.pdf)

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020).

Educação em Números - Portugal 2022, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção de Serviços de Estatísticas da Educação (DSEE), Divisão de Estatísticas dos Ensinos Básico e Secundário (DEEBS), ISBN: 978-972-614-760-2

Estado da Saúde na EU. Portugal. Perfil de saúde do país 2021, European Observatory of health systems and policies.

Estatísticas da Saúde – 2020, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Golegã, CIMLT

European Commission (2019). Education and Training Monitor EU analysis, volume 1, 2019. <https://ec.europa.eu/education/sites/education/files/document-library-docs/volume-1-2019-education-and-training-monitor.pdf>

European Web Survey on Drugs: patterns of use. [https://www.emcdda.europa.eu/activities/european-web-survey-on-drugs\\_en](https://www.emcdda.europa.eu/activities/european-web-survey-on-drugs_en)

Eurostat (2020). Early leavers from education and training. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Early\\_leavers\\_from\\_education\\_and\\_training](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Early_leavers_from_education_and_training)

Fouto, Carolina Rodrigues. Cuidadores de pessoas com demência, O contributo do estatuto do cuidador informal. Dissertação para obtenção de grau de mestre em sociedade, risco e saúde. Lisboa, 2022

Gabinete de Estratégias e Estudo, Ministério da Economia, Sínteses Estatísticas, 2019-2020

Guarda Nacional Republicana (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: Destacamento Territorial de Torres Novas. Posto Territorial da Golegã.

Hattie, J. (2018). Hattie ranking: 252 influences and effect sizes related to student achievement. Retirado de <https://visible-learning.org/hattie-ranking-influences-effect-sizeslearning-achievement/>

<https://saudemental.pt/2022/04/18/saude-mental-na-populacao-migrante/>

[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf)

ICOR, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2021.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Santarém: ISS,I.P

Instituto Nacional de Estatística (s/d). *Recenseamentos da População, 2001 e 2011 e 2021*. Acedido em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)

Instituto para o Desenvolvimento Social (2002). *Documento de Apoio à Elaboração do Diagnóstico Social*. Lisboa: IDS.

Intervenção com jovens em contexto escolar. Psicologia: Teoria e Prática, 8(1): Martins, R. M. (2008). A depressão no idoso. Millenium, 34, 119-123.

Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens. Ana Guerreiro,1 Cátia Pontedeira,2 Ruben Sousa, Maria José Magalhães, Emanuel Oliveira, Patrícia Ribeiro, UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, Porto

Lee, B., & Byun, S. yong. (2019). Socioeconomic status, vocational aspirations, school tracks, and occupational attainment in South Korea. *Journal of Youth and Adolescence*, 48(8), 1494–1505. <https://doi.org/10.1007/s10964-019-01056-5>

Lei nº100/2019, de 6 de setembro. O Estatuto do Cuidador Informal.

Lezíria do Tejo (LT): Situação educativa. No território [piicie It]; Observatório 3i da Educação, Centro de Investigação e Intervenção Social – ISCTE-IUL

Lourenço, Elsa; Relatório de demonstração das atividades prosseguidas e dos resultados obtidos 2018/2021

Machado, Mónica (2011). Bullying em contexto escolar: Uma proposta de intervenção.

Magalhães, Maria José; Canotilho, Ana Paula; Brasil, Elisabete (2007), *Gostar de mim, gostar de ti: Aprender a Prevenir a Violência de Género*. Maia: UMAR.

| 254

Matos, M., Caridade, S., Silva, M. & Machado, C. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro:

Matos, Marlene (2006), *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.

Ministério da Educação (2017). Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Ministério da Saúde, PNPT 2020, Diagnóstico de Situação

Monte, Helena Marecos do; Albuquerque, António. Reutilização de Águas Residuais, ISEL.

Netto, M. & Borgonovi, N. (2002). *Biologia e Teorias do Envelhecimento*. São Paulo: Atheneu.

Núcleo Executivo da Rede Social (2003). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo (2020). Lezíria do Tejo: Situação educativa do território. Santarém: Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Organização das Nações Unidas (2020). Objetivo #4: Educação de qualidade. <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Peralta Susana; Carvalho, Bruno P.; Esteves, Mariana. Portugal, Balanço Social 2020, Um retrato do país e dos efeitos da pandemia

Pick, Susan; Leenen, Iwin; Givaudan, Martha; Prado, Andrea (2010). "Yo quiero, yo puedo...prevenir la violencia»: Programa breve de sensibilización sobre violencia en el noviazgo". *Salud Mental*, 2 (33), 153-160.

Plano de ação para o desenvolvimento digital do Agrupamento de escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP), 2021.

PORDATA (s/d). *Municípios*. Acedido em: <http://www.pordata.pt/>

Programa Nacional para a prevenção e controlo do Tabagismo, Portugal, 2020.

Programação em Rede. 2020. [https://www.cimlt.eu/informacoes-impt1/noticias/item/624-programacao-em-rede-leziria-do-tejo-apresentada-  
hoje?fbclid=IwAR1hX3WTePn9uZhEvJj9dEwdnbcR4wiUuUCZ1lf\\_s2-gNEaWJShF7UHYPf4](https://www.cimlt.eu/informacoes-impt1/noticias/item/624-programacao-em-rede-leziria-do-tejo-apresentada-hoje?fbclid=IwAR1hX3WTePn9uZhEvJj9dEwdnbcR4wiUuUCZ1lf_s2-gNEaWJShF7UHYPf4)

Questões Significativas da Gestão da Água. Região hidrográfica do Tejo e ribeiras do Oeste (rh5, 2014)

Reabilitação Urbana na Câmara Municipal da Golegã– Levantamento do Edificado; Adriana Sofia de Almeida Toco; Relatório de estágio. Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo, Dezembro, 2019

Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional, Golegã, 2014

Relatório de Contratualização de Cuidados de Saúde Primários 2020/2021. ARSLVT, Departamento de Planeamento e Contratualização, 2021.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97. *Diário da República n.º 267/1997 – 1ª Série B*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Ribeiro, Maria da Conceição; Sani, Ana Isabel (2010), *As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal*, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Rimkute, L., Hirvonen, R., Tolvanen, A., Aunola, K., & Nurmi, J. E. (2012). Parents' role in adolescents' educational expectations. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 56(6), 571–590. <https://doi.org/10.1080/00313831.2011.621133>

Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Azinhaga: SCMA.

Santa Casa da Misericórdia da Golegã (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: SCMG.

Schiefer, U.; Teixeira, P.; Monteiro, S. (2006). *Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*. Estoril: Principia.

Secretaria de Estado do Emprego e Formação (1999). *Guia do Formando da Unidade Modular: Diagnóstico Social*. Lisboa: Ministério da Solidariedade e do Trabalho, pp.43.

Serviço de Ação Social e Educação (2022). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Simões, F., & Calheiros, M. M (2019). A matter of teaching and relationships: determinants of teaching style, interpersonal resources and teacher burnout, *Social sychology of Education*, 22, 991-1013. <https://doi.org/10.1007/s11218-019-09501-w>

Simões, F., & Rio, N. (2020). How to increase rural NEETs professional involvement in agriculture? The roles of youth representations and vocational training packages improvement.

Taylor, Bruce; Stein, Nan; Woods, Dan; Mumford, Elizabeth (2011), *Shifting boundaries: final report on an experimental evaluation of a youth dating violence program in New York City Middle Schools*. Report: New York, em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/236175.pdf>

Theodori, A.E., Theodori, G.L., 2015. The influences of community attachment, sense of community, and educational aspirations upon the migration intentions of rural youth in Texas. *Community Development*, 46, 380–391. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1062035>.

| 256

Tofler, A. (1986). *A terceira vaga*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde (2022). *Dados Estatísticos disponibilizados*. Golegã: USF CampuSaúde

Vitória, Paulo (2009). Tese Doutorado. O impacto da influência social na intenção de fumar e no comportamento tabágico dos adolescentes portugueses. ISCTE-IUL